



Contabilidade em múltiplos olhares

Elas em Movimento

Volume 1

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

2023

Contabilidade em Múltiplos Olhares

Elas em Movimento



Realização:



Apoio:



Volume 1
Conselho Federal de Contabilidade
Brasília – 2023

Contabilidade em Múltiplos Olhares: Elas em Movimento

Publicação do CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
SAS Quadra 5, Bloco J, Edifício CFC, Asa Sul, Brasília/DF – CEP: 70070-920
Telefone: (61) 3314-9600 FAX: (61) 3322-2033
Site: www.cfc.org.br – E-mail: cfc@cfc.org.br

Presidente do Conselho Federal de Contabilidade

Aécio Prado Dantas Júnior

Diretora Executiva do CFC

Elys Tevania Alves de Souza Carvalho

Grupo de Trabalho

Ticiane Lima dos Santos – Organizadora

Marlise Alves – Coordenadora

Grupo de Trabalho por Capítulo

GT I - Carla Tasso e Janaina Canindé

GT II - Sônia Gomes e Ticiane Santos

GT III - Raimunda da Luz Silva e Sandy Sena

GT IV - Elzanira Sousa de Oliveira e Palmira Leão

GT V - Liliana Lacerda e Wane Paixão

GT VI - Elizabeth de Souza e Marlise Alves

Equipe Técnica

Ludmila Mello

Silvia Neves Oliveira

Ana Claudia Chagas de Assis

Equipe de Diagramação e Projeto Gráfico

Thiago Luis (coordenação)

Equipe de Revisão

Maria do Carmo Nóbrega (coordenação)

Volume 1

320 páginas

Brasília/2023

Tiragem

500 exemplares

Contabilidade em múltiplos olhares: elas em movimento/ Ticiane Santos (org.); Marlise Alves (coord.)... [et al.] - - Brasília: CFC, 2023.

320 p. (v. 1).

ISBN 978-65-992367-2-3

Livro digital.

Vários autores.

1. Mulher – Contabilidade- Participação. 2. Liderança – Contabilidade Empresarial. 3. Contabilidade Ambiental. 4. Inovação Tecnológica. 5. Empreendedorismo Feminino. 6. Educação Financeira. 7. Contabilidade Pública. 8. Governança. 9. Acessibilidade - Contabilidade. 10. Diversidade - Contabilidade. I. Santos, Ticiane. II. Tasso, Carla. III. Canindé, Janaina. IV. Gomes, Sônia. V. Silva, Raimunda da Luz. VI. Sena, Sandy. VII. Oliveira, Elzanira Sousa de. VII. Leão, Palmira. IX. Lacerda, Liliana. X. Paixão, Wane. XI. Souza, Elizabeth. XII. Alves, Marlise. XII. Título.

CDU – 657-055.2

Tenho a honra de apresentar “Contabilidade em Múltiplos Olhares: Elas em Movimento”, um livro que marca uma etapa significativa no empoderamento feminino dentro do universo contábil brasileiro.

Cada capítulo reflete uma variedade de temas e discursos – liderança, inovação tecnológica, empreendedorismo e educação –, que, juntos, retratam a dinâmica e a diversidade de nossa profissão.

Neste espaço de diálogo, as autoras desafiam barreiras e oferecem uma perspectiva feminina a temas de relevância contemporânea. Eles nos lembram que a força e a influência das mulheres na Contabilidade não são apenas essenciais, mas indispensáveis para o futuro da profissão.

Cada página deste livro é um testemunho do compromisso das mulheres com a excelência, a inovação e a liderança no campo da Contabilidade; é uma celebração da força feminina que se destaca, desafia as normas e abre caminhos para um futuro mais igualitário.

Este é, portanto, um convite para conhecer a Contabilidade por meio de múltiplos olhares, inspirar-se e contribuir para uma profissão cada vez mais diversa e inclusiva.



**Sandra Elvira
Gomes Santiago***
Presidente da FBC

*Sandra Santiago, presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), é contadora com especialização em Auditoria e Controladoria.

APRESENTAÇÃO

Com imenso entusiasmo apresentamos o livro “Contabilidade em Múltiplos Olhares: Elas em Movimento”. Este livro é uma obra coletiva, escrita por mulheres talentosas e visionárias de todos os estados do Brasil. Com uma perspectiva única, elas oferecem uma visão abrangente da Contabilidade sob diferentes prismas.

Este projeto tem por objetivo discutir a participação da mulher na Contabilidade. Abraçado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com apoio da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), a ideia surgiu inicialmente na Comissão da Mulher do CRCPA, ampliada para todo o Sistema CFC/CRCs. Sua concretização reflete um espaço de fala, que proporciona a autoconfiança e a evolução feminina frente à Comissão da Mulher e à classe contábil.

O livro nasceu timidamente e se tornou um valioso diamante lapidado com a ajuda de muitas mãos, espalhadas por todo o Brasil. Com o apoio e incentivo de todas aquelas que fazem parte da Comissão da Mulher Contabilista, torna-se aqui um projeto único e contínuo, a partir do lançamento deste Volume I no XIII Encontro Nacional da Mulher Contabilista em setembro/2023, em Manaus.

As mãos que compõem estes capítulos são de mulheres que quebram barreiras todos os dias: mulheres que chegaram sozinhas até aqui ou que trazem consigo a responsabilidade de famílias inteiras. São mulheres que, apesar das dificuldades e desafios diários, apoiam umas às outras; MULHERES com o coração cheio de sororidade, baseadas na empatia e no companheirismo, em busca de alcançar objetivos comuns; MULHERES que compõem um grupo de profissionais apaixonadas e dedicadas; MULHERES que criam um espaço para promover a igualdade de gênero e o empoderamento feminino na área da contabilidade e inspirar outras áreas.

A reunião de diferentes perspectivas e experiências destaca neste livro o talento e a voz das mulheres na Contabilidade. Todos os textos desta obra são de mulheres contadoras, que aceitaram o desafio de contribuir com temáticas relevantes, pois acreditam que a profissão contábil cresce a cada dia. Neste contexto, nasce este livro, organizado por Ticiane Santos, sob a coordenação de Marlise Alves.

A obra está dividida em seis capítulos, que estão organizados conforme as linhas de submissão, como segue:

Capítulo I: Liderança e Contabilidade Empresarial

Coordenadoras: **Carla Tasso e Janaina Canindé**

Iniciamos a leitura com liderança feminina: mulheres no topo, mulheres líderes na Contabilidade brasileira. Na sequência, a igualdade de gênero e o empreendedorismo feminino são apresentados por diversos olhares.

Capítulo II: Ambiental e Inovação Tecnológica

Coordenadoras: **Sônia Gomes e Ticiane Santos**

No segundo capítulo, mergulhamos no meio ambiente, sustentabilidade e inovação tecnológica. Adentramos o campo da Contabilidade Ambiental e a sua interseção com Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Relato Integrado. Tudo isso com espaço para Inteligência Artificial e transformações tecnológicas que impulsionam as evoluções na contabilidade.

Capítulo III: Empreendedorismo Feminino

Coordenadoras: **Raimunda da Luz Silva e Sandy Sena**

No terceiro capítulo, com vozes unidas, exploramos a contribuição do empreendedorismo feminino na Contabilidade e os desafios enfrentados no período da pandemia da Covid-19. Destacamos aqui oportunidades para tomada de decisão e planejamento tributário.

Capítulo IV: A Mulher na Ciência e Educação

Coordenadoras: **Elzanira Sousa de Oliveira e Palmira Leão**

Neste capítulo, o olhar foi direcionado para a Educação Financeira, que desempenha um papel fundamental na capacitação das mulheres em sua vida profissional e pessoal.

Capítulo V: Contabilidade Pública e Governança

Coordenadoras: **Liliana Lacerda e Wane Paixão**

Desbravando o setor público, o capítulo cinco tem a proposta de avaliar políticas e programas sociais, olhando a transparência pública, a partir de balanços governamentais e registros para a contabilização de patrimônios culturais nos demonstrativos contábeis.

Capítulo VI: Diversidade e acessibilidade

Coordenadoras: Elizabeth de Souza e Marlise Alves

Aqui abordamos a importância da diversidade e acessibilidade na Contabilidade. Este capítulo encerra o livro com análise dos trabalhos das comissões das mulheres que fazem parte do Sistema CFC/CRCs, incluindo discussão de estratégias para promover a inclusão e criar um ambiente mais equitativo e acessível, onde todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas.

Com o coração transbordando de emoção, entregamos a você este livro inspirador e impactante, que destaca o talento, a expertise e a resiliência das Mulheres da Contabilidade.

Registramos aqui nossa gratidão ao presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Aécio Prado Dantas Júnior, por incentivar e apoiar a idealização e concretização deste projeto inovador.

Nossa estima e consideração, à presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), Sandra Santiago, que acreditou que seria possível este trabalho.

Agradecemos a todas às equipes da FBC e do CFC, que cuidaram com carinho da formatação e da diagramação deste livro e a todos os que, de alguma forma, contribuíram para a entrega deste conteúdo para a classe contábil brasileira.



PREFÁCIO

Com toda a sua inata simplicidade, o sábio mestre das letras Rubem Alves nos deixou o nobre ensinamento de que “não haverá borboletas se a vida não passar por longas e silenciosas metamorfoses”.

Abraço esse pensamento convicta de que nossas trajetórias de vida são recheadas de processos de mudança, de novas ações, de alteração de rotinas, que, dia após dia, vão se movendo na busca da nossa própria evolução pessoal e profissional.

As transformações silenciosas pelas quais passamos ao longo da vida validam a nossa experiência em busca do franco aprimoramento. Até virarmos “borboletas”, são muitas estações, e o processo é longo, às vezes árduo e desafiador, convidando-nos a muita paciência, obstinação e, acima de tudo, perseverança.

Sabendo que nada fica alheio à marcação inexorável das horas, nossa marcha acontece sob a égide do tempo, e, cada um no seu ritmo, somos intimados a superar, aqui e acolá, os limites com vistas à concretização dos nossos mais íntimos sonhos.

E assim foi – e tem sido – o caminhar de nossas guerreiras e bravas MULHERES CONTABILISTAS! Com muita determinação, começaram a sua luta de modo ainda tímido, no ano de 1991, no Rio de Janeiro, mas que, com o passar dos anos, o movimento tomou grandes proporções.

Chegamos a 2023 sabedoras de que essa causa, na qual me incluo, já foi vencida no momento em que nos emancipamos e passamos a caminhar com nossas próprias pernas. Transpomos muitas barreiras na busca dos nossos ideais e, desde os primeiros passos, vimos experimentando o sabor de cada importante vitória.

Nesse processo, despertamos diversos interesses na seara contábil e, como ninguém, vimos alcançando o justo e legítimo espaço no mundo profissional. Em torno da confluência de ideais, acreditamos no “fazer acontecer” como um incalculável desafio. Nesse processo, “superar as barreiras” se tornou a nossa máxima. Compartilhamos muitas experiências, costumamos alianças e construímos oportunas parcerias para a troca de conhecimentos.

Dessa forma, depois de uma longa e intensa transformação, as “borboletas” saíram do casulo e aprenderam a voar alto, deslocando-se pelo ar na busca de novas conquistas!

Como coroamento de tudo isso, coube a mim a difícil e, ao mesmo tempo, aprazível missão de tecer essas breves palavras acerca da obra *Contabilidade em Múltiplos Olhares: Elas em Movimento*, que nasce no oportuno momento da realização do XIII Encontro Nacional da Mulher Contabilista, em Manaus/AM.

Esta valiosa publicação significa liberdade e vem perpetuar e enaltecer a pesquisa de talentosas mulheres, reunindo em um só compêndio as várias vertentes das Ciências Contábeis. As páginas que acabo de ler são um convite ao legítimo conhecimento! E quanto conhecimento...! Estamos diante de um conteúdo riquíssimo e inédito, cujo teor perpassam por valiosas temáticas, despertando o interesse daqueles que acreditam na pujança da profissão contábil.

E são elas, nossas aguerridas mulheres, capitaneadas pela Comissão da Mulher Contabilista, que vêm nos brindar com essa valiosa obra. Com maestria, as amigas Ticiane Santos e Marlise Alves conduziram este trabalho com muita dedicação e esmero. Não fosse o empenho de uma legião de mulheres comprometidas com o aprimoramento da profissão contábil, essa obra, seja pela importância dos temas, seja pela profundidade da pesquisa, ficaria apenas no plano das ideias.

Nessas mais de três décadas de muitas ações, todas nós, idealizadoras do projeto CFC Mulher, passamos por “longas e silenciosas metamorfoses”, superando obstáculos e dando o nosso melhor, convencidas de que jamais deixaremos de ser notáveis “borboletas em movimento” e de dar continuidade à construção de um Brasil que terá ainda mais orgulho de suas MULHERES CONTABILISTAS.



**Maria Clara
Cavalcante Bugarim**
Presidente da
Abracicon e do Cilea

Sumário

CAPÍTULO I – LIDERANÇA E CONTABILIDADE EMPRESARIAL

Mulheres no Topo: como Elas estão quebrando Barreiras e Liderando Mudanças na Contabilidade 13

Ticiane Lima dos Santos

Sintomas de Ansiedade e Motivação para Aprender: um Olhar para os Futuros Contadores 35

Isadora de Nardin
Paola Flores Raimundo
Cristiane Krüger
Lizana Ilha da Silva

A Chefia Feminina na Gestão: uma Análise sobre Liderança Feminina, Igualdade de Gênero, e os Desafios do Empreendedorismo Feminino no Município de Capanema/PA 51

Graziela do Nascimento Martins
Eleci Terezinha Dias da Silva
Carla Kelen de Andrade Moraes
Raimunda Maria da Luz Silva

A Importância do Planejamento Sucessório para a Sobrevivência das Empresas Familiares 65

Priscila Cândida Reis Pereira Andrade Oliveira

CAPÍTULO II – AMBIENTAL E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Teses e Dissertações Brasileiras 81

Paula Gonçalves Serafini
Jéssica Moraes de Moura
Sonia Maria da Silva Gomes
Fátima de Souza Freire
Ticiane Lima dos Santos

Análise da Qualidade do Relato Integrado do Comércio Varejista no Brasil: Verificação do Grau de Aderência da Estrutura Internacional do IIRC 97

Thamyres Vicente San Martin
Romina Batista de Lucena de Souza

O que as IES Brasileiras estão discutindo sobre Sustentabilidade? Uma Revisão Sistemática da Literatura 113

Beatriz de Souza Ribeiro
Márcia Athayde Moreira
Adriana Maria Procópio de Araújo

Inteligência Artificial e o Futuro da Profissão Contábil no Brasil 129

Palmira Leão de Souza
Angela Zechinelli Alonso
Andrezza Moreira
Carla Cristina Tasso

CAPÍTULO III – EMPREENDEDORISMO FEMININO

Gestão de Custos e Turismo Receptivo: Estudo de Caso de uma Agência de Turismo Receptivo do Município de Jijoca de Jericoacoara/CE 147

Rafaela Rodrigues de Araújo
Talyta Eduardo Oliveira
Liliana Farias Lacerda
Aline da Rocha Xavier

Processo Automatizado de Suporte à Decisão para Planejamento Tributário das Empresas de Pequeno Porte do Grupo de Clientes da Empresa Finanza – Consultoria & Contabilidade 161

Maria Dorgivânia Arraes Barbará

Impacto da Pandemia de Covid-19 no Desempenho Econômico-Financeiro das Empresas do Segmento Bancário Listadas na B3 177

Rita Gabrielly Marques Loiola
Clenis Evila Silva dos Santos
Roberta Nascimento Correa

A Contribuição do Empreendedorismo Feminino na Contabilidade: uma Análise da Evolução e Perspectivas Futuras 191

Maria Alice Guedes Porto
Vivian Nunes Jesus da Silva

CAPÍTULO IV – A MULHER NA CIÊNCIA E EDUCAÇÃO

Educação Financeira e Gênero: um Estudo sobre o Nível de Conhecimento dos Estudantes do Rio de Janeiro 207

Samara Fadigas Contrera da Costa
Mariana Pereira Bonfim
Mariana Azevedo Alves

Mulheres Contabilistas: os Avanços e Desafios para o Alcance da Igualdade de Gênero 223

Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza
Thayná Medeiros Melo
Patrícia Lima Feitosa Leão

Mulheres e a Educação Financeira dentro da sua Vida e Negócio: uma Revisão Sistemática da Literatura 233

Andrezza Carolina Brito Farias
Cássia Regina de Lima
Luciana Dias Barros Martins
Roberta Veras Antônio
Sucena Silvia Hummel

CAPÍTULO V – CONTABILIDADE PÚBLICA E GOVERNANÇA

Avaliação de Políticas e Programas Sociais como Instrumento para *Accountability* nas Oscips 251

Poliane Mendes Gonçalves Chagas

Transparência Pública e Controle Social 263

Janaina Moura Evangelista de Melo
Ceciane Portela Sousa
Adriana Marques Dias

Patrimônio Cultural: um Estudo de Caso nos Balanços dos Governos Estaduais do Nordeste Brasileiro 279

Adriana Araújo Peixoto
Márcia Adriana Magalhães Omena
Oleides Francisca de Oliveira
Giseli Alves Silvente
Gleice Kelly Simplicio Costa

CAPÍTULO VI – DIVERSIDADE E ACESSIBILIDADE

Atuação da Mulher nas Organizações no Setor de Contabilidade 295

Marina Caroline Sousa Vieira Gomes
Eronildes Cavalcante Alexandre

Transformando Realidades: Uma Análise dos Relatórios das Comissões do CRC Mulher 305

Elizabeth Alline de Sousa
Eva Schran de Lima
Janaina dos Santos Canindé
Marlise Alves Silva Teixeira
Sandy Patricia Teixeira Sena

CAPÍTULO I

Liderança e Contabilidade Empresarial

Coordenadoras:
Carla Tasso e Janaina Canindé



Mulheres no Topo: como Elas estão quebrando Barreiras e Liderando Mudanças na Contabilidade

Ticiane Lima dos Santos

Doutora em Administração (Universidade da Amazônia – Unama)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9238-4651> | E-mail: ticiane.ufra@gmail.com

Resumo

O objetivo deste estudo é realizar uma análise abrangente da participação das mulheres na liderança dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), com foco especial em ações, atividades e políticas implementadas para promover e apoiar o avanço profissional das mulheres na área contábil; para tanto, utiliza-se como lente teórica a teoria do Teto de Vidro e a liderança situacional. Para responder a tal objetivo, realizou-se uma entrevista com as onze presidentes dos CRCs, utilizando-se um roteiro semiestruturado subdividido em três blocos, no intuito de perceber questões relacionadas à teoria do Teto de Vidro e à liderança situacional. A partir da análise das respostas das presidentes e das informações apresentadas ao longo do trabalho, foi possível concluir que a liderança feminina desempenha um papel fundamental na contabilidade e nas organizações de forma geral. As líderes femininas trazem consigo características valiosas, como sensibilidade, empatia, habilidades de comunicação, capacidade de adaptação e ética, que contribuem para um ambiente de trabalho mais harmonioso e para o desenvolvimento da profissão contábil. Portanto, a importância da liderança feminina na contabilidade reside não apenas na busca pela igualdade de gênero, mas também na valorização das contribuições e perspectivas das mulheres, na promoção da diversidade e na construção de um ambiente de trabalho mais inclusivo e produtivo.

Palavras-chave: Liderança feminina; Teto de vidro; Liderança situacional; Conselho Regional de Contabilidade.

1 Introdução

Historicamente, o protagonismo feminino vem ganhando espaço no mercado de trabalho em políticas inclusivas, e a igualdade passou a ser o objetivo de número cinco dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Ao longo dos anos, as mulheres vêm, cada vez mais, ampliando sua participação no mercado de trabalho. De acordo com Fortuna e Gonzalez (2009), isso está interligado ao crescimento do mercado de trabalho no mundo congregado às mudanças culturais da sociedade e à escolarização das mulheres.

Na literatura sobre mulheres em cargo de gestão, há um consenso de que existem muitas barreiras para a entrada de mulheres na profissão contábil, como: o próprio gênero, a estrutura familiar, a maternidade e os preconceitos (WOOD, 2008; THARENNOU, 1999; STRONGMAN; WRIGHT 2008; DAMBRIN; LAMBERT 2008; HUGHES, GINNETT CURPHY 2009).

Um artigo de pesquisa de Smith et al. (2019) destacou a importância da diversidade de gênero nos órgãos reguladores contábeis e examinou os impactos positivos da liderança feminina nos Conselhos Regionais de Contabilidade. Tal estudo apontou que as mulheres em cargos de liderança nesses Conselhos estão desempenhando um papel fundamental na promoção de políticas inclusivas, no estabelecimento de metas de equidade de gênero e no fornecimento de suporte profissional para as mulheres contadoras.

Além disso, um estudo de caso, realizado por Garcia e Silva (2020), investigou as ações e atividades desenvolvidas pelas mulheres que ocupam cargos de liderança nos Conselhos Regionais de Contabilidade. Os resultados revelaram uma série de iniciativas implementadas, como programas de mentoria, capacitação profissional específica para mulheres e criação de redes de apoio. Essas ações foram identificadas como efetivas para impulsionar a participação feminina no campo contábil e melhorar as oportunidades de carreira.

Tendo em vista esses resultados e outros trabalhos acadêmicos relevantes, o presente estudo tem como objetivo aprofundar a compreensão da participação das mulheres à frente dos CRCs, e enfatizar as ações, atividades e políticas voltadas para o avanço profissional das mulheres na área contábil. Essa análise permitirá identificar as melhores práticas e recomendações para promover uma maior inclusão de gênero nos órgãos reguladores contábeis e impulsionar o progresso das mulheres nesse campo específico.

O quantitativo de mulheres contadoras registradas e ativas nos Conselhos de Contabilidade, atualizado em 2022, é de 288.811, o que representa 43%, e de homens representam 57%, com 298.722 conforme o Relatório Integrado de 2022 (CFC, 2023).

Contudo, a literatura nacional está concentrada na análise da representatividade da mulher à frente dos CRCs e nas percepções das profissionais quanto ao gênero.

Esses estudos indicam que a participação feminina nos Conselhos é inferior à participação masculina, que as mulheres são consideradas competentes e habilitadas a exercerem a profissão e que um dos maiores obstáculos é ser mulher (GONÇALO, 2019; SILVA, 2018;

RADAELLI, 2018; OLIVEIRA, 2020). Uma lacuna importante na literatura nacional, entretanto, é que não existem resultados que indiquem as ações das mulheres para que outras mulheres consigam ocupar espaços dentro dos CRCs. Diante desse contexto, delineou-se a seguinte questão de pesquisa: **Em que medida as mulheres estarem à frente dos CRCs estimula o crescimento e o desenvolvimento de outras mulheres na classe contábil?**

O objetivo deste estudo é realizar uma análise abrangente da participação das mulheres na liderança dos Conselhos Regionais de Contabilidade, com foco especial em ações, atividades e políticas implementadas para promover e apoiar o avanço profissional das mulheres na área contábil.

Para responder a tal questão, todos os CRCs que tenham presidentes mulheres foram objeto deste trabalho, por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários, definidos no Capítulo 3. Foram adotados os seguintes objetivos específicos: identificar as mulheres que ocupam cargos de liderança nos Conselhos Regionais de Contabilidade e descrever suas responsabilidades e funções; analisar os desafios e obstáculos enfrentados pelas mulheres na liderança dos Conselhos Regionais de Contabilidade e suas estratégias para superá-los, usando como lente a teoria do Teto de Vidro; e avaliar as ações que as conselheiras tomam como presidentes para estimular a participação de outras lideranças femininas na classe contábil a partir da ótica da liderança situacional.

Em termos práticos, este trabalho contribui para o maior entendimento do impacto de mulheres na gestão dos CRCs, assim como para o aumento de mulheres na profissão e o retorno do trabalho dessas mulheres para a sociedade.

2 Referencial Teórico

2.1 Mulher na Liderança

O estado da arte sobre mulheres na liderança tem sido amplamente explorado na literatura científica, evidenciando a importância de examinar a representatividade feminina em posições de liderança em diversos setores.

Para Eagly e Carli (2007), as mulheres líderes são frequentemente descritas como mais participativas, orientadas para o relacionamento, empáticas e propensas a adotarem um estilo de liderança transformacional. Essas características podem levar a um clima organizacional mais colaborativo, o que motiva os funcionários e melhora o desempenho individual e coletivo.

Os autores destacam que as mulheres, muitas vezes, enfrentam desafios relacionados aos estereótipos de gênero associados à liderança. Elas podem ser percebidas como menos competentes ou menos adequadas aos cargos de liderança, o que dificulta seu progresso na hierarquia organizacional. Esse estereótipo pode resultar em expectativas mais rígidas e padrões duplos para as mulheres líderes, tornando suas ações mais sujeitas a escrutínio.

Além disso, um estudo de Cohen e Huffman (2007) ressaltou que as mulheres na área contábil podem enfrentar dificuldades em equilibrar as responsabilidades profissionais e pessoais, o que pode limitar suas oportunidades de assumir cargos de liderança.

Ibarra e Obodaru (2009) destacaram que as mulheres enfrentam desafios adicionais na busca pela liderança, como falta de acesso a redes e a oportunidades de mentoria, segregação ocupacional e o chamado “telhado de vidro”. Esse refere-se às barreiras invisíveis que impedem as mulheres de alcançar posições de alto nível, mesmo quando possuem habilidades e qualificações adequadas.

Para Kanan (2010), a sociedade secundariza o papel da mulher, uma vez que, mesmo essa sendo independente financeiramente, continua presa social e psicologicamente. A cultura é a do homem ser mantenedor e influenciador (HRYNIEWICZ; VIANNA, 2018). Assim, a liderança feminina vem ganhando espaço a passos lentos.

Koenig et al. (2011) destacaram que as mulheres líderes têm habilidades de comunicação eficazes, são mais propensas a considerarem perspectivas diversas e a tomarem decisões colaborativas. Isso pode resultar em um ambiente de trabalho mais inclusivo, onde as vozes e ideias de todos os membros da equipe são valorizadas.

A mulher em exercício de liderança vem timidamente crescendo no mercado de trabalho, em empresas corporativas de grande e pequeno porte, em empresas familiares e em entidades de ensino, sem fins lucrativos e públicas. Na classe contábil não é diferente, pois há, hoje, no exercício da presidência dos 27 estados, 11 mulheres, o que é um marco histórico. Isso representa 40,74% dos estados; entretanto, em relação aos profissionais ativos nos Conselhos de Contabilidade, esses estados liderados por presidentes mulheres representam 22,02% (CFC, 2023).

Um estudo de Ahn et al. (2016) destacou que as mulheres contadoras enfrentam barreiras relacionadas à cultura organizacional, à falta de representatividade feminina em cargos de liderança e à desigualdade de oportunidades de desenvolvimento profissional.

Smith et al. (2019) enfatizaram que a diversidade de gênero nesses órgãos reguladores contábeis traz benefícios significativos, incluindo a promoção de políticas inclusivas e o suporte profissional para as mulheres contadoras.

Além disso, Garcia e Silva (2020) destacaram as ações e atividades lideradas por mulheres nos Conselhos Regionais de Contabilidade, como programas de mentoria e capacitação profissional específica para mulheres. Essas iniciativas têm sido efetivas na promoção do avanço profissional das mulheres na área contábil e na criação de redes de apoio.

Na sociedade contemporânea, por mais independente financeiramente que a mulher se torne, ela ainda não alcança uma independência social e psicológica, uma vez que, socialmente, essa ainda percebe a mulher como secundária (KANAN, 2010).

Os estereótipos de gênero, a falta de acesso a redes e a oportunidades de mentoria, a segregação ocupacional e o “telhado de vidro” são alguns dos obstáculos que dificultam o avanço das mulheres na liderança. Na área contábil, a cultura organizacional, a falta de representatividade feminina e a desigualdade de oportunidades também são fatores limitantes.

2.2 Teto de Vidro

O conceito de “teto de vidro” refere-se a uma barreira invisível e sistemática que impede o avanço das mulheres para posições de liderança e de poder nas organizações. Essa metáfora descreve a situação em que as mulheres podem ver as posições de liderança acima delas, mas enfrentam obstáculos que dificultam seu progresso na escala hierárquica.

O termo “teto de vidro” foi popularizado por Hymowitz e Schellhardt (1986), em seu artigo “O Teto de Vidro: Por que as Mulheres não Conseguem Chegar ao Topo da Escada Corporativa”. Essas autoras argumentaram que, embora as mulheres possam alcançar níveis médios de gestão, sua progressão para os cargos mais altos é frequentemente barrada por fatores discriminatórios e estereótipos de gênero arraigados na cultura organizacional.

Diversas teorias e perspectivas têm sido utilizadas para explicar o fenômeno do “teto de vidro”. A teoria da Desigualdade de Gênero no Trabalho, proposta por Acker (1990), destaca as normas e os estereótipos de gênero presentes na sociedade e nas organizações, que perpetuam a sub-representação das mulheres em cargos de liderança.

A teoria do Capital Humano, desenvolvida por Becker (1964) e atualizada por Beller (2019), argumenta que as diferenças de habilidades e de competências entre homens e mulheres não são suficientes para explicar a disparidade de representação em posições de liderança. Ela sugere que fatores adicionais, como redes de contatos e oportunidades de desenvolvimento, desempenham um papel importante na progressão da carreira.

A teoria do Viés Inconsciente, proposta por Banaji e Greenwald (1995), enfatiza as atitudes e percepções sutis, mas poderosas, que influenciam as decisões e oportunidades de promoção nas organizações. Esses vieses podem levar a avaliações tendenciosas e limitar as oportunidades de liderança para as mulheres.

Além disso, a teoria do Teto de Vidro também considera questões estruturais, como a falta de programas de desenvolvimento de liderança específicos para mulheres, a ausência de modelos de liderança feminina e a falta de políticas organizacionais que promovam a igualdade de gênero, conforme argumentado por Powell (1999) e Martin (2003).

No contexto da área contábil, o “teto de vidro” também se faz presente. Mulheres contadoras enfrentam desafios em relação à representatividade em cargos de liderança, à desigualdade salarial e ao acesso limitado a redes profissionais.

Xavier et al. (2017) abordaram o contexto acadêmico brasileiro e os resultados obtidos revelaram a presença de barreiras e de estereótipos de gênero que limitam a ascensão das mulheres na carreira acadêmica em administração, o que corrobora a existência do “teto de vidro” nesse contexto.

O estudo de Silva et al. (2018) investigou a presença do “teto de vidro” em empresas brasileiras, analisando os obstáculos que as mulheres enfrentam na busca por posições de liderança. Os resultados mostraram a existência de estereótipos de gênero arraigados e a falta de igualdade de oportunidades como fatores que limitam a ascensão das mulheres.

Pereira e Corrêa (2019) investigaram a presença do “teto de vidro” no contexto da administração pública brasileira. Esse trabalho identificou que as mulheres enfrentam obstáculos relacionados a estereótipos de gênero, falta de representatividade em cargos de liderança e desigualdades salariais.

Falar sobre o “teto de vidro” evidencia a existência de barreiras e de desigualdades que impedem o progresso das mulheres para cargos de liderança nas organizações. Essas barreiras estão relacionadas a fatores sociais, culturais, organizacionais e individuais. O entendimento desses conceitos é fundamental para a implementação de políticas e de práticas que promovam a igualdade de gênero e a ascensão das mulheres em posições de liderança.

3 Metodologia de Pesquisa

Esta pesquisa pode ser considerada como um estudo desenvolvido a partir do método indutivo, o qual é uma abordagem que envolve a observação de casos particulares para chegar a conclusões gerais ou universais. Tal método parte de evidências específicas e, com base nelas, constrói teorias ou generalizações mais amplas (BABBIE, 2016). Considera-se a presente pesquisa descritiva, a qual, para Newman (2014), é um tipo de pesquisa que tem como objetivo principal descrever características, comportamentos, opiniões ou fenômenos em uma determinada população ou contexto.

Os dados utilizados neste estudo são oriundos de pesquisa bibliográfica e de entrevistas e foram obtidos por meio de entrevista semiestruturada e de formulários. O período definido para análise foi de 2022 a 2023. O ano inicial escolhido deve-se ao início de mandato nos CRCs.

No quadro a seguir, é demonstrada a organização da entrevista semiestruturada, conforme o bloco de categorização. Essa entrevista foi organizada em três categorias: a primeira classifica a entrevistada, a segunda apresenta afirmações com respostas baseadas no modelo de Likert (1932), e a terceira é uma pergunta aberta.

Quadro 1. Roteiro da entrevista semiestruturada

Caracterização das entrevistadas
1. Atua em qual CRC?
2. Idade?
3. Estado Civil?
4. Tem filhos?
5. Formação?
6. Tempo de atuação na área contábil
7. Quantos anos participou de atividades (comissões/conselheira), antes da presidência do CRC?
8. Quantos mandatos você exerce no cargo de presidente?

Questões baseadas no modelo de Likert

9. Minhas decisões são questionadas por colegas homens?
10. Quando eu estou falando sou interrompida por colegas homens?
11. Promovo ações que favoreçam que outras mulheres possam assumir de liderança?
12. Tenho minha capacidade intelectual testada por colegas homens?
13. Abro mão de assumir funções de liderança em virtude das minhas obrigações com a família?
14. Sofro violência simbólica (atitudes sutis no ambiente organizacional que põem à prova minhas habilidades)?
15. Você define a atividade, como, quando e onde deve ser executada? Você supervisiona constantemente a execução da tarefa?
16. Você explica a atividade a ser executada? Você ouve o liderado atentamente e busca convencê-lo da forma mais apropriada para realizar a tarefa?
17. Você possibilita que o liderado participe da tomada de decisão, compartilhe as ideias e as alternativas para resolver determinado problema?
18. Você permite que o liderado tome a decisão? Ou seja, que ele decida como, quando e onde deve atuar?

Questão aberta

19. Quais as contribuições que uma liderança feminina pode trazer para a classe contábil?

Fonte: elaborado pela autora (2023)

A entrevista foi realizada entre os dias 8 e 10 de maio de 2023 durante a realização da conferência CReCER 2023, em São Paulo, e as respondentes são as onze presidentes mulheres dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), o que representa 100% liderança feminina no Sistema. Atingir todas as mulheres presidentes foi muito significativo para a realização desta pesquisa, uma vez que essa quantidade de mulheres presidentes no Sistema é a maior registrada na história. Isso demonstra a importância de deixar eternizado esse momento.

Para responder ao primeiro objetivo específico deste estudo, todas as onze presidentes foram categorizadas, avaliando-se as frequências necessárias para a identificação das entrevistadas.

Já a resposta ao segundo objetivo específico deu-se a partir das avaliações das respostas das questões de 9 a 14, em que as informações individuais e coletivas foram comparadas, por meio do uso de análise de frequência, relacionando essas respostas à teoria.

No intuito de responder ao terceiro objetivo, foram utilizadas como base as questões de 15 a 18 e a questão aberta. Essa foi submetida a uma análise de discurso escrito, abordagem metodológica que busca compreender e interpretar o significado presente nos textos escritos, e leva em consideração não apenas o conteúdo explícito, mas também os elementos discursivos subjacentes, tais como estrutura, estilo, escolhas linguísticas e contextos sociais. Para fornecer uma explicação mais detalhada sobre tal análise, é importante destacar as contribuições de alguns autores renomados nessa área.

De acordo com Fairclough (1995), a análise de discurso escrito permite uma investigação crítica dos discursos presentes nos textos e explora como os diferentes elementos linguísticos e sociais se entrelaçam para construir significados.

Para realizar a análise de discurso, recorreu-se ao apoio do *software* de análise textual Iramuteq, tendo sido utilizada a análise de similitude que é baseada na teoria dos Grafos (MARCHAND; RATINAUD, 2012). De acordo com Carvalho e Brasileiro (2022), essa análise auxilia o pesquisador a tratar o texto e promove uma avaliação assertiva e abrangente.

4 Resultados

4.1 As presidentes

Os resultados desta pesquisa caracterizam as entrevistadas e apresentam as informações quanto a: idade, estado civil, se possui filhos, formação, tempo de atuação na área contábil, tempo que participou de atividades antes de estar na presidência do Conselho e quantos mandatos essa presidente já exerceu.

Os Conselhos Regionais de Contabilidade que possuem mulheres na sua presidência são: CRCES, Carla Cristina Tasso; CRCRR, Itajay Maria Soares; CRCMA, Ana Ligia Coelho Martins; CRCPE, Maria Dorgivânia Arraes Barbará; CRCMT, Giseli Alves Silvente; CRCMG, Suely Maria Marques de Oliveira; CRCSE, Maria Salete Barreto Leite; CRCGO, Sucena Hummel; CRCSC, Marisa Luciana Schvabe de Moraes; CRCPI, Adriana de Almeida Paula da Graça; e CRCAM, Joseny Gusmão da Silva, a presidente anfitriã do XIII Encontro Nacional da Mulher Contabilista 2023. Assim, há 11 mulheres presidentes dos Conselhos do Sistema CFC/CRCs.

Essa distribuição geográfica da presença de mulheres na presidência dos Regionais é um fator positivo, pois mostra que elas estão rompendo barreiras e alcançando posições de liderança em diferentes partes do país. Isso indica um avanço na busca pela equidade de gênero e uma maior representatividade feminina em cargos de destaque na área contábil.

A distribuição indica que, embora haja presença feminina em alguns CRCs, a maioria ainda é liderada por homens. Essa discrepância na representatividade de gênero nas presidências dos Regionais pode ser um reflexo das desigualdades e das barreiras que as mulheres enfrentam em sua progressão para cargos de liderança em diferentes setores profissionais.

A persistência do chamado “teto de vidro” pode contribuir para essa disparidade. Tal barreira é composta de fatores como estereótipos de gênero arraigados, preconceitos inconscientes, desigualdade de oportunidades e normas culturais que limitam a ascensão das mulheres em suas carreiras. No entanto, a presença de mulheres na presidência de alguns CRCs é um sinal encorajador de que as barreiras estão sendo superadas em alguns locais. Essas mulheres estão rompendo as normas estabelecidas e demonstrando sua capacidade de liderança e sua competência na contabilidade.

Os casos de mulheres presidentes nos CRCs podem servir como exemplos inspiradores para outras mulheres que buscam posições de liderança na contabilidade e em outros setores. Eles evidenciam a importância da representatividade feminina em cargos de poder e de influência, e contribuem para uma maior diversidade de perspectivas e tomadas de decisão mais inclusivas.

Dessa forma, é fundamental continuar a trabalhar para reduzir as desigualdades de gênero e promover a igualdade de oportunidades em todas as áreas profissionais, inclusive na contabilidade. Isso implica políticas organizacionais que incentivem a diversidade, a equidade de gênero e programas de desenvolvimento profissional específicos para mulheres, visando garantir a inclusão e o avanço de talentos femininos em cargos de liderança.

A Tabela 1 demonstra os demais dados sobre a caracterização das entrevistadas de forma consolidada.

Tabela 1. Caracterização das entrevistadas

Variáveis	Alternativas	Frequência	(%)
Idade	Entre 31 e 40 anos	01	9.09
	Entre 41 e 50 anos	05	45.46
	Entre 51 e 60 anos	04	36.36
	Acima de 61 anos	01	9.09
Estado civil	Casada/União estável	08	72.73
	Solteira	02	18.18
	Separada	01	9.09
Tem filhos	Sim	10	90.91
	Não	01	9.09
Formação	Graduação	01	9.09
	Especialização	07	63.64
	Mestrado	01	9.09
	Doutorado	02	18.18
Tempo de atuação na área contábil	Entre 10 e 20 anos	02	18.18
	Entre 21 e 30 anos	04	36.36
	Entre 31 e 40 anos	05	45.46
Anos de atividades em comissões/conselheira	Entre 1 e 5 anos	05	45.46
	Entre 6 e 10 anos	02	18.18
	Entre 11 e 15 anos	01	9.09
	Entre 16 e 20 anos	03	27.27
Quantidade de mandatos	01 mandato	08	72.73
	02 mandatos	03	27.27

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Ao analisar as variáveis apresentadas na Tabela 1, é possível destacar alguns pontos de interesse. No que diz respeito à idade das mulheres presidentes, observa-se uma distribuição razoavelmente equilibrada entre as faixas etárias de 41 a 50 anos e de 51 a 60 anos, respectivamente. Esses dados sugerem que mulheres com experiência e trajetória profissional consolidada são mais propensas a ocupar posições de liderança nos CRCs.

Quanto ao estado civil, a maioria das mulheres presidentes é casada ou está em união estável, totalizando 72,73% do grupo. Esse dado indica que mulheres com suporte familiar e uma estrutura de apoio sólida possuem maior facilidade para assumir os desafios e as responsabilidades inerentes ao cargo de liderança.

A tabela também revela que a esmagadora maioria das mulheres presidentes possui filhos, representando 90,91% do total. Essa informação sugere que essas mulheres conseguiram estabelecer um equilíbrio entre suas responsabilidades profissionais e familiares, e conciliam com êxito a maternidade com a liderança nos CRCs.

No que diz respeito à formação acadêmica, destaca-se que a maioria das mulheres presidentes possui especialização, totalizando 63,64%. Isso reforça a importância da busca por qualificação e aprimoramento profissional para alcançar posições de destaque na área contábil.

A análise também revela que as mulheres presidentes possuem um tempo significativo de atuação na área contábil, de 31 a 40 anos. Isso indica que a experiência e o conhecimento acumulados ao longo dos anos são fatores relevantes para alcançar a presidência dos CRCs.

Observa-se, ainda, que a maioria das mulheres presidentes possui entre 1 e 5 anos de atividades em comissões ou como conselheira. Esse dado sugere que algumas dessas mulheres já possuíam um histórico de engajamento e de participação nas atividades do Conselho antes de assumir a presidência.

Em relação à quantidade de mandatos, verifica-se que 72,73% das mulheres presidentes possuem apenas 1 mandato. Essa informação evidencia que ainda há um caminho a percorrer para uma maior permanência das mulheres nos cargos de liderança nos CRCs.

A partir da Tabela 1, é possível perceber que a participação das mulheres na presidência dos CRCs ainda é limitada e que o desafio de superar o “teto de vidro” persiste. A representatividade feminina nessas posições de liderança ainda reflete a existência de barreiras e de desigualdades de gênero no campo da contabilidade.

Embora haja mulheres qualificadas, experientes e engajadas, a presença delas na presidência dos CRCs é mínima em comparação ao longo do tempo. Isso ressalta a necessidade contínua de promover a igualdade de oportunidades e combater os estereótipos de gênero que limitam o avanço das mulheres para os mais altos escalões da profissão contábil.

4.2 O “teto de vidro”

Após a caracterização das entrevistadas, esta seção se propõe a avaliar a percepção por parte das presidentes sobre o “teto de vidro” em suas relações profissionais utilizando a escala de Likert. A Tabela 2 apresenta as respostas para as seis questões sobre a temática, a partir da teoria do Teto de Vidro.

Tabela 2. Avaliando o “teto de vidro”

Variáveis	Alternativas	Frequência	(%)
Minhas decisões são questionadas por colegas homens.	Nunca	01	9.09
	Raramente	05	45.46
	Ocasionalmente	02	18.18
	Frequentemente	02	18.18
	Muito frequentemente	01	9.09
Quando eu estou falando sou interrompida por colegas homens.	Nunca	01	9.09
	Raramente	06	54.55
	Ocasionalmente	03	27.27
	Frequentemente	01	9.09
	Muito frequentemente	-	-
Promovo ações que favoreçam que outras mulheres possam assumir de liderança.	Nunca	-	-
	Raramente	-	-
	Ocasionalmente	-	-
	Frequentemente	05	45.46
	Muito frequentemente	06	54.54
Tenho minha capacidade intelectual testada por colegas homens.	Nunca	02	18.18
	Raramente	05	45.46
	Ocasionalmente	02	18.18
	Frequentemente	02	18.18
	Muito frequentemente	-	-
Abro mão de assumir funções de liderança em virtude das minhas obrigações com a família.	Nunca	06	54.55
	Raramente	02	18.18
	Ocasionalmente	02	18.18
	Frequentemente	01	9.09
	Muito frequentemente	-	-
Sofro violência simbólica (atitudes sutis no ambiente organizacional que põem à prova minhas habilidades).	Nunca	03	27.27
	Raramente	03	27.27
	Ocasionalmente	04	36.36
	Frequentemente	01	9.09
	Muito frequentemente	-	-

Fonte: dados da pesquisa (2023)

A análise dos dados apresentados permite uma reflexão acerca da teoria do Teto de Vidro e seus impactos nas experiências das mulheres em posições de liderança. A partir desses resultados, é possível identificar aspectos que tanto confrontam quanto atestam essa teoria. Em relação à afirmação sobre as decisões serem questionadas por colegas homens, por exemplo, uma parcela significativa das participantes (45,46%) relata que suas decisões são questionadas em diferentes níveis de frequência. Essa constatação atesta a existência do “teto de vidro”, uma vez que sugere resistência ou desvalorização das escolhas e das decisões tomadas por mulheres em posições de liderança.

No entanto, ao se analisar a afirmação sobre a interrupção por colegas homens durante a fala, percebe-se que a maioria das participantes (54,55%) afirma ser raramente interrompida. Embora ainda ocorram casos de interrupção, a frequência relatada indica uma menor incidência desse comportamento. Nesse sentido, pode-se argumentar que os dados confrontam parcialmente a teoria do Teto de Vidro, e sugere uma possível evolução no reconhecimento e no respeito à voz das mulheres em posições de liderança.

Outro aspecto relevante é a promoção de ações que favoreçam que outras mulheres assumam liderança. Os dados mostram que a maioria das participantes (54,54%) relata promover frequentemente ou muito frequentemente tais ações. Esse resultado atesta a teoria do Teto de Vidro e demonstra a conscientização e a iniciativa das mulheres líderes na criação de oportunidades para que outras mulheres possam ocupar posições de destaque e superar as barreiras impostas.

No que se refere à capacidade intelectual ser testada por colegas homens, constatou-se que uma parcela significativa das participantes (45,46%) relata que suas habilidades são questionadas em diferentes níveis de frequência. Esses dados atestam a presença do “teto de vidro”, evidenciando a persistência de estereótipos de gênero e a necessidade de combater a subestimação das capacidades das mulheres em posições de liderança.

No tocante à abdicação de funções de liderança em virtude das obrigações familiares, a maioria das participantes (54,55%) afirma nunca abrir mão dessas responsabilidades. Esse dado sugere uma superação parcial do “teto de vidro”, e indica que as mulheres estão buscando equilibrar suas obrigações familiares com suas aspirações profissionais, o que pode contribuir para a quebra de estereótipos e para uma maior representatividade feminina em cargos de liderança.

Em relação à violência simbólica, observa-se que uma parcela considerável das participantes (36,36%) relata sofrê-la ocasionalmente no ambiente de trabalho. Esses dados confrontam a teoria do Teto de Vidro e demonstram a existência de um ambiente organizacional em que sutilezas e atitudes colocam à prova as habilidades das mulheres.

É importante ressaltar que a presença de elementos que atestam essa teoria reforça a necessidade contínua de ações voltadas para a equidade de gênero e a desconstrução de estereótipos no ambiente de trabalho. Ao mesmo tempo, os aspectos que confrontam essa teoria mostram que existem avanços sendo feitos, embora ainda haja espaço para melhorias.

Esses resultados ressaltam a importância de se promover uma cultura organizacional inclusiva, que valorize e reconheça as contribuições das mulheres em posições de liderança, garantindo igualdade de oportunidades e combate a qualquer forma de discriminação. A conscientização sobre o “teto de vidro” e a implementação de políticas e práticas que incentivem a diversidade de gênero são passos essenciais para criar um ambiente profissional mais justo e igualitário para todas as pessoas.

4.3 A liderança situacional

Após avaliar e evidenciar o “teto de vidro” nas respostas das entrevistadas, esta seção apresenta uma análise sobre a percepção da liderança situacional nessas respostas. As informações foram obtidas a partir das respostas das questões de 15 a 18. A Tabela 3 apresenta as respostas conforme a escala situacional de Likert.

Tabela 3. Avaliando a liderança situacional

Variáveis	Alternativas	Frequência	(%)
Você define a atividade, como, quando e onde deve ser executada? Você supervisiona constantemente a execução da tarefa?	Nunca	-	-
	Raramente	-	-
	Ocasionalmente	03	27.27
	Frequentemente	03	27.27
	Muito frequentemente	05	45.46
Você explica a atividade a ser executada. Você ouve o liderado atentamente e busca convencê-lo da forma mais apropriada para realizar a tarefa?	Nunca	-	-
	Raramente	-	-
	Ocasionalmente	02	18.18
	Frequentemente	04	36.36
	Muito frequentemente	05	45.46
Você possibilita que o liderado participe da tomada de decisão, compartilha as ideias e as alternativas para resolver determinado problema?	Nunca	-	-
	Raramente	-	-
	Ocasionalmente	02	18.18
	Frequentemente	04	36.36
	Muito frequentemente	05	45.46
Você permite que o liderado tome a decisão? Ou seja, que ele decida como, quando e onde deve atuar?	Nunca	-	-
	Raramente	02	18.18
	Ocasionalmente	05	45.46
	Frequentemente	03	18.18
	Muito frequentemente	01	27.27

Fonte: dados da pesquisa (2023)

A tabela apresentada pode ser analisada à luz dos preceitos da liderança situacional, que enfatiza a adaptação do estilo de liderança de acordo com a situação e as necessidades dos liderados. Ao observar os dados, pode-se identificar: distribuição variada nas respostas relacionadas à supervisão constante da execução da tarefa, explicação da atividade, participação do liderado na tomada de decisão e permissão para que o ele tome a decisão. Essa diversidade indica que diferentes abordagens de liderança situacional estão sendo aplicadas pelas líderes.

Os resultados revelam que uma parcela significativa das respondentes indicou que ocasionalmente, frequentemente ou muito frequentemente supervisionam a execução da tarefa, explicam a atividade a ser executada e possibilitam que o liderado participe da tomada de decisão e compartilhe ideias e alternativas para resolver problemas. Além disso, observa-se que uma proporção considerável de liderados tem permissão para tomar a decisão em relação à forma, ao tempo e ao local da atuação.

Esses resultados estão alinhados às premissas da liderança situacional, em que as líderes se adaptam ao nível de prontidão e às habilidades dos liderados, e busca envolvê-los na execução das tarefas e na tomada de decisões de acordo com suas capacidades e necessidades. Essa abordagem é fundamentada em estudos como o de Hersey e Blanchard (1969), que destacam a importância de ajustar o estilo de liderança de acordo com a maturidade e a competência dos liderados.

Segundo Blanchard e Hersey (1982), referências no campo da liderança situacional, a adaptação do estilo de liderança às situações e aos indivíduos é fundamental para obter o máximo desempenho da equipe. Nesse sentido, a liderança feminina pode se beneficiar da aplicação dos princípios da liderança situacional, pois permite uma maior compreensão das necessidades e habilidades dos liderados, de modo a facilitar o engajamento, o desenvolvimento e a motivação da equipe.

De acordo com um estudo realizado por Eagly e Carli (2007), as mulheres líderes tendem a adotar um estilo de liderança mais participativo e orientado para o desenvolvimento de pessoas, promovendo um clima organizacional mais colaborativo e engajador.

A análise da tabela à luz da liderança situacional indica que há elementos presentes que estão em consonância com essa abordagem, como a supervisão, a explicação da atividade, a participação do liderado na tomada de decisão e a permissão para que ele tome a decisão. As contribuições que uma liderança feminina pode trazer para a classe contábil.

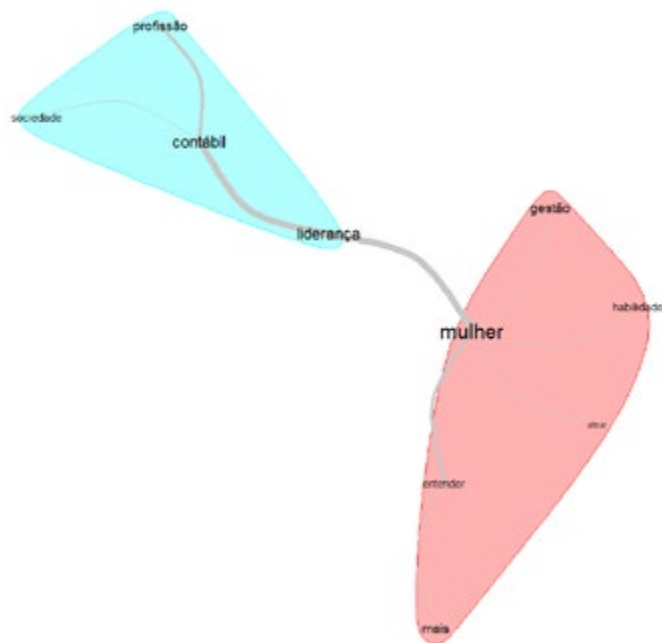
Para finalizar os resultados desta pesquisa, utiliza-se uma questão aberta, que trata da percepção das presidentes acerca das contribuições femininas para a profissão contábil. Essa questão foi respondida por todas as entrevistadas.

As respostas das presidentes enfatizam a importância da liderança feminina na contabilidade e destacam diversas características e contribuições que as mulheres trazem para a gestão. Sensibilidade, empatia, adaptabilidade, ética, habilidades multifacetadas e capacidade de diálogo são mencionadas como atributos essenciais das líderes femininas. Além disso, as entrevistadas enfatizam a necessidade de valorizar os serviços prestados

pelos mulheres em todas as áreas da contabilidade e de promover a representatividade e o protagonismo feminino.

A Figura 1 demonstra a análise das falas em conjunto das entrevistadas a partir da análise de similitude, baseada na teoria dos Grafos (MARCHAND; RATINAUD, 2012), produzida no IRaMuTeQ.

Figura 1. Análise de similitude



Fonte: autora/IRaMuTeQ (2023)

A figura relaciona a liderança feminina em dois principais eixos: o eixo mulher e o eixo liderança. As respostas demonstram como as presidentes relacionam a liderança feminina com as habilidades e a gestão necessária para o exercício da profissão contábil.

A relação entre a liderança feminina e a liderança situacional também pode ser identificada nas respostas das presidentes. A liderança situacional envolve a adaptação do estilo de liderança de acordo com a situação e as necessidades da equipe. Vários elementos mencionados, como a escuta das “habilidades” das profissionais, o diálogo, a flexibilidade, a inovação na gestão e a comunicação eficaz são fundamentais na abordagem da liderança situacional.

Essas respostas corroboram a importância da liderança feminina e evidenciam como as mulheres podem agregar valor à profissão contábil e ao ambiente organizacional. A diversidade de perspectivas, habilidades comportamentais e competências das líderes femininas contribui para o fortalecimento da profissão contábil e o desenvolvimento da sociedade.

5 Conclusão

Por meio da análise das respostas das presidentes e das informações apresentadas ao longo do trabalho, é possível concluir que a liderança feminina desempenha um papel fundamental na contabilidade e nas organizações de forma geral. As líderes femininas trazem consigo características valiosas, como sensibilidade, empatia, habilidades de comunicação, capacidade de adaptação e ética, que contribuem para um ambiente de trabalho mais harmonioso e para o desenvolvimento da profissão contábil.

A liderança situacional, que envolve a adaptação do estilo de liderança de acordo com a situação e as necessidades da equipe, também se relaciona com a liderança feminina. As respostas das presidentes evidenciam a importância da escuta, do diálogo, da flexibilidade e da inovação na gestão, elementos que estão em consonância com os princípios da liderança situacional.

Além disso, a presença de mulheres em cargos de liderança na contabilidade evidencia a necessidade de enfrentar desafios e superar barreiras, como o preconceito de gênero e o estabelecimento de equilíbrio entre as responsabilidades profissionais e pessoais. No entanto, as líderes femininas demonstram ter a capacidade técnica e comportamental para lidar com essas demandas e alcançar sucesso em suas posições de liderança.

Ao avaliar o primeiro objetivo proposto neste estudo, as presidentes são caracterizadas como profissionais que atuam na contabilidade a um período considerável e como mães que atuaram em comissões ou como conselheiras, sendo que a maioria está em seu primeiro mandato como presidente.

A partir da análise do segundo objetivo, foi possível compreender o “teto de vidro” perceptível nas respostas das presidentes, o que representa a necessidade de melhorias no acesso de mulheres ao papel de liderança. Também é necessário ampliar a rede de apoio entre elas, ação que fortalece a presença da liderança feminina e suas diversidades.

O terceiro objetivo foi percebido pela atuação das presidentes na produção de condições de acesso à liderança para mulheres por meio de preceitos que seguem a liderança situacional, a partir da qual se identificou uma atuação democrática que permite ao liderado acesso ao processo de tomada de decisão.

Com base nos resultados desta pesquisa, sugere-se como trabalhos posteriores: realizar uma pesquisa comparativa entre líderes femininas e masculinos na contabilidade, a fim de avaliar os diferentes estilos de liderança e seus impactos no desempenho organizacional; investigar estratégias eficazes para superar o “teto de vidro” na contabilidade; e como o homem pode contribuir para ampliar o espaço da liderança feminina, de modo a identificar medidas concretas para promover a igualdade de oportunidades e o acesso de mulheres a cargos de liderança.

Portanto, a importância da liderança feminina na contabilidade reside não apenas na busca pela igualdade de gênero, mas também na valorização das contribuições e das perspectivas das mulheres, na promoção da diversidade e na construção de um ambiente de trabalho mais inclusivo e produtivo. A presença e atuação das líderes femininas fortalecem a profissão contábil, inspiram outras mulheres a ocuparem posições de liderança e contribuem para o progresso da profissão contábil e da sociedade.

Referências

- ACKER, J. Hierarchies, Jobs, Bodies: a theory of gendered organizations. **Gender & Society**, v. 4, n. 2, p. 139-158, jun. 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/189609>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- AHN, M.; HIRAI, R.; RHO, E. Y. Gender inequality in accounting career progression: A longitudinal analysis. **Accounting, Organizations and Society**, n. 49, p. 1-16, 2016.
- BABBIE, E. **The practice of social research**. 14. ed. Boston: Cengage Learning, 2016.
- BANAJI, M. R.; GREENWALD, A. G. Implicit gender stereotypes and judgments of women and men. **Journal of Social Issues**, v. 61, n. 4, p. 759-779, 1995.
- BECKER, G. S. Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. **National Bureau of Economic Research**, 1964.
- BELLER, A. H. Revisiting becker's theory of human capital: a new data integration and multilevel analysis. **Social Forces**, v. 97, n. 1, p. 285-317, 2019.
- BLANCHARD, K.; HERSEY, P. **Management of organizational behavior: utilizing human resources**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1982.
- CARVALHO, J. L.; BRASILEIRO, T. A. S. Transparency as a tool in building efficient public institutions: a bibliometric study. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science**, v. 9, p. 4, 2022. <https://ijaers.com/detail/transparency-as-a-tool-in-building-efficient-public-institutions-a-bibliometric-study/>. Acesso em: 09 Jan. 2023.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Relato Integrado 2022**. <https://cfc.org.br/governanca/relato-integrado-2022/>. Acesso em: 10 Abr. 2023.
- COHEN, J. R.; HUFFMAN, S. K. The role of ethnic and professional identity in public accounting. **Accounting, Organizations and Society**, v. 32, n. 6, p. 517-539, 2007.
- DAMBRIN, C.; LAMBERT, C. Mothering or auditing? the case of two big four in France. **Accounting, auditing & accountability Journal**. v. 21 n. 4, p. 474-506, 2008. <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/09513570810872897/full/html>. Acesso em: 04 Jul. 2022.
- EAGLY, A. H.; CARLI, L. L. Women and the labyrinth of leadership. **Harvard Business Review**, v. 85, n. 9, p. 63-71, 2007. <https://hbr.org/2007/09/women-and-the-labyrinth-of-leadership>. Acesso em: 14 Set. 2022.
- FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis: the critical study of language**. Harlow: Routledge, 1995.

FONTOURA, Natália de Oliveira; GONZALEZ, Roberto. Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade. **Mercado de trabalho**, n. 41, p. 21-26, 2009. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercado-detrabalho/05_NT_Aumento.pdf. Acesso em: 10 Nov. 2022.

GARCIA, L. S.; SILVA, R. M. Women in leadership positions in the brazilian accounting profession: a case study. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 17, n. 44, p. 3-21, 2020.

GONÇALO, Rafaella Alves. **Gênero na contabilidade: percepção das presidentes**, em exercício ou não, dos CRCs no Brasil sobre o mercado contábil. Orientador: Ma Edmery Tavares Barbosa. 2019. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

HERSEY, P.; BLANCHARD, K. H. **Management of organizational behavior: utilizing human resources**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1969.

HYMOWITZ, C.; SCHELLHARDT, T. D. The glass ceiling: why women can't seem to break the invisible barrier that blocks them from the top jobs. **The Wall Street Journal**, v. 19, 1-4, 1986.

HRYNIEWIC, L. G. C.; VIANNA, M. A. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. **Caderno EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 331-344, jul./set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/74876> . Acesso em: 20 mar. 2022.

HUGHES, R. L.; GINNETT, R. C.; CURPHY, G. J. **Leadership enhancing the lessons of experience**. New York: McGraw-Hill, 2009.

KANAN, L. A. Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 17, n. 53, p. 243- 257, abr./jun. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-92302010000200001> . Acesso em: 15 jul. 2022.

KOENIG, A. M.; EAGLY, A. H.; MITCHELL, A. A.; RISTIKARI, T. Are leader stereotypes masculine? A meta-analysis of three research paradigms. **Psychological Bulletin**, v. 137, n. 4, p. 616-642, 2011.

MARCHAND, Pascal; RATINAUD, Pierre. L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: les premiers socialistes pour l'élection présidentielle française (septembre-octobre 2011). **Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles**. JADT, v. 2012, p. 687-699, 2012.

MARTIN, P. Y. Gender as a social institution. **Social Forces**, v. 82, n. 4, p. 1249-1273, 2003.

NEUMAN, W. L. **Social research methods: qualitative and quantitative approaches**. Londres: Pearson, 2014.

OLIVEIRA, Marcela Ferreira. **Liderança na profissão contábil: a trajetória profissional das presidentas de conselhos regionais de contabilidade**. Orientadora: Dra. Marli Auxiliadora da Silva. 2020. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

PEREIRA, V. C.; CORRÊA, T. L. O teto de vidro e a carreira das mulheres na administração pública brasileira. **Cadernos EBAPE.BR**, v.17, n. 3, p. 577-591, 2019.

POWELL, G. N. Reflections on the glass ceiling: recent trends and future prospects. In: J. K. Murnighan (ed.). **Social psychology in organizations: advances in theory and research**. Hoboken, NJ: Prentice Hall, 1999. p. 269-289.

RADAELLI, Keity Pretto. **Mulher contabilista nos conselhos de contabilidade no Brasil: uma análise do fenômeno teto de vidro**. Orientadora: Dra. Maria de Lurdes Furno da Silva. 2018. 38 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SILVA, Derley Júnior Miranda. **Mulheres na contabilidade: os estereótipos socialmente construídos sobre a contadora**. Orientadora: Dra. Marli Auxiliadora da Silva. 2018. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

SILVA, T. F.; COSTA, S. R.; LOPES, C. R.; RIBEIRO, E. M. O teto de vidro na carreira das mulheres executivas. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 19, n. 3, p. 630-648, 2018.

SMITH, J.; JOHNSON, A.; DAVIS, M. The impact of gender diversity in accounting regulatory bodies. **Journal of Accounting Education**, v. 47, p. 100-399, 2019.

STRONGMAN, K.; WRIGHT, S. The emotional labour of accountancy. **Pacific Accounting Review**, v. 20, n. 2, p. 102-106. Disponível em: https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/01140580810892454/full/html?utm_source=repec&utm_medium=feed&utm_campaign=repec. Acesso em: 19 nov. 2022.

THARENOU, P. Is there a link between family structures and women's and men's managerial career advancement? **Journal of Organizational Behavior**, v. 20, n. 6, p. 837-863, 1999.

XAVIER, F. H. G.; SILVA, R. V. F.; SERRA, F. A. R.; BOAVENTURA, J. M. G. Teto de vidro e barreiras de gênero na carreira acadêmica em administração. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, n. 2, p. 155-175, 2017.

WOOD, G. Gender stereotypical attitude. **Equal Opportunity International**, v. 27, n. 7, 2008.

Presidentes de CRCs

Gestão 2022/2023



Joseny Gusmão
Presidente CRCAM



Carla Tasso
Presidente CRCES



Sucena Hummel
Presidente CRCGO



Ana Lígia Martins
Presidente CRCMA



Suely Maria Marques
Presidente CRCMG



Giseli Alves
Presidente CRCMT

Presidentes de CRCs

Gestão 2022/2023



Sintomas de Ansiedade e Motivação para Aprender: um Olhar para os Futuros Contadores

Isadora de Nardin

Bacharela em Ciências Contábeis (Universidade Federal de Santa Maria – UFSM)
Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-0144-0771> | E-mail: isadenardin07@gmail.com

Paola Flores Raimundo

Bacharela em Ciências Contábeis (Universidade Federal de Santa Maria – UFSM)
Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-5491-5300> | E-mail: pa.floresraimundo@hotmail.com

Cristiane Krüger

Doutora em Administração (Universidade Federal de Santa Maria – UFSM)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2271-6432> | E-mail: cristiane.kruger@ufsm.br

Lizana Ilha da Silva

Mestra em Contabilidade (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0448-9769> | E-mail: lizanailha@hotmail.com

Resumo

A realização de uma graduação, do ingresso até a conclusão, é rodeada por momentos de conflitos e adversidades, o que gera nos estudantes sentimentos de incerteza e apreensão quanto ao futuro, podendo impactar o processo de aprendizagem. Diante disso, nesta pesquisa, objetivou-se analisar a associação dos constructos “ansiedade” (estado e traço) e “motivação para aprender” em alunos de Ciências Contábeis. A amostra foi composta de 181 alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Os dados foram obtidos por meio de questionário aplicado presencialmente, e a análise dos dados adotou correlação de Pearson. Os resultados apontaram que a AT é uma determinante negativa para a MA. Dessa forma, conclui-se que a ansiedade-traço impacta negativamente a motivação para aprender e faz parte da personalidade do indivíduo, mostrando-se persistente e sendo mais considerada como um transtorno. Logo, seu impacto no desempenho acadêmico dos graduandos é negativo. A principal contribuição do estudo é de ordem profissional e remete a um sinal de alerta quanto ao cuidado com a saúde mental dos futuros contadores ao longo da sua formação, para que as instituições de ensino superior busquem medidas que amenizem os sintomas de ansiedade nos discentes.

Palavras-chave: Ansiedade; Motivação para aprender; Acadêmicos.

1 Introdução

O ingresso na universidade é uma fase importante para a formação profissional do estudante e implica diversas mudanças no seu cotidiano (Vizzotto; Jesus; Martins, 2017). Conforme os autores, por vezes, isso inclui a distância do convívio familiar e a necessidade de amadurecimento para lidar com uma alta carga de informações. Nesse sentido, a inserção no ambiente de educação especializada, como o bacharelado em Ciências Contábeis, pode acarretar níveis elevados de medo e insegurança (Silva *et al.*, 2021).

De acordo com Costa *et al.* (2017), o ensino superior é envolto em circunstâncias que provocam indícios de ansiedade nos estudantes, visto que estão constantemente sob pressão e angustiados em relação ao futuro. Os autores reiteram que a entrada no âmbito acadêmico demanda empenho dos discentes para estudar longas horas, o que promove estresse e dificuldade na execução das atividades diárias e pode gerar ou intensificar o transtorno de ansiedade.

Em vista disso, Justino *et al.* (2019) afirmam que a ansiedade prejudica tanto a esfera profissional quanto a acadêmica, ao desencadear dificuldades na execução das tarefas, entre elas a apresentação de trabalhos, a realização de provas e de debates e os problemas de concentração. Nos graduandos, a ansiedade influencia negativamente o desempenho, e estudantes com maiores níveis de ansiedade tendem a obter menores notas (Macher *et al.*, 2012). Além disso, casos mais extremos de ansiedade podem ocasionar o afastamento do indivíduo de suas funções, o que, no meio acadêmico, proporciona déficit na aprendizagem e desmotivação quanto à formação definida (Santos; Castro; Vogel, 2018).

No que tange à motivação para aprender, esta se refere à eficácia na aquisição de conhecimento (Tho, 2017). Piletti (2008) enfatiza que é imprescindível que haja motivação por parte dos estudantes, pois, na falta desse estímulo, não haverá obtenção de conhecimento. Por sua vez, Soares *et al.* (2021) salientam que, na graduação, os acadêmicos devem utilizar métodos de modo perseverante, organizado e direcionado ao objetivo, para gerir sua motivação e aprendizagem, a fim de concluir a formação. Além disso, graduandos de Ciências Contábeis com elevados níveis de capital psicológico, ou seja, autoeficácia, esperança, otimismo e resiliência, tendem a ser mais motivados para aprender e manifestam maiores índices de entendimento e compreensão aos ensinamentos transmitidos (Zonatto *et al.*, 2020).

Diante disso, insere-se a variável contingente da pandemia, período em que o grau de ansiedade nos discentes se mostrou consideravelmente mais relevante com relação ao momento anterior ao vírus da covid-19 (Corona Vírus Disease, 2019), atestando consequências psicológicas negativas nos alunos de graduação (Maia; Dias, 2020). No que diz respeito à motivação para aprender, com a paralisação do sistema de ensino e a adaptação à modalidade de Educação a Distância (EaD), durante a pandemia, observou-se que os universitários enfrentaram adversidades para permanecerem motivados a estudar e, conseqüentemente, aprender os conhecimentos ministrados em aula (Fonsêca; Fonsêca; Silva, 2021).

De acordo com Fonsêca, Fonsêca e Silva (2021), a modalidade EaD ocasionou um sentimento de desmotivação que influencia negativamente a aprendizagem e o rendimento dos acadêmicos. Dessa forma, considerando-se o retorno à presencialidade do ensino superior em Ciências Contábeis após o ápice da pandemia, questiona-se: **Quais são os determinantes dos sintomas de ansiedade-estado e ansiedade-traço na motivação para aprender dos futuros contadores?** A fim de responder ao problema de pesquisa proposto, objetiva-se analisar os determinantes dos sintomas de ansiedade-estado (AE) e ansiedade-traço (AT) na motivação para aprender dos futuros contadores.

Esta pesquisa, no que se refere à ansiedade, justifica-se por esse transtorno ser considerado o mal do século, afetar negativamente o aspecto psicológico dos indivíduos e refletir significativamente na qualidade de vida e no reconhecimento da identidade da população (Iasevoli *et al.*, 2020; Marchi *et al.*, 2013; Santos; Castro; Vogel, 2018). Ainda, estudos internacionais revelaram que 25% dos cidadãos sofrem ou sofrerão transtorno de ansiedade ao longo de suas vidas e que este se apresenta frequentemente no dia a dia da população (Silva, 2011). Isso reforça a pertinência de pesquisas voltadas ao transtorno de ansiedade, especialmente em graduandos, futuros profissionais.

Tendo em vista os aspectos motivacionais, esta pesquisa se demonstra relevante visto que Fonsêca, Fonsêca e Silva (2021) citam que a motivação instiga a aprendizagem e que o desempenho dos indivíduos nesse processo está atrelado ao seu esforço. Nesse sentido, é importante que os discentes valorizem o ensino, envolvam-se ao máximo nesse processo de aprendizagem e empreguem esforços para obter os conhecimentos passados pelos docentes, visto que, quanto mais motivados, maiores serão as chances de aprender e, por conseguinte, de se tornarem melhores profissionais (Zenorini; Santos; Monteiro, 2011). Tal situação incentiva a pesquisa voltada à motivação para aprender em graduandos de Ciências Contábeis.

O presente estudo se mostra pertinente pela necessidade de compreensão da ansiedade no ambiente acadêmico, em razão de os estudantes universitários serem vulneráveis ao desenvolvimento da ansiedade devido à apreensão quanto ao futuro, pois o ingresso no ensino superior significa uma fase de mudanças e expectativas, influenciando diretamente a qualidade de vida desses indivíduos (Lima *et al.*, 2017; Marchi *et al.*, 2013). Em virtude disso, nesta pesquisa, priorizou-se investigar os discentes de Ciências Contábeis de uma universidade pública federal, levando-se em consideração que as vivências de sofrimento mental – como a ansiedade – afetam negativamente o rendimento dos estudantes, uma vez que estes precisam concentrar mais esforços para finalizar suas atividades (Zonatto *et al.*, 2021).

Posto isso, este estudo apresenta múltiplas potenciais contribuições. A primeira diz respeito ao avanço na literatura, pelo fato de não ter sido encontrada nenhuma pesquisa, até o presente momento, que evidencie a relação entre ansiedade e motivação para aprender em estudantes universitários de Ciências Contábeis. Outra razão para a realização deste trabalho se refere à contribuição profissional, uma vez que discentes com melhor saúde mental terão maior qualidade em sua formação e, conseqüentemente, melhor preparo para

enfrentar o mercado de trabalho, com conhecimentos para lidar com as situações no âmbito organizacional (Ramos *et al.*, 2020). Com isso, cabe às instituições de ensino superior serem as principais aliadas nesse quesito e planejarem medidas que busquem trabalhar o fator ansiedade nos seus estudantes.

Ainda, este estudo apresenta contribuições sociais quanto à qualificação do contador, o que pode refletir no serviço prestado pela classe contábil à sociedade. Para isso, destaca-se que a ansiedade é um determinante negativo para o engajamento desse profissional (Peiter *et al.*, 2022). Desse modo, impacta a aptidão do contador, no que se refere à saúde mental dele, e a preparação desses profissionais nas instituições de ensino superior.

1.1 Ansiedade e motivação para aprender

A ansiedade é um estado emocional complexo, o qual, muitas vezes, é desencadeado por medo – ou seja, é a apreensão – quando a pessoa acredita que não pode controlar ou prevenir futuros eventos (Clark; Beck, 2014). Os autores destacam que, ao se sentirem ansiosas, as pessoas são afetadas de maneira física, emocional e comportamental. Sadock, Sadock e Ruiz (2017, p. 387) reiteram que “a ansiedade é uma resposta a uma ameaça desconhecida, interna, vaga ou conflituosa”. Ainda, complementam que é um sinal de alerta diante de um perigo, o qual proporciona aos indivíduos a capacidade de tomarem medidas para enfrentarem essa ameaça. Quando demasiada, a ansiedade é considerada um transtorno. Silva (2011) acrescenta que essa doença se apresenta de diversas formas e varia em grau e em intensidade.

Lipp (2000) destaca que a ansiedade de maneira excessiva é nociva em todos os aspectos, seja na aquisição de conhecimentos, nos relacionamentos interpessoais ou em situações de tragédias, em que o indivíduo tem melhor desempenho ao permanecer calmo. A autora enfatiza que um grau moderado de ansiedade faz com que as pessoas busquem adquirir conhecimentos, mas a sua falta pode desanimá-las e, até mesmo, ocasionar desinteresse nos estudos. Entretanto, a ansiedade de modo excessivo provoca a ausência de atenção e foco, tendo como consequências resultados negativos diante de uma avaliação (Lipp, 2000).

Outro efeito da ansiedade pode ser a evasão dos discentes das instituições de ensino devido ao seu desempenho reduzido (Coelho; Nascimento, 2020). Além disso, Coelho e Nascimento (2020, p. 3) complementam que os transtornos mentais nos acadêmicos “podem acarretar déficit na oferta de mão de obra qualificada para o mercado e escassear as contribuições ao avanço do conhecimento que ocorrem por meio das pesquisas, uma vez que esses profissionais não atingiriam todo o seu potencial”. Dessa forma, o presente estudo é direcionado para os estudantes de graduação de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria.

Quanto ao estudo da ansiedade, há uma distinção desenvolvida pelo psicólogo Cattell de dois conceitos importantes para o melhor entendimento desse transtorno: ansie-

dade-traço e ansiedade-estado. Ambas as concepções têm relação, mas esta é passageira e aquela é constante e duradoura (Lipp, 2000). Nesse sentido, Ferreira *et al.* (2009, p. 974) definem que a ansiedade-traço está relacionada a

características individuais e disposicionais, estabelecendo diferenças entre os indivíduos quanto à forma de encarar eventos diversos, ou seja, cada indivíduo traz consigo uma disposição maior ou menor de encarar as situações como ansiogênicas, estando relacionada, diretamente, à personalidade de cada um.

No tocante à ansiedade-estado, Cordeiro (2009, p. 2) estipula que esta se refere

[...] às reações emocionais desagradáveis, caracterizadas por sentimentos subjetivos de apreensão, nervosismo e preocupação, intensificando a atividade do sistema nervoso autônomo, causado por uma tensão específica.

Lipp (2000) acrescenta que, embora o indivíduo tenha predisposição a se sentir ansioso, controlar esse estado reduz o seu traço, devido ao fato de serem termos concernentes.

A motivação é conceituada como um “processo responsável pela intensidade, direção e persistência dos esforços de uma pessoa para o alcance de uma determinada meta” (Robbins, 2005, p. 132). Neves e Boruchovitch (2006) acrescentam que os alunos são motivados por dois aspectos: intrínsecos ou extrínsecos. Aquele se refere à capacidade de se sentirem entusiasmados, incentivados e envolvidos ao executar uma tarefa, e este diz respeito à realização de determinada atividade mediante uma compensação externa.

Existem diversos conceitos para a expressão “motivação para aprender”, e um deles é proposto por Tho (2017), que a descreve como o interesse que os graduandos têm de compreender os conteúdos ministrados durante sua formação. Sendo assim, aqueles que apresentam melhor rendimento detêm maior adesão aos conhecimentos repassados devido à sua força de vontade nesse processo. Tendo-se em vista a relevância do autor para esse constructo, neste estudo, optou-se por utilizar a escala validada por ele como referência. De acordo com Moretti (2009), o propósito do ensino deve ser se empenhar em promover atividades acadêmicas que possuam relevância, o que faz com que o aluno desenvolva as tarefas com respeito e empenho, bem como reconheça a importância daquele conhecimento, e não somente instigue a competição entre os discentes.

Bzuneck (2002, 2005 *apud* Zenorini; Santos; Monteiro, 2011, p. 157) corrobora que “é inegável que os problemas motivacionais podem interferir na aprendizagem dos estudantes. Muitos estudos têm demonstrado a relação entre o sucesso acadêmico e a motivação”. Diante disso, a motivação é primordial para obter êxito no âmbito educacional, dado que, no cotidiano do educando, a força de vontade se faz necessária para enfrentar as adversidades, tanto na vida acadêmica quanto na real (Gopalan *et al.*, 2017). Outra particularidade é

exemplificada no estudo de Cunha e Boruchovitch (2013), ao ressaltarem que, indubitavelmente, os alunos que determinam as estratégias de análise e traçam os objetivos a serem alcançados têm maiores oportunidades de uma aprendizagem mais eficiente.

Entre os estudos recentes que contemplaram a temática de motivação para aprender em estudantes da área contábil, citam-se, em ordem cronológica, as pesquisas de Souza e Miranda (2019), Lemos (2019), Silva, Krüger e Kaczam (2020), Zonatto *et al.* (2020), Morais, Brito e Pinto (2021) e Krüger *et al.* (2021). A partir dos estudos apresentados, cabe observar que são escassas as pesquisas que contemplaram as temáticas de ansiedade e motivação para aprender conjuntamente, o que reflete em oportunidade para a realização desta pesquisa.

2 Metodologia

Esta pesquisa é classificada quanto ao problema como quantitativa, quanto aos objetivos é descritiva e quanto aos procedimentos técnicos é de levantamento. A população total do presente estudo é composta de 325 alunos, devidamente matriculados no curso de Ciências Contábeis da UFSM. Na instituição, o curso é ofertado em duas modalidades, diurno e noturno, estando 149 alunos no turno vespertino e 176 matriculados na parte da noite, segundo dados fornecidos pela secretaria do curso de Ciências Contábeis, no dia 23 de maio de 2022. Sendo assim, não havendo o objetivo de comparar os turnos, considerou-se essa a população total do trabalho.

O instrumento aplicado contemplou 50 variáveis, de modo que 40 dizem respeito à ansiedade, instituídas por Biaggio e Natalício (1979), 5 fazem referência à motivação para aprender, estabelecidas por Tho (2017), além de 5 questões voltadas ao perfil sociodemográfico dos respondentes, quais sejam: semestre, turno, vínculo empregatício, sexo e idade. As 40 assertivas para avaliar os sintomas da ansiedade-estado e ansiedade-traço (Biaggio; Natalício, 1979) são mensuradas a partir da pontuação da escala tipo Likert, que varia de 1 a 5, sendo 1 “absolutamente não/nunca” e 5 “muitíssimo/sempre”. Salienta-se que a interpretação das respostas dos itens de natureza positiva é realizada a partir da inversão da pontuação atribuída. Nesse sentido, no Inventário de Ansiedade Traço-Estado, os escores para as perguntas de caráter positivo são invertidos, ou seja, se a resposta for 5, atribui-se valor 1 e assim respectivamente. Para se avaliar a motivação para aprender (Tho, 2017) dos discentes pesquisados, aplicam-se as 5 últimas assertivas, igualmente mensuradas mediante pontuação da escala tipo Likert, que varia de 1 a 5, sendo 1 “fortemente em desacordo” e 5 “concordo fortemente”. Vale ressaltar que, neste constructo, não existem questões inversas.

A coleta dos dados ocorreu presencialmente nas salas de aula, com os acadêmicos de Ciências Contábeis. Para tal população, estimou-se uma amostra mínima de 177 questionários a serem coletados. A coleta teve início no dia 8 de junho de 2022 e foi finalizada em 14 de agosto do mesmo ano. Previamente, realizou-se um levantamento dos semestres e das

turmas, a fim de se evitar que o mesmo aluno respondesse duas vezes ao questionário. Antes da aplicação do instrumento, os participantes foram comunicados do objetivo do estudo e dos aspectos éticos da pesquisa, sendo solicitado o seu preenchimento integral e assegurado o anonimato dos discentes. Ao final do período de coletas, auferiu-se um total de 186 questionários respondidos, o que ultrapassa a amostra mínima calculada.

Após a realização da coleta de dados, os questionários foram tabulados em uma ferramenta de planilha eletrônica para posterior análise. Dos questionários respondidos, 5 foram excluídos por apresentarem respostas faltantes em um constructo inteiro, o que inviabilizou a análise. Desse modo, a amostra apta para investigação totalizou 181 alunos de Ciências Contábeis.

Com base na normalidade apurada, por meio de uma distribuição normal dos dados (Sig.>0,05), adotou-se o teste paramétrico para análise da correlação entre os constructos. Assim, o Coeficiente de Correlação de Pearson foi utilizado para avaliar as associações entre os constructos “ansiedade” (estado e traço) e “motivação”, avaliando-se o grau de relação linear entre dois constructos. Conforme Virgillito (2017), essa técnica é alicerçada na analogia de duas variáveis e estima a intensidade da ligação entre elas. O principal método para avaliar os aspectos quantitativos é o coeficiente de correlação, devido ao fato de ser entendido como o procedimento mais apropriado, visto que é utilizado nas amostras quando não se conhece esse valor na população (Morettin; Bussab, 2017).

Diante disso, Lopes (2016) informa que o Coeficiente de Correlação de Pearson varia de -1 até +1, de modo que, quanto mais próximo das extremidades dessa reta, menor a dispersão e mais forte a correlação, sendo negativa se estiver perto do -1 e positiva quando aproximado do +1. Ao contrário, os valores próximos de 0 demonstram grande dispersão e não apresentam relação.

3 Análise e Discussão dos Resultados

A amostra apta à análise é composta de 181 alunos, devidamente matriculados no curso de Ciências Contábeis da UFSM, os quais estão distribuídos do primeiro ao décimo semestre. O terceiro semestre apresentou maior adesão à pesquisa, totalizando 29 respondentes (16,02%), e o primeiro e o sétimo período evidenciaram a mesma quantidade de participantes (25), representando 13,81%.

Pondera-se que a menor porcentagem é retratada no último semestre e equivale a 3,31%, uma vez que, no final da graduação em Ciências Contábeis, a maioria dos discentes podem realizar suas atividades sem a necessidade de se deslocar até a universidade. Essa redução é explicada por Cavalheiro (2020, p. 43), a qual ressalta que muitos estudantes “encontram-se vinculados apenas no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)”, o que dificulta a participação deles na pesquisa, justificando o resultado encontrado.

Os semestres são ofertados nos turnos diurno e noturno, estando 64,09% (116) dos respondentes matriculados no período noturno e 31,49% (57 estudantes) no diurno. O restante (4,42%, 8 alunos) não informou esse quesito. Dessa forma, é possível constatar uma preferência pelo curso noturno, que detém o dobro de estudantes comparativamente com o diurno.

No que se refere ao vínculo empregatício, vale ressaltar que 117 (64,64%) dos discentes realizam algum tipo de prática profissional, 57 (31,49%) não desempenham atividades e 7 (3,87%) deixaram de responder a essa questão. A partir disso, averiguou-se a relação entre o vínculo empregatício e o turno em que os respondentes cursam a graduação em Ciências Contábeis. Entre os que trabalham, prevalecem os estudantes que cursam a graduação em Ciências Contábeis no período noturno, representados por 74,14% da totalidade dos participantes.

Tal resultado pode ser fundamentado por Krüger *et al.* (2021) e Souza (2015), que afirmam que os universitários que estudam à noite detêm a possibilidade de, complementarmente à teoria desenvolvida no ambiente acadêmico, acessar também o conhecimento ao exercer uma atividade profissional em virtude da flexibilidade de horário durante o dia. Nesse sentido, é notável certa dominância perante os discentes da modalidade diurna, os quais não dispõem dessas vantagens em razão de terem suas aulas ministradas no período vespertino.

Além disso, chama atenção que, dos 56 estudantes do diurno, pouco mais da metade desempenhe alguma atividade empregatícia (30 alunos, 53,57%), o que pode ser justificado por estágios, bolsas de monitoria, de pesquisa e de extensão, que têm menor carga horária, bem como flexibilidade de atuação, e, conseqüentemente, possibilitam uma forma de atuação para os estudantes da área contábil (Rodrigues, 2015).

Quanto aos pesquisados que responderam não atuar no mercado de trabalho, foi demonstrada uma quantidade próxima com relação a ambos os turnos (26 do diurno e 29 do noturno). Outrossim, é válido enfatizar que, nas duas análises, o número de participantes se mostra superior nos matriculados no período da noite, o que se justifica pela maior parte dos respondentes estudarem nesse horário, possibilitando uma maior atuação no mercado de trabalho. De acordo com a Tabela 13, nota-se que os resultados apresentados são coerentes com os do estudo de Krüger *et al.* (2022), o qual relata que o curso noturno faculta ao estudante a possibilidade de trabalhar tanto no período da manhã como da tarde, ampliando as alternativas de estágio e emprego, explicando esse resultado.

Ademais, cabe salientar que a amostra foi classificada com base no sexo dos participantes da pesquisa: dos 181 pesquisados, a distribuição de gênero se mostrou predominantemente feminina, uma vez que 53,04% da amostra é constituída por mulheres. Além disso, 42,54% dos respondentes se identificaram como homens e 4,42% optaram por não responder a esse tópico. Essa apuração corrobora o estudo de Krüger *et al.* (2022), que constataram como relevante o número de participantes do gênero feminino (67%). Todavia, isso contraria os achados de Krüger *et al.* (2021), que também analisaram estudantes de Ciências Contá-

beis da mesma instituição e concluíram que a maioria dos pesquisados correspondiam, na época, ao sexo masculino (52%).

No que diz respeito à faixa etária dos participantes, verificou-se uma discrepância entre os resultados, destacando-se os discentes com idade entre 18 e 29 anos (86,19%), número que se assemelha com os números encontrados na pesquisa de Zonatto *et al.* (2020), composta de 77,45% de graduandos entre 19 e 30 anos. De modo geral, a amostra pesquisada é determinada por graduandos do sexo feminino, com idade que varia de 18 a 29 anos, estudantes do turno da noite e que possuem algum vínculo empregatício. Concluída a descrição do perfil sociodemográfico dos participantes do estudo, na próxima seção, são analisados os resultados da estatística descritiva e confiabilidade referente ao primeiro constructo do instrumento de coleta de dados.

Com o intuito de associar os constructos “ansiedade” (estado e traço) e “motivação para aprender” dos alunos de Ciências Contábeis, tendo-se em vista a normalidade dos dados, utilizou-se a Correlação de Pearson, cujos resultados auferidos são demonstrados na Tabela 1.

Tabela 1. Associação entre ansiedade e motivação

Constructo	MA	AE	AT
MA	1		
AE	-,188*	1	
AT	-,189*	,788**	1

*. A correlação é significativa no nível 0,05; **. A correlação é significativa no nível 0,01; N válido. 181.

Fonte: elaborado pelas autoras (2022)

Com base na exposição da Tabela 1, é possível verificar que tanto a ansiedade-estado quanto a ansiedade-traço, quando se relacionam com a motivação para aprender, apresentam uma relação inversa, caracterizada ainda como ínfima fraca – de 0,01 a 0,20 (Lopes, 2018). Isso denota uma significância de 5%, ou seja, há 95% de chance de haver uma correlação entre essas dimensões, de modo que, quando a ansiedade aumenta, a motivação tende a reduzir, indo ao encontro do estudo de Justino *et al.* (2019), que explica como a ansiedade impacta, de forma negativa, o ambiente acadêmico, mais especificadamente o rendimento dos universitários. Tal resultado também é suportado por Peiter *et al.* (2022), que verificaram a associação negativa entre ambas as ansiedades (traço e estado) e o engajamento.

No que diz respeito à associação entre AE e AT, observou-se uma relação positiva e forte (0,79) (Lopes, 2018), com significância de 1%. Isso quer dizer que, se a ansiedade-estado cresce, provavelmente a ansiedade-traço também aumentará. Essa afirmação é ratificada por Lipp (2000), quando explica que, em situações em que as capacidades dos indivíduos são testadas, quem possui alto nível de AT normalmente apresenta grau elevado de AE. Da mesma forma, Barin (2022) auferiu correlação positiva entre ambos os constructos “ansiedade”, o que reforça os presentes achados.

Posteriormente, na Tabela 2, a correlação entre os constructos e as assertivas do perfil sociodemográfico é evidenciada.

Tabela 2. Associação entre ansiedade e motivação com perfil

Constructo	MA	AE	AT	Semestre	Turno	Vínculo	Sexo	Idade
Semestre	-,162*	,035	-,004	1				
Turno	-,194**	,102	,080	-,016	1			
Vínculo	,130	-,029	,078	-,084	,021	1		
Sexo	,074	,216**	,329**	,055	,025	,067	1	
Idade	,030	,013	-,026	,120	-,012	-,071	-,199**	1

*. A correlação é significativa no nível 0,05; **. A correlação é significativa no nível 0,01; N válido. 181.

Fonte: elaborado pelas autoras (2022)

Conforme a Tabela 2, identificou-se uma associação significativa e negativa entre motivação para aprender com o semestre e o turno, cujos valores de significância foram de, respectivamente, 5% e 1%. Com base em análise complementar, entende-se que estar no turno da noite tende a ensejar menor motivação para aprender e frequentar o sétimo semestre. Tais resultados foram igualmente detectados no estudo de Krüger *et al.* (2021, p. 413), uma vez que os autores salientam que “a escassez de tempo para o estudante que trabalha pode interferir na sua MA”. Isto é, parte dos discentes que cursa a graduação nesse período apresenta menor determinação e foco, já que possui outras atividades no turno inverso.

Além disso, constata-se que o constructo “sexo” tem 99% de chance de se correlacionar positivamente com a ansiedade-estado e com a ansiedade-traço e que as estudantes tendem a apresentar maior ansiedade (traço e estado). Isso é suportado por Oliveira e Boruchovitch (2021), que destacaram que as mulheres sofrem mais desse transtorno em comparação com os homens. Ainda, vale ressaltar que as variáveis “vínculo empregatício” e “idade” não atestaram associações significativas.

4 Conclusão

A inserção do estudante no ensino superior é um período de diversas modificações em seu cotidiano, devido às circunstâncias que pleiteiam a adequação nessa nova fase, como a necessidade de mudar de cidade, a adaptação longe dos familiares e dos amigos, as responsabilidades que advêm desse processo, a inclusão em um novo grupo social, a habituação com métodos de aprendizagem diferentes do ensino médio e os conteúdos ministrados. Dessa forma, apesar de ser um momento de euforia, tendo em vista a conquista de ingressar em uma universidade, essa situação pode impactar a saúde mental e o comportamento dos discentes. Dessarte, os futuros contadores, alvos da pesquisa, passam por cenários na

graduação que, se não forem sabiamente ponderados, podem refletir na jornada profissional na Contabilidade, uma vez que não estar devidamente qualificado pode abalar a aptidão no exercício da profissão.

Diante disso, a graduação, em especial em Ciências Contábeis, é capaz de gerar anseios com relação ao amanhã, em virtude da demanda excessiva de aulas, atividades, provas, horas de estudo e conciliação com o início da vida profissional. Consequentemente, esse sentimento tende a afetar o desempenho acadêmico e pode prejudicar a obtenção de conhecimentos de modo satisfatório. Além disso, os alunos enfrentaram dificuldades para se manterem motivados perante a pandemia de covid-19, vivenciada nos últimos anos, amplificando os obstáculos para preservar a saúde e o bem-estar da população. Logo, no presente estudo, questionou-se: **Quais são os determinantes dos sintomas de ansiedade-estado e ansiedade-traço na motivação para aprender dos futuros contadores?**

Posto isso, a fim de responder ao problema de pesquisa, aplicou-se um questionário de forma presencial, com duas escalas já validadas, de Biaggio e Natalício (1979), para ansiedade, e de Tho (2017), para motivação para aprender. Sendo assim, para responder ao problema estabelecido, os determinantes dos sintomas de ansiedade-estado e traço na motivação para aprender dos futuros contadores foram analisados. Dessa forma, alcançou-se o objetivo geral de analisar os determinantes dos sintomas de ansiedade-estado e traço na motivação para aprender dos futuros contadores.

Conclui-se que a ansiedade-traço, que faz parte da personalidade do indivíduo diante das situações do cotidiano e da forma como ele enfrenta as adversidades, caracterizando-se como constante e duradoura (Ferreira *et al.*, 2009; Justino *et al.*, 2019), é uma determinante negativa para o interesse que os graduandos têm de compreender os conteúdos ministrados durante sua formação, ou seja, a motivação para aprender (Tho, 2017). Desse modo, verifica-se que os sintomas de ansiedade estão presentes no meio acadêmico e que a saúde dos universitários é preocupante, uma vez que esse transtorno é prejudicial para a formação dos bacharéis em Ciências Contábeis, o que poderá refletir na futura atuação na área contábil.

Complementarmente, o presente estudo expressa diversas contribuições, classificadas em acadêmicas, profissionais e sociais. A primeira é percebida, visto que se constatou que não há pesquisas que contemplem, concomitantemente, os dois constructos aqui analisados (“ansiedade” e “motivação para aprender”), o que salienta a autenticidade deste trabalho. Assim, ao validar o modelo, verificou-se que a ansiedade, de modo geral, influencia negativamente a motivação para aprender, o que promove avanços à literatura correlatada, facilita a compreensão acerca do comportamento dos discentes de Ciências Contábeis e assegura a necessidade de se dar atenção à saúde mental dos alunos no processo de aprendizagem.

Nesse sentido, no que se refere à segunda contribuição, evidencia-se que os estudantes com baixos índices de ansiedade possuem maior nível de motivação para aprender e, consequentemente, ingressam no mercado de trabalho mais bem capacitados, engajados e com domínio dos ensinamentos percorridos nas instituições de ensino superior. Outros-

sim, a terceira atribuição diz respeito à imprescindibilidade por parte da academia de tomar providências e prover os alunos de recursos, a fim de auxiliar os que sofrem desse transtorno, devido à relação da ansiedade com a motivação, em prol de uma formação profissional consistente. Ainda, vale ressaltar o efeito da formação na qualificação deles, de modo que um serviço contábil de qualidade somente será oferecido a partir da destreza e da competência do contador formado.

Quanto às limitações para a realização da pesquisa, destaca-se o corte transversal do trabalho, em que foi analisado um único período compreendendo somente alunos do curso de graduação de Ciências Contábeis de uma universidade pública federal. Adicionalmente, a pesquisa se restringiu a uma abordagem quantitativa, cuja coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário, tendo-se em vista que os resultados encontrados se limitaram às duas escalas validadas escolhidas: ansiedade-estado e ansiedade-traço, instituídas por Biaggio e Natalício (1979), e motivação para aprender, estabelecida por Tho (2017). Nesse aspecto, vale ressaltar a limitação quanto à validade discriminante para os constructos “ansiedade”, apurada nos Testes Fornell-Larcker e HTMT. Além disso, podem existir outras variáveis que interferem na verificação dos sintomas da ansiedade e outros fatores que determinam a motivação para aprender que não foram considerados. Levando-se em consideração que, para ambos os constructos, existem distintas escalas igualmente validadas, evidencia-se, desse modo, outro ponto limitante da pesquisa.

Diante dos argumentos apresentados, como sugestão para trabalhos futuros, tem-se a execução de um estudo longitudinal, o qual abrange mais de um período, além de contemplar um número maior de estudantes, seja por considerar tanto universidades públicas como particulares, seja por incluir outros cursos para análise. Adicionalmente, recomenda-se uma metodologia qualitativa para fins de coleta e interpretação com profundidade das teorias resgatadas mediante esse formato e a utilização de novos testes estatísticos para mensurar as relações entre as temáticas investigadas. Por fim, outras escalas validadas por diferentes autores podem ser aplicadas para mensurar a ansiedade e a motivação, além de dimensões não abordadas nessa pesquisa e que tendem a complementar as análises aqui realizadas.

Referências

- BIAGGIO, A. M. B.; NATALÍCIO, L. **Manual para o inventário de ansiedade traço-estado (IDATE)**. Rio de Janeiro: CEPA, 1979.
- CLARK, D. A.; BECK, A. T. **Vencendo a ansiedade e a preocupação com a terapia cognitivo-comportamental**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2014. E-book.
- COELHO, W. E.; NASCIMENTO, E. M. do. A ansiedade dos mestrandos e doutorandos em contabilidade. *In: USP International Conference in Accounting*, 20.; 2020, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://congress USP.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2532.pdf>. Acesso em: 23 maio 2022.

- CORDEIRO, R. A. Estado-Traço de ansiedade e vivências acadêmicas em estudantes do 1º ano do Instituto Politécnico de Portalegre. **Journal of Education Technologies and Health**, Viseu, v. 36, n. 14, p. 1-6, maio, 2009. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/millennium/article/view/8290>. Acesso em: 28 maio 2022.
- COSTA, Kercia Mirely Vieira; SOUSA, Katia Regis da Silva; FORMIGA, Priscila de Araújo; SILVA, Wandina Soares da. Ansiedade em universitários na área da saúde. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Saúde*, 2.; 2017, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande, 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/29061>. Acesso em: 28 maio 2022.
- CUNHA, N. de B.; BORUCHOVITCH, E. Estratégias de Aprendizagem e Motivação para Aprender na Formação de Professores. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 46, n. 2, p. 247-253, set. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/284/28425280008.pdf>. Acesso em: 28 maio 2022.
- FERREIRA, Camomila Lira et al. Universidade, contexto ansiogênico? Avaliação de traço e estado de ansiedade em estudantes do ciclo básico. **Ciência & Saúde Coletiva**, Natal, v. 14, n. 3, p. 973-981, jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9vk9JkNZyLX6PJF5RJkVZnq/?lang=pt#:~:text=Os%20resultados%20mostraram%20que%20os,para%20estudantes%20do%20ciclo%20b%3%A1sico>. Acesso em: 28 maio 2022.
- FONSÊCA, C. G. R.; FONSÊCA, A. G. R.; SILVA, A. H. de B. e. O desafio de se manter motivado a estudar em meio à pandemia: percepção de alunos piauiense de universidade pública na modalidade EAD. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 12, p. 116698-116714, dez. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/41251>. Acesso em: 30 maio 2022.
- GOPALAN, Valamathie et al. A review of the motivation theories in learning. *In: International Conference on Applied Science and Technology*, 2.; 2017. **Anais [...]**. 2017. Disponível em: <https://aip.scitation.org/doi/10.1063/1.5005376>. Acesso em: 05 jun. 2022.
- IASEVOLI, F. et al. Psychological distress in patients with serious mental illness during the COVID-19 outbreak and one-month mass quarantine in Italy. **Psychological Medicine**, Cambridge, v. 51, n. 6, p. 1054-1056, maio 2020. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/psychological-medicine/article/psychological-distress-in-patients-with-serious-mental-illness-during-the-covid19-outbreak-and-one-month-mass-quarantine-in-italy/2EAFCD33BCBCEf07176BBB7171AEA478>. Acesso em: 05 jun. 2022.
- JUSTINO, J. M. A. et al. Ansiedade no âmbito acadêmico: um estudo com discentes do curso de Ciências Contábeis de uma instituição privada. **Revista de Informação Contábil**, v. 13, n. 4, p. 32-47, out./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/tricontabeis/article/view/246448>. Acesso em: 05 jun. 2022.
- KRÜGER, C. et al. Intenção Empreendedora e Motivação para Aprender de Estudantes do Curso de Ciências Contábeis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 15, n. 4, p. 403-424, out./dez. 2021. Disponível em: <https://aip.scitation.org/doi/10.1063/1.5005376>. Acesso em: 05 jun. 2022.
- LEMOS, V. da S. **A relação dos estilos de aprendizagem e da motivação para aprender: uma análise dos discentes de Ciências Contábeis**. 2019. 144 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, 2019. Disponível em: <https://aip.scitation.org/doi/10.1063/1.5005376>. Acesso em: 05 jun. 2022.
- LIMA, B. V. de B. G. et al. Avaliação da ansiedade e autoestima em concluintes do curso de graduação em enfermagem. **Revista de Enfermagem**, Recife, v. 11, n. 11, p. 4326-4333, nov. 2017. Disponível em: <https://aip.scitation.org/doi/10.1063/1.5005376>. Acesso em: 05 jun. 2022.
- LIPP, M. E. N. **O Stress está dentro de você**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- LOPES, L. F. D. et al. Analysis of Well-Being and Anxiety among University Students. **Internacional Journal Environmental Research and Public Health**, [S.l.], v. 17, n. 3874, p. 1-23, maio 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7312407/>. Acesso em: 05 jun. 2022.

MACHER, D., et al. Statistics anxiety, trait anxiety, learning behavior, and academic performance. **European Journal of Psychology of Education**, [S. l.], v. 27, n. 4, p. 483-498, dez. 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43551094> . Acesso em: 15 jun. 2022.

MAIA, B. R.; DIAS, P. C. Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. **Revista Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 37, p. 1-8, abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/k9KTBz398jqfvDLby3QJTHJ/?lang=pt> . Acesso em: 15 jun. 2022.

MARCHI, K. C. et al. Ansiedade e consumo de ansiolíticos entre estudantes de enfermagem de uma universidade pública. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 15, n. 3, p. 731-739, set. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/18924> . Acesso em: 15 jun. 2022.

MORAIS, J. J. da S.; BRITO, N. G. de; PINTO, Rooney Figueiredo. Por uma reflexão sobre a relação professor-aluno-professor no ensino superior: um estudo no contexto do bacharelado em Ciências Contábeis/PB. **Revista Cocar**. [S. l.], v. 15, n. 32, p. 1-19, ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3513> . Acesso em: 15 jun. 2022.

MORETTI, J. dos S. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**. São João do Ivai: Unidade Didática, 2009.

NEVES, E. R. C.; BORUCHOVITCH, E. Escala de Avaliação da Motivação para Aprender de Alunos do Ensino Fundamental (EMA). **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 406-413, dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/qBn9zQtFhmDCqFt8M9X5JyS/?lang=pt> . Acesso em: 15 jun. 2022.

RAMOS, L. S. et al. A saúde mental do aluno prejudicada pelos métodos didáticos aplicados no isolamento social: um exame bibliográfico. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [S.l.], v. 59, n. 59, p. 1-8, set. 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/4237>. Acesso em: 15 jun. 2022.

PEITER, E. E., et al. Transtorno de ansiedade e engajamento no trabalho em profissionais da contabilidade. In: International Conference in Management and Accounting [...]; 2022, On-line. **Anais [...]**. On-line, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/icma2022/>. Acesso em 12 dez. 2022.

PILETTI, N. **Psicologia educacional**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2008.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A.; RUIZ, P. **Compêndio de psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clínica**. 11. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

SANTOS, A. C. R. C. dos; CASTRO, R. de C. M. L. de; VOGEL, D. Ansiedade nas organizações e no ambiente universitário: como minimizar um dos males do século? **Revista Científica UMC**, Edição Especial PIBIC, p. 1-4, out. 2018. Disponível em: <http://seer.umc.br/index.php/revistaumc/article/viewFile/421/313> . Acesso em: 15 jun. 2022.

SILVA, A. B. B. **Mentes ansiosas: medo e ansiedade além dos limites**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SILVA, L. I. da; KRÜGER, C.; KACZAM, F. A relação entre Motivação para Aprender e Intenção Empreendedora em alunos dos cursos técnicos em administração e contabilidade. **Cadernos de Gestão e Empreendedorismo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 1-17, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cge/article/view/43106> . Acesso em: 12 dez. 2022.

SILVA, N. K. G., et al. Perfil de ansiedade e automedicação de alunos concluintes de cursos da área de saúde em uma faculdade no alto sertão da Paraíba. **Revista Visão Acadêmica**, Curitiba, v. 22, n. 1, p. 20-34, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/academica/article/view/78898/43490>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SOARES, A. B., et al. Adaptação acadêmica à universidade: relações entre motivação, expectativas e habilidades sociais. **Psicologia Escolar e Educacional**, [S. l.], v. 25, p. 1-8, jan. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/QLVL5jSgFpMKN4qSrks9NPF/?lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SOUZA, Z. A. de S.; MIRANDA, G. J. Motivação de alunos de graduação em Ciências Contábeis ao longo do curso. **Revista Enfoque Reflexão Contábil**. [S. l.], v. 38, n. 2, p. 49-65, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/41079> . Acesso em: 12 dez. 2022.

SPIELBERGER, C. D.; GORSUCH, R. L.; LUSHENE, R. E. **The state-trait anxiety inventory (Test Manual)**. Palo Alto, California: Consulting Psychologist Press, 1970.

THO, N. D. Knowledge transfer from business schools to business organizations: the roles absorptive. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/contextus/article/view/70971>. Acesso em: 12 dez. 2022. capacity, learning motivation, acquired knowledge and job autonomy. **Journal of Knowledge Management**, v. 21, n. 5, p. 1240-1253, 2017. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JKM-08-2016-0349/full/html> . Acesso em: 12 dez. 2022.

VIZZOTTO, M. M.; JESUS, S. N. de; MARTINS, A. C. Saudades de casa: indicativos de depressão, ansiedade, qualidade de vida e adaptação de estudantes universitários. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 9, n. 1, p. 59-73, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://pssa.ucdb.emnuvens.com.br/pssa/article/view/469> . Acesso em: 28 maio 2022.

WEINBERG, R. S.; GOULD, D. **Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ZENORINI, R. da P. C.; SANTOS, A. A. A. dos; MONTEIRO, R. de M. Motivação para aprender: relação com o desempenho de estudantes. **Paidéia, Itatiba**, v. 21, n. 49, p. 157-164, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/CCNvHzGXxLfvcBnLr45zWG/abstract/?lang=pt#:~:text=Os%20resultados%20apontaram%20os%20alunos,mais%20alta%20na%20meta%20aprender> . Acesso em: 28 maio 2022.

ZONATTO, Vinícius Costa da Silva; LUBARDI, Micheli Aparecida; DEGENHART, Larissa; GONÇALVES, Bruna da Silva. Efeitos das vivências de prazer e sofrimento patogênico no trabalho de profissionais da área de contabilidade. **Contextus: Revista Contemporânea de Economia e Gestão, Fortaleza**, v. 19, n. 18, p. 270-289, set. 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/contextus/article/view/70971>. Acesso em: 12 dez. 2022.

CAPÍTULO I – Liderança e Contabilidade Empresarial

A Chefia Feminina na Gestão: uma Análise sobre Liderança Feminina, Igualdade de Gênero, e os Desafios do Empreendedorismo Feminino no Município de Capanema/PA

Graziela do Nascimento Martins

Bacharel em Administração (Universidade Federal Rural da Amazônia – Ufra)
Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-6552-9333> | E-mail: grazimartins0@gmail.com

Eleci Terezinha Dias da Silva

Doutora em Comunicação Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9648-0974> | E-mail: eleci.silva@ufra.edu.br

Carla Kelen de Andrade Moraes

Doutora em Ecossistemas Florestais (Universidade Federal Rural da Amazônia – Ufra)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4325-1163> | E-mail: carla.moraes@ufra.edu.br

Raimunda Maria da Luz Silva

Doutora em Administração (Universidade da Amazônia – Unama)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9828-419X> | E-mail: rai.luz@ufra.edu.br

Resumo

O trabalho objetiva compreender os desafios enfrentados na ocupação de posições de liderança por mulheres na administração. A metodologia de abordagem foi por meio de estudo bibliográfico e pesquisa de campo, e tomou como base a análise qualitativa. A partir da coleta de dados, procurou-se entender as dificuldades das mulheres empreendedoras em conciliar família e trabalho, principalmente as que possuem filhos. Mesmo com as adversidades, percebe-se que o empreendedorismo feminino tende a crescer no município. Postula-se que as características do empreendedorismo atual precisam ser estudadas para que o processo possa ser mais bem entendido. Assim, será possível ter a percepção de que essa ciência tenderá a crescer progressivamente, e poderá causar uma contribuição nas técnicas de administração que se tem conhecimento até o momento. Conclui-se pontuando que a chefia feminina é uma questão importante na discussão sobre igualdade de gênero e diversidade no ambiente de trabalho. Embora as mulheres tenham feito progressos significativos no mercado de trabalho e ocupem, cada vez mais, cargos de liderança, ainda há desafios e barreiras que impedem que elas cheguem ao topo da hierarquia organizacional.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Mulheres; Chefia.

1 Introdução

O empreendedorismo é um tema que se destaca, principalmente em momentos de crise econômica, em que grande parte da população trabalhadora passa por momentos difíceis. Segundo Dornelas (2018), existem os empreendedores por necessidade, que são aqueles que abrem seus próprios negócios por vários fatores, entre esses, a falta de um emprego formal, necessidades de recursos para a sobrevivência, carência de conhecimento explícito, demissão e desemprego.

Costa (2002) aponta que outros buscam oportunidade, e passam a ter um empreendimento por fatores como: decisão deliberada ou planejada, ideia inovadora, convite, desejo de crescimento financeiro e de autonomia, herança e recebimento de recursos inesperados, entre outros tantos motivos que levam uma pessoa a se tornar empresária.

O tema ganha ainda mais significado quando se coloca em questão as mulheres empreendedoras, que, de acordo com pesquisa nacional realizada pelo Sebrae (2017), muitas vezes, são as mantenedoras de seus lares e necessitam enfrentar barreiras para criar seus empreendimentos. Ademais, mesmo depois de abrirem um negócio, precisam se esforçar, cada vez mais, para se estabelecerem no mercado, se manterem competitivas e alcancarem o sucesso do seu empreendimento. O empreendedorismo feminino é um fenômeno que surgiu no momento em que as mulheres começaram a buscar sua inserção no mercado de trabalho e sentiram muitas dificuldades, em grande parte relacionadas ao preconceito. A partir disso, elas passaram a criar suas próprias empresas.

Nessa perspectiva, o presente estudo encontra justificativa para analisar, com base na coleta de dados, as características de liderança feminina e as dificuldades das mulheres empreendedoras em conciliar a família e o trabalho. Ademais, destaca o contexto socioeconômico de um município no interior do Estado do Pará, Capanema, considerada polo econômico estratégico da região, cujo comércio atende a vários municípios dos arredores, conforme dados do governo (PREFEITURA DE CAPANEMA, 2023)

Até hoje, as mulheres enfrentam adversidades e são discriminadas no mundo dos negócios, no qual há, por exemplo, diferenças salariais, menor credibilidade pelo fato de esse ambiente ser considerado masculino, dificuldades para conseguir empréstimos e financiamentos pelos bancos, preconceito de gênero, dupla jornada de trabalho, necessidade de cuidar da família, entre outros contratempos (LOIOLA, 2016).

Portanto, o objetivo geral deste estudo é compreender os desafios enfrentados na ocupação de posições de liderança por mulheres na administração em Capanema, no Estado do Pará. Tem como objetivos específicos, identificar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em cargo de chefia; justificar a importância da participação da mulher no mercado de trabalho, explicar o conceito do Empreendedorismo e apresentar os fatores motivacionais de empreendedores por oportunidade.

2 Embasamento Teórico

2.1 Empreendedorismo

O empreendedorismo é um tema bastante estudado por alguns autores, entre os quais Dolabela (1999) e Dornelas (2016). Isso ocorre devido à importância que o tema conquistou na economia mundial, uma vez que muitas pessoas tornaram-se empreendedoras, apesar do aumento do desemprego e do resultado da última crise econômica que faliu e desestabilizou muitas empresas, o que ocasionou a procura por outras formas de ocupação e renda.

Para Dolabela (1999), o empreendedor é capaz de criar uma visão, mas não deve fazer isso sozinho: deve unir-se a terceiros, como sócios, colaboradores e investidores e convencê-los de que sua perspectiva poderá ser benéfica para todos, possibilitando uma situação satisfatória futuramente. Ainda segundo o autor, o empreendedor é um indivíduo que acredita na sua capacidade e conta com casos favoráveis, mas acredita que eles também são referenciados por um trabalho disciplinado.

Segundo Dornelas (2016), empreendedores são pessoas que se diferenciam por possuírem uma espécie de motivação singular, são apaixonados por tudo o que realizam e buscam destacar-se dos outros. Por esse motivo, sempre estão buscando reconhecimento, admiração e, mais do que isso, querem deixar um legado para que possam servir de referência aos demais no futuro.

Dornelas (2018) aponta que existem dois tipos de empreendedores: os que o são por oportunidade e aqueles motivados por necessidade. A seguir, são apresentadas algumas características do empreendedorismo por necessidade, cujo perfil é o mais próximo do público analisado neste texto.

2.2 Fatores Motivacionais de Empreendedores por Oportunidade

Para Negrão e Pastana (2018), os empreendedores por necessidade, geralmente, criam um negócio como forma de enfrentar uma crise financeira pela qual estão passando. Podem, em um primeiro momento, apenas buscar, de forma temporária, a sua subsistência, mas, a depender do desenvolvimento da atividade, essa poderá se tornar uma oportunidade de negócio.

A falta de empregos formais faz com que se busque alternativas para suprirem as necessidades básicas desses empreendedores. A maior parte das pessoas inseridas nessa categoria, devido à falta de qualificação, tem dificuldade em encontrar um emprego formal e passa a criar suas próprias oportunidades de trabalho com atividades informais (NATIVIDADE, 2009).

Nesse contexto, alguns fatores podem ser observados como causadores desse cenário, conforme os abaixo citados.

- **Necessidade de recursos financeiros mínimos para arcar com as demandas da sobrevivência:** o trabalho informal passa a ser algo rotineiro e qualquer atividade que traga o mínimo para o sustento de uma família acaba constituindo a rotina diária de um empreendedor por necessidade. Segundo Samuel (2014), é preciso considerar, ainda, as pessoas que não tiveram oportunidade de acesso a uma educação de qualidade ou não evoluíram no ensino formal quando eram crianças e adolescentes e, dessa forma, terão menos condições de serem empreendedores por oportunidade. Há indivíduos que, com pouco conhecimento formal, conseguem ser empresários bem-sucedidos, mas são exemplos que fogem à regra.
- **Demissão e desemprego:** infelizmente, tem sido o fator que mais fez com que surgissem empreendedores, pois muitos se veem sem saída e entram no mundo dos negócios para arcar com as despesas familiares. O desemprego também gera um sentimento de fracasso e rejeição nas pessoas que perderam os empregos. Para Marconi (2003), é preciso haver decisão deliberada e/ou planejada antes da mudança de emprego. Existem pessoas que decidem se preparar antes de criar um empreendimento, planejando e definindo quando colocá-lo em prática. Alguns buscam adquirir experiências em outras empresas para utilizá-las em seus negócios.
- **Busca sistêmica (querer ganhar dinheiro e se realizar financeiramente):** ganhar dinheiro e obter realização financeira também está ligado aos objetivos das pessoas que se decidem por terem um negócio próprio, embora esse objetivo nem sempre seja reconhecido por alguns como um dos principais para a criação de um negócio (GRECO, 2010).
- **Ganhar um recurso inesperado:** é comum entre as pessoas a expressão de que, se ganhasse na loteria, investiriam na realização de um negócio próprio. Ser herdeiro de uma família bem-sucedida ou que já possui negócios é um caminho para ser um empreendedor. Os membros mais jovens de uma família, que pensam em empreender, podem usar parte dos recursos herdados para criar seus empreendimentos ou assumir os negócios da família (MARCONI, 2003).
- **Projeto da pós-carreira (após a aposentadoria):** apesar de parecer contraditório, um indivíduo, após sua aposentadoria, pode querer voltar a trabalhar. É muito comum que isso aconteça, principalmente quando há a busca por se tornar empreendedor.

- **Missão de vida (querer deixar um legado):** há pessoas que têm como missão de vida deixar algo para as futuras gerações, ser reconhecido por algo que construiu (MARCONI, 2003). A criação de um negócio próprio é uma iniciativa que gera empregos, paga impostos e transforma em riqueza ideias e projetos, além de contribuir com a economia e ajudar a melhorar de pessoas envolvidas nesse empreendimento.

2.3 As Características do Espírito Empreendedor

Para entender o comportamento dos empreendedores, é necessário ter conhecimento e saber distinguir suas características, afinal, são elas que os diferenciam dos demais, e os torna seres tão interessantes (CHIAVENATO, 2012).

Os empreendedores são pessoas que possuem características que os destacam dos demais, com ideias inovadoras, as quais, na maioria das vezes, são muito boas e com grande chance de darem certo. São aqueles que conseguem pensar adiante e usam o seu sexto sentido, frequentemente bem apurado, em favor da criação de empreendimentos ou produtos inovadores para, assim, conquistar mercado e bons resultados econômicos, a fim de manter a empresa competitiva (CHIAVENATO, 2012).

De tal forma, é possível identificar os empreendedores por meio das características que possuem, o que faz com que esse diferencial seja uma vantagem competitiva de modo que a sua empresa tenha sucesso.

[...] o empreendedor consegue fazer as coisas acontecerem por ser dotado de sensibilidade para os negócios, tino financeiro e capacidade de identificar e aproveitar oportunidades, nem sempre claras e definidas. Com esse arsenal, transforma ideias em realidade para benefício próprio e para o benefício da sociedade e da comunidade (CHIAVENATO, 2012 p. 8).

Dolabela (1999) reforça sobre os empreendedores:

[...] Um dos principais atributos do empreendedor é identificar oportunidades, agarrá-las e buscar os recursos para transformá-las em negócios lucrativos. Não é indispensável que ele possua os meios necessários à criação de sua empresa. Mas deve ser capaz de atrair tais recursos, demonstrando o valor dos seus projetos e comprovando que tem condições de torná-lo realidade (DOLABELA 1999, p. 45).

Tachizawa (2004) ressalta que “sem empreendedores não haveria desenvolvimento mundial; por isso, essas características devem ser potencializadas”. Em outras palavras, os empreendedores tiveram grande contribuição para a economia mundial, e tendem a contribuir sempre. Portanto, devem continuar aperfeiçoando suas qualidades.

Para Gomes (2016), os empreendedores são seres peculiares, visto que se destacam pelas muitas qualidades que possuem. As principais são a capacidade de ter boas ideias e a coragem de colocá-las em prática, mesmo sem terem a certeza de que serão bem-sucedidos.

Outro ponto forte é que um empreendedor não desanima com as dificuldades encontradas ao longo do caminho, pois é persistente, sempre busca meios de superá-las e seguir adiante até alcançar o sucesso de seu empreendimento e de sua vida profissional, muitas vezes as dificuldades são vistas como motivação para conquistar o que almejam (SAMUEL, 2014).

Segundo Dornelas (2018), mesmo a partir da identificação e do desenvolvimento das características empreendedoras, não há como ter a garantia de que será um empreendedor bem-sucedido, tendo em vista que os fatores externos e as habilidades pessoais dos empreendedores sempre devem ser levados em conta, ou seja, conhecer essas características é primordial para o norteamento do negócio. No entanto, o sucesso está relacionado a diversos fatores, como, por exemplo, saber identificar as oportunidades e aproveitá-las no momento certo.

Dolabela (1999) afirma que o empreendedorismo deve conduzir a economia com a finalidade de gerar e distribuir riquezas e desenvolvimento social. Nesse sentido, os empreendedores são capazes de se manterem confiantes diante de tentativas e de possíveis erros, que, na maioria dos casos, podem ser um aprendizado a ser usado em favor daqueles em momentos oportunos.

3 Metodologia

Este estudo possui duas etapas: a primeiro consiste em uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa do tipo descritiva da literatura, com base em livros, revistas, artigos científicos e outros periódicos. A segunda é um estudo de caso, no qual se utilizou um questionário semiestruturado para a realização da coleta de dados, aplicado a lideranças femininas, proprietárias das empresas de sucesso e gerentes em Capanema/PA.

O levantamento bibliográfico foi realizado de forma eletrônica nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico, plataformas para pesquisas de artigos e publicações científicas de diversas áreas. Os critérios de inclusão estabelecidos para a seleção dos artigos foram: artigos disponibilizados na íntegra e gratuitamente, com recorte temporal de 7 anos (2015 a 2021) nos idiomas português, inglês e espanhol. Já os critérios de exclusão se aplicaram a artigos fora do período determinado ou que não estão disponíveis na íntegra on-line e que não correspondem à temática do estudo. O mesmo vale para dissertações e teses.

Os instrumentos de coleta de dados estão sujeitos ao objetivo que se pretende alcançar. A entrevista foi padronizada, pois pretendeu saber como e porque algo ocorre, por meio de perguntas simples, respondidas dentro de um diálogo informal, não existindo um roteiro, apenas questionamentos constantes, na medida em que se fizeram necessários esclarecimentos para o alcance do objetivo (GIL, 2002).

Por meio da fundamentação teórica apresentada no estudo e com base nos questionários semiestruturados aplicados, realizou-se a análise dos resultados a partir das informações obtidas, as quais foram examinadas e tabuladas através de planilha eletrônica, para a geração de gráficos e, posteriormente, a realização das análises desses dados. Tais informações foram sistematizadas com 14 (quatorze) perguntas abertas e fechadas, em que foi possível constatar os objetivos propostos.

O estudo se enquadra em pesquisa qualitativa, pois, segundo Roesch (1999), os procedimentos de coletas de dados dizem respeito ao processo de coleta e análise bibliográfica, os quais estão diretamente relacionados, pois o modo como os dados são coletados define o tipo de análise que é possível realizar. A pesquisa é classificada como bibliográfica e estudo de análise exploratória.

Conforme Gil (2002, p. 63), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, apresentando principalmente livros e artigos científicos.” Já a pesquisa exploratória revela como objetivo primordial a exploração das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob esse título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (RICHARDSON, 2008, p. 71).

O estudo foi procedido no Município de Capanema, pertencente à mesorregião do nordeste paraense e à microrregião bragantina. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 1° 11’ 45” de latitude Sul e 47° 10’ 51” de longitude a Oeste de Greenwich (FAPESPA, 2016), e o questionário foi aplicado a 21 participantes, com a faixa etária de 24 a 50 anos. O instrumento teve 14 (quatorze) perguntas e foi aplicado no período outubro de 2022 até março de 2023.

4 Resultados da Pesquisa

Nos dados do perfil sociodemográfico dos sujeitos da pesquisa de campo, em que foram realizadas perguntas abertas e fechadas, foram considerados aspectos distintos, tais como: faixa etária, estado civil, escolaridade, entre outros. De acordo com informações e dados coletados, cerca de 38,9% dos entrevistados estão na faixa etária de 24 a 29 anos, e 27,8% estão entre 30 a 35 e 46 a 50 anos.

Ainda sobre o perfil sociodemográfico dos sujeitos da pesquisa, relativo ao estado civil das entrevistadas, mais de 66% são solteiras, 16,7% casadas e 11,1% vivem em união estável.

O nível de escolaridade mostra que 38,9% dos entrevistados possuem o ensino fundamental incompleto, 33,3% possuem ensino médio completo e apenas 22,2% possuem nível superior.

Outros aspectos questionados foram a renda mensal das entrevistadas, 33,3% ganham cerca de 3 a 4 salários mínimos e 66,7% entre 1 a 2 salários mínimos, maior renda encontrada.

Com base na abordagem da pesquisa de campo, foi questionado também o tempo de profissão e, com base nas respostas, cerca de 44,4% apresentam entre 1 a 3 anos de tempo de atuação no mercado de trabalho, 33,3% em torno de 4 a 6 anos e apenas 22,2% acima de 6 anos.

Observa-se que quanto mais tempo as mulheres passam trabalhando em uma determinada área, maior será sua experiência e sua habilidade naquela profissão. Isso pode levar a uma maior eficiência e produtividade no trabalho, o que é valorizado pelos empregadores. Além disso, o tempo de profissão pode servir como um indicador de comprometimento e dedicação à carreira, podendo ser visto como um ponto positivo pelos recrutadores.

Também pode demonstrar que a pessoa possui uma rede de contatos e conexões na área, o que pode ser útil para indicações e novas oportunidades de trabalho. No entanto, é importante destacar que nem sempre o tempo de profissão é o único critério importante para o sucesso no mercado de trabalho. As habilidades, competências e atualizações também são fundamentais para se manter competitivo e relevante em uma determinada área.

Quanto à quantidade de filhos das entrevistadas, cerca de 50% não têm filhos, 22,2% têm dois filhos e 27,8% têm até 3 filhos. Conforme a vivência das entrevistadas, elas afirmaram que conciliar filhos e trabalho é uma tarefa que representa um desafio, mas alegaram que existem algumas estratégias que ajudam a tornar isso mais gerenciável. Dessa forma, é importante possuir um plano para lidar com imprevistos e sempre ter uma lista de contingência, o que pode ajudar a reduzir o estresse em situações como doença e escola fechada, por exemplo.

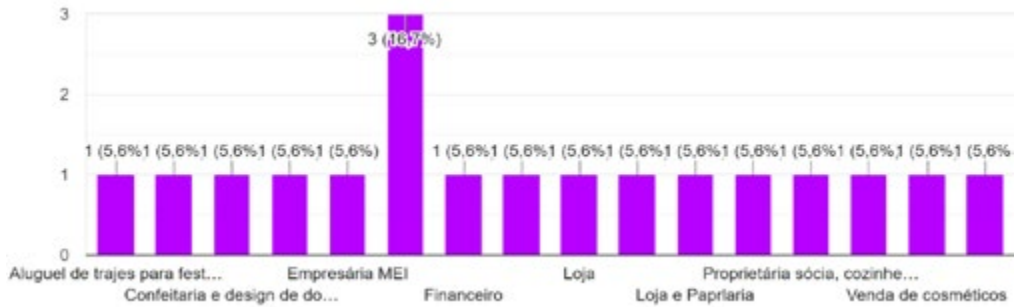
Quanto à chefia feminina na administração, é válido dizer que ela é cada vez mais reconhecida devido à mudança nos valores sociais e culturais, bem como ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho.

A presença de mulheres em cargos de liderança pode trazer benefícios significativos para as organizações, como um ambiente de trabalho mais harmonioso, maior criatividade na tomada de decisões e a promoção da diversidade e da igualdade de gênero.

Além disso, as autoras apontam que as mulheres têm uma capacidade maior de se comunicar e de ouvir as necessidades dos outros, o que pode promover uma cultura organizacional mais inclusiva.

Em suma, a presença de mulheres em cargos de liderança na administração pode trazer inúmeros benefícios para as organizações em termos de equilíbrio emocional, criatividade, comunicação efetiva, inclusão e desempenho financeiro, entre outras vantagens.

Gráfico 1. Ramo de atuação



Fonte: elaborado pelas autoras (2023)

Nota-se a variação de atuação das mulheres no mercado de trabalho. Dentre os ramos mencionados, destaca-se que cerca de 16,7% são microempreendedoras. Com base nessa análise, é válido dizer que as microempreendedoras têm uma grande importância para a renda *per capita* do município, pois contribuem para o aumento da produção e a geração de empregos.

As empresas de pequeno porte, muitas vezes, são responsáveis pelo sustento de diversas famílias e movimentam a economia local, trazendo mais oportunidades para a região. Quando as mulheres são estimuladas e apoiadas a empreender, há um impacto positivo na comunidade, uma vez que elas podem aumentar sua renda, melhorar sua qualidade de vida e contribuir para o desenvolvimento do Município de Capanema e região do Estado do Pará.

No que se refere aos motivos que levaram essas mulheres à liderança na empresa, 66,7% das entrevistadas alegam que a motivação que as levou para o cargo de chefia foi a realização profissional e pessoal, 16,7% afirmam que foi o maior tempo com a família e apenas 16,7% afirmam que foi devido ao fato de não possuírem melhores condições de trabalho.

Apresenta-se, no Quadro 1, as respostas das entrevistadas para a pergunta: *Mesmo diante do erro, o empreendedor, muitas vezes, tem que continuar até conseguir alcançar os seus objetivos. De acordo com as suas experiências, quais foram as principais dificuldades no caminho empreendedor? Seja no âmbito legal e/ou pessoal.*

Quadro 1. Principais dificuldades

Vender fiado.
Gestão financeira, reconhecimento e respeito.
A maior dificuldade é você ter que conquistar a sua clientela, pois, além da conquista, vem a fidelização para que a mesma continue voltando ao ambiente de beleza.
O desânimo para continuar empreendendo.
Sobrecarga. Ter que lidar sozinha com trabalho e afazeres domésticos.
A determinação e a confiança. Era uma pessoa que não tinha confiança no que fazia, e hoje eu sou e posso ser o que quiser.
A principal dificuldade que encontrei foi o pouco capital financeiro e a falta de infraestrutura para abrir a loja física.
Conquistar a confiança dos clientes.
O fato de trabalhar em casa acaba dificultando o foco no trabalho, visto que, na maioria das vezes, temos de priorizar os afazeres domésticos.
Mostrar que mulher com pouca idade, mas com vontade de aprender também consegue fazer a diferença, com inovações e diálogo.
Empreender exige constante capacidade de inovação/criatividade e muito controle emocional.
No início a insegurança, medo de não alcançar o esperado.
Minha maior dificuldade foi a captação de cliente.
A minha maior dificuldade no início foi empreender com filho pequeno pois ambas as partes dependiam muito de mim.
Empreender é muito desafiador, no entanto as maiores dificuldade são conseguir reconhecimento e algumas ajudas no início.
Organização financeira e aceitação do serviço como uma profissão.
Oportunidades.
Conciliar tempo entre vida pessoal e profissional e com certeza gerir pessoas se torna um dos maiores desafios.

Fonte: elaborado pelas autoras (2023)

A principal dificuldade das mulheres entrevistadas é a jornada múltipla, com 44,4% das respostas. É válido salientar que existem algumas dificuldades que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho, como: discriminação salarial (em média, ainda recebem salários mais baixos que os homens, mesmo exercendo a mesma função) e falta de acesso a cargos de liderança (têm mais dificuldades de serem promovidas a cargos de chefia ou liderança, devido a preconceitos e estereótipos).

Há, ainda, fatores como dificuldade de conciliação entre trabalho e vida pessoal, já que as mulheres continuam sendo vistas como as principais responsáveis pela vida doméstica e pelos cuidados com a família, o que pode atrapalhar a conciliação com as exigências do trabalho. Além disso, há a prática de assédio e discriminação no ambiente de trabalho, com mulheres que sofrem com comportamentos abusivos relacionados ao gênero.

É preciso ressaltar a falta de políticas de equidade de gênero, uma vez que algumas empresas não possuem políticas efetivas para promover a igualdade de gênero, como medidas para incentivar a participação das mulheres em cargos de liderança ou a equidade salarial.

Quanto à importância da participação da mulher no mercado de trabalho, cerca de 77,8% das entrevistadas afirmam que sua importância na participação no mercado é a independência financeira. É necessário postular que a presença das mulheres no mercado de trabalho em cargos de chefia é uma questão de imensa relevância, tanto do ponto de vista da igualdade de gênero quanto do desenvolvimento econômico e social.

Essa análise corrobora a opinião de Costa (2009), o qual explica que ter mulheres em cargos de chefia traz diversidade para o ambiente de trabalho e amplia a representatividade das mulheres na tomada de decisões e na liderança. Isso ajuda a criar uma cultura mais inclusiva e a reduzir a desigualdade de gênero nesse ambiente.

As mulheres demonstram liderança e tendem a adotar uma abordagem mais colaborativa e empática nesse contexto, o que pode melhorar a comunicação e a resolução de conflitos na empresa. Isso também ajuda a criar um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo (CHIAVENATO, 2012).

Além de empoderamento feminino, ter mais mulheres em cargos de chefia pode inspirar e incentivar outras mulheres na busca por posições de liderança. Isso ajuda a promover o empoderamento feminino e a aumentar a representatividade das mulheres em todas as áreas da sociedade.

Finalmente, o fator motivacional que levou essas mulheres a empreender foi a necessidade, mencionada em cerca de 50% das respostas. Dessa forma, a presença delas em cargos de chefia é crucial para o desenvolvimento de um ambiente de trabalho mais inclusivo, diverso e colaborativo. Além disso, as empresas que promovem a igualdade de gênero tendem a ter um melhor desempenho financeiro e a contribuir para um mundo mais justo e igualitário.

5 Considerações Finais

Com base neste estudo, é importante afirmar que a presença de mulheres em cargos de liderança na administração é uma questão importante nos dias de hoje. Embora as mulheres tenham conquistado espaços cada vez maiores no mercado de trabalho, ainda há uma disparidade significativa entre homens e mulheres em cargos de liderança.

A presença de mulheres em cargos de liderança pode trazer benefícios para as organizações. Nas empresas pesquisadas, por exemplo, foram citadas evidências de que mulheres em posições de liderança têm melhor desempenho financeiro, além de serem mais inovadoras e resilientes.

Apesar disso, a presença de mulheres em cargos de liderança na administração ainda é limitada. Isso se deve, em parte, a questões de preconceito e discriminação de gênero. As mulheres, muitas vezes, enfrentam desafios para avançar em suas carreiras, como salários menores, falta de oportunidades de desenvolvimento profissional e pouca representatividade em posições de liderança.

Para promover uma maior participação feminina na liderança da administração, é importante que as empresas se comprometam com a igualdade de gênero e implementem políticas que promovam a inclusão e o avanço das mulheres em suas carreiras.

A liderança feminina pode contribuir para uma maior sensibilidade às questões de diversidade e inclusão, uma vez que as mulheres, frequentemente, precisam superar obstáculos únicos no local de trabalho. Além disso, elas tendem a ter um estilo de liderança mais colaborativo e empático, o que pode ser benéfico para a construção de equipes coesas e produtivas.

No entanto, as mulheres enfrentam desafios significativos no empreendedorismo e na liderança de negócios. Ainda há muitas barreiras sociais e culturais que impedem o avanço delas em posições de liderança, como preconceitos e estereótipos de gênero, inclusive muitas mulheres não obtêm financiamentos e recursos para seus negócios com facilidade, especialmente em indústrias dominadas por homens.

Para superar essas dificuldades, é importante que haja esforços para aumentar a representatividade feminina em todos os níveis de liderança e promover a igualdade de oportunidades para mulheres empreendedoras. É importante, também, a promoção de políticas e programas governamentais que ajudem e financiem as empresas lideradas por mulheres. Além disso, é necessário promover a conscientização e a educação sobre a importância da igualdade de gênero no local de trabalho e no empreendedorismo, a fim de criar um ambiente mais inclusivo e equitativo para todos.

Este estudo demonstrou que existem muitas vantagens em ter mulheres em posições de liderança, pois elas têm habilidades acentuadas como empatia, resiliência, comunicação eficaz e pensamento estratégico, que são valorizadas em muitas organizações. Além disso, a diversidade de gênero na liderança pode trazer perspectivas diferentes.

Portanto, a chefia feminina na administração é uma questão importante na discussão sobre igualdade de gênero e diversidade no ambiente de trabalho. Embora as mulheres tenham feito progressos significativos no mercado de trabalho e ocupem cada vez mais cargos de liderança, ainda há barreiras que impedem que elas cheguem ao topo da hierarquia organizacional.

Referências

- BASTOS, Maria Clotilde Pires; FERREIRA, Daniela Vitor. **Metodologia científica**. Londrina, PR: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2012.
- COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2009. 9 p. Disponível em: http://www.reprolatina.institucional.ws/site/respositorio/materiais_apoio/textos_de_apoio/Genero_poder_e_empoderamento_das_mulheres.pdf. Acesso em: 16 nov. 2022.
- DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**. 3. ed. São Paulo, SP: Cultura Editores Associados, 1999.
- DORNELAS, José. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 6. ed. São Paulo, SP: Empreende/Atlas, 2016.
- DORNELAS, José. **Introdução ao empreendedorismo: desenvolvendo habilidades para fazer acontecer**. 1. ed. São Paulo, SP: Empreende, 2018. 160 p.
- FERNANDES, Taize dos Santos. **A influência do empreendedorismo no empoderamento das mulheres empresárias na região do extremo sul de Santa Catarina**. Orientadora: Msc. Gisele Silveira Coelho Lopes. 2015. 92 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração de Empresas, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/4118>. Acesso em: 14 nov. 2022.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.
- GOMES, Almiralva Ferraz. O perfil empreendedor de mulheres que conduzem seu próprio negócio: um estudo na cidade de Vitória da Conquista-BA. **Revista Alcance**, v. 11, n. 2, p. 207-226, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/ra/article/view/1805>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- GRECO, Simara Maria de Souza Silveira (coord.). **Empreendedorismo no Brasil**: 2016. Curitiba: IBQP, 2017. 208 p. Disponível em: <https://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2017/07/AF-GEM-Nacional-BAIXA.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2022.
- GRECO, Simara Maria de Souza Silveira; FRIEDLAENDER JÚNIOR, Romeu Herbert; TAMADA NETO, MARIO (coord.). **Empreendedorismo no Brasil**: 2010. Curitiba: IBQP, 2010. 286 p. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/livro_gem_2010.pdf. Acesso em: 09 nov. 2022.
- LOIOLA, Camila Coutinho. **Mulher empreendedora: dificuldades e preconceitos**. Orientadora: Patrícia Itala Ferreira. 2016. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/29910/29910.PDF>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- MACHADO, Cristiano Guimaraes; CRUZ, Diogo Batista de Freitas; CHINELATO, Flavia Braga; SILVA, Luiz César Fernandes da. Empreendedorismo em cenários complexos: uma visão da realidade atual e futura no Brasil a partir de análise comparativa. **Revista de Administração IMED**, v. 5, n. 2, p. 153-165, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/raimed/article/view/836>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- NATIVIDADE, Daise Rosas da. **Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise**. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 1, p. 231-256, fev. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122009000100011&script=sci_arttext. Acesso em: 11 nov. 2022.

NEGRÃO, Camila Dayane de Lima; PASTANA, Rayanne Nazaré Soares. **Empreendedorismo feminino**: o perfil socioempresarial e as barreiras encontradas na conquista de um espaço no comércio Capanemense/PA. Orientadora: MSc. Carla Kelen de Andrade Moraes. 2018. 82 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Administração, Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Capanema, PA, 2018. Disponível em: <http://bdta.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/532>. Acesso em: 02 fev. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013

RATCHEVA, Acea Evgueni. 5 principais motivos que levam as mulheres a empreender. **Comunidade Sebrae**. Curitiba, 08 jun. 2017. Disponível em: <https://sebraepr.com.br/comunidade/artigo/5-principais-motivos-que-levam-as-mulheres-a-empreender>. Acesso em: 10 nov. 2022.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 334 p.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAMUEL, Lino. O contributo do empreendedorismo feminino no empoderamento socioeconómico da mulher: estudo de caso (Pemba, Moçambique). **Revista Electrónica de Investigación e Desenvolvimento**, v. 1, n. 2, p. 1-17, 2014. Disponível em: <https://reid.ucm.ac.mz/index.php/reid/article/view/16>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (org.). **Anuário das mulheres empreendedoras e trabalhadoras em micro e pequenas empresas**: 2014. 2. ed. São Paulo, SP: DIEESE, 2014. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/06dff153a520c1bea2d58ffc6aaa7580/\\$File/5313.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/06dff153a520c1bea2d58ffc6aaa7580/$File/5313.pdf). Acesso em: 12 nov. 2022.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (org.). **Anuário das mulheres empreendedoras e trabalhadoras em micro e pequenas empresas**: 2014-2015. 3. ed. São Paulo, SP: DIEESE, 2015. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/cd949ce3599faa1e095bea15e2ac8ba5/\\$File/5861.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/cd949ce3599faa1e095bea15e2ac8ba5/$File/5861.pdf). Acesso em: 10 nov. 2022.

SILVEIRA, Silvestre J. S.; SILVA, José Queiroz de Deus e; DAMIANI, Ray Fernando. Análise dos casos de sífilis adquirida nos anos de 2010-2017: um contexto nacional e regional. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 5, p. 32496-32515, maio 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/10862>. Acesso em: 11 nov. 2022.

TACHIZAWA, Takeshy; FARIA, Marília de Sant'Anna. **Criação de novos negócios**: gestão de micro e pequenas empresas. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

A Importância do Planejamento Sucessório para a Sobrevivência das Empresas Familiares

Priscila Cândida Reis Pereira Andrade Oliveira

MBA em Auditoria Digital e Direito Tributário pela BSSP

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-3972-7485> | E-mail: administrativo@jjcontabilidade.com.br

Resumo

No contexto mundial, as empresas familiares ainda representam, significativamente, um montante expressivo na economia, por meio da renda e empregabilidade gerada. Diversas dessas empresas não são perpetuadas por, principalmente, problemas na sucessão. Neste trabalho, será evidenciada a importância do planejamento sucessório e suas vantagens. Além de ser uma peça fundamental para a passagem de bastão, o planejamento sucessório é importante para a manutenção da essência do negócio e para a estruturação da ocupação dos entes em cargos de decisão. Esse tema foi escolhido porque, em escritórios de contabilidade, a grande maioria das empresas clientes é de essência familiar e os problemas destacados neste trabalho são corriqueiros. Este estudo tem por objetivo evidenciar a importância do planejamento sucessório para as empresas familiares. Foi realizada uma revisão bibliográfica utilizando-se autores que sustentassem esse objetivo. Afinal, o planejamento sucessório é o meio mais viável para garantir a continuidade do negócio. Com base nos autores consultados, concluiu-se que o planejamento sucessório deve levar em consideração não apenas a conciliação dos interesses familiares, mas também a perpetuidade da organização. Necessário se faz identificar a pessoa mais indicada para assumir o cargo do fundador, e é de fundamental importância ficar clara, nos objetivos do planejamento sucessório, a diferença entre herdeiros e sucessor, já que aqueles têm o direito de herdar o patrimônio, que faz parte da família, e este é quem vai dar continuidade ao gerenciamento do negócio.

Palavras-chave: Planejamento sucessório; Empresas familiares; Perpetuidade.

1 Introdução

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, cerca de 90% das empresas ativas no Brasil são empresas familiares, ou seja, aquelas que estão ligadas à família envolvida em suas atividades operacionais. Essas empresas representam 65% do PIB do país e empregam 75% dos trabalhadores no país. Apesar de serem a base do Brasil, não conseguem se perpetuar, tendo-se em vista que, a cada 100 empresas desse tipo, 70% são descontinuadas.

Normalmente, essas empresas são constituídas a partir de uma boa ideia do seu fundador, que a transforma em um negócio, o qual se torna lucrativo e o sustento da família. Aos poucos, a família é introduzida nas operações, o negócio cresce, mais pessoas são envolvidas, e logo começam os conflitos de interesses e as tensões familiares. Esse é um dos principais motivos para que essas organizações sofram rupturas e sejam descontinuadas. Por essa razão, é essencial para a sobrevivência das empresas familiares a estruturação de um planejamento sucessório.

A função do planejamento sucessório é estruturar um plano de sucessão, ou seja, definir e executar uma estratégia de transferência do patrimônio de uma família para os seus sucessores, e definir quem ocupará os cargos de decisão dentro da organização familiar. Apesar de ser extremamente importante, na primeira geração da família, esse assunto é pouquíssimo abordado, e, normalmente, procura-se a ajuda de um profissional para auxiliar nesse processo quando já existe algum problema e o fundador decide abrir uma *holding* para solucioná-lo.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é evidenciar a importância do planejamento sucessório para as empresas familiares.

2 Referencial Teórico

Há décadas, já se conceituava empresa familiar como aquela em que existisse a presença de herdeiros de investimentos de uma família (Donneley, 1976). Ela se fazia presente na economia local, exercendo um papel econômico preponderante, e ainda se mostra como uma proposta empresarial relevante atualmente.

Para melhor entendimento, buscou-se mais um conceito que pudesse retratar o que vem a ser uma empresa familiar. Limárcio *et al.* (2015), ao citarem Oliveira (1999), caracterizam as empresas familiares como

[...] aquelas que transferem o poder decisório de maneira hereditária a partir de uma ou mais famílias, ou seja, para que uma empresa seja considerada familiar, é possível que seja formada por mais de uma família, desde que haja uma excelente organização.

Então, percebendo-se os conceitos acima citados, é certo que, seja na propriedade ou na gestão, existe um elo de parentesco entre os dirigentes da empresa.

É interessante salientar que existe uma grande diferença entre as empresas do tipo familiar e as com estruturação profissional, pois, naquelas, há uma influência significativa da cultura familiar nas decisões empresariais (Bernhoeft, 2005), cultura essa que pode fomentar conflitos pessoais, de poder e de interesses.

Essas empresas familiares têm características próprias que as diferenciam das demais. No site do Sebrae, Carvalho, Matos e Moreira Júnior (s. d.) conceituam empresa familiar como “[...] um empreendimento que pertence a uma ou mais famílias, que é administrado por membros familiares e que geralmente emprega outros parentes no negócio”.

Além da característica de estruturação familiar, elas têm as seguintes características:

- Centralização na tomada de decisões;
- Decisões baseadas na emoção ao invés da razão;
- Os problemas da empresa podem impactar na relação familiar e vice-versa;
- Superproteção de funcionários que trabalham na empresa desde o início do negócio;
- Dificuldade em preparar-se para resolver conflitos (Carvalho; Matos; Moreira Júnior, s. d.).

Ainda a respeito das características específicas das empresas familiares, Freire *et al.* (2008) evidenciam competências e vícios dessas empresas diante de diversas dimensões de análise, conforme Quadro 1:

Quadro 1. Características de uma empresa familiar, competências e vícios

Dimensão de análise	Características	Competências	Vícios
DNA da empresa	Gestão ligada à personalidade do dono	Continuidade de processos e objetivos	Para mudar a empresa, necessita-se afastar o “dono”
	Análise comparativa com o fundador	Missão dada, missão cumprida	Atropelamento do processo quando a missão dada não é cumprida
Tomada de decisão	Poucos níveis hierárquicos	Agilidade nas decisões, flexibilizando as mudanças	Demoras e atrasos por imposição de decisões e interferência nos processos
	Laços afetivos	Promoção de lealdade e fidelidade	Dificuldade nas demissões ou mudanças em pessoas, sem dor
Gestão de recursos humanos	Diferença de tratamento entre os “velhos de casa e outros funcionários”	Grupo mais próximo com postura reativa	Os funcionários mais distantes, por não serem chamados para opinar, desenvolvem postura reativa
	Promoção	Relacionamento de longa data possibilita um maior conhecimento de qualidades e defeitos de cada colaborador	Cegueira afetiva –promoções utilizando-se critérios subjetivos sem valores de competência
	Desenvolvimento organizacional	Gestão por competências, alinhando ações de gestão de pessoas às estratégias organizacionais	Valorização do individualismo Competências individuais não alinhadas ao grupo e à organização
	Proximidade com os gerentes	Percepção da importância dos gerentes no alinhamento das ações às estratégias	Os funcionários são vistos como executores de tarefas, independentemente de serem ou não gerentes de equipes
	Liderança	Capacitação dos gestores para a ocupação de posição de liderança	Visão de que só existe um líder na empresa, dono/presidente
Visão	Visão compartilhada	Fácil criação e implantação de visão compartilhada para enfrentamento de desafios	Problemas na identificação de valores da cultura ao se confundirem com o fundador

Dimensão de análise	Características	Competências	Vícios
Presença de familiares ou “velhos de casa” na gestão	Confiança	Alto grau de confiança entre os envolvidos	Confiança se confundindo com os conceitos de competência
	Dinâmica relacional	Dinâmica relacional já conhecida em seus complicadores e facilitadores	Questões da dinâmica familiar e organizacional se confundem
	Conflitos	Fácil percepção dos conflitos	Conflitos com alta carga emocional da memória familiar
Poder	Experiência do fundador	A razão construída a partir da verdade experimental	A experiência se torna modelo limitador da inovação
		Um bom exemplo	Dificuldade dos “antigos” de ouvir opiniões “novas”
	Composição e distribuição de poder	Envolvimento emocional com funcionários promove proatividade	Disputa do poder Dificuldades na divisão de papéis na tríade
	Patrimonialismo	Investimentos da família na empresa, demorando a buscar endividamento em bancos	Confusão patrimonial entre o que é da família e o que é da empresa

Fonte: adaptado de Freire *et al.* (2008).

Observando-se o exposto no quadro acima, ratifica-se que a essência da empresa geralmente está muito associada à do fundador, o que se caracteriza como um fator preponderante para o início dos conflitos na transição da sucessão, causando uma maior probabilidade de ruptura.

Essas empresas desenvolvem um papel crucial na economia do nosso país. Elas são um incremento positivo no Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Além disso, têm um papel importante no cenário de empregabilidade formal, visto que estão em maior número no contexto empresarial. Ressalta-se que elas são a fonte de sustento tanto dos empregados quanto de seus empregadores.

Sull (2003) revela que vários brasileiros “são um marco do empreendedorismo, seja pelo trabalho que realizam para a criação de verdadeiros impérios econômicos ou pelo sucesso conquistado por sua ousadia, coragem e criatividade”.

No entanto, nem sempre o fundador dessas empresas consegue, com sucesso, transmitir toda a essência da sua criação, uma vez que seus possíveis sucessores podem não comungar com as mesmas aspirações e os mesmos interesses. Muitos desses fundadores tiveram uma criação mais simplória e passaram por dificuldades na infância. Por esse motivo,

eles carregam toda essa essência para a empresa, transmitindo um propósito com o qual as pessoas se identificam. Na sucessão familiar, muito dessa essência pode ser perdida, e a empresa pode perder parte da sua característica primordial.

Ainda sobre a caracterização da empresa familiar, Reis (2012) explicita que ela é uma organização peculiar porque envolve, ao mesmo tempo, a família, o negócio e o meio ambiente ou o mercado, que nem sempre são compatíveis. Por isso, a taxa de mortalidade dessas empresas é tão alta. Ainda sobre o fim dessas empresas, Campos *et al.* (2019), ao citarem Davis (s. d.), revelam que ele expõe que “a crise na sucessão é um dos principais fatores que contribui para a mortalidade ou não continuidade das empresas”.

Diante dos conflitos de poder, ou seja, quem assumirá e tomará as decisões, e de interesses, ou seja, aonde a empresa vai chegar, é necessário que se implementem mecanismos de controle, proteção e transparência por meio da governança corporativa. Por meio desta, segundo Ávila (2018), é possível

Distinguir os papéis dos sócios, conselheiros e executivos, definir o direcionamento estratégico e metas corporativas, cooperar e monitorar o desempenho da gestão, investir na inovação profissional da gestão, identificar e avaliar riscos futuros, gerir a sucessão de comando, aprimorar a tomada de decisão estratégica, auditar veracidade das informações financeiras, garantir o cumprimento de deveres da alta gestão, alinhar interesses e conflitos entre os acionistas e os executivos, estabelecer avaliação de desempenho e recompensa dos executivos.

Com a adoção dessas medidas, a entidade obterá um posicionamento privilegiado diante do mercado e agregará valor e credibilidade.

Matesco (2014) esclarece ser importante verificar a capacidade dos herdeiros de ocupar os cargos de decisão, pois uma alocação equivocada pode enfraquecer as medidas com a governança corporativa, ou seja:

Considerar se os herdeiros estão ou não aptos ao cargo de sucessor envolve questões delicadas de serem tratadas em ambiente tão emocional e subjetivo, motivo pelo qual, em muitas vezes, o fato é simplesmente ignorado. No entanto, a análise da aprendizagem adquirida versus características individuais dos sucessores não pode ser esquecida sob pena de que a escolha do profissional leve a organização ao fracasso em um curto espaço de tempo após a troca de comando.

Ao citarem Henrique (2013), Dante *et al.* (2016) comentam haver um descrédito no âmbito das empresas familiares, já que suas decisões são respaldadas por emoção, e não, necessariamente, por aspectos técnicos, meritocráticos ou racionais. Problemas na família podem inviabilizar qualquer empresa rentável, por isso torna-se imprescindível a criação de um

plano de sucessão e a introdução de boas práticas de governança para garantir a continuidade do negócio e o legado da família. Além disso, é de fundamental importância que os conflitos pessoais e profissionais sejam conciliados para que a sucessão aconteça de maneira saudável.

É importante entender, antes de se pensar em um planejamento sucessório, que este não é sinônimo de blindagem patrimonial nem de planejamento tributário.

Ao trabalhar o conceito de blindagem patrimonial, Albuquerque *et al.* (2019) dizem que ela é “[...] comumente utilizada por sócios como uma saída para proteger o patrimônio da pessoa física de possíveis execuções de débitos fiscais, trabalhistas, entre outros, com o fim de aferir ‘imunidade’ ao patrimônio”.

Vieira e Pomin (2013), por sua vez, dizem que

Os empresários na busca de proteger seu patrimônio [...] procuram a blindagem patrimonial como forma de afastar o adimplemento de seus débitos de obrigações tributárias e de outras categorias sem afetar seus próprios bens. Não obstante, este tipo de artimanha é um ato ilícito, pois é composto de uma série de procedimentos ilegais que visam burlar leis do âmbito civil, tributário e penal.

Os mesmos autores ainda afirmam que essa intenção é uma fraude, além de ser um meio ilícito de proteger o patrimônio, em decorrência de dívidas:

O intuito da blindagem, ora citado, é fraudar meios que deixam o patrimônio ativo do devedor sem ligação a ele através de mecanismos usuais insipientes, como doações de bens para descendentes, ascendentes ou terceiros, divórcio, até atos aprimorados como no caso de constituição *offshore company*, empresa-espelho e inúmeras manipulações de escrituração contábil. Contudo, todos estes atos, ora citado, são ilegais e apurados pela Polícia Federal, Receita Federal e outros órgãos investigativos, prendendo empresários, advogados, contadores e outros profissionais que auxiliam este tipo de operação desvirtuosa dos bens ativos. Inicialmente, o planejamento societário deve decorrer a partir de uma análise de um especialista jurídico para que possa inferir qual a necessidade e finalidade no qual compõe tal sociedade, cabendo desde uma estrutura corporativa simples até complexa, respectivamente, seria uma empresa e um grupo de empresas. Competindo a ele, conforme dispõe a lei, alterar cláusulas de contrato social ou estatuto para suprir a perspectiva do empresário.

Conforme já explicitado anteriormente, não há como fugir da ilicitude de tais atos. Ao se estruturar o planejamento sucessório, um dos seus benefícios é a proteção do patrimônio. Contudo, não se pode ter o interesse de proteger o patrimônio de credores quando o problema já é existente. A intenção, na verdade, é se antecipar aos fatos, fazendo com que, no momento da sucessão, toda a estrutura já esteja pronta. Albuquerque *et al.* (2019) ratificam essa ideia:

A blindagem lícita, portanto, está em consonância com o princípio da preservação da empresa, o qual dispõe que se deve conservar a atividade empresarial, de forma a manter a sua finalidade. Ressalta-se que até mesmo em casos de falência, aplica-se este princípio para que o empresário continue exercendo sua atividade empresarial conforme a Lei 11.101/2005 (Lei de Recuperação e Falências).

Entre os instrumentos disponíveis para se planejar a sucessão, destaca-se o testamento, em que é possível organizar a herança antecipadamente por meio da partilha em vida. “O testamento, ato personalíssimo e revogável pelo qual alguém, de conformidade com a lei, não só dispõe, para depois de sua morte, no todo ou em parte do seu patrimônio” (Código Civil, art. 1.857, *caput*), é o principal e mais conhecido meio jurídico para que seja concretizada a vontade do testador após a sua morte. Segundo Assumpção (2016), por intermédio dele, é possível

Nomear herdeiros ou legatários; instituir rendas ou alimentos, temporários ou vitalícios; determinar a quem se deseja destinar determinados bens, portanto, interferindo na partilha; dispensar descendentes de colacionar doações realizadas em vida; reconhecer filhos, consequentemente facilitando a defesa de seus interesses sucessórios; declarar a existência e o termo inicial de união estável, auxiliando na estipulação do patrimônio adquirido onerosamente na vigência desta; excluir colaterais, todos ou apenas alguns, da participação hereditária; restringir a livre disposição da herança pelo herdeiro ou legatário através das cláusulas restritivas – impenhorabilidade, incommunicabilidade e inalienabilidade; aumentar o quinhão de herdeiro seja companheiro, cônjuge, ascendente, descendente ou colateral.

É um instrumento extremamente flexível para ser adaptado às decisões da família e um meio eficaz de se planejar a sucessão. Matesco (2014) explica que

Planejar a sucessão significa, entre tantas coisas, refletir sobre os diversos elementos fundamentais que a constituem. Muitos são os riscos e desafios da empresa familiar, decorrentes, essencialmente, da interseção entre as três dimensões que a constituem: empresa, propriedade e gestão.

Para que o planejamento sucessório se efetive, é necessário, sobretudo, que a família seja conscientizada sobre essas três dimensões. Ela precisa entender que ter a posse do patrimônio não significa ter capacidade de gestão nem poder sobre a empresa. Além disso, é indispensável entender as necessidades da família com relação a esse planejamento, bem como conhecer o seu patrimônio e as pessoas envolvidas, ou seja, saber quem são os herdeiros necessários e a composição do patrimônio. O Código Civil, em seu art. 1.845, define como herdeiros necessários “os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.”

Outro ponto relevante para o sucesso do planejamento é a sua execução no momento ideal, quando a família estiver em harmonia e não houver problemas financeiros. Assumpção (2016) expõe que

A primeira etapa de um planejamento sucessório bem executado é a realização criteriosa de um diagnóstico da situação familiar, patrimonial, legal e tributária dos envolvidos. Deve ser levado em conta, por exemplo, a quantidade de imóveis; a existência de ativos financeiros; o regime de bens do casamento; os negócios da família, e, também qual a participação dos filhos nos negócios.

Para o desenvolvimento de um planejamento sucessório estruturado e eficaz, além da realização criteriosa de um diagnóstico da situação familiar, outras etapas devem ser cumpridas. São elas:

- Primeiras reuniões familiares, nas quais serão realizadas entrevistas em grupo e individuais para se identificar a busca do controle, a fim de que se possa conciliar conflitos de interesse, sejam profissionais ou pessoais, e, assim, regrar o comportamento para promover uma sucessão saudável.
- Reunião sobre o patrimônio visando entender todo o conjunto de bens e direitos da família.
- Diagnóstico por meio de relatórios e do organograma familiar, dando ciência à família.
- Início ao processo de legalização e reestruturação e implantação das boas práticas de governança corporativa.

Muitas famílias tendem a procurar ajuda profissional para transferências patrimoniais quando a empresa operacional, ou seja, a empresa principal da renda familiar, está com dívidas. Esse momento é equivocado, pois pode gerar fraude e ser considerado evasão fiscal de dívidas.

A partir do momento em que se tem conhecimento do genograma familiar e dos seus haveres, o planejamento sucessório se torna eficaz. Vale destacar alguns de seus benefícios, abaixo elencados:

- Facilitar o processo de inventário: no planejamento sucessório, a família deixará claro como será dividido o patrimônio entre os herdeiros, e, com isso, na falta do fundador, o inventário já está predefinido. Almeida (2011), nesse sentido, diz que

[...] o planejamento envolverá doações e outros instrumentos jurídicos necessários para fazer valer a vontade do (a) chefe de família, que pode, inclusive, permitir a divisão do patrimônio entre os herdeiros em vida, mas de maneira que o poder de decisão permaneça em suas mãos até a sucessão.

- Diminuir a carga tributária: com um bom planejamento tributário aliado ao planejamento sucessório, é possível diminuir a carga tributária. Isso acontece por meio da constituição das *holdings* familiar, operacional e patrimonial. As *holdings* já vêm sendo previstas na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a Lei das Sociedades Anônimas:

Art. 2º Pode ser objeto da companhia qualquer empresa de fim lucrativo, não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes.

[...]

§ 3º A companhia pode ter por objeto participar de outras sociedades; ainda que não prevista no estatuto, a participação é facultada como meio de realizar o objeto social, ou para beneficiar-se de incentivos fiscais.

Por intermédio do comparativo abaixo, atualizado para o ano de 2023, é possível confrontar os custos e o tempo médio de finalização de um processo de inventário e da *holding* familiar:

Quadro 2. Confronto de custos e tempo médio de finalização de inventário e *holding* familiar

Acontecimentos	Ação de Inventário	Holding Familiar
Tributação: herança e doação	4% O recolhimento é realizado em um só momento, sendo todos os bens atualizados para o valor de mercado (bens imóveis – valor atual de venda). A alíquota aplicada será a prevista no momento do falecimento/ da incerteza tributária.	4% Possibilidade de segregação do recolhimento. Recolhimento parcial no momento de doação e saldo restante no falecimento – extinção do usufruto. Com a segregação do recolhimento, existe a possibilidade de se programar o pagamento do tributo. Em circunstância de instabilidade fiscal, pode-se optar pelo recolhimento integral. Alíquota aplicada será a prevista no momento da doação.
Tributação: venda de imóveis	27,5%	5,93% Se a holding familiar possuir atividade de compra e venda de imóveis, a tributação na venda será de 5,93% (Pis, Cofins, CSLL e IR). Já no caso do seu objetivo social não englobar a compra e venda de imóveis, a tributação é sobre o ganho de capital que varia de 15 a 22,5%, com acréscimo da CSLL de 9%.
Tributação: rendimentos	27,5%	12%

Acontecimentos	Ação de Inventário	Holding Familiar
Custos/honorários	Honorários calculados sobre o valor atualizado do patrimônio inventariado. Incidência de taxas e despesas judiciais.	Honorários calculados levando em consideração diversos aspectos (existência de conflitos, tipo de patrimônio – imóveis, participações societárias –, regularização de documentos). No planejamento não há taxas judiciais.
Tempo de criação/decisão	Média de 5 anos	Média de 30 dias

Fonte: Oliveira (2017); Ferreira (2017)

Mamede e Mamede (2017) trazem o significado da expressão *holding*:

A expressão *holding company*, ou simplesmente *holding*, serve para designar pessoas jurídicas (sociedades) que atuam como titulares de bens e direitos, o que pode incluir bens imóveis, bens móveis, participações societárias, propriedade industrial (patente, marca etc.), investimentos financeiros etc. Habitualmente, as pessoas mantêm esses bens e direitos em seu patrimônio pessoal.

Os mesmos autores (2017) revelam que a *holding* familiar tem como ponto focal “servir ao planejamento desenvolvido por seus membros, considerando desafios como organização do patrimônio, administração dos bens, otimização fiscal, sucessão hereditária etc”.

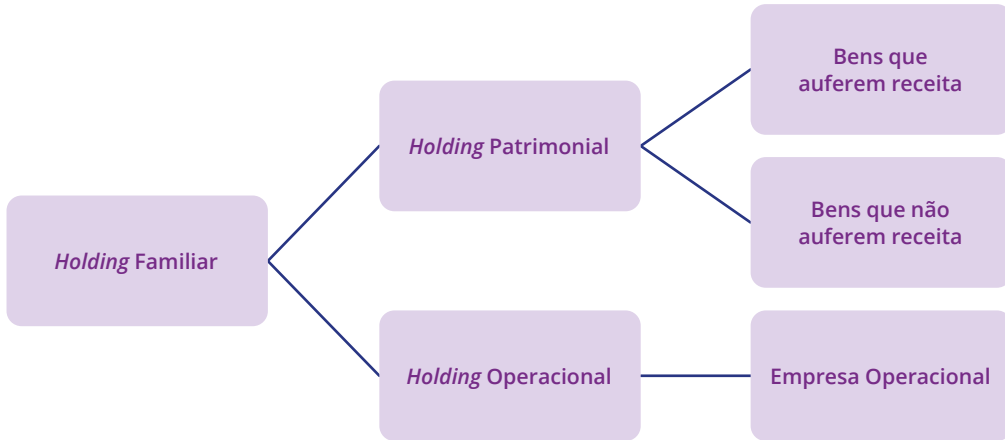
Rocha e Rios (2014) revelam que

[...] uma das principais vantagens da *holding* é a simplificação e solução no que se refere à herança, patrimônio e sucessões familiares através de um artifício estruturado e fiscal; a *holding* atua como procuradora de todas as empresas de uma grupo empresarial aumentando seu poder de barganha e imagem; facilita o planejamento fiscal e tributário; obtém redução de carga tributária incidente de pessoa física (Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF); mas as consequências tributárias mais consideráveis são as de um processo de sucessão patrimonial com imposto de renda, imposto de transmissão causa mortis, e doação de qualquer bem ou direito (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação).

Para se conseguir a redução da tributação, é necessário, além da constituição da *holding* familiar, a abertura da *holding* patrimonial, em que serão alocados os bens imóveis da família. Entretanto, necessário se faz separar os bens que auferem receitas dos que não, pois a isenção do ITBI se dá para a transferência dos bens que não possuem receita. Para aqueles que a possuem, também existe um ganho com a redução do imposto de renda, que, de 27,5%, tributado na pessoa física, passa a ser de 11,33% na pessoa jurídica, podendo chegar a 12,53%, caso haja o adicional do imposto de renda.

A *holding* operacional integra o quadro societário da empresa operacional e a principal fonte de renda da família, sendo ela a primeira, a ideia inicial do fundador. É nela também em que se encontram os riscos do negócio criminal, civil, trabalhista, tributário, ambiental e digital.

No diagrama abaixo, pode-se observar um esqueleto do resultado dos planejamentos sucessório e tributário. Após a realização do estudo da família e de seu patrimônio, é estruturada a composição empresarial.



Fonte: construção própria.

Depois de toda essa estruturação, qualquer problema que aconteça na empresa patrimonial não atinge os bens da família, e seu patrimônio está protegido, inclusive de possíveis credores.

3 Conclusão

O planejamento sucessório deve levar em consideração, além da conciliação dos interesses familiares, a perpetuidade da organização. Com base nela, é necessário identificar a pessoa mais qualificada para suceder o cargo do fundador. Além disso, é necessária a implantação de boas práticas na sucessão corporativa. Precisa ficar clara, nos objetivos do planejamento sucessório, a diferença de quem são os herdeiros e de quem é o sucessor. Herdeiros são aquelas pessoas que têm o direito de herdar o patrimônio, que fazem parte da família e que vão obter parte dele. Já o sucessor é aquela pessoa que vai dar continuidade ao gerenciamento do negócio. É preciso diferenciar a sucessão da família da sucessão da gestão, que são o comando e a diretoria. Estas não possuem regras amparadas por lei.

Referências

- ALBUQUERQUE, Alessandra Lignani de Miranda Starling; BARBOSA, Carolina Coelho; HENRIQUES, Letícia Poubel Trés. **Nuances entre a blindagem e a proteção patrimonial**: da licitude à ilicitude. 2019. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-comercial/nuances-entre-a-blindagem-e-a-protecao-patrimonial-da-licitude-a-ilicitude/>. Acesso em: 19 abr. 2020.
- ALMEIDA, Renata F. de. Planejamento sucessório testamento x inventário extrajudicial. **Jus-Brasil: Artigos**. São Paulo, 16 jun. 2011. Disponível em: <https://arpen-sp.jusbrasil.com.br/noticias/2738087/artigo-planejamento-sucessorio-testamento-x-inventario-extrajudicial-por-renata-f-de-almeida>. Acesso em: 23 abr. 2020.
- ASSUMPÇÃO, Augusto Cesar Fontes. O planejamento sucessório e seus benefícios. **JusBrasil: Artigos**. São Paulo, 19 maio. 2016. Disponível em: <https://augustoassumpcao.jusbrasil.com.br/artigos/339762581/o-planejamento-sucessorio-e-seus-beneficios>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- ÁVILA, Renato. **Holdings e estratégias de planejamento sucessório**. 2018.
- BERNHOEFT, R. **Empresa familiar**: sucessão profissionalizada ou sobrevivência comprometida. 3. ed. São Paulo: Nobel, 2005.
- BRASIL. **Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 28 abr. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 6.404, 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. 1976. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 28 abr. 2020.
- CAMPOS, Noanne Moura. Planejamento sucessório e holding familiar. **Âmbito Jurídico: Cadernos**. São Paulo, 5 dez. 2019. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-de-familia/planejamento-sucessorio-e-holding-familiar>. Acesso em: 28 abr. 2020.
- CARVALHO, Michele Andreza de Freitas; MATOS, Antônio Carlos; MOREIRA JUNIOR, Aramando Lourenzo. **Empresas familiares**: resolvendo conflitos com soluções eficientes. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/> Acesso em: 25 abr. 2020.
- DANTE, Fabio Santarossa; RODRIGUES, Regina Mazzini. CREMONEZI, Graziela Graziano. Os impactos da gestão familiar nos conflitos e cultura organizacional. **Redape - Revista de Carreiras e Pessoas**, v.6, n.3. 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ReCaPe/article/view/31067>. Acesso em: 19 mar. 2020.
- DONNELEY, R. G. **A empresa familiar**. Biblioteca Harvard de Administração de Empresas. São Paulo: Abril-Tec, 1976.
- FERREIRA, Luana Lima Lacerda. **Holding patrimonial familiar como meio de efetivação do direito sucessório**. 2017. 53 f. Orientadora: Dra. Renata C. Othon L. Andrade. Graduação (Monografia) - Bacharel em Direito, Faculdade Damas da Instrução Cristã, Recife, 2017. Disponível em: <https://revistas.faculdededamas.edu.br/index.php/academico/article/download/773/631/26> Acesso em: 28 de abril de 2020.
- FREIRE, Patrícia de Sá; NAKAYAMA, Marina Keiko; SOARES, Aline Pereira. Processo de profissionalização com a implantação de boas práticas de governança corporativa para a abertura de capital (IPO) em empresa brasileira com gestão de tipo familiar. *In*: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 28, 2008, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ABEPRO, 2008. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_TN_STO_079_548_11051.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.
- KIGNEL, L.; PHEBO, M. S.; LONGO, J. H. **Planejamento Sucessório**. São Paulo: Koeses, 2014. Prefácio de DAVIS, John

LIMÁRCIO, Thiago; ALVES, Luciene; LEITE, Cesar Eduardo; ANTUNES, Marcos Aurélio; DANIEL, André Lacerda. A importância da gestão em empresas familiares. *In: Simpósio em Excelência (SEGET)*, 12, 2015, Resende (RJ). **Anais** [...] Resende: AEDB, 2015. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/27122309.pdf>. Acesso em 25 abr. 2020.

MAMEDE, Gladson; MAMEDE, Eduarda Cotta. **Holding familiar e suas vantagens: planejamento jurídico e econômico do patrimônio e da sucessão familiar**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATESCO, Karen. **A problemática da sucessão em empresas familiares e a instrumentalização da governança corporativa**: um estudo de caso. 2014. 81 f. Orientadora: Carmen Migueles. Dissertação (Mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, Matheus Antonio Cosme de. **Holding familiar no Brasil**: ação legítima ou fraude ao direito de sucessões? 2017. Disponível em: https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/holding-familiar-no-brasil-acao-legitima-ou-fraude-ao-direito-sucessoes.htm#indice_20. Acesso em: 28 abr. 2020.

REIS, F. P. P. M. **Os desafios da empresa familiar**. 2012 Disponível em: http://www.empresafamiliar.org.br/artigos/os_desafios_da_empresa_familiar.htm. Acesso em 28 de abril de 2020.

ROCHA, Valéria Aparecida Pena da; RIOS, Ricardo Pereira. Holding para planejamento sucessório: estudo de caso em uma empresa familiar. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**, v. 5. n.1, 2014. Disponível em: http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/administracao/v5_n1_2014/Valeria.pdf. Acesso em: 27 mar. 2020.

STOLLENWERK, Marina Ludovico. **Planejamento sucessório patrimonial**: análise de casos hipotéticos à luz das questões controversas do direito sucessório. 2017. Orientadora: Andrea Maciel Pachá. Monografia (Pós-Graduação) - Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/biblioteca_videoteca/monografia/Monografia_pdf/2017/MarinaLudovicoStollenwerk_Monografia.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

SULL, Donald N. **De volta ao sucesso**: por que boas empresas falham e como grandes líderes as reconstróem. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

VIEIRA, Daniel Abrantes; POMIN, Andryelle Vanessa Camilo. Aspectos controvertidos da blindagem patrimonial. *In: Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar (EPCC)*, 8., 2013, Maringá (PR). **Anais eletrônicos** [...] Maringá: Cesumar, 2013. Disponível em: https://rdu.unicesumar.edu.br/bitstream/123456789/4382/1/Daniel_Abrantes_Vieira.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

Sites consultados:

<https://www.youtube.com/watch?v=OOxzU4ZKrSM>

https://exame.abril.com.br/negocios/dino_old/empresas-familiares-assumem-lideranca-de-mercado/

<https://www.pwc.com.br/pt/sala-de-imprensa/artigos/empresas-familiares-e-plano-de-sucessao.html>

CAPÍTULO II

Ambiental e Inovação Tecnológica

Coordenadoras:
Sônia Gomes e Ticiane Santos



CAPÍTULO II – Ambiental e Inovação Tecnológica

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Teses e Dissertações Brasileiras

Paula Gonçalves Serafini

Mestra em Engenharia de Produção pela UFRN e Doutoranda em Administração (UFBA)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0826-353X> | E-mail: paula.serafini@ufrn.br

Jéssica Moraes de Moura

Mestra em Planejamento Urbano
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8059-6294> | E-mail: jessica.moura@ufrn.br

Sonia Maria da Silva Gomes

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2024-4419> | E-mail: songomes@ufba.br

Fátima de Souza Freire

Pós-doutora em Contabilidade Socioambiental pela University Saint Andrews (Escócia)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1133-5087> | E-mail: ffreire51@gmail.com

Ticiane Lima dos Santos

Doutora em Administração (Universidade da Amazônia - Unama)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9238-4651> | E-mail: ticianesantos@yahoo.com.br

Resumo

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) fazem parte da Agenda 2030, lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 e assinada por 193 países que se comprometeram em fornecer novas bases para um desenvolvimento socialmente mais justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável. Estudos enfatizam a importância das Instituições de Ensino Superior (IES) para os ODS, destacando que o conhecimento científico é capaz de produzir inovações e direcionar as soluções de problemas globais. O estudo objetivou investigar como as produções científicas apresentadas nas teses e dissertações brasileiras abordam os ODS. Para tanto, realizou-se um levantamento ao Catálogo de Teses e Dissertações da Dissertações da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Identificaram-se 416 trabalhos relacionados aos ODS. A partir da abordagem bibliométrica, foi possível analisar a evolução temporal das pesquisas, as áreas e as instituições que mais se destacam, bem como os ODS que vêm sendo mais abordados nas teses e nas dissertações. O resultado deste estudo pode fornecer insights aos programas de pós-graduação brasileiros (PPGs) para elaboração de seu planejamento estratégico e definição de metas. Este estudo traz contribuições efetivas ao desenvolvimento de políticas públicas que possam fomentar e financiar pesquisas alinhadas aos ODS e promovam o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Instituição de Ensino Superior; Estudo bibliométrico.

1 Introdução

A temática do desenvolvimento sustentável vem fazendo parte de inúmeras pesquisas, constituindo-se um assunto de grande relevância tanto para a área acadêmica, instituições públicas e privadas, quanto para a sociedade. Diversos aspectos do mundo contemporâneo exigem uma abordagem de desenvolvimento que consiga equilibrar as suas múltiplas dimensões, olhando-se em uma perspectiva social, econômica, ambiental e institucional, com vistas a promover uma melhor vivência para as pessoas e para o planeta.

É nesse contexto que a Agenda 2030 foi lançada, em 2015, pela Organização das Nações Unidas (ONU), em parceria com 193 países que se comprometeram em adotar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como uma linguagem comum norteadora do desenvolvimento, sendo essa uma iniciativa composta por 17 objetivos e 169 metas, que se traduzem em ações universalmente aplicáveis.

Entre os agentes responsáveis pela execução dessa Agenda, estão as Instituições de Ensino Superior (IES) como um dos atores para sua implementação. Defende-se que “é provável que nenhum dos ODS possam ser cumpridos sem o envolvimento das IES” (Kestin *et al.*, 2017, p. 3). Nesse sentido, a Unesco (2015) considera que embora a educação possa não oferecer todas as respostas, ela é o elo de novas relações entre as pessoas e o planeta.

É crescente o número de pesquisas que enfatizam a importância das IES para o alcance dos ODS (Leal Filho, 2020; Murillo-Vargas; Gonzalez-Campo; Brath, 2021; Smaniotto *et al.*, 2020; Torres, 2021), e destaca-se que o ambiente acadêmico é um espaço de geração e disseminação do conhecimento que tem forte potencial para influenciar o desenvolvimento local e global.

Nessa perspectiva, há o paradigma de que as IES tem atuação estratégica, pois podem abordar esse tema nas dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da própria gestão das universidades (De La Poza *et al.*, 2021). Ainda, as IES são responsáveis pela formação de cidadãos, que devem ser conscientes do seu papel, fornecendo aos futuros profissionais habilidades e competências necessárias para responder aos desafios do desenvolvimento sustentável em contextos cada vez mais complexos, pandêmicos, com poucos recursos naturais e globais (Menezes; Minillo, 2017; García-Feijoo; Eizaguirre; Rica-Aspiunza, 2020; Blasco; Brusca; Labrador, 2021).

No cenário em que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável se constituem em uma importante agenda de pesquisa, o presente estudo objetivou investigar como as produções científicas de teses e dissertações brasileiras se relacionam com os ODS, sendo realizada uma sistematização dessas pesquisas onde foi se identificou a quantidade de estudos produzidos que fazem menção aos ODS e evidenciam a evolução temporal desses trabalhos, as áreas, as instituições que mais se destacam e também os ODS mais citados nessas pesquisas. Significa que esse estudo avança em relação à pesquisa de Silva (2018), que realizou um mapeamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) e

analisou 63 teses e dissertações brasileiras, segmentando-as de acordo com a contribuição para cada ODM. Concluiu que a literatura brasileira sobre os ODM tem grande potencial para auxiliar no alcance dos ODS.

Por meio da realização de um mapeamento que considera o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a presente pesquisa produz um panorama que visa contribuir para o fortalecimento da inclusão dos ODS nos trabalhos de pesquisa *stricto sensu*, estimulando acadêmicos a promoverem o alinhamento de seus trabalhos à Agenda 2030 e, dessa forma, auxiliarem no alcance das metas globais por intermédio de estudos científicos que trazem experiências úteis para o desenvolvimento sustentável. Para além disso, o resultado desta investigação pode fornecer *insights* aos programas de pós-graduação (PPGs) *stricto sensu* na elaboração de seu planejamento estratégico e na definição de metas para difusão do conhecimento e interação com a comunidade local.

Este estudo traz contribuições efetivas ao desenvolvimento de políticas públicas que possam fomentar e financiar pesquisas alinhadas aos ODS, no sentido de induzir o desenvolvimento de determinados PPGs na produção de soluções tecnológicas e inovadoras que mudem a vida das pessoas e promovam o desenvolvimento sustentável.

1.1 Instituições de Ensino Superior e os ODS

As IES são destinadas a cumprir um papel fundamental para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. É o local em que se produz e dissemina conhecimento capaz de construir um mundo socialmente mais justo, economicamente viável e ambientalmente equilibrado. Além de se formarem profissionais especializados, pensa-se em inovação e criam-se políticas públicas que sejam capazes de corrigir desequilíbrios há muito tempo propagados pelas gerações passadas.

Desse modo, identificar a inclusão dos ODS nas produções científicas desenvolvidas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* permite que as IES e seus PPGs avaliem suas capacidades de pesquisa, norteiem os temas e alinhem os trabalhos dos docentes e discentes com o desenvolvimento sustentável. Além disso, é possível fortalecer a articulação interdisciplinar de forma que as políticas sejam orientadas para soluções de problemas da sociedade, do governo e das organizações (Körffgen *et al.*, 2018; Leal Filho, 2020; Sanabria-Suárez; Orozco; Sabogal; Ariza, 2020).

Menezes e Minillo (2017) realizaram um estudo com a Universidade Federal da Paraíba e ressaltaram que especialmente as universidades públicas no Brasil desempenham importante papel na formação de cidadãos e recursos humanos qualificados que podem atuar diretamente na solução de problemas que impactam os ODS. Os autores também evidenciaram que as universidades devem dedicar as suas pesquisas e suas atividades de

extensão a buscar soluções para os problemas da sociedade, apontando possíveis caminhos de superação de tais desafios e ampliando as chances de transformação social. É “notável [...] como as contribuições da Universidade para a Agenda 2030 se dão apoiadas no tripé formado por ensino, pesquisa e extensão” (Menezes; Minillo, 2017).

Nessa direção, a pesquisa de Blasco, Brusca e Labrador (2021) sinaliza que os acadêmicos espanhóis estão incluindo os ODS em suas agendas de pesquisa de diferentes perspectivas, assim como no ensino, alinhando os currículos com os ODS nos objetivos de aprendizagem. O estudo de Thorpe e Gunton (2021), por sua vez, aponta que as bibliotecas australianas estão se esforçando para classificar as pesquisas que, direta ou indiretamente, relacionam-se com os ODS. Sintetizando esse paradigma, Sánchez-Carracedo *et al.* (2021) defendem que os estudantes, em suas pesquisas, devem ser capazes de demonstrar que estão cientes da necessidade de introduzir e avaliar a sustentabilidade em seus futuros projetos, sendo uma oportunidade de alinhamento desses trabalhos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Embora se verifique a importância dessas ações, Körfgen *et al.* (2018) evidenciam que, na maioria dos países signatários da Agenda 2030, ainda não há trabalhos que detalhem como as IES estão abordando os ODS na pesquisa. Os autores propõem o mapeamento dos trabalhos e das pesquisas que abordam tópicos de sustentabilidade definidos pelos ODS.

2 Metodologia

Para analisar a produção científica oriunda de teses e dissertações que têm interface com a temática dos ODS e que foram produzidas pelos programas de pós-graduação brasileiros, procedeu-se a um estudo bibliométrico. Aplicou-se esse método para analisar teses e dissertações que estão no portal da Capes. Foi utilizada a técnica do estudo de Silva (2018) para a coleta dos trabalhos das teses e dissertações produzidas pelos programas de pós-graduação das Instituições de Ensino Superior¹. A vantagem de utilizar o portal da Capes se deu em virtude do fato de ele conter o registro de todas as teses e dissertações brasileiras.

Definida essa base de dados, fez-se necessário seguir um protocolo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão de estudos, de modo a permitir a reprodutibilidade por outros pesquisadores. Diante disso e considerando-se o tema central desta pesquisa, foram escolhidas as seguintes palavras-chave para serem pesquisadas no banco de teses e dissertações da Capes, que compuseram a *string* de busca: “Agenda 2030” OR “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” OR “ODS”.

1 Um total de 669 instituições públicas e privadas estão registradas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, compreendendo mais de 1,2 milhão de pesquisas de mestrado e doutorado.

Esses três termos foram escolhidos por apresentarem relação direta com o tema tratado, de modo a permitir a busca de trabalhos que apresentassem pelo menos um desses termos em seu título, seu resumo ou suas palavras-chave. Sabe-se que os ODS são transversais e que, em linhas gerais, toda pesquisa pode apresentar alguma contribuição a um dos objetivos e a suas metas. Para este estudo, considerou-se a inclusão de trabalhos que tratassem diretamente dos ODS.

A coleta de dados foi realizada em maio de 2021 e em uma nova consulta em janeiro de 2022, visando atualizar o número de trabalhos que pudessem ter sido incluídos após a primeira consulta. O resultado da nova busca com a inserção dos termos escolhidos totalizou 594 trabalhos, e foi possível ter acesso ao título do documento, ao nome do autor, ao ano de publicação, à biblioteca depositária, ao orientador, ao resumo e a outras informações da tese ou dissertação.

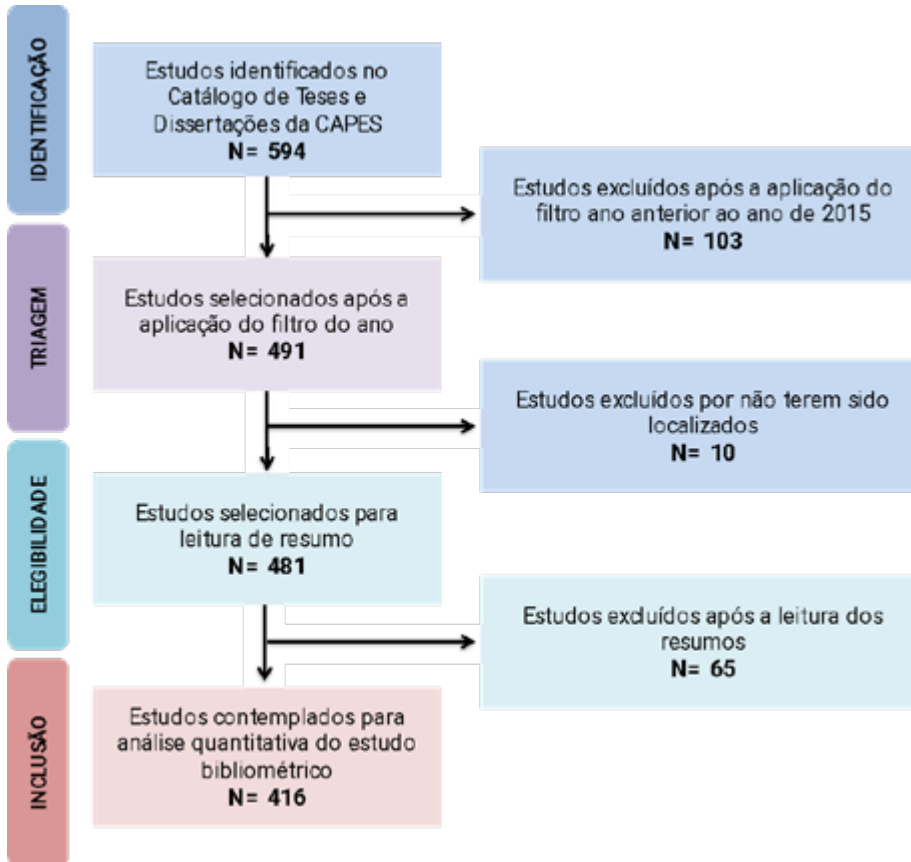
Todos os trabalhos levantados foram inseridos em uma planilha eletrônica², permitindo o registro de informações básicas, assim como do resumo e das palavras-chave. Foram excluídas as teses e dissertações publicadas antes de 2015, visto que a Agenda 2030 foi lançada em 2015. Sendo assim, nessa primeira etapa, foram excluídos 103 trabalhos.

De posse dos 491 trabalhos restantes, procedeu-se à análise dos títulos, dos resumos e das palavras-chave, com o propósito de averiguar a necessidade de aplicação de novos filtros de exclusão. Nessa segunda etapa, 10 trabalhos foram excluídos. Ainda, após a leitura dos resumos, 65 trabalhos foram retirados do *corpus* da pesquisa, pois, apesar de serem posteriores ao ano de 2015, não se relacionavam com a temática em estudo, de modo que a sua captura no processo não representava a sigla de interesse, mas a combinação da sigla “ODS” com algumas outras palavras³. Após a aplicação desses filtros de exclusão, triagem e elegibilidade, 416 trabalhos compuseram a amostra final, conforme a Figura 1.

2 Apesar de ser uma base de pesquisa, é importante ressaltar que o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes não tem a ferramenta de exportação dos resultados das pesquisas nela realizadas, sendo essa uma limitação que implicou a necessidade de um procedimento detalhado para o registro e a tabulação dos materiais coletados.

3 Exemplos de palavras que incluíram o termo “ODS” de maneira equivocada: Methods; Ipods; Oxide Dispersion Strengthened (ODS); ODS-EUROFER; periods; Oven Dried Sample (ODS); Dessulfurização Oxidativa (ODS); MODS; Órgão de Direção Setorial (ODS); Operação Direção Segura (ODS); Óleo Degomado de Soja (ODS); Optical Densities (ODs); Overall Disability Sumscore (ODSS); Neighborhoods.

Figura 1. Fluxograma de busca, seleção e análise de teses e dissertações



Fonte: elaborada pelas autoras (2023)

Ressalta-se que todos esses procedimentos se fizeram necessários para garantir a confiabilidade do estudo. De posse dos 416 trabalhos identificados, procedeu-se à análise de algumas variáveis, buscando-se, sobretudo, traçar o panorama dessas publicações e identificar como elas vêm colaborando com o tema.

3 Resultados e Discussão

Inicialmente, cabe ressaltar que os indicadores analíticos aqui apresentados seguem os parâmetros utilizados em outros estudos quantitativos dessa natureza, os quais se destinam a compreender, de uma maneira ampla, como determinado tema vem evoluindo em um contexto de produções científicas. Nesse sentido, as seguintes questões-chave norteiam

a apresentação dos resultados: caracterização dos trabalhos por tipologia, destacando o quantitativo de dissertações de mestrado (profissional e acadêmico) e de teses de doutorado que dialogam com os ODS; evolução temporal dessas publicações, analisando a curva de produção científica sobre os ODS; identificação de em qual área de estudo se observa a maior produção de pesquisas que abordaram os ODS em alguma vertente; identificação das instituições de ensino que mais têm desenvolvido trabalhos sobre a temática; identificação dos ODS que são mais citados nessas pesquisas; e análise dos trabalhos que abordam a implementação dos ODS em IES.

3.1 Caracterização dos trabalhos por tipologia

Sobre a tipologia dos trabalhos *stricto sensu* selecionados no estudo, identificou-se que o quantitativo de 78 trabalhos (19%) corresponde a teses de doutorado e 338 trabalhos (81%) correspondem a dissertações de mestrado (Tabela 1). Na categoria de mestrado, destaca-se que 112 trabalhos (27%) são produções dos mestrados profissionais e 226 trabalhos (54%) são produções do mestrado acadêmico.

Tabela 1. Quantitativo de teses e dissertações relacionadas aos ODS

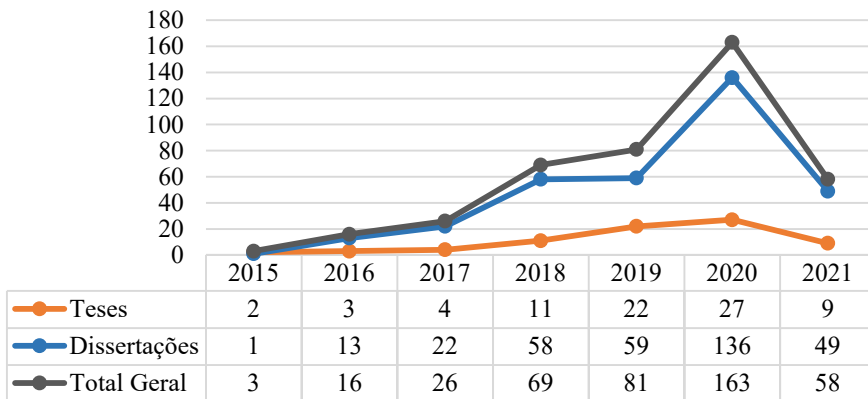
Tipo	Quant.	Percentual
A. Dissertações de Mestrado	338	81%
Mestrado Profissional	112	27%
Mestrado Acadêmico	226	54%
B. Teses de Doutorado	78	19%
Total (A+B)	416	100%

A maioria das publicações (Tabela 1) relacionadas aos ODS se concentram nas pesquisas de mestrado, sendo destaque o mestrado acadêmico. Ao analisarem-se os dados de todas as produções inseridas no portal da Capes, a qual contempla um conjunto de 1.362.601 de pesquisas, verifica-se que a proporção de teses de doutorado equivale a 24%, enquanto as dissertações de mestrado correspondem a 74%, existindo 2% de estudos classificados como profissionalizantes. A partir desses números, verifica-se que a proporção de pesquisas de mestrado sobre os ODS supera o percentual geral das dissertações incluídas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, o que indica que os pesquisadores têm se interessado por esse tema.

3.2 Evolução temporal da publicação dos trabalhos

Com relação à evolução temporal de publicação desses trabalhos, considerou-se o ano de 2015, por ter sido o ano de lançamento da Agenda 2030, até o ano mais recente de 2022. Ressalta-se que os trabalhos vêm em uma curva crescente de publicações, tendo o primeiro salto sido identificado no ano de 2017 para o ano de 2018, quando houve um crescimento de 43 trabalhos, e do ano de 2019 para o ano de 2020, tendo sido observado um incremento de 82 trabalhos. O Gráfico 1 demonstra a evolução histórica dessas publicações, destacando-se o ano de 2020, que atingiu a marca de 163 pesquisas de mestrado e doutorado publicadas que se relacionam, em alguma vertente, com os ODS e a Agenda 2030 e citam esses termos no respectivo trabalho. Para o ano de 2021, foram observados 58 estudos com a temática, havendo uma diminuição se comparado com o ano de 2020. Contudo, devido ao contexto pandêmico da covid-19, é válido ressaltar que a base de dados da Capes recebeu um número inferior de trabalhos defendidos no ano de 2021, com uma diminuição de 47%, comparando-se com o de 2020.

Gráfico 1. Evolução da publicação das teses e dissertações relacionadas aos ODS



Analisando-se separadamente a publicação de dissertações e teses, verifica-se um crescimento significativo das dissertações de mestrado, sobretudo nos anos de 2017 para 2018, com crescimento de 164% (1º pico), e nos anos de 2019 para 2020, com crescimento de 131% (2º pico). Já as teses de doutorado sobre o tema apresentam crescimento em menor ritmo, sendo identificado um único pico de aumento no número de estudos publicados entre os anos de 2018 para 2019 (crescimento de 100%).

3.3 Análise por área de estudo

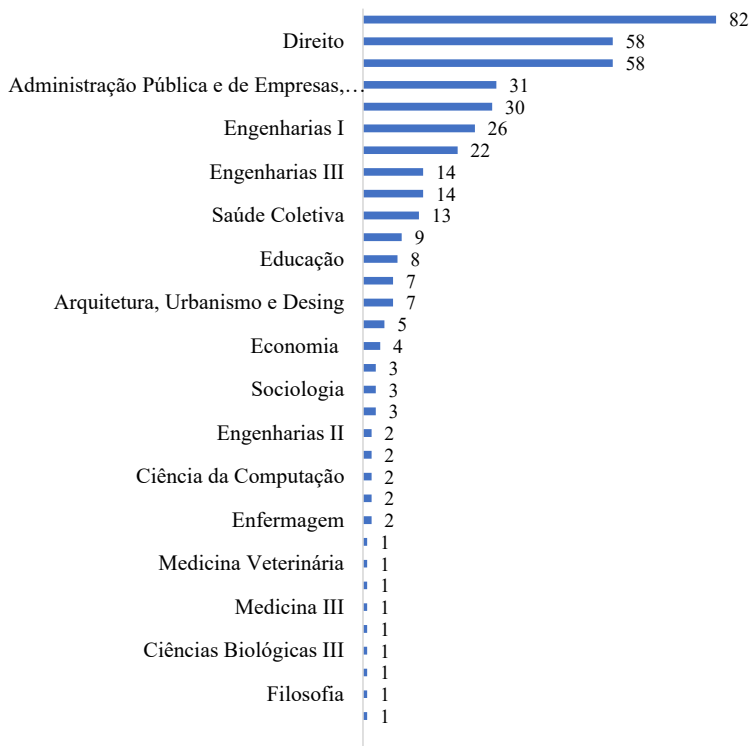
Na análise das pesquisas por área de estudo, foi identificado um quantitativo total de 171 programas de pós-graduação que publicaram 416 trabalhos que se relacionavam com os ODS. Nessa análise, os PPGs em Direito foram os que mais se destacaram, sendo identificadas 47 pesquisas nessa área. Os PPGs em Administração publicaram 22 estudos, e os PPGs em Governança e Sustentabilidade publicaram 20 teses e dissertações sobre a temática. Publicando um menor número de trabalhos, mas ainda assim expressivo, destacam-se os PPGs em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua) e os PPGs em Desenvolvimento Regional, ambos com 13 teses e dissertações publicadas. Os demais 166 PPGs apresentaram um número inferior a 10 trabalhos (Tabela 2).

Tabela 2. Quantitativo de teses e dissertações relacionadas aos ODS

Nome	Quant.	%
Programas de Pós-Graduação em Direito	47	11%
Programas de Pós-Graduação Administração	22	5%
Programas de Pós-Graduação em Governança e Sustentabilidade	20	5%
Programas de Pós-Graduação em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos	13	3%
Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional	13	3%
Outros Programas de Pós-Graduação	166	73%
Total	416	100%

Com a finalidade de refinar essa análise, tendo-se em vista que muitos PPGs apresentam nomenclaturas distintas, mas dialogam sobre um mesmo tema, foi realizada uma nova análise segundo as áreas de avaliação da Capes. Para tanto, consultou-se cada PPG na Plataforma Sucupira, de modo a verificar, nos seus registros, a quais informações de área eles pertencem. A partir dessa nova sistematização, foram identificadas 33 áreas (Gráfico 2) com as quais as pesquisas contribuem.

Gráfico 2. Agrupamento de teses e dissertações relacionadas aos ODS por área de avaliação da Capes



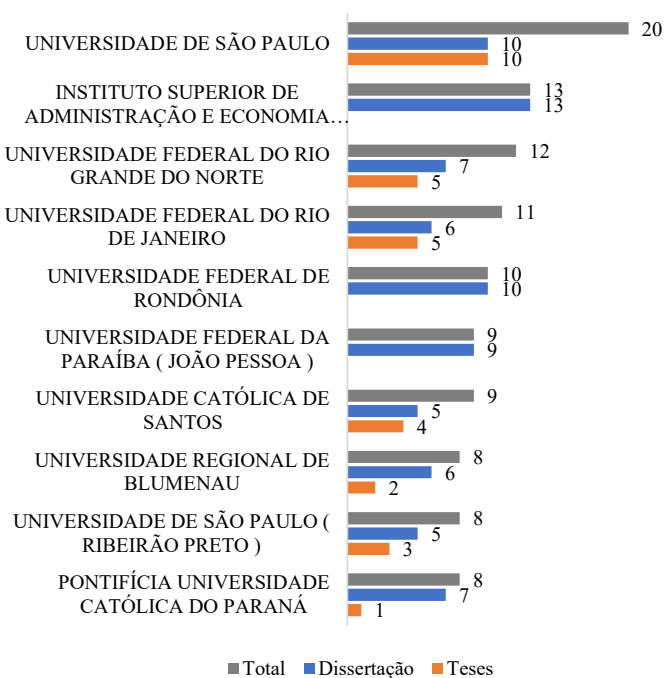
Os dados apresentados no Gráfico 2 demonstram que 82 trabalhos (20%) foram produzidos pelos PPGs que se vinculam à área de Ciências Ambientais da Capes, sendo essa a área que mais registrou trabalhos com contribuições para os ODS. Em seguida, as áreas de Direito e Interdisciplinar estão empatadas, ambas com 58 estudos (14%) produzidos pelos programas que estão vinculados a essas áreas. Quanto à área de Direito, verifica-se que ela contempla cursos cadastrados, como Direitos Especiais, Teoria do Direito, Direito Público e Direito Privado. Já a área Interdisciplinar foi criada em 1999 com a finalidade de englobar a natureza transversal de muitos PPGs. Atualmente conta com 377 cursos de pós-graduação, os quais estão vinculados às áreas básicas de Meio Ambiente e Agrárias, Sociais e Humanidades, Engenharia/Tecnologia/Gestão e, por fim, Saúde e Biológicas. Um número ainda expressivo de 31 trabalhos (7%) está vinculado à área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, sendo essa uma área composta por programas de outras quatro subáreas e que também têm produzido estudos sobre a Agenda 2030, sobretudo quando se observa a temática das Políticas Públicas. Tratando-se da área que ocupa a quarta posição, com 30 trabalhos (7%), destaca-se a área de Planejamento Urbano Regional

e Demografia, a qual contempla diversos programas ligados ao desenvolvimento e planejamento territorial. Uma análise mais profunda se faz necessária nesse aspecto, a fim de que se permita compreender como cada uma das áreas de conhecimento da Capes vem contribuindo com a produção científica sobre os ODS e a Agenda 2030.

3.4 Análise por instituição de ensino superior

Considerando-se as IES em que as teses e dissertações foram produzidas, destaca-se que foi identificado o número de 132 IES entre Universidades Federais, Estaduais, Centros de Ensino, Institutos Federais e outras organizações públicas e privadas. A Universidade de São Paulo (USP) apresentou o maior número de trabalhos contemplados na pesquisa, com um quantitativo de 20 teses e dissertações (5%) que tratam da temática dos ODS e da Agenda 2030. Em segundo lugar, o Instituto Superior de Administração e Economia do Mercosul (Isae) apresentou 13 trabalhos (3%), todos de mestrado, seguido da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) com 12 pesquisas (3%). O Gráfico 3 traz as 10 instituições que mais têm trabalhos considerados no estudo, detalhando o quantitativo de pesquisas de mestrado e de doutorado.

Gráfico 3. Relação das 10 instituições que mais têm teses e dissertações relacionadas aos ODS



Correlacionando-se os dados dos PPGs dessas instituições, verifica-se que a USP produziu mais pesquisas no Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade (4 trabalhos de doutorado) e no Programa de Pós-Graduação em Direito (3 trabalhos de mestrado e 1 de doutorado). Já o Isae apresentou todos os trabalhos no Programa de Pós-Graduação em Governança e Sustentabilidade, sendo 13 dissertações de mestrado, produzidas a partir do ano de 2017. A UFRN se destacou com o Programa de Pós-Graduação em Direito, que publicou 3 dissertações de mestrado sobre o tema, e também com o Programa Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, que publicou 2 dissertações de mestrado que dialogam com os ODS.

3.5 Análise por ODS mais citados

Para essa análise, identificaram-se os ODS mais citados nas pesquisas. A partir da leitura dos resumos, buscou-se identificar com qual ODS a pesquisa estava relacionada. Encontraram-se 242 trabalhos (58%) que mencionaram, no próprio resumo, uma vinculação a um ou mais ODS, enquanto 174 trabalhos (42%), apesar de apresentarem os termos “Agenda 2030”, “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” ou “ODS”, não indicaram nenhuma correlação direta a nenhum deles, expressando uma abordagem generalista ao tema e apresentando uma contribuição geral aos ODS.

Considerando-se apenas os 242 trabalhos que tiveram como foco um ou mais ODS, foi identificado que o ODS 6 (Água Potável e Saneamento) e o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) foram os mais citados nas pesquisas, com 44 (15%) e 39 (14%) trabalhos, respectivamente. O Gráfico 4 representa os ODS mais pesquisados nas teses e dissertações. Como é possível observar, o ODS que apresentou o menor percentual de pesquisas vinculadas foi o ODS 14 (Vida na Água), com apenas 4 trabalhos relacionados (1%).

Gráfico 4. ODS mais impactados pelas teses e dissertações



te das universidades. Em linhas gerais, os apontamentos aqui retratados desses estudos suscitam um importante debate, a ser aprofundado em pesquisas futuras que enfatizam a importância e o modo como as universidades devem incorporar e promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ademais, esses trabalhos ganham relevo, pois, além de abordar o tema dos ODS, propõem experiências de como integrá-los nas instituições de ensino, servindo como oportunidade para realizar boas práticas.

4 Considerações Finais

O presente estudo permitiu conhecer como o ambiente de produção acadêmica tem se dedicado ao tema dos ODS. Essa proposta evidencia um trabalho inicial de sistematização da produção científica brasileira sobre os ODS e sinaliza para a necessidade de se aprofundar esse objeto, por meio do desenvolvimento de análises mais substantivas. Ficou evidente uma curva de crescimento sobre o tema dos ODS nos trabalhos produzidos nos PPGs das IES brasileiras, sendo percebido um esforço recente de alguns programas em vincularem suas pesquisas à temática da Agenda 2030. Esse processo precisa ser mais impulsionado pelas instituições, estimulando-se os estudantes de mestrado e doutorado a refletirem de que maneira as suas pesquisas impactam e influenciam os ODS.

Os resultados apontam que a área de Ciências Ambientais desponta como a que mais relaciona suas pesquisas com o tema dos ODS, sendo um fato a ser explorado em estudos futuros. Ainda, os PPGs em Direito e os PPGs vinculados à área Interdisciplinar se destacam com maior expressividade em trabalhos alinhados aos ODS.

Quanto à contribuição direta dessas pesquisas para cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, foi identificada que o ODS 6 (Água Potável e Saneamento) e o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) são os que mais são citados nos trabalhos, sinalizando possibilidade de análise mais profunda desses aspectos. A nuvem de palavras-chave confirma essa tendência, identificando, além dos termos centrais pesquisados, palavras que se relacionam com cada um dos ODS em específico, tais como saúde, educação, meio ambiente, energia, saneamento, inovação e outras.

É importante destacar as limitações de natureza qualitativa que o estudo apresenta, uma vez que não foi feita a análise detalhada de cada um desses trabalhos e a contribuição se limitou a analisar como eles tratam os ODS, sem especificar as alternativas ou os métodos adotados em cada estudo. Salienta-se que tal limitação não invalida o procedimento de pesquisa, sendo defendido por Murillo-Vargas, Gonzalez-Campo e Brath (2021) que o mapeamento da produção científica relativa aos ODS permite compreendê-los como um campo de estudo em exploração, o qual tem picos de produção desde o ano de 2016 e, em virtude do papel desenvolvido pelas IES, tem amplo espaço para crescimento.

Em conclusão, reforça-se que essa abordagem metodológica de estudo bibliométrico e sua aplicação visam fortalecer as ações da Agenda 2030, bem como contribuir com outras universidades na identificação e inclusão dos ODS em suas pesquisas científicas.

Referências

- BEUTER, B. S. P. **Educação para a sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior ONU PRME: uma análise das práticas internacionais**. 2021. 161 f. Orientador: Dr. Norman de Paula Ar-ruda Filho. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação do Instituto Superior de Administração e Economia – ISAE, Curitiba, 2021. Disponível em: http://repositorio.isaebrasil.com.br/dissertacoes/mpgs_1-19_barbara-sueli-przybylowicz-beuter-pdf/. Acesso em: 20 maio 2022.
- BLASCO, N.; BRUSCA, I.; LABRADOR, M. Drivers for universities' contribution to the sustainable development goals: an analysis of Spanish public universities. **Sustainability**, v. 13, n. 1, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su13010089>. Acesso em: 22 maio 2022.
- DE LA POZA, E.; MERELLO, P.; BARBERÁ, A.; CELANI, A. Universities' reporting on SDGs: Using the impact rankings to model and measure their contribution to sustainability. **Sustainability**, v. 13, n. 4, p. 1-30, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/13/4/2038>. Acesso em: 22 maio 2022.
- GARCÍA-FEIJOO, M.; EIZAGUIRRE, A.; RICA-ASPIUNZA, A. Systematic review of sustainable-development-goal deployment in business schools. **Sustainability**, v. 12, n. 1, p. 1-19, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/SU12010440>. Acesso em: 22 de Maio, 2022.
- KESTIN, Tahl; VAN DEN BELT, Marjan; DENBY, Leanne; ROSS, Katie; THWAITES, John; HAWKES, Martine. **Getting started with the sdgs in universities: a guide for universities, higher education institutions, and the academic sector**. Austrália: Sustainable Development Solutions Network Australia/Pacific, 2017. Disponível em: https://ap-unsdsn.org/wp-content/uploads/University-SDG-Guide_web.pdf. Acesso em: 22 maio 2022.
- KÖRFGEN, A. et al. It's a Hit! Mapping Austrian research contributions to the sustainable development goals. **Sustainability**, v. 10, n. 9, p. 1-13, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su10093295>. Acesso em: 22 maio 2022.
- LEAL FILHO, W. Viewpoint: accelerating the implementation of the SDGs. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 21, n. 3, p. 507-511, mar. 2020. DOI:10.1108/IJSHE-01-2020-0011. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-01-2020-0011>. Acesso em: 22 maio 2022.
- MENEZES, H. Z.; MINILLO, X. K. Pesquisa e extensão como contribuição da universidade na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, v. 18, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20889/m47e18019>. Acesso em: 22 maio 2022.
- MURILLO-VARGAS, G.; GONZALEZ-CAMPO, C. H.; BRATH, D. I. Mapping the Integration of the Sustainable Development Goals in Universities: is it a field of study?. **Journal of Teacher Education for Sustainability**, v. 22, n. 2, p. 7-25, apr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.2478/jtes-2020-0013>. Disponível em: <https://doi.org/10.2478/jtes-2020-0013>. Acesso em: 22 maio 2022.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Representação da UNESCO no Brasil, Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2017, ISBN: 978-85-7652-218-8 disponível: (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>).

SANABRIA-SUÁREZ, A. C.; OROZCO, A. M. F.; SABOGAL, A. L. R.; ARIZA, J. M. C. Evaluation of the academic capabilities of higher education institutions in sustainable development goals: a methodological proposal. **Revista Desarrollo y Sociedad**, n. 86, p. 133 - 190, Oct. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.13043/DYS.86.5>. Acesso em: 22 maio 2022.

SÁNCHEZ-CARRACEDO, F.; SUREDA, B.; MORENO-PINO, F. M.; ROMERO-PORTILLO, D. Education for Sustainable Development in Spanish engineering degrees: case study. **Journal of Cleaner Production**, v. 294, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.126322>. Acesso em: 22 maio 2022.

SILVA, S. C. **Objetivos do desenvolvimento do milênio: uma revisão sistemática da literatura sobre teses e dissertações no Brasil**. 2018. 82 f. Orientador: Dr. José de Arimatéia Dias Valadão. Monografia (Bacharelado em Administração Pública) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018. Disponível em: http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/39534/1/TCC_Objativos%20do%20desenvolvimento%20do%20milênio%20-%20uma%20revisão%20sistemática%20da%20literatura%20sobre%20teses%20e%20dissertações%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 22 maio 2022.

SMANIOTTO, C. et al. Sustainable development goals and 2030 agenda: awareness, knowledge and attitudes in nine Italian universities, 2019. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 23, p. 8968, dec. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph17238968>. Acesso em: 22 maio 2022.

THORPE, C.; GUNTON, L. Assessing the United Nation's Sustainable Development Goals in academic libraries. **Journal of Librarianship and Information Science**, v. 54, n. 2, p. 208 - 215, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/09610006211005528>. Acesso em: 22 maio 2022.

TORRES, D. I. R. Contribution of higher education to the Sustainable Development Goals from teaching. **Revista Espanola de Educacion Comparada**, v. 37, n. 37, p. 89-110, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5944/REEC.37.2021.27763> . Acesso em: 22 maio 2022.

Análise da Qualidade do Relato Integrado do Comércio Varejista no Brasil: Verificação do Grau de Aderência da Estrutura Internacional do IIRC

Thamyres Vicente San Martin

Bacharela em Ciências Contábeis (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6209925674064428> | E-mail: thamyresvicente@hotmail.com

Romina Batista de Lucena de Souza

Doutora em Economia (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)
Orcid: <https://orcid.org/000-0001-8282-262X> | E-mail: rominabls@gmail.com

Resumo

Este estudo objetivou analisar a qualidade do relato integrado das empresas de capital aberto do comércio varejista brasileiro. Por meio de um sistema de pontuação para avaliação da qualidade do RI, juntamente com a estrutura internacional do IIRC, foram examinadas cinco áreas: concisão; legibilidade e clareza do documento; acessibilidade; confiabilidade; e elementos de conteúdo. A pesquisa é classificada como qualitativa, descritiva, documental e utiliza os relatos integrados das companhias B2W, Carrefour Brasil, Cia. Hering e Magazine Luiza, entre 2014 e 2021, de acordo com o início de divulgação das organizações. Os resultados demonstram que o nível de qualidade desses relatórios varia entre baixo e moderado e que apenas um quarto das empresas apresenta evolução na qualidade do relatório ao longo do tempo. Constatou-se que as companhias possuem baixo nível de acessibilidade por não disponibilizarem relatórios personalizáveis e por não apresentarem, na área de elementos de conteúdo, de forma completa, os dados de governança, os riscos e as oportunidades. Ainda, foi possível recomendar melhorias às áreas de acessibilidade, concisão e elemento de conteúdo, e, se aderidas, as entidades apresentarão um alto nível de performance em seus próximos relatórios.

Palavras-chave: Relato Integrado; Qualidade; Comércio Varejista Brasileiro.

1 Introdução

O relato integrado (RI) é uma nova ferramenta de elaboração de relatórios empresariais que exige que a companhia pense de forma integrada, tendo como base os processos de controle e gestão, dando ênfase nas estratégias, no desempenho, na governança e na alocação de recursos utilizados pela entidade (Tribunal de Contas da União, 2018). Druckman (2014) afirma que o relato integrado tem atingido maior relevância enquanto ferramenta para a aferição da sustentabilidade empresarial pelos investidores. Segundo o estudo realizado em 2021 pela Federação Internacional de Contadores (Ifac), pelo Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA) e pelo Instituto Certificado de Contadores de Gestão (Cima), disponibilizado pela Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado (CBARI), o Brasil encontra-se entre os quatro primeiros países que mais divulgam relatos integrados e localiza-se no décimo lugar no que diz respeito ao percentual de asseguração, porém a amostra coletada é extremamente limitada, devido aos dados apresentarem outros tipos de informações, não apenas os dados de relato integrado. Na última atualização da CBARI, 30 organizações de capital aberto do país realizaram a publicação do RI no ano de 2020, referente ao período de 2019. A estrutura do Conselho Internacional para Relato Integrado (IIRC) declara que o principal objetivo de um relatório integrado é explicar aos provedores de capital financeiro como uma entidade gera valor no decorrer do tempo (IIRC, 2013, p. 5).

Quando falamos de uma qualidade elevada na informação contábil, sabemos que esta atua diretamente na redução da assimetria de informações entre os principais (acionistas, credores) e os agentes (gestores), bem como na melhoria da eficiência dos investimentos (Kim *et al.*, 2016; Biddle; Hilary, 2006). Contudo, preparar um relatório integrado de qualidade provou ser um desafio para as entidades (De Villiers *et al.*, 2014). Ademais, apesar de vários estudos investigarem o relato integrado, poucos se concentram na qualidade e em seus determinantes. Essa lacuna na literatura mostra a necessidade de mais estudos empíricos sobre a qualidade e os determinantes do RI, que ainda são temas pouco desenvolvidos (Chouaibi; Hichri, 2021).

Cabe salientar que, para que o relato integrado seja um documento de qualidade, não precisa apenas cumprir a estrutura definida pelo IIRC, mas, sim, abordar, de forma estratégica, a mentalidade da empresa, com uma perspectiva de longo prazo, mais ampla e mais operacional (PWC, 2014). Pensando nisso, o estudo de Agustia *et al.* (2020) expõe um sistema de pontuação que possibilita a avaliação da qualidade do relato integrado e que foi utilizado na elaboração desta pesquisa. Essa ferramenta apresenta cinco esferas de pontuação, que são aprofundadas posteriormente. São elas: concisão; legibilidade e clareza do documento; acessibilidade; confiabilidade; e elemento de conteúdo.

Segundo a Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC), o comércio varejista é considerado um meio de distribuição de produtos, o qual ganhou destaque nas últimas déca-

das (SBVC, 2019) e tem extrema importância para o desenvolvimento da economia brasileira, podendo ser percebida por meio de suas atividades. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as atividades comerciais brasileiras empregam expressiva parcela da população e, da mesma forma, contribuem, em elevada proporção, com a composição do Produto Interno Bruto (PIB) (IBGE, 2016).

Levando em consideração a relevância do setor, o presente estudo apresenta o seguinte problema de pesquisa: **Qual é o nível de qualidade do relato integrado das empresas de comércio varejista no Brasil?** Além disso, apresenta como objetivo a análise da qualidade do relato integrado das empresas de capital aberto que fazem parte do comércio varejista brasileiro, por intermédio de um sistema de pontuação para avaliação da qualidade desse relatório, em conjunto com a estrutura do RI estabelecida pelo IIRC.

2 Referencial Teórico

2.1 Qualidade da informação contábil, relato integrado e sua estrutura internacional

A informação contábil é uma ferramenta de extrema importância para a tomada de decisão. Dessa forma, acaba sendo fundamental que as informações nela contidas apresentem qualidade e relevância para seus usuários (Nascimento, 2008). Os demonstrativos contábeis são gerados para diversos usuários, e, por isso, é necessário que haja uma normatização e padronização em sua elaboração. Para que as demonstrações contábeis de uma organização sejam aceitáveis, é necessário atentar-se às características qualitativas fundamentais definidas no Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 00 (R1), quais sejam, relevância e representação fidedigna.

A qualidade da informação contábil é a medida de funcionalidade da contabilidade que poderá agir impedindo a desapropriação dos recursos dos acionistas minoritários (Antunes *et al.*, 2008) e está relacionada à transparência das informações presentes nos relatórios contábeis de uma organização. Quanto maior a transparência, menor a chance de haver manipulações nesses dados, ainda que algumas empresas busquem furos na legislação e em normas da contabilidade para beneficiar-se e mascarar alguns resultados (Colauto *et al.*, 2010).

Para aqueles que são interessados no impacto socioambiental dos negócios, a maneira como a contabilidade e os relatórios de sustentabilidade são usados tornou-se uma preocupação (Adhariani; De Villers, 2020). Posto isso, a elaboração do relato integrado tem a competência de atender as limitações nas comunicações corporativas financeiras e não financeiras e é capaz de apresentar informações de longo prazo, diferentemente dos relatórios financeiros e de sustentabilidade, visto que estes visam divulgar dados voltados ao passado (Dumay; Dai, 2017).

De forma complementar, por meio da convergência das informações financeiras e não financeiras em uma única ferramenta, é possível afirmar que o relato integrado é a essência da comunicação integrada e tem o intuito de inserir a sustentabilidade no ambiente estratégico de sobrevivência, rentabilidade e valor de mercado da organização (Wheeler; Elkington, 2001).

Quando falamos de geração de valor, o relato integrado apresenta um reporte periódico a longo prazo, sendo manifestado por meio de acréscimos, decréscimos ou modificações de capitais por intermédio das atividades e dos produtos de uma empresa (IIRC, 2013). De acordo com o IIRC (2014), empresas aderentes ao RI registram resultados melhores e uma quantidade maior de acionistas com relacionamento duradouro. Além disso, o relato integrado simboliza uma ferramenta capaz de melhorar a transparência das divulgações corporativas, propiciando uma qualidade maior na informação disponível (Kiliç; Kuzey, 2018; Thomson, 2015). A publicação do RI permite uma visão integrada das empresas mediante seis capitais, quais sejam: financeiro; manufaturado; natural; intelectual; humano; e social e de relacionamento (Baboukardos; Rimmel, 2016). Isso possibilita que as organizações obtenham muitos benefícios, entre eles a manutenção de acionistas e a atração de novos, além de outros *stakeholders* (Zappettini; Unerman, 2016).

O Conselho Internacional para Relato Integrado elaborou a estrutura internacional para divulgação do relatório visando estabelecer os princípios básicos e os elementos de conteúdo, os quais objetivam guiar o conteúdo geral de um RI, bem como esclarecer os conceitos fundamentais que os sustentam (IIRC, 2013, p. 8).

Em relação aos princípios básicos, a estrutura apresenta sete pontos importantes: foco estratégico e orientação para o futuro; conectividade da informação; relações com partes interessadas; materialidade; concisão; confiabilidade e completude; e coerência e comparabilidade (IIRC, 2013, p. 17). De acordo com o IIRC (2013), esses princípios impactam diretamente a maneira como os elementos de conteúdo são expostos nos relatos integrados.

Tabela 1. Elementos de conteúdo presentes na estrutura do RI

Elementos de conteúdo	Questões
1. Visão geral organizacional e ambiente externo	“O que a organização faz e quais são as circunstâncias em que ela atua?”
2. Governança	“Como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo?”
3. Modelo de negócios	“Qual é o modelo de negócios da organização?”
4. Riscos e oportunidades	“Quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade que a organização tem de gerar valor em curto, médio e longo prazo, e como a organização lida com eles?”
5. Estratégia e alocação de recursos	“Para onde a organização deseja ir e como ela pretende chegar lá?”
6. Desempenho	“Até que ponto a organização já alcançou seus objetivos estratégicos para o período e quais são os impactos no tocante aos efeitos sobre os capitais?”
7. Perspectivas	“Quais são os desafios e as incertezas que a organização provavelmente enfrentará ao perseguir sua estratégia e quais são as potenciais implicações para seu modelo de negócios e seu desempenho futuro?”
8. Base de preparação	“Como a organização determina os temas a serem incluídos no relatório integrado e como estes temas são quantificados ou avaliados?”

Fonte: adaptado de *Estrutura Internacional para Relato Integrado*, de IIRC, 2013, pp. 24-30

A Tabela 1 expõe os elementos de conteúdo do relato integrado, tal como as questões que a estrutura do RI sugere que sejam respondidas em cada elemento. Essas questões possibilitam um melhor entendimento em cada ponto do elemento de conteúdo, área com significativa importância nesse relatório.

2.2 Estudos relacionados

Iredele (2019), por meio de seu estudo, buscou examinar a relação entre o cumprimento dos relatórios integrados pelas empresas listadas na JSE (maior bolsa de valores da África) e a qualidade geral desses relatórios. O estudo constata que, quanto maior uma empresa, maior a qualidade do relatório apresentado, visto que, quanto maior a lucratividade de uma organização, mais detalhes e aperfeiçoamentos serão necessários na elaboração do RI.

Em termos de contribuição, a pesquisa forneceu evidências empíricas sobre a relação entre o cumprimento e a qualidade dos relatórios integrados divulgados pelas empresas listadas no JSE, bem como sobre o fato de a elaboração do RI contribuir para a diminuição

das assimetrias de informação entre os gestores e os provedores de capital. A partir disso, o estudo relatado auxiliou na pesquisa deste artigo, trazendo relações que agregaram na avaliação da qualidade do RI nas empresas situadas no Brasil.

Sendo os primeiros autores a averiguar a qualidade do RI especificamente em organizações europeias, Agustia *et al.* (2020) visaram examinar se houve ou não melhoria na qualidade do relatório integrado dessas empresas entre os anos de 2016 e 2017. Por meio do método de análise de conteúdo, a pesquisa realizou a coleta da estrutura do relato integrado da base de dados do IIRC, e, inspirada nos princípios da estrutura internacional, foram criadas cinco áreas a serem analisadas e pontuadas: concisão; acessibilidade; legibilidade e clareza do documento; confiabilidade; e elemento de conteúdo.

Como conclusão, o estudo verificou que as publicações do relato integrado realizadas pelas companhias europeias apresentaram uma qualidade moderada e que houve um aumento relativamente significativo quando se trata da legibilidade, da clareza do documento e da área de elemento.

Chouaibi e Hichri (2021) buscaram investigar o impacto que o auditor proporciona na qualidade do relato integrado. O estudo teve como amostra 130 empresas afiliadas ao índice ESG (índice que busca medir a performance de títulos que cumprem critérios de sustentabilidade) europeu no ano de 2017, praticando a abordagem de regressão linear múltipla como método de análise estatística. Como resultado, os autores obtiveram a comprovação de que a especialização do auditor e a ética acabam por contribuir, de forma notável, com a qualidade do RI. Cabe salientar que o tamanho da empresa de auditoria e as dimensões comportamentais do auditor não apresentam efeitos significativos na qualidade do relato integrado, sendo essa uma importante contribuição da pesquisa. Assim sendo, as conclusões desse artigo ajudaram a analisar se as organizações brasileiras examinadas neste estudo, das quais foram obtidos os relatos integrados auditados, tiveram o mesmo comportamento.

3 Procedimentos Metodológicos

Uma vez que esta pesquisa teve como objeto de análise a avaliação da qualidade do relato integrado das empresas de comércio varejista, o estudo teve como abordagem do problema a classificação qualitativa, pois esse tipo de metodologia permite descrever a complexidade de determinado problema e analisar a interação de suas variáveis entre si e com o todo (Oliveira, 2011). Com o intuito de examinar as melhorias presentes no relato integrado, ao longo do tempo, para as organizações que a ele aderiram, esta pesquisa é caracterizada, quanto aos objetivos, como descritiva, em virtude de ser uma pesquisa empírica com a finalidade de delinear e analisar as características de fatos ou fenômenos (Marconi; Lakatos, 2017).

Já quanto aos procedimentos, o estudo utilizou o relato integrado divulgado pelas organizações como fonte de dados, informações e evidências, assim como o sistema de pontuação presente no estudo de Agustia *et al.* (2020), o qual foi traduzido para o português por meio da ferramenta *Google Tradutor*, não havendo necessidade de maiores adaptações por levar em consideração a mesma estrutura internacional para RI que o Brasil utiliza. A pesquisa foi classificada como documental, dado que esse tipo de estudo é considerado a fonte de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, denominados de fontes primárias (Gil, 2008). Em se tratando do horizonte temporal, enquadrou-se como longitudinal, visto que haverá o entendimento de mudanças de comportamento ao longo do tempo (Silva, 2011).

As unidades de análise deste estudo foram as empresas de comércio varejista situadas no Brasil que aderiram ao relato integrado, juntamente com a publicação de suas demonstrações. Conforme a última atualização da Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado, no ano de 2020, 30 empresas brasileiras de capital aberto realizaram a publicação do relato integrado. Para esta pesquisa, foram selecionadas quatro dessas companhias, sendo elas a B2W, o Carrefour Brasil, a Cia. Hering e a Magazine Luiza. Optou-se por essas organizações por serem as únicas do comércio varejista presentes na lista, da mesma forma que esse mesmo setor possui uma participação significativa no PIB brasileiro (Empresômetro, 2019), e, ainda, em razão do baixo índice de publicação do RI nesse segmento. Essas empresas têm capital aberto e disponibilizam suas declarações contábeis publicamente. Portanto, como unidade de análise, foram selecionados os relatos integrados apresentados pelas companhias desde sua aderência.

Também, utilizou-se como base a estrutura de pontuação apresentada e desenvolvida no estudo de Agustia *et al.* (2020), por apresentar critérios para análise de qualidade mais extensos e menos subjetivos, já que, em termos de avaliação de qualidade, boa parte dos estudos realizados concentram-se apenas em outros tipos de relatórios, como o relatório de sustentabilidade (Pistoni *et al.*, 2018). Além disso, em paralelo, foi utilizada a Estrutura Internacional para Relato Integrado, elaborada pelo Conselho Internacional de Relato Integrado, que está disponível em seu site, para que fosse possível auxiliar nos critérios de pontuação falados anteriormente, visto que foram inspirados em seus princípios.

A coleta dos dados teve seu início em junho de 2022, e a análise dos dados se deu pela análise de conteúdo, técnica que permite estudar o conteúdo de documentos (Marconi; Lakatos, 2017). As organizações tiveram o início da divulgação entre os anos 2014 e 2019, e essas publicações foram comparadas até o relato integrado mais atual publicado, referentes ao ano de 2021.

Inicialmente, por meio dos relatos integrados coletados para análise, cada documento passou pelo esquema de pontuação, considerando as cinco áreas presentes no estudo de Agustia *et al.* (2020) – concisão; legibilidade e clareza do documento; acessibilidade; confiabilidade; e elemento de conteúdo –, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2. Áreas de pontuação

Item	Número de itens	Tipo e intervalo	Pontuação máxima
Concisão	1	Escala (0-4)	4
Acessibilidade	1	Escala (0-5)	5
Legibilidade e clareza do documento	1	Escala (0-7)	7
Confiabilidade	2	Categórico (0 e 1)	2
Elemento de conteúdo	40	Escala (0-5)	200

Fonte: adaptado de *Integrated Reporting Quality Assessment*, de Agustia et al., 2020

Em um segundo momento, após auferidos os devidos escores, foi realizado o peso por ponto de cada área, conforme a Tabela 3, a fim de possibilitar que as áreas contenham a mesma importância ao analisar as pontuações das organizações. Foi efetuada a comparação entre todas as empresas, tendo-se em conta o mais recente relato integrado divulgado de cada empresa – referente ao ano de 2021 –, o que possibilitou a observação de qual organização obteve uma melhor pontuação de qualidade.

Tabela 3. Nota por ponto de cada área do relato integrado

Área	Nota máxima	Peso	Nota por ponto
Concisão	4	20	5,00
Acessibilidade	5	20	4,00
Legibilidade e clareza do documento	7	20	2,86
Confiabilidade	2	20	10,00
Elemento de conteúdo	200	20	0,10
Total	218	100	

Fonte: autoria própria

Por fim, foram analisadas quais áreas de pontuação foram bem atendidas ou não, com o propósito de visualizar quais as maiores dificuldades na divulgação das empresas estudadas. Cabe acrescentar que a técnica de análise dos dados utilizou a ferramenta Excel para análise e interpretação dos dados coletados.

4 Análise de Dados

Três das quatro empresas estudadas geralmente apresentam uma variação baixíssima da qualidade ao longo dos anos e, de forma geral, apresentam, na elaboração do relato integrado, muitas dificuldades em comum, sendo estas ligadas geralmente à acessibilidade, à confiabilidade e ao elemento de conteúdo, conforme demonstrado na Tabela 4, a qual traz as informações dos últimos relatórios publicados pelas companhias. Essa tabela também apresenta a aderência quanto à estrutura internacional, expondo que a empresa Carrefour apresenta a menor aderência, cumprindo 55% dos requisitos que a estrutura traz, seguida da Magazine Luiza, com 57%. A Cia. Hering teve a maior aderência entre as empresas estudadas, com um percentual de 72%.

Essa conclusão vem em desacordo com o estudo de Iredele (2019), o qual vincula um relatório de melhor qualidade quando presente uma maior porcentagem de mulheres no conselho, porque, entre as empresas estudadas, a Magazine Luiza apresenta a maior porcentagem de mulheres. Sendo assim, essa não é, portanto, uma associação cabível para os setores aqui estudados.

Tabela 4. Pontuação das áreas referente à última publicação das empresas estudadas

Áreas	B2W	Carrefour	Cia. Hering	Magazine Luiza
	2021	2021	2021	2021
Concisão (0-20)	10	10	15	20
Acessibilidade (0-20)	8	8	8	8
Legibilidade e clareza do documento (0-20)	20	20	20	11
Confiabilidade (0-20)	10	0	10	0
Elemento de conteúdo (0-20)	17	17	19	17
Pontuação total (0-100)	65	55	72	57

Fonte: autoria própria

A Tabela 5 apresenta a pontuação do elemento de conteúdo das empresas em relação à última publicação. Em se tratando dessa área, quando se fala do elemento de governança, as organizações não apresentam, em sua estrutura de liderança, as habilidades dos líderes, como a formação, competência e experiência que cada colaborador possui. Ainda, quanto ao elemento de riscos e oportunidades, nenhuma empresa apresentou a avaliação da probabilidade de que algum risco ou alguma oportunidade ocorra, bem como a magnitude do seu efeito, impossibilitando que fosse obtida a pontuação máxima na área. O mesmo ocorre para a área de estratégia e alocação de recursos, uma vez que as organizações não informam os planos de alocação de recursos para a implementação das estratégias estipuladas.

Tabela 5. Pontuação do elemento de conteúdo da última publicação das empresas estudadas

Elemento de conteúdo (0-200)	B2W	Carrefour	Cia. Hering	Magazine Luiza
	2021	2021	2021	2021
Visão geral organizacional e ambiente externo (0-45)	41	40	45	43
Governança (0-25)	23	23	24	20
Modelo de negócios (0-35)	31	30	35	32
Riscos e oportunidades (0-20)	15	15	19	15
Estratégia e alocação de recursos (0-25)	18	18	18	17
Desempenho (0-25)	24	20	25	25
Perspectivas (0-15)	15	11	11	15
Base de preparação (0-10)	5	8	10	5
Pontuação total	172	165	187	172

Fonte: autoria própria

Por meio da Tabela 6, é possível verificar as pontuações mínima e máxima que as empresas estudadas alcançaram em cada área. Nenhuma companhia atingiu a pontuação máxima na área de acessibilidade. Isso se dá pelo fato de não fornecerem, em seus sites, a possibilidade de personalização dos relatórios divulgados, o que impossibilita que o usuário da informação possa selecionar as questões ou seções de sua preferência.

Tabela 6. Pontuação mínima e máxima de cada área

Áreas	Variação	Mínima	Máxima
Concisão	0-4	2	4
Acessibilidade	0-5	2	2
Legibilidade e clareza do documento	0-7	4	7
Confiabilidade	0-2	0	1
Elemento de conteúdo	0-200	137	187

Fonte: autoria própria

Ainda, um comportamento semelhante é observado na área de confiabilidade, em que a pontuação máxima não passou de dois em nenhum ano e em nenhuma organização, tendo-se em vista que nenhuma empresa obteve algum tipo de premiação em relação ao relato integrado divulgado. A confiabilidade, por tratar também sobre a auditoria realizada nos documentos divulgados, não entra em consonância com o resultado obtido no estudo de Chouaibi e Hichri (2021), em que se conclui que a auditoria acaba por contribuir, de forma notável, com a qualidade do RI, visto que a Cia. Hering, por exemplo, inicialmente não possuía auditoria em seu relato integrado, e, ainda assim, apresentou um relatório de qualidade, não obtendo uma significativa mudança de um ano para outro após a presença de auditoria.

5 Considerações Finais

O objetivo desta pesquisa foi avaliar a qualidade dos relatos integrados divulgados pelas empresas de comércio varejista situadas no Brasil. Se levados em consideração os pesos por área, o resultado será diferente do encontrado no estudo de Agustia *et al.* (2020), em que as empresas estudadas possuíam um nível de qualidade de moderado a alto, pois não foi utilizado o peso por área, como este estudo aplicou. Os relatórios estudados nesta pesquisa, principalmente por terem pontos a serem melhorados nas áreas de acessibilidade, confiabilidade e elemento de conteúdo, apresentam um nível de qualidade que vai de baixo a moderado, visto que as empresas estudadas apresentaram a aderência de, no mínimo, 51% e, no máximo, 72% em relação à estrutura internacional disposta pelo IIRC. Caso o peso não fosse levado em consideração, o resultado seria semelhante ao evidenciado por Agustia *et al.* (2020).

Além do mais, três a cada quatro companhias analisadas apresentaram um desempenho invariável ao longo do tempo, isto é, somente uma empresa apresentou, de forma contínua, uma melhoria na qualidade do RI de um ano para o outro. Outra finalidade desta pesquisa era investigar a existência de alguma empresa que pudesse servir como “modelo” para as demais companhias que desejam melhorar o relato integrado ou aderir a ele. De acordo com os resultados encontrados, podemos afirmar que a Cia. Hering é aquela que, atualmente, melhor utiliza a estrutura internacional do relato integrado em sua publicação e adere a ela – totalizando 72% de aderência –, mesmo sendo a empresa do setor que realiza a divulgação a menos tempo.

De acordo com as análises efetuadas, como existe uma baixíssima acessibilidade presente nos relatórios divulgados pelas companhias, sugerimos que estas trabalhem para fornecer documentos personalizáveis para o público, já que são documentos extensos e com muitas informações, o que possibilita que os usuários possam extrair e adaptar os dados de acordo com sua necessidade e seu interesse.

Ainda, foi possível visualizar que, para as organizações obterem a nota máxima na área de concisão, devem entregar um relatório com, no máximo, 75 páginas. É um aspecto curioso, pois, como evidenciado, na maioria dos anos em que as empresas estudadas realizaram a divulgação de um documento mais enxuto, os detalhamentos e aprofundamentos eram menores, o que provocou diminuição da pontuação. Esse fator pode estar vinculado ao fato de as organizações priorizarem a divulgação de dados que não são relacionados ao relato integrado.

Isso vem de encontro ao estudo da IFAC, AICPA e Cima (CBARI, 2021) citado anteriormente, o qual se mostrou assertivo: nenhuma das empresas brasileiras estudadas apresentou apenas os dados de relato integrado. Ainda, os documentos publicados pelas organizações são geralmente denominados de “relatório de sustentabilidade” ou “relatório anual”, com exceção da empresa Magazine Luiza, que, entre os anos de 2015 e 2019, inti-

tulou seus documentos de “relato integrado”, os quais continham informações para além do disposto na Estrutura Internacional para Relato Integrado, elaborada pelo IIRC. Portanto, recomenda-se às quatro organizações estudadas que publiquem as informações que não estejam contempladas na Estrutura Internacional do RI em seu relatório anual e que efetuem separadamente um relatório com as informações do relato integrado, para que possam divulgar futuramente um documento com uma melhor e significativa qualidade, quiçá a conquista de algum prêmio pelo documento divulgado – acarretando melhoria na área de confiabilidade.

Por meio do presente estudo, foi possível verificar quais são as maiores dificuldades individuais e coletivas que cada organização apresenta em sua declaração de relato integrado e, de forma complementar, realizar recomendações quanto às melhorias para as próximas divulgações. Como limitação, o artigo de Agustia *et al.* (2020), utilizado como referência neste estudo, não compartilhou o esquema detalhado de pontuação da área de elemento de conteúdo.

Para futuros trabalhos, recomendamos que sejam estudadas as publicações de relato integrado de outros setores da economia brasileira, como o setor de energia elétrica, visto que existe um significativo número de organizações do gênero que já aderiram a esse relatório, juntamente com as suas declarações.

Referências

- ADHARIANI, Desi; DE VILLIERS, Charl. Integrated reporting: perspectives of corporate report preparers and other stakeholders. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, v. 10, n. 1, p. 126-156, 2020. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/SAMPJ-02-2018-0043/full/html>. Acesso em: 25 maio 2022.
- AGUSTIA, Dian; SRIANI, Dewi; WICAKSONO, Hendro; GANI, Lindawati. Integrated reporting quality assessment. **Journal of Security and Sustainability Issues**, v. 10, n. 1, p. 47-59, Sept. 2020. Disponível em: <https://journals.lka.lt/journal/jssi/article/746/file/pdf>. Acesso em: 04 abr. 2022.
- ANTUNES, Gustavo Amorim; MENDONÇA, Marke Miranda de; AZEVEDO, Filipe Bressanelli; ALENCAR, Roberta Carvalho de. Empresas estatais federais e empresas do novo mercado da Bovespa: um estudo comparativo acerca da qualidade da informação contábil utilizando dados em painel. In: CONGRESSO DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE DA USP, 8., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: FIPECAFI, 2008. p. 1-16. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos82008/430.pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.
- BABOUKARDOS, Diogenis; RIMMEL, Gunnar. Value relevance of accounting information under an integrated reporting approach: a research note. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 35, n. 4, p. 437-452, July-Aug. 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0278425416300217>. Acesso em: 25 maio 2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2015.

BIDDLE, Gary; HILARY, Gilles. Accounting quality and firm-level capital investment. **Accounting Review**, v. 81, n. 5, p. 963-982, Oct. 2006. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/37953402.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023.

CHOUAIBI, Jamel; HICHRI, Abir. Effect of the auditor's behavioral and individual characteristics on integrated reporting quality: evidence from European companies. **International Journal of Law and Management**, v. 63, n. 2, p. 195-218, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/346368752_Effect_of_the_auditor's_behavioral_and_individual_characteristics_on_integrated_reporting_quality_evidence_from_European_companies. Acesso em: 15 mar. 2022.

COLAUTO, Romualdo Douglas; MOREIRA, Rafael de Lacerda; ANGOTTI, Marcelo; BISPO, Oscar Neto de Almeida. Conservadorismo e a qualidade informacional dos resultados contábeis publicados: um estudo em siderúrgicas brasileiras. **Estudos do Isca**, n. 2, p. 1-26, 2010. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/estudosdoisca/article/view/6517>. Acesso em: 13 out. 2021.

COMISSÃO BRASILEIRA DE ACOMPANHAMENTO DO RELATO INTEGRADO (CBARI). Base de Dados. **Relatórios publicados em 2020 de empresas de capital aberto**. Disponível em: <https://relatointegradobrasil.com.br/relatorios-no-brasil/>. Acesso em: 07 nov. 2021.

COMISSÃO BRASILEIRA DE ACOMPANHAMENTO DO RELATO INTEGRADO (CBARI). Notícias. **Brasil entre os 4 países que mais publicam relatos integrados e 10º nas práticas de asse-guração de dados**. Disponível em: <https://relatointegradobrasil.com.br/brasil-entre-os-4-paises-de-26-que-mais-publicam-relatos-integrados/>. Acesso em: 21 out. 2021.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Documentos Emitidos. **Pronunciamentos**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>. Acesso em: 21 out. 2021.

DE VILLIERS, Charl; RINALDI, Leonardo; UNERMAN, Jeffrey. Integrated reporting: insights, gaps and an agenda for future research. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 27, n. 7, p. 1042-1067, 2014. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/AAAJ-06-2014-1736/full/html>. Acesso em: 21 out. 2021.

DRUCKMAN, Paul. Integrated reporting: a new governance tool. **Corporate Board**, v. 35, p. 6-11, May/June 2014. Disponível em: <https://www.integratedreporting.org/paul-druckman-ceo-iirc-2/>. Acesso em: 21 out. 2021.

DUMAY, John; DAI, Tim. Integrated thinking as a cultural control? **Meditari Accountancy Research**, v. 25, n. 4, p. 574-604, Oct. 2017. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/MEDAR-07-2016-0067/full/html>. Acesso em: 21 out. 2021.

EMPRESÔMETRO. Comércio Varejista. **A relevância do comércio varejista comprovada em números**. Disponível em: <https://conteudo.empresometro.com.br/comercio-varejista>. Acesso em: 03 mar. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA (IBGE). **Pesquisa Anual de Comércio**: 2014, Rio de Janeiro, v. 26, p. 1-82, 2016. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/55/pac_2014_v26.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

INTERNATIONAL REPORTING COUNCIL (IIRC). **Creating value**: the cyclical power of integrated thinking and reporting. Coreia, 2016. Disponível em: <https://www.integratedreporting.org/resource/creating-value-the-cyclical-power-of-integrated-thinking-and-reporting/>. Acesso em: 28 set. 2021.

INTERNATIONAL REPORTING COUNCIL (IIRC). **The international integrated reporting framework**. Londres, 2013. Disponível em: <https://www.integratedreporting.org/>. Acesso em: 28 set. 2021.

IREDELE, Oluwamayowa Olalekan. Examining the association between quality of integrated reports and corporate characteristics. **Heliyon**, v. 5, n. 7, p. 1-8, July 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334169797_Examining_the_association_between_quality_of_integrated_reports_and_corporate_characteristics. Acesso em: 28 set. 2021.

KILIÇ, Merve; KUZZEY, Cemil. Assessing current company reports according to the IIRC integrated reporting framework. **Meditari Accountancy Research**, v. 26, n. 2, p. 305-333, June 2018. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eme/medapp/medar-04-2017-0138.html>. Acesso em: 28 set. 2021.

KIM, Incheol; MILLER, Steve; WAN, Hong; WANG, Bin. Drivers behind the monitoring effectiveness of global institutional investors: evidence from earnings management. **Journal of Corporate Finance**, v. 40, C, p. 24-46, Oct. 2016. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/eecorfin/v_3a40_3ay_3a2016_3ai_3ac_3ap_3a24-46.htm. Acesso em: 29 jan. 2023.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane. Divulgação da informação contábil, governança corporativa e controle organizacional: uma relação necessária. **Revista Universo Contábil**, v. 4, n. 3, p. 25-47, jul./set. 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1170/117016815003.pdf>. Acesso em: 13 out. 2021.

OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva. **Métodos da pesquisa contábil**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PISTONI, Anna; SONGINI, Lucrezia; BAVAGNOLI, Francesco. Integrated reporting quality: an empirical analysis. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 25, n. 4, p. 489-507, July/Aug. 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/csr.1474>. Acesso em: 13 out. 2021.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. **Comunicação com o mercado**. Série 10 minutos - Relato Integrado. 2014. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/10minutes/assets/10-min-relat-14.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2022.

SILVA, Valquiria. **O atrito e seus efeitos nos estudos longitudinais**. Orientador: Dr. Leandro Leonardo Batista. 2011. 41 f. Monografia (Especialização em Pesquisa de Mercado Aplicada em Comunicações) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/pospesquisa/monografias/Valquiria_Gomes_.pdf. Acesso em: 01 mar. 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE VAREJO E CONSUMO (SBVC). **O papel do varejo na economia brasileira**. 2019. Disponível em: http://sbvc.com.br/wp-content/uploads/2019/07/O-Papel-do-Varejo-na-Economia-Brasileira-SBVC_2019.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

SOUTH AFRICAN INSTITUTE OF CHARTERED ACCOUNTANTS (SAICA). **Integrated thinking: an exploratory survey**. 2015. Disponível em: <https://www.integratedreporting.org/resource/saica-integrated-thinking-an-exploratory-survey/>. Acesso em: 01 mar. 2022.

THOMSON, Ian. “But does sustainability need capitalism or an integrated report” a commentary on “The International Integrated Reporting Council: a story of failure” by Flower, J. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 27, p. 18-22, Mar. 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1045235414000756>. Acesso em: 01 mar. 2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). Notícias. **TCU adota relato integrado para a prestação de contas da administração pública federal**. Brasília, 27 dez. 2018. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-adota-relato-integrado-para-a-prestacao-de-contas-da-administracao-publica-federal.htm>. Acesso em: 27 maio 2023.

WHEELER, David; ELKINGTON, John. The end of the corporate environmental report? Or the advent of cybernetic sustainability reporting and communication. **Business Strategy and the Environment**, v. 10, n. 1, p. 1-14, Jan. 2001. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/bla/bstrat/v10y2001i1p1-14.html>. Acesso em: 01 mar. 2022.

ZAPPETTINI, Franco; UNERMAN, Jeffrey. “Mixing” and “Bending”: the recontextualisation of discourses of sustainability in integrated reporting. **Discourse & Communication**, v. 10, n. 5, p. 521-542, Oct. 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1750481316659175>. Acesso em: 01 mar. 2022.

O que as IES Brasileiras estão discutindo sobre Sustentabilidade? Uma Revisão Sistemática da Literatura

Beatriz de Souza Ribeiro

Bacharela em Ciências Contábeis (Universidade Federal do Pará – UFPA)
Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-7912-2294> | E-mail: beatriz.ribeiro@icsa.ufpa.br

Márcia Athayde Moreira

Doutora em Controladoria e Contabilidade (Universidade de São Paulo – USP)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1859-6394> | E-mail: mathayde@ufpa.br

Adriana Maria Procópio de Araújo

Doutora em Controladoria e Contabilidade (Universidade de São Paulo – USP)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6203-3244> | E-mail: amprocop@usp.br

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo realizar uma revisão sistemática de literatura, a fim de compreender como as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras discutem o ensino de sustentabilidade na graduação. Para isso, realizaram-se buscas por artigos na base de dados Periódicos CAPES e, complementarmente, no Google Acadêmico. Como resultados, foram agrupadas três óticas de discussão: a) conscientização discente sobre os impactos ambientais de resíduos resultantes do ciclo de vida e sistema produtivo de produtos desenvolvidos; b) percepção dos discentes e docentes acerca da importância da sustentabilidade e educação ambiental no meio acadêmico e na formação de profissionais, e discussão sobre o ensino da sustentabilidade, a interdisciplinaridade e a transversalidade; c) presença do ensino da sustentabilidade em documentos norteadores das IES. Os resultados evidenciaram que não há um padrão da inserção da sustentabilidade em cursos de graduação, variando entre a ausência do ensino e uma abordagem limitada, não tendo sido encontrados projetos que pensem a inserção da sustentabilidade de forma holística e transversal entre as disciplinas, incluindo o curso de Ciências Contábeis. Também não foram encontradas discussões acerca das melhores metodologias para o processo de ensino-aprendizagem da sustentabilidade, deixando uma lacuna de pesquisa importante para discussão acadêmica e social.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Instituições de Ensino Superior; Revisão Sistemática de Literatura.

1 Introdução

A procura pela sustentabilidade remete à necessidade de a humanidade refletir sobre as suas práticas e as consequências delas derivadas (MOURA; PACHECO, 2022). Na visão de Gehlen et al. (2021, p. 160), tratar de sustentabilidade é “tratar de sobrevivência em todos os sentidos: do planeta, da humanidade, chegando às empresas e às oportunidades de trabalho”; dessa forma, é consensual a importância da inserção do tema sustentabilidade nas matrizes curriculares dos cursos de graduação, por meio da oferta de disciplinas obrigatórias e optativas (BRINGMANN et al., 2022; CALEGARI; OLIVEIRA, 2017; CAPRI; BAHIA, 2021; MELO et al., 2020).

Dada a importância da temática sustentabilidade no ambiente do ensino superior, destaca-se a necessidade de compreender como o assunto vem sendo discutido nas IES do Brasil, sobretudo no curso de Ciências Contábeis. A partir dessa constatação, este projeto tem como objetivo compreender o que as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras estão discutindo acerca do ensino de sustentabilidade no âmbito da graduação.

Os números da sustentabilidade no Brasil justificam a realização de pesquisas na área. Considerado o quarto pior país do mundo em reciclagem e o nono pior em emissão de gases do efeito estufa, o Brasil ficou na posição de número 81 no ranking que destaca como os países melhoram a saúde do meio ambiente, avançam na proteção de seus ecossistemas e amenizam as mudanças climáticas, conforme o índice de desempenho ambiental medido pelas universidades Columbia e Yale (JORNAL NACIONAL, 2022). Já no ranking de sustentabilidade dos estados, os dados apontam que estados com maior destaque para a sustentabilidade encontram-se no Sudeste, Sul e Centro-Oeste; por outro lado, as regiões Norte e Nordeste do Brasil aparecem nas piores colocações (FOLHA DE SÃO PAULO, 2022).

Logo, essa pesquisa contribui na medida em que se acredita que as IES têm papel fundamental no desenvolvimento do país, por serem formadoras de pensamento e opinião (MIZABEL et al., 2013). Portanto, além da geração de conhecimento e educação dos seus discentes acerca da sustentabilidade, transforma-se, ainda, em exemplo de sustentabilidade para a sociedade, reverberando boas práticas para todos os setores e camadas sociais em que seus estudantes estão inseridos.

Como a situação não se mostra diferente em relação às Ciências Contábeis, pretende-se contribuir para a construção de matrizes curriculares que tratem questões ambientais de forma transversal e que consintam na reflexão dos discentes para uma formação consciente. Debates e soluções a partir da problemática deste estudo poderão contribuir para a conscientização, o desenvolvimento e a transformação dos futuros profissionais frente às questões sociais e ambientais.

2 Revisão da Literatura

2.1 Sustentabilidade e Contabilidade

Sustentabilidade é essencial. Visualizadas como um conjunto de ações no âmbito econômico, social e ecológico, atitudes sustentáveis colaboram para as organizações conseguirem um melhor relacionamento, com geração de valor para todos os agentes envolvidos com seus negócios (KRAEMER, 2004; VELLANI; RIBEIRO, 2009). Recursos naturais estão cada vez mais escassos, e promover o desenvolvimento econômico e social com a necessidade de manter em pauta a sustentabilidade do planeta se tornou fundamental.

Nesse contexto, ressalta-se que o contador tem papel fundamental no entendimento correto sobre a conexão entre o meio ambiente, a organização, os seus gestores e os *stakeholders*, sendo necessário, entretanto, que o próprio profissional assimile os conceitos que interligam a contabilidade e a sustentabilidade, conscientize-se e acredite na causa, a fim de reverberar socialmente um comportamento sustentável.

A ciência contábil pode efetivamente auxiliar na resolução de problemas que afetam individualmente o cidadão, a coletividade, as organizações e o país, mas, para isso, as IES, por meio de seus cursos, devem evidenciar o desenvolvimento de habilidades comunicativas orais e escritas, além da capacidade de argumentação e de persuasão. A inserção da variável ambiental na educação é um tema importante, e as instituições de negócios devem encorajar essa prática (COELHO, 2007; GOMES et al., 2012).

Evidências empíricas indicam que a inserção dos conceitos de sustentabilidade nos cursos de graduação contribui para a formação do profissional e a crescente preocupação voltada ao meio ambiente e à maneira que a indústria o afeta. Assim, observa-se a necessidade do surgimento de disciplinas que tratem da sustentabilidade em IES que ofertam o curso de contabilidade (GOMES et al., 2012) – não apenas de disciplinas que tratem o tema, mas de uma conscientização mais ampla, com a inserção transversal e multidisciplinar do tema ao longo do curso de graduação.

2.2 Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior

A ligação entre o meio ambiente e a educação tem se tornado cada vez mais desafiadora, ocasionando preocupações acadêmicas crescentes nas últimas décadas (JACOBI, 2005; ROTTA et al., 2017). Essa preocupação se apresenta em todas as atividades acadêmicas e administrativas, levando o ensino superior a se tornar um espaço educativo sustentável, proporcionando aos estudantes vivência de princípios e atitudes com a intencionalidade pedagógica de se constituir referências concretas de sustentabilidade socioambiental (TRAJBER; SATO, 2010).

Nesse sentido, é necessário que as IES desenvolvam, no âmbito dos seus currículos, uma prática de educação ambiental que seja integrada, contínua e permanente, tratada nas diferentes disciplinas dos cursos de graduação, com vistas a subsidiar movimentos de ambientalização curricular e de implantação de processos formativos que contemplem a educação ambiental (EA) (ROTTA et al., 2017; MANHÃES et al., 2020).

As IES possuem um papel fundamental no país, logo, contribuem para a educação e transformação da sociedade, de modo a fornecer modelos para o desenvolvimento do pensamento sustentável, criando políticas socioambientais dentro e fora do seu campo de atuação (LARA, 2012; BIZERRIL et al., 2016). Nesse sentido, coloca-se a educação como a base para a conscientização e sensibilização da população no que tange ao processo de mudanças de práticas que degradam o meio ambiente (MELO et al., 2020).

Alencar e Barbosa (2018) afirmam que as IES têm função essencial na reconstrução dos saberes, mediante a implantação de conhecimentos e formação de uma nova consciência ambiental em seus eixos de ensino, pesquisa e extensão. Nessa conjuntura, a universidade constitui um espaço de cultivo e socialização do conhecimento, objetivando preparar os indivíduos para o exercício da profissão, da civilização e da cidadania. Logo, introduzir, em seu seio, valores e conceitos sustentáveis que possibilitem uma reflexão crítica e participativa dos discentes em relação às questões ambientais, sociais e econômicas promoverá uma formação transformadora.

Enfatiza-se que a base fundamental para o desenvolvimento sustentável, a capacidade de as sociedades desenvolverem plenamente suas potencialidades, a promoção da capacidade de o povo abordar questões do meio ambiente e desenvolvimento e a consciência ambiental parte, em grande medida, do trabalho realizado pelas IES, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão.

Nessa perspectiva, os cursos de Contabilidade não estão imunes a esse desafio, uma vez que formam grande contingente de contadores que poderão enfrentar questões sustentáveis em sua profissão, pois esses prestarão informações para auxiliar na tomada de decisões acerca de eventos ambientais relacionados às organizações e a seus desdobramentos sociais.

3 Metodologia

Diante dos objetivos propostos para esta pesquisa, foram utilizados, inicialmente, procedimentos de Revisão Sistemática de Literatura, com base no modelo de Fluxograma PRISMA – *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (2020), disponível em: <https://prisma-statement.org/prismastatement/flowdiagram.aspx>.

A revisão sistemática da literatura (RSL) é considerada um momento importante da pesquisa, visto que o pesquisador mapeia e analisa o território intelectual relevante para pontuar questões de pesquisa relevantes para o desenvolvimento da base de conhecimento (TRANFIELD et al., 2003). Nesse procedimento metódico, é importante que as etapas a serem seguidas sejam claramente descritas, apontando explicitamente as bases bibliográficas consultadas, os materiais coletados, as táticas para busca avançada utilizadas em cada base, o método de seleção dos artigos científicos, os critérios de inclusão e exclusão dos artigos e o procedimento de análise de cada artigo (FARIA et al., 2014; GALVÃO; RICARTE, 2019).

Galvão e Ricarte (2019) definem quatro etapas para a realização da RSL: i) a delimitação da questão; ii) a seleção das bases de dados; iii) a elaboração da estratégia de busca; e iv) a sistematização e a seleção dos textos para inclusão (e exclusão).

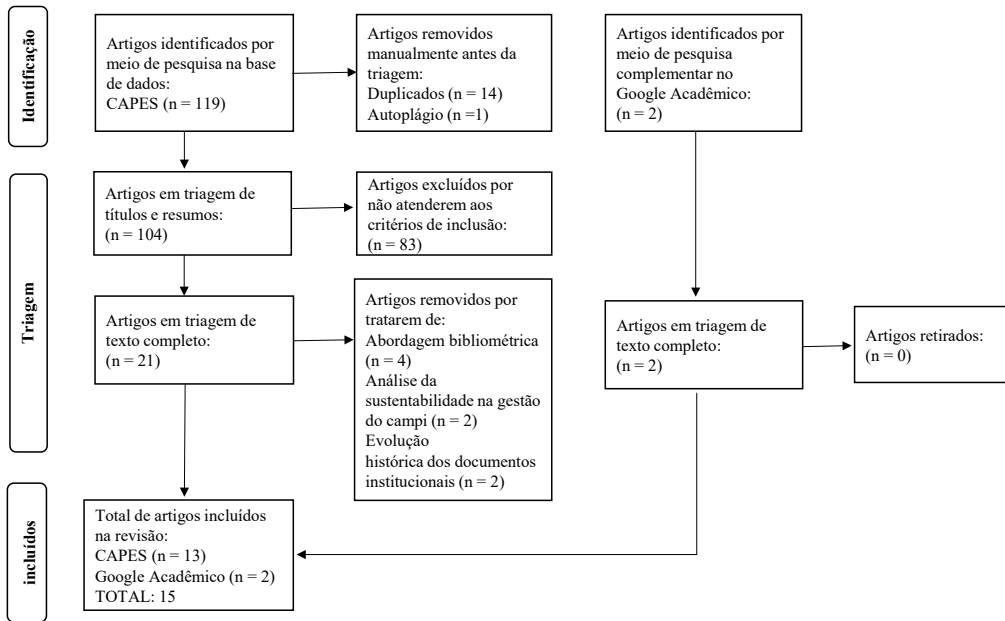
Por sua vez, o modelo de Fluxograma PRISMA (2020) se concentra na etapa IV, de seleção e sistematização, dividido em fases: identificação, triagem e inclusão. Nos documentos encontrados, a triagem pode: a) considerar apenas a leitura dos títulos; b) considerar a leitura dos resumos; e c) realizar uma análise crítica geral, na qual serão observados a coerência do estudo, a qualidade metodológica, os resultados alcançados, a conclusão, o financiamento do estudo, entre outros. Assim, todo o processo de triagem deve ser explicitado na forma de fluxo, conforme as diretrizes do PRISMA *flow diagram* (PRISMA, 2020).

Especificamente para esta pesquisa, foi definida a seguinte questão: Como está sendo discutida a sustentabilidade em IES brasileiras? [item i) a delimitação da questão]. Em relação à seleção dos artigos utilizados nesta revisão sistemática [item ii) a seleção das bases de dados], foi selecionada a base de dados do Portal de Periódicos da CAPES, disponível no endereço eletrônico: <https://www.periodicos.capes.gov.br>, em que foi realizada uma pesquisa exploratória, sob o título “Ensino da Sustentabilidade”, na data de 9/6/2022.

Em relação à elaboração da estratégia de busca [item iii)], foram aplicados os seguintes filtros: artigos científicos; publicados nos últimos 5 anos, qualquer idioma; continham no título: “Ensino da Sustentabilidade”.

Por fim, em relação ao item iv, sobre a sistematização e a seleção dos textos para inclusão (e exclusão), proposto por Galvão e Ricarte (2019), apresenta-se a Figura 1, a qual exemplifica e detalha, por meio do Fluxograma PRISMA, as etapas de identificação, triagem e inclusão dos artigos pesquisados nesta pesquisa.

Figura 1. Fluxograma PRISMA de triagem de artigos



Fonte: adaptado da metodologia PRISMA

Inicialmente, a pesquisa exploratória na base de dados CAPES retornou com 119 artigos. Desse total, 14 foram removidos manualmente antes da triagem, devido a eventual duplicidade, e um artigo foi retirado por ser considerado autoplágio.

Em seguida, foram analisados os títulos e os resumos dos artigos para verificar o enquadramento na proposta da pesquisa. Nessa etapa, houve a exclusão de 83 artigos que não faziam parte do escopo da pesquisa, sob os seguintes critérios: artigos que não tratam do ensino presencial; artigos que não abordam a graduação (e, sim, ensino fundamental, médio, técnico; pós-graduação; universidades corporativas; e atuação profissional); artigos publicados em periódicos não brasileiros; artigos com enfoque em modelos e ferramentas para avaliação de sustentabilidade.

Dessa forma, permaneceram no estudo 21 artigos, os quais obedeciam aos seguintes critérios de inclusão: artigos que tratam do ensino de sustentabilidade na graduação em cursos presenciais de IES do Brasil e que foram publicados em periódicos brasileiros. Estes últimos foram submetidos à leitura completa e criteriosa dos textos e ao fichamento, com uso da ferramenta Microsoft Excel. Nessa fase, oito artigos ainda foram retirados – quatro deles tratavam de estudos bibliométricos; dois tratavam da análise da sustentabilidade em outras esferas das IES, como na gestão e nas operações dos campi; e dois tratavam da análise da evolução e efetividade dos documentos norteadores das IES, os quais têm baixa relevância para o objetivo desta pesquisa.

Por fim, 13 artigos foram selecionados para realização desse estudo. Apesar do razoável número de artigos na base de dados CAPES, observou-se a ausência de pesquisas que tratam do ensino da sustentabilidade nos cursos de Ciências Contábeis. Diante disso, foi realizada uma busca complementar no Google Acadêmico por artigos que tratavam especificamente do ensino da sustentabilidade nos cursos de Ciências Contábeis de IES brasileiras, a qual retornou dois artigos para acrescentar na realização da pesquisa. A Tabela 1 apresenta a amostra final dos 15 artigos selecionados para esta pesquisa, organizados pela relevância do periódico no Estrato Qualis.

Tabela 1. Estrato Qualis, título, ano e autores dos artigos selecionados para a pesquisa

Estrato Qualis	Título do Artigo	Ano	Autores
A1	A Sustentabilidade nos Projetos Pedagógicos no Ensino Superior: um estudo sobre a engenharia de produção nas universidades públicas do Estado de São Paulo	2017	Tiago Juliano, Ismail Barra Nova Melo, Sílvia César Moral Marques
A2	Ambientalização Curricular no Ensino Superior: formação e sustentabilidade nos cursos de graduação	2017	Mariza Rotta, Aírton Carlos Batistela, Sérgio Ricardo Ferreira
A2	O Ensino da Sustentabilidade Ambiental para Cirurgiões-Dentistas: reverberações da formação acadêmica na prática profissional	2022	Deise Renata Bringmann, Maria Carolina Rosa Gullo, Thiago Oliveira Gamba
A2	Moda Sustentável: uma análise sob a perspectiva do ensino de boas práticas de sustentabilidade e economia circular	2022	Leonice Troiani, Simone Sehnem, Luciano Carvalho
A3	Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na Formação em Ciências Contábeis	2020	Alison Ítalo S. M., Josicleide A. P. Moreira, Esdras Santos C., Maria G. G. Vieira G., Raimundo A. Jr.
A3	Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade: teoria e prática educacional no curso de Ciências Contábeis	2022	José Alberto Gonçalves de Moura, Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco
A4	A Sustentabilidade no Ensino de Design em Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil	2017	Eliana Paula Calegari, Branca Freitas de Oliveira
A4	Design e Sustentabilidade: necessidade de quebra de paradigma no ensino	2017	Ana Veronica Pazmino, Adriane Shibata Santos
A4	A Sustentabilidade no Ensino de Biblioteconomia nas Universidades do Sul do Brasil	2021	Daniela Capri, Eliana Maria dos Santos B. Jacintho

Estrato Qualis	Título do Artigo	Ano	Autores
B1	Sustentabilidade no Curso de Administração: ensino é refletido no Enade?	2017	Fernanda Frankenberger, Janaína Gabrielle M. C. C. Amarante, Alboni Marisa D. Pianovski Vieira
B1	Sustentabilidade: uma abordagem acerca das percepções dos acadêmicos de uma instituição de ensino superior de Santa Catarina	2018	Silvana Dalmutt Kruger, Cleunice Zanella, Rodrigo Barichello, Sérgio Murilo Petri
B1	Abordagem da Sustentabilidade no Ensino em Design no Brasil: ênfases e lacunas	2020	Iana Uliana Perez, Mônica Moura, Paula C. Landim, Suzana B. Martins
B2	Avaliação da Percepção Ambiental de Estudantes do Curso de Graduação em Administração de Empresas de Instituições de Ensino Superior do Estado de São Paulo	2017	Patrícia S. Tzortis, Claudia T. Kniess, Evandro Luiz Lopes, Ana Paula N. Lamano Ferreira, José C. Gomes Junior
B2	Educação Ambiental e Sustentabilidade na Universidade: um estudo das licenciaturas em uma instituição de ensino superior no Estado de São Paulo	2019	Laura Leite de Carvalho, Ismail Barra Nova Melo, Ivan Fortunato
B2	Sustentabilidade no Ensino: um diagnóstico dos cursos de graduação em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2020	Viviane Suemi Yamamoto, Rosamaria M. Leite, Nelson S. Machado, Wesley R. S. Freitas

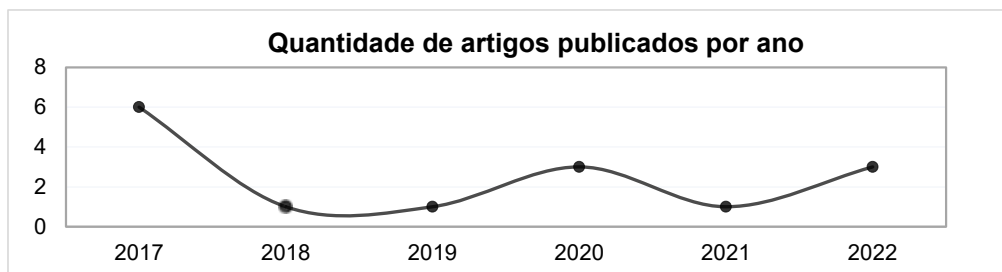
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Para análise dos artigos selecionados de acordo com os critérios de inclusão, de 2017 a 2022, inicialmente foi feita uma breve análise bibliométrica, em que foi mensurada a quantidade de artigos publicados por ano, região, autor e periódico. Além disso, foi elaborada uma nuvem com as palavras de mais destaque, a partir dos resumos dos 15 artigos.

Entende-se bibliometria como técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico (ARAÚJO, 2006). Conforme Cavalcanti et al. (2018), a bibliometria possibilita ainda a interpretação contextualizada das produções científicas, e o rendimento por autor, país, instituição, região, entre outras possibilidades.

Na análise, observam-se alguns dados quantitativos. A Figura 2 apresenta a periodicidade dos artigos por ano de publicação. A partir da análise demográfica dos artigos, foi possível verificar que o maior número de artigos do portfólio bibliográfico está centralizado no ano de 2017, totalizando seis artigos. Nos anos seguintes, verificou-se uma estabilidade e continuidade de publicações sobre o tema, indicando um interesse permanente na sua discussão, com aumento no número de publicações no ano de 2022.

Figura 2. Quantidade de artigos publicados por ano



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Também foi possível identificar que a região brasileira com maior quantidade de publicação é o Sul, com sete artigos, seguido da Região Sudeste, com quatro artigos publicados (Tabela 2). Em contrapartida, a Região Norte não possui artigos no portfólio bibliográfico, denotando a necessidade de realização de estudos sobre o tema.

Tabela 2. Quantidade de artigos publicados por região

Região	Quantidade
Norte	0
Nordeste	2
Centro-Oeste	1
Sudeste	4
Sul	8
Total	15

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Dos 15 artigos do *corpus* documental, foi identificada a influência de apenas um autor: Ismail Barra Nova de Melo, que possui dois artigos diferentes na base bibliográfica. Além disso, os periódicos que englobam mais de um artigo publicado são: Revista Mix Sustentável; Revista Gestão Universitária na América Latina (GUAL); e Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA). Tal constatação novamente denota a necessidade de engajamento permanente de pesquisadores, a fim de gerar pesquisas sólidas, aprofundadas e longitudinais, capazes de melhor retratar a evolução do tema no Brasil.

Após isso, foi realizada a análise das palavras-chave mais empregadas pelos autores em seus trabalhos, como pode ser visto na Figura 3. Utilizou-se a plataforma Wordcloud.com, livre e on-line, para elaboração da nuvem. As palavras com maior destaque nos resumos do portfólio bibliográfico são ensino, sustentabilidade e ambiental, as quais estão alinhadas com o objetivo da pesquisa.

4.1 Primeira Ótica: conscientização discente acerca dos impactos ambientais de resíduos resultantes do ciclo de vida e sistema produtivo de produtos desenvolvidos

Nessa ótica, foram agrupados três artigos. O primeiro artigo analisado, de Juliano et al. (2017), objetivou identificar, por meio da análise de conteúdo, quais dimensões da sustentabilidade são abordadas nos projetos pedagógicos dos cursos (PPC) de engenharia de produção de São Paulo. Por sua vez, Calegari e Oliveira (2017) também exploraram a inserção das questões relacionadas à sustentabilidade nos currículos dos cursos de design no Brasil. Da mesma forma, o artigo de Pazmino e Santos (2017) procurou investigar a inserção da temática sustentabilidade nos cursos de design de IES de Santa Catarina.

Os resultados das pesquisas evidenciam a abordagem da sustentabilidade sob a ótica ambiental, exposta a partir das preocupações com os impactos ambientais causados em decorrência do processo produtivo de produtos, com ênfase na preocupação de antecipar problemas ambientais na discussão do ciclo de vida de produtos.

4.2 Segunda Ótica: percepção dos discentes e docentes acerca da importância da sustentabilidade e educação ambiental no meio acadêmico e na formação de profissionais conscientes; discussão sobre o ensino da sustentabilidade, a interdisciplinaridade e a transversalidade no ensino

Nessa ótica, foram agrupados cinco artigos. O primeiro artigo analisado, de Tzortis et al. (2017), teve como objetivo avaliar a percepção ambiental dos discentes do curso de administração de IES de São Paulo, a partir da aplicação de questionários. Da mesma forma, o trabalho de Kruger et al. (2018) analisou, por meio de questionário, a percepção sustentável dos acadêmicos de uma IES de Santa Catarina. O terceiro artigo publicado por Troiani et al. (2022) também verificou a percepção de coordenadores, docentes e discentes acerca da temática sustentabilidade e economia circular na formação de alunos em design de moda em IES do Brasil.

O trabalho de Bringmann et al. (2022) investigou como tem ocorrido a abordagem da sustentabilidade ambiental em cursos de Odontologia de IES do Rio Grande do Sul. Da mesma maneira, Melo et al. (2020) analisaram se o curso de Ciências Contábeis de uma IES de Alagoas propicia a educação ambiental com vistas ao desenvolvimento sustentável na formação de alunos conscientes.

Os resultados das cinco pesquisas acima evidenciam que a temática sustentável precisa ser intensificada na formação dos estudantes, uma vez consolidado o entendimento de que é indispensável e importante para todas as futuras profissões abordadas.

Isso se confirma quando o profissional que já atua na área e o acadêmico, em sua formação, discorrem sobre a importância das temáticas e o comprometimento das organizações com as questões ambientais, no entanto, esses mesmos indivíduos não apresentam conhecimento suficiente para pôr em prática, para si e para outros, as ações e questões de sustentabilidade.

4.3 Terceira ótica: a presença do ensino da sustentabilidade em documentos norteadores das IES

Seis pesquisas foram agrupadas sob essa ótica. O primeiro artigo analisado, de Carvalho et al. (2019), objetivou evidenciar a presença das temáticas sustentabilidade e educação ambiental na formação de alunos em licenciatura de uma IES de São Paulo, por meio da análise do documento de planejamento institucional da IES. Por sua vez, Moura e Pacheco (2022) constataram que o projeto pedagógico do curso de Ciências Contábeis de uma IES de Pernambuco não contempla a educação ambiental e a sustentabilidade de maneira interdisciplinar. Semelhantemente, também em pesquisa documental, Frankenberger et al. (2017) averiguaram se os cursos de Administração de IES do Paraná educam seus alunos para os conceitos referentes à sustentabilidade, a partir dos resultados de todas as questões focadas na temática sustentável da prova do Enade de 2012.

O quarto artigo analisado, de Capri e Jacintho (2021), teve como objetivo analisar o conteúdo programático das disciplinas do curso de Biblioteconomia de uma IES do Sul do Brasil, a fim de evidenciar a presença de disciplinas que abordem a temática sustentabilidade na estrutura curricular. O artigo publicado por Yamamoto et al. (2020) também examinou se o ensino da sustentabilidade consta nos cursos de graduação em Administração de uma IES do Mato Grosso do Sul. Por fim, nesta terceira ótica, o artigo publicado por Rotta et al. (2017) objetivou apresentar uma proposta de articulação curricular dos cursos de graduação de uma IES do Paraná, com vistas ao desenvolvimento sustentável e à educação ambiental.

Diante dos artigos analisados, foi observado que o conceito sustentável não está consolidado de forma evidente dentro dos documentos norteadores das IES, sendo abordado de forma indireta, e em poucas disciplinas. Essa constatação implica a postura docente e todo o processo de ensino-aprendizagem e absorção cognitiva dos conceitos da sustentabilidade, com reverberação na prática da sustentabilidade no dia a dia em sociedade e nas organizações.

No encerramento desta análise, destaca-se a pesquisa bibliométrica de Perez et al. (2020), que objetivou verificar como a abordagem sustentável está sendo inserida em cursos de Design no Brasil, a partir da análise de 23 publicações. Foram identificadas ênfases e lacunas de pesquisa. As ênfases encontradas estão relacionadas à dimensão ambiental; ao projeto de mais produtos sustentáveis; e às abordagens sustentáveis no ensino. Por outro lado, as lacunas relacionam-se à necessidade de aprofundar nos temas tratados, para além da abordagem ambiental, envolvendo as dimensões social e econômica da sustentabilidade,

além da inclusão de novas abordagens, como o design de serviços e a atuação para a promoção de novos cenários de consumo suficiente.

5 Considerações Finais

Por meio de buscas no Portal Periódicos CAPES e, complementarmente, no Google Acadêmico, foram identificados 15 artigos que tratam da abordagem da sustentabilidade no contexto de IES brasileiras. Embora o número de artigos seja considerado satisfatório, observa-se a ausência de publicações na Região Norte sobre a temática. Os resultados também evidenciaram um nível constante – no entanto, baixo – de publicações anuais e a ausência de um corpo sólido de pesquisadores engajados no tema. Denota-se, assim, maior necessidade de engajamento permanente de pesquisadores, a fim de gerar pesquisas sólidas e longitudinais, capazes de melhor retratar a evolução do tema no Brasil.

A análise qualitativa das pesquisas publicadas possibilitou observar, ainda, a baixa inserção da temática sustentabilidade nos cursos de graduação do Brasil. Os resultados apresentados neste estudo possibilitam aferir que não há um padrão da inserção da sustentabilidade em cursos de graduação do Brasil, variando entre a ausência do ensino e uma abordagem limitada, que abrange poucas disciplinas, com ênfase para dimensões específicas.

Percebeu-se, ainda, entre as pesquisas analisadas, que não há discussão sobre metodologias de ensino-aprendizagem da sustentabilidade nos cursos de graduação. Esse quadro pode ser considerado preocupante, pois questões ambientais, sociais e econômicas merecem cada vez mais atenção e cuidado por parte dos cidadãos e, nesse contexto, as IES, como disseminadoras de conhecimento e cultura, devem, cada vez mais, ampliar seus espaços de discussão sobre políticas sustentáveis que introduzam modificações nas abordagens ambientais, sociais e econômicas nos currículos, articuladas com a pesquisa, a extensão e o ensino.

A partir dessa constatação, afirma-se a importância da sensibilização ambiental na graduação, uma vez que os profissionais lidam com situações que perpassam por questões ambientais, as quais, de alguma forma, poderão trazer algum reflexo impactante ao meio ambiente, e ao desenvolvimento social e econômico da sociedade. Assim, destaca-se a necessidade de maior engajamento das IES na abordagem da sustentabilidade, de forma interdisciplinar e transversal, por meio de metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

Conclui-se, então, que a educação para a sustentabilidade depende de um conjunto de fatores que vão desde sua declaração de importância no plano de desenvolvimento estratégico das IES, seguido de evidente inserção nos projetos pedagógicos de curso, planos de ensino, bibliografias especializadas e metodologias aplicadas em sala de aula para a capacitação e conscientização discente. E, dessa forma, destaca-se a necessidade da formação continuada de professores que possam atuar como vetores da mudança necessária.

Como limitações da pesquisa, a ausência de artigos na base de dados CAPES que tratam do tema nos cursos de Ciências Contábeis do Brasil. Espera-se que o panorama aqui apresentado contribua para a formulação de novas pesquisas que tenham como intuito não só compreender o atual cenário do ensino em contabilidade no Brasil no que diz respeito à sustentabilidade, como propor soluções para o avanço da sua abordagem.

Referências

- ALENCAR, L. D.; BARBOSA, M. D. F. N. Educação ambiental no ensino superior: ditames da política nacional de educação ambiental. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, v.8, n.2, p. 229-255, 2018. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/5259>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- ARAÚJO, C. A. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em questão**, v.12, n.1, p. 11-32, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16>. Acesso em: 03 ago. 2022.
- BIZERRIL, M., ROSA, M. J.; CARVALHO, T. Universidades sustentáveis: uma discussão a partir do caso de uma universidade portuguesa. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v.23, n.2, p. 424-447, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/3483>. Acesso em: 20 maio de 2022.
- BRASIL fica em 81º lugar no Índice de Desempenho Ambiental. **Jornal Nacional (Globo)**, 1 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/06/01/brasil-fica-em-81-lugar-no-indice-de-desempenho-ambiental.ghtml>. Acesso em: 01, dez. 2022.
- BRINGMANN, D. R., GULLO, M. C. R.; GAMBA; T. O. O ensino da sustentabilidade ambiental para cirurgiões-dentistas: Reverberações da formação acadêmica na prática profissional. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n.3. 1873-1887, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16798>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- CAPRI, D.; BAHIA, E. M. A sustentabilidade no ensino de biblioteconomia nas universidades do sul do Brasil. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v.26, n.3, p. 12, 2021. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/1831>. Acesso em: 20 out. 2022.
- CALEGARI, E. P.; OLIVEIRA, B. F. A sustentabilidade no ensino de design em instituições federais de ensino superior no Brasil. **Mix sustentável**, ed. 5, v.3, n.1, p. 109-118, 2017. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/mixsustentavel/article/download/1865/1063/5892>. Acesso em: 20 out. 2022.
- CARVALHO, L. L., et al. Educação ambiental e sustentabilidade na universidade: um estudo das licenciaturas em uma instituição de ensino superior no estado de São Paulo. **Geoambiente On-line**, n.35, p. 75-9, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/geoambiente/article/view/56007>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- CAVALCANTI, S. C. N., MOREIRA, M. A.; SILVA, P. B. O Empreendedorismo no Seio das Ciências Contábeis: Análise da Discussão Sobre Empreendedorismo no Congresso USP de Contabilidade. **Revista de Informação Contábil - RIC**, v.12, n.3, p. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/239435>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- COELHO, C. U. F. Reflexões sobre o ensino de Contabilidade: Aspectos culturais e metodológicos. **Boletim Técnico do Senac**, v.33, n.1, p. 62-75, jan./abr.2007. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/306>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- CUCOLO, Eduardo. Norte e Nordeste puxam sustentabilidade dos estados para baixo. Folha de São Paulo, 13 set. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/09/norte-e-nordeste-puxam-sustentabilidade-dos-estados-para-baixo.shtml>. Acesso em: 02, dez. 2022.

- RAMOS, A., FARIA, P. M.; FARIA, A. Revisão Sistemática de Literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.14, n.41, p.17-36, jan./abr. 2014. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416x2014000100002 . Acesso em: 22 ago. 2022
- FRANKENBERGER, F., AMARANTE, J. G. M. C. C.; VIEIRA, A. M. D. P. Sustentabilidade no curso de administração: ensino é refletido no Enade? **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v.10, n.2, p. 171-188, maio 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2017v10n2p171> . Acesso em: 03 set. 2022.
- GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 57-73, set. 2019 /fev. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73>. Acesso em 12 nov. 2022.
- GEHLEN, K. R. H.; REIS, L. G.; FAVATO, K. J. Inserção do tema sustentabilidade no curso de ciências contábeis à luz da teoria institucional. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v.15, n.2, 2021. Disponível em: <https://www.repec.org.br/repec/article/view/2666> . Acesso em: 24 nov. 2022.
- GOMES, S. M. S., et al. Proposta para o Ensino da Controladoria Ambiental nos cursos de Graduação de Ciências Contábeis nas IES brasileiras. **Revista de Gestão Social e Ambiental-RGSA**, São Paulo, v.6, n.1, 177-189, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/27922/1/Proposta%20para%20o%20ensino%20da%20controladoria%20ambiental%20nos%20cursos%20de%20gradua%C3%A7%C3%A3o%20de%20ci%C3%BAncias%20cont%C3%A1beis%20nas%20IES%20brasileiras.pdf> . Acesso em: 29 out. 2022.
- JACOBI, P. R. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v.31, n.2, p. 233-250, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/ZV6sVmKTydvnKVNrqshspWH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- JULIANO, T., MELO, I. B. N.; MARQUES, S. C. M. A sustentabilidade nos projetos pedagógicos no ensino superior: um estudo sobre a engenharia de produção nas universidades públicas do Estado de São Paulo. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v.22, n.3, p. 676-696, set./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000300006> . Acesso em: 02 dez. 2022.
- KRAEMER, M. E. P. A Contabilidade e sua Responsabilidade Social e Ambiental. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v.6, n. 23, p. 37-43, fev./abr. 2004. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/2328/2021> . Acesso em: 09 dez. 2022.
- KRUGER, S. D., et al. Sustentabilidade: uma abordagem acerca das percepções dos acadêmicos de uma instituição de ensino superior de Santa Catarina. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, Florianópolis, v. 11, n.3, p. 86-104, set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2018v11n3p86>. Acesso em: 29 nov. 2022.
- LARA, P. T. R. Sustentabilidade em instituições de ensino superior. **Revista Monografias Ambientais - REMOA**, Santa Maria, v.7, n.7, p. 1646-1656, mar./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/5341> . Acesso em: 15 set. 2022.
- MAIA, D. D. A. C., et al. Contabilidade da gestão ambiental como ferramenta fundamental para certificação e sustentabilidade. **Revista Diálogos Acadêmicos**, Fortaleza, v.8, n.2, p. 18-30, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://revista.fametro.com.br/index.php/RDA/article/viewFile/223/197>. Acesso em: 09 set. 2022.
- MANHÃES, F. A., et al. A educação ambiental na graduação em odontologia. **Revista Interface-Integrando Fonoaudiologia e Odontologia**, v.1, n.1, p. 3-21, 2020. Disponível em: <http://www.revistas.uniflu.edu.br:8088/seer/ojs-3.0.2/index.php/interface/article/view/245>. Acesso em: 12 mar. 2022
- MELO, A. Í. S., et al. Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável na formação em Ciências Contábeis. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, São Paulo, v.15, n.3, p. 73-91, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/9735> . Acesso em: 12 nov. 2022.

MIZAEL, G. A., et al. Análise do plano de desenvolvimento institucional das universidades federais do Consórcio Sul-Sudeste de Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.47, n. 5, p.1145-1164, set./out. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000500004>. Acesso em: 13 out. 2022.

MOURA, J. A. G.; PACHECO, C. S. G. R. Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade: teoria e prática educacional no curso de ciências contábeis. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (Revbea)**, São Paulo, v.17, n.3, p. 149-168, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/12198> . Acesso em: 22 ago. 2022.

PAZMINO, A. V.; SANTOS, A. S. Design e Sustentabilidade: necessidade de quebra de paradigma no ensino. **Mix sustentável**, v.3, n.1, p. 10-16, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.29183/2447-3073.MIX2017.v3.n1.10-16>. Acesso em: 24 set. 2022.

PEREZ, I. U., et al. Abordagem da sustentabilidade no ensino em design no Brasil: ênfases e lacunas. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v.9, n. esp., p. 184-203, 2020. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/9626/5279 . Acesso em: 05 ago. 2022.

PRISMA 2020 flow diagram for new systematic reviews which included searches of databases, registers and other sources. Prisma Transparent Reporting Of Systematic Reviews And Meta-Analyses. Disponível em: <https://prisma-statement.org/prismastatement/flowdiagram.aspx>

ROTTA, M., BATISTELA, S.; FERREIRA, R. Ambientalização curricular no ensino superior: formação e sustentabilidade nos cursos de graduação. **Actualidades Investigativas en Educación**, San José, Costa Rica, v.17, n.2, p. 1-20, mayo/ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/aie/article/view/28676/28658> . Acesso em: 29 jul. 2022.

TRAJBER, R.; SATO, M. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. esp., p. 70-78, set. 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3396> . Acesso em: 30 out. 2022.

TRANFIELD, D., DENYER, D., SMART, P. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. **British Journal of Management**, v.14, n.3, p. 207-222, 2003. Disponível em: <https://www.cebma.org/wp-content/uploads/Tranfield-et-al-Towards-a-Methodology-for-Developing-Evidence-Informed-Management.pdf> . Acesso em: 27 ago. 2022.

TROIANI, L., SEHNEM, S., CARVALHO, L. Moda sustentável: uma análise sob a perspectiva do ensino de boas práticas de sustentabilidade e economia circular. **Cadernos EBAPE.BR**, v.20, n.1, p. 62-76, jan./fev. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120200214> . Acesso em: 12 dez. 2022.

TZORTIS, P. S., et al. Avaliação da Percepção Ambiental de Estudantes do Curso de Graduação em Administração de Empresas de Instituições de Ensino Superior do Estado de São Paulo. **RISUS - Journal on Innovation and Sustainability**, v.8, n.4, p. 147-163, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/risus/article/view/35689/24490> . Acesso em: 19 set. 2022.

VELLANI, C. L.; RIBEIRO, M. S. Sustentabilidade e contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v.6, n.11, p. 187-206, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2009v6n11p187> . Acesso em: 11 nov. 2022.

YAMAMOTO, V. S., et al. Sustentabilidade no Ensino: Um Diagnóstico dos Cursos de Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho)**, Teresina, v.17, n.3, p. 127-149, mar. 2020. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1966> . Acesso em: 10 jul. 2022.

CAPÍTULO II – Ambiental e Inovação Tecnológica

Inteligência Artificial e o Futuro da Profissão Contábil no Brasil

Palmira Leão de Souza

Mestra em Contabilidade e Controladoria (Universidade de São Paulo – USP)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6922-5852> | E-mail: pallmirasouza@gmail.com

Angela Zechinelli Alonso

Pós-graduada em Auditoria e Controladoria (Universidade São Judas Tadeu – USJT)
Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-3327-6405> | E-mail: angela@alonso.com.br

Andrezza Moreira

Pós-graduada em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria (Fundação Getúlio Vargas – FGV)
Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-4799-6928> | E-mail: andrezza@acmaiscont.com.br

Carla Cristina Tasso

Mestra em Contabilidade com ênfase em Finanças (Fucape/ES)
Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-4290-799X> | E-mail: carla@tassoconsultoria.com.br

Resumo

A inteligência artificial é uma área da computação que estuda as máquinas que imitam o comportamento humano na tomada de decisões e na execução de tarefas. É amplamente conhecida como AI (*artificial intelligence*, em inglês) ou IA. É usada em assistentes de voz, mecanismos de busca, carros autônomos e redes sociais, entre outros. Apesar dos benefícios, existem preocupações éticas em relação ao seu papel na sociedade. O presente artigo tem por objetivo apresentar a percepção atual e as expectativas dos profissionais da contabilidade no uso da IA como ferramenta de tecnologia nas especializações da profissão contábil.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Profissão Contábil; Tecnologia; Profissionais da Contabilidade; Perspectiva da Profissão Contábil.

1 Introdução

A Inteligência Artificial (IA) é uma das tecnologias que têm sido utilizadas na profissão contábil. Trata-se de um ramo da ciência da computação que se concentra no desenvolvimento de algoritmos e sistemas que podem realizar tarefas que normalmente exigiriam inteligência humana. O uso desse recurso abrange a automatização de tarefas rotineiras e repetitivas, como a classificação de transações financeiras e a reconciliação de contas. Além disso, a IA pode ser usada para analisar grandes quantidades de dados financeiros e identificar tendências e padrões que seriam difíceis ou impossíveis de se detectar manualmente.

A utilização dessa tecnologia contempla, ainda, várias áreas da profissão contábil, incluindo auditoria, consultoria e contabilidade financeira; isso se dá, por exemplo, na análise de grandes conjuntos de dados financeiros e na identificação de anomalias ou padrões suspeitos que possam indicar fraude ou erro. A IA também pode ser usada para automatizar tarefas rotineiras, como a reconciliação de contas e a classificação de transações financeiras.

Os benefícios da IA como ferramenta para o profissional de contabilidade incluem maior eficiência, maior precisão e maior capacidade de análise de dados. No entanto, o uso intensivo da IA na profissão contábil também suscita preocupações éticas. Por exemplo, algumas pessoas estão preocupadas com a possibilidade de que a IA substitua os profissionais da contabilidade em algumas tarefas. Além disso, há preocupações sobre a privacidade dos dados financeiros dos clientes e a segurança dos sistemas de informação contábil.

A reestruturação da profissão contábil, com o uso intensivo da Inteligência Artificial, é um tema importante que está sendo discutido atualmente. Muitos especialistas acreditam que o uso intensivo da IA na profissão contábil provocará uma mudança significativa na forma como os serviços contábeis são prestados. No entanto, ainda não é possível identificar como essa mudança afetará os profissionais da contabilidade e como eles adaptar-se-ão às novas tecnologias.

A percepção dos profissionais da contabilidade sobre o futuro da profissão, com o uso intensivo da Inteligência Artificial, ainda é um tema em aberto. E, nesse sentido, o objetivo do presente artigo foi consultar os profissionais de contabilidade e obter informações sobre o que pensam em relação ao uso da IA e como isso afeta a profissão contábil na atualidade e no futuro.

2 Referencial Teórico

2.1 A profissão contábil e suas especificações

A contabilidade é uma disciplina-chave para o adequado funcionamento e crescimento das organizações. É crucial entender as responsabilidades e os direitos específicos atribuídos aos profissionais da contabilidade em exercício, bem como compreender que estes são protegidos por órgãos reguladores e por normas específicas.

No Brasil, as atribuições dos profissionais da contabilidade tiveram início por meio do Decreto-Lei n.º 9.295, promulgado em 1946. Esse decreto estabeleceu a criação do Conselho Federal de Contabilidade e definiu as atribuições para os contadores e guarda-livros. Naquela época, as atividades técnicas da contabilidade incluíam a organização e execução de serviços em geral, a escrituração dos livros contábeis, a elaboração de balanços e demonstrações financeiras, bem como tarefas mais específicas, como perícias judiciais ou extrajudiciais, revisão de balanços e contas em geral, verificação de patrimônio e regulamentação de avarias, entre outras.

A Resolução CFC n.º 560, emitida em 1983, dispôs sobre as prerrogativas profissionais dos contadores, conforme estabelecido no artigo 25 do Decreto-Lei supramencionado. Essa resolução permitiu que os profissionais de contabilidade atuassem de diversas formas, tais como: exercendo atividade liberal ou autônoma, como empregados regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), servidores públicos, sócios de qualquer tipo de sociedade, diretores ou conselheiros de entidades, ou em qualquer outra situação jurídica definida pela legislação. Além disso, a resolução também definiu uma ampla gama de funções para esses profissionais, incluindo analista, assessor, assistente, auditor interno e externo, conselheiro, consultor, controlador de arrecadação, *controller*, educador, escritor ou articulista técnico, escriturador contábil ou fiscal, executor subordinado, fiscal de tributos, legislador, organizador, perito, pesquisador, planejador, professor ou conferencista, redator e revisor.

Em 2021, foi aprovada a Resolução CFC n.º 1.640, com o objetivo de alterar a norma de 1983, buscando a modernização da contabilidade e sua adaptação ao contexto da sociedade atual. Entre as novidades, está a inclusão do conceito de entidade que estendeu o conceito de empresa para outras áreas como sociedade, negócio, associação, consórcio, *joint-venture*, instituto, fundação ou instituição de qualquer natureza, pública ou privada, com ou sem personalidade jurídica, independentemente de ter, ou não, fins lucrativos.

Além disso, a profissão contábil é fundamentada em diversas teorias e princípios que fornecem as bases para suas especificações, fazendo com que a área de atuação do profissional da contabilidade nas organizações seja ampla e abrangente, pois, por meio das informações contábeis, a empresa consegue realizar um eficiente planejamento tributário, a análise de balanços e demonstrações financeiras. Isso permite avaliar a evolução do ativo e do passivo, das receitas, das despesas e dos custos, bem como a lucratividade e rentabilidade.

De acordo com Marion (2009, p.29), a contabilidade é uma das áreas que oferece maior número de oportunidades para os profissionais. Nesse sentido, o contador tem a possibilidade de se especializar em diversas áreas, conforme descrito na Resolução CFC n.º 560, já citada.

No cenário atual, a contabilidade é reconhecida como uma atividade que se baseia no pensamento crítico (KAYA et al., 2019). Sua evolução tem sido identificada pela transição da contabilidade manual para a mecânica e, posteriormente, para a eletrônica. Estudos apontam que muitas atividades financeiras e contábeis têm potencial de serem automatizadas ou até mesmo eliminadas. Tarefas repetitivas e demoradas serão substituídas por soluções tecnológicas e robôs, permitindo que os contadores tenham a oportunidade de se concen-

trar na análise estratégica, no apoio à tomada de decisões empresariais, em análises preditivas e no monitoramento de desempenho.

De toda forma, nas ações que são realizadas por pessoas físicas ou jurídicas e que envolvam recursos financeiros para a geração de bens e serviços, a atuação do profissional de contabilidade é necessária.

2.2 O uso da tecnologia na profissão contábil

No passado, as primeiras tecnologias criadas para uso na contabilidade foram as máquinas de datilografia comum, a máquina de calcular e um formulário chamado de ficha triplíce. Esses documentos foram um grande avanço para a contabilidade, pois permitiam a emissão de três vias distintas, com finalidades específicas. A primeira via, na forma impressa ou datilografada, era para copiar no livro diário; a segunda era destinada para lançar a conta debitada; e a terceira era destinada para a conta creditada, ambos do livro-razão (SANTOS, 2019).

Com o avanço tecnológico, os processos manuais e mecanizados foram substituídos por sistemas informatizados que trouxeram grandes benefícios para os profissionais da contabilidade (OLIVEIRA; MALINOWSKI, 2016). Esses recursos também têm acelerado a dinâmica de trabalho de diversos setores; nessa conjuntura, faz-se necessária a busca pela eficiência e qualidade no registro de operações comerciais, legais, ambientais e operacionais, com o objetivo de fornecer informações confiáveis e oportunas aos usuários, a fim de torná-los capazes de tomar decisões sólidas exigidas por parte dos acionistas e administradores de empresas (SOUTO, 2014).

Devido às características da economia atual, a profissão passou por mudanças em suas práticas diárias. Por um lado, houve a necessidade de integrar novas tecnologias aos métodos de organização do trabalho; por outro lado, foi preciso se adaptar às demandas emergentes da economia, originadas na criação de novas atividades e impondo, com isso, novas exigências, com fins de melhor informar aos usuários (ZWIRTES; ALVES, 2015).

O advento da internet trouxe efeitos consideráveis para a contabilidade, favorecendo a comunicação e disseminação das informações aos usuários, o que, por sua vez, contribuiu para a gestão empresarial (QUARESMA; CAPEÇA; FIALHO, 2017). Com o avanço da internet, os sistemas e programas de gestão empresarial passaram a ser digitais, oferecendo aos profissionais da contabilidade instrumentos de trabalho mais eficientes (SANTOS; KONZEN, 2020). A internet eliminou barreiras de distância na comunicação, tornando os contatos mais rápidos e facilitando o cotidiano profissional (SOUZA et al., 2017).

É importante destacar que, com o progresso tecnológico, a Receita Federal do Brasil (RFB) criou o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), a fim de estreitar a relação entre o fisco e os contribuintes, e tornou obrigatória a adaptação das empresas a esse novo sistema de fiscalização (SILVA FILHO; LEITE FILHO; PEREIRA, 2015). O Sped obriga que

as escriturações passassem a ser efetuadas em formato digital, o que impacta as rotinas de trabalho dos profissionais da contabilidade, que precisavam se familiarizar com o funcionamento dessa ferramenta (OLIVEIRA; ÁVILA, 2016). Diante das mudanças em curso na profissão contábil, é necessário que os profissionais se adaptem a transformações e estejam em constante atualização (ALVES, 2018).

Portanto, os avanços tecnológicos apresentam novos desafios para os profissionais da contabilidade, incluindo a capacidade de agregar valor às organizações. Aqueles que não conseguem se adaptar e adotar esses avanços tecnológicos em sua rotina diária correm o risco de se tornarem parceiros irrelevantes para as organizações (RAZAK; NOOR; JUSOH, 2021).

Nesse sentido, vamos buscar compreender o que a evolução da ciência da computação vem operando em relação à demanda de uma sociedade em transformação, uma vez que a automação e a aplicação de tecnologia têm desempenhado um papel significativo nesse progresso.

2.3 A inteligência artificial (IA)

A inteligência artificial é um campo de pesquisa na área da ciência da computação que se dedica a construir controles e dispositivos capazes de simular a capacidade humana de pensar, resolver problemas e exibir inteligência. Esse ramo de estudo e desenvolvimento teve seu início durante a Segunda Guerra Mundial. Entre os principais idealizadores, destacam-se Hebet Simon, Allen Newell, John McCarthy e vários outros cientistas que compartilham o objetivo comum de criar uma entidade que pudesse imitar a vida humana (SANTOS, 2019).

McCollum (2017) expressa que a IA tende a melhorar a qualidade do trabalho e aumentar as possibilidades de tomada de decisão por parte dos gestores, uma vez que torna mais célere e suscetível a erros.

Para Madhavi e Viajay (2020), há tipos de IA que são produzidos para ultrapassar a capacidade da mente do homem. O autor prevê que, no período de 2020 a 2025, a inteligência artificial terá um impacto significativo em diversas áreas, levando à substituição de muitas atividades. Entre essas áreas, estão: negociações de compras, veículos com motoristas, processos judiciais, tribunais e uma grande parte das funções humanas em órgãos governamentais. Já para 2026 e 2030, o autor sustenta a ideia de que haverá uma plataforma global unificada para o processo de compra e venda. Essa plataforma será identificada pela utilização de criptografia, o que garantirá um alto nível de segurança para esses processos. Além disso, a inteligência será dominante nas atividades de comércio e desenvolverá um papel importante na descentralização de poder em instituições autônomas.

Também era esperado que, com os avanços tecnológicos, a quantidade de informações disponíveis para os profissionais da contabilidade iria aumentar. Kruskopf et al. (2019) comenta ser este um problema a ser superado. Isso faz com que haja a necessidade de reconhecer informações que sejam, de fato, relevantes para as tomadas de decisões.

Stodder (2018) destaca um desafio enfrentado pelas corporações, relacionado às habilidades necessárias para o eficiente gerenciamento da ampla variedade de dados disponíveis. Ao examinar as complexas funções da contabilidade gerencial, é possível identificar problemas frequentes que dificultam o processo de dados financeiros, sua organização e classificação em termos de relevância para a tomada de decisão, de acordo com as necessidades e os objetivos das entidades, o que pode representar um desafio significativo para essa área.

Segundo Lima e Macedo (2018), a TI está presente e em constante crescimento nas atividades profissionais, tendo em vista que as pessoas estão cada vez mais dependentes da tecnologia. Tal constatação confirma o que outros autores já mencionaram: que as informações com o uso da tecnologia são obtidas de forma rápida, precisa e sem o risco de erro humano.

Ainda de acordo com Lima e Macedo (2018), outro aspecto pode ser considerado: o fato de que os sistemas processam os dados de acordo com as definições feitas pelos profissionais. Existe uma variedade de informações diferentes, as quais também têm pesos diferentes no processo de tomada de decisão.

Dessa forma, a responsabilidade de realizar procedimentos em compliance com as normas contábeis vigentes recai sobre os profissionais e impacta a tomada de decisão, a agilidade e a confiabilidade das informações.

2.4 A inteligência artificial (IA) nas atividades contábeis

A contabilidade é uma ciência social aplicada, voltada para a produção de informações financeiras e patrimoniais, e tem acompanhado os avanços tecnológicos. Esses avanços têm sido benéficos para alcançar os objetivos da contabilidade. Nesse sentido, é crucial que os profissionais da área sejam incluídos nesse processo e busquem constantemente melhorar seus conhecimentos, desenvolvendo habilidades compatíveis com essas inovações.

Ao estudar o patrimônio e as suas variações, a contabilidade tem como objetivo gerar informações financeiras, econômicas e patrimoniais para a tomada de decisões; para tal, o sistema de informação contábil registra a entrada de dados e informações internas e externas, processa os dados e realiza a saída, por meio de informações úteis para os diversos usuários da contabilidade (HENDRIKSEN et al., 1999).

Com o aumento da capacidade tecnológica dos softwares contábeis, os relatórios contendo informações financeiras estão sendo produzidos em tempo real, com dados mais qualificados e de fácil compreensão. Isso tem um impacto significativo na visão dos tomadores de decisão e, conseqüentemente, em suas decisões em relação à organização que gerenciam.

A IA está presente e com muito destaque nas obrigações acessórias que as empresas têm em relação aos Fiscos nas esferas municipal, estadual e federal. Essas obrigações têm como principal objetivo manter as informações fiscais atualizadas, sob pena de fiscalização – que, geralmente, constitui uma das responsabilidades do contador.

A pesquisa de Scharpoo e Martins (2022) apresenta o seguinte quadro sobre a utilização da tecnologia na contabilidade:

Quadro 1. Estudos anteriores sobre o tema

Autores	Objetivos	Principais Resultados
Oliveira e Ronkoski (2015)	Identificar as mudanças ocorridas nos ambientes tecnológicos que afetaram a metodologia na forma de registrar os atos e fatos pela contabilidade brasileira.	A TI contribuiu no setor contábil, trazendo benefícios avaliados como fundamentais para o exercício da profissão, entre os destaques estão a agilidade e a segurança das informações.
Carmo, Gomes e Macedo (2016)	Examinar a importância atribuída a diversos tópicos da área de SI e TI para a formação profissional em contabilidade.	Os alunos das Instituições de Ensino Superior (IES) em estudo percebem a elevada importância de adquirir competências referentes a SI e TI possuem para sua formação profissional.
Oliveira e Malinowski (2016)	Analisar as principais mudanças na atividade contábil relacionado ao impulso da tecnologia da informação nesta área.	As mudanças e as novas tecnologias sempre influenciaram a atuação do contador desde as primeiras técnicas contábeis. Para o aprimoramento da atividade contábil, tornou-se impreterível a implementação de ferramentas tecnológicas e sofisticadas.
Oliveira e Souza (2016)	Verificar, com base na opinião dos profissionais contábeis do município de Tangará da Serra, os impactos da tecnologia da informação aplicada a escrituração contábil na atuação dos contadores.	Há utilização da TI pelos escritórios e profissionais contábeis, promovendo a agilidade do trabalho e reduzindo os riscos de fraude e demandando a requalificação dos profissionais.
Brito et al. (2017)	Analisar o sistema de informação contábil como instrumento de gestão em um escritório de contabilidade situado na cidade de Marabá/PA.	A organização estudada vem utilizando o sistema de informação contábil como instrumento de gestão e que o mesmo é considerado indispensável nas atividades desenvolvidas pelo escritório.
Campos e Lemes (2017)	Identificar a percepção dos profissionais de contabilidade da cidade de Uberlândia, Minas Gerais, quanto à relevância dos conteúdos de 17 propostos pelo Currículo Mundial para suas atividades profissionais.	Na percepção dos respondentes, é relevante o aprendizado dos conteúdos de TI sugeridos pelo Currículo Mundial para sua atuação profissional, delineando, portanto, a necessidade de se dar maior enfoque a tais conteúdos nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis.

Autores	Objetivos	Principais Resultados
Amaral, Brandão e Silva (2019)	Relatar a necessidade de se investir em sistemas de gestão para que os profissionais contábeis possam apresentar um diferencial em seus serviços.	Os escritórios contábeis ainda possuem dificuldades em se adequar às implementações dos sistemas ERP, pelo fato de que o sistema adquirido por muita das vezes não abrange todos os setores dos escritórios, ou a falta de integração no momento da implementação dos sistemas de gestão aos profissionais de contabilidade da empresa.
Cirico Júnior (2019)	Identificar as inovações em serviço existentes na área contábil.	As principais inovações em serviços na área contábil destacadas pelos respondentes referem-se aos sistemas ERP de contabilidade, no tocante aos sistemas informatizados e integrados, bem como referentes aos aplicativos digitais de contabilidade utilizados na versão <i>mobile</i> .
Silva, Everkauffer e Rengel (2019)	Identificar os desafios para a contabilidade interativa diante dos avanços tecnológicos.	A TI proporcionou a oferta de novos produtos aos clientes, além de informações mais ágeis e seguras o que permite maior integração de informações entre os escritórios e seus clientes.
Silva a al (2019)	Verificar a importância da tecnologia da informação na gestão das pequenas empresas.	As pequenas empresas utilizam sistemas de informação e que estes geram impactos positivos no processo de tomada de decisão das mesmas.
Andrade e Mehlecke (2080)	Verificar a aceitação da contabilidade digital no processo de geração de informação contábil de uma organização contábil no Vale do Paranhana/RS, de maneira a contribuir para uma visão inovadora e tecnológica.	A contabilidade digital favorece os escritórios contábeis, de forma a trazer reflexos positivos e boas influências aos usuários da esfera contábil, possibilitando uma visão diferenciada sobre o modo de fazer contabilidade.
Santos e Konzen (8020)	Analisar a percepção dos escritórios de contabilidade do Vale do Paranhana/RS e de São Francisco de Paula/RS sobre a contabilidade digital.	A contabilidade digital proporciona vantagens para escritórios e clientes. Para os escritórios, as principais vantagens são o aumento da produtividade, crescimento e maior qualidade dos serviços prestados. Crescimento e aumento da lucratividade foram as vantagens mais citadas para os clientes.

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2021)

Os estudos anteriores identificaram que a principal inovação na área contábil foi a adoção de sistemas informatizados. Esses sistemas permitem a integração de dados e desempenham um papel fundamental no processo de gestão e tomada de decisão.

3 Procedimentos Metodológicos

O presente estudo realizado é classificado como exploratório, pois busca obter uma compreensão preliminar e ajustar o instrumento de medida à realidade que se deseja investigar. Sua abordagem é qualitativa, mas a natureza exploratória permite combinar os benefícios de obter informações qualitativas com a possibilidade de quantificá-las posteriormente, ampliando a compreensão da realidade em questão.

Segundo OLIVEIRA (2000) o método qualitativo sempre foi considerado como exploratório e auxiliar na pesquisa científica, mensurando suas categorias e atributos, tais como: qualidade, atitudes, hábitos, entre outros. Já o método quantitativo mensura o objeto e está sempre associado à experimentação e manipulação de um objeto estudado em uma população ou universo.

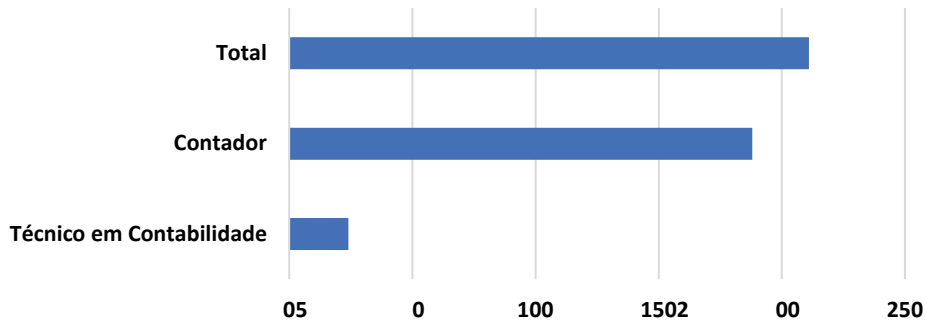
Consiste na revisão bibliográfica em selecionar materiais de leitura que contribuem para a análise, síntese e conclusão sobre a situação-problema (OLIVEIRA, 2000).

Para alcançar o objetivo da pesquisa, foi utilizado o método de coleta de dados. O questionário consistiu em 15 perguntas fechadas. A população pesquisada foi composta de 525.957 profissionais registrados no Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em junho de 2023. A amostra resultou com 211 respondentes, representando 0,4% da população. A coleta de dados iniciou-se no período de maio a junho de 2023, utilizando a plataforma Google Forms. As perguntas foram direcionadas de forma online através das redes sociais como: E-mail, Whatsapp, Facebook e a técnica de análise utilizada para os resultados foi a estatística descritiva.

4 Resultado e Análise

Os dados apresentados a seguir são resultado do questionário aplicado aos profissionais da contabilidade, conforme detalhado na metodologia aplicada. Por meio dessas informações, vamos analisar a percepção dos respondentes em relação ao uso da Inteligência Artificial (IA) nas suas atividades profissionais e a sua expectativa quanto ao futuro da profissão.

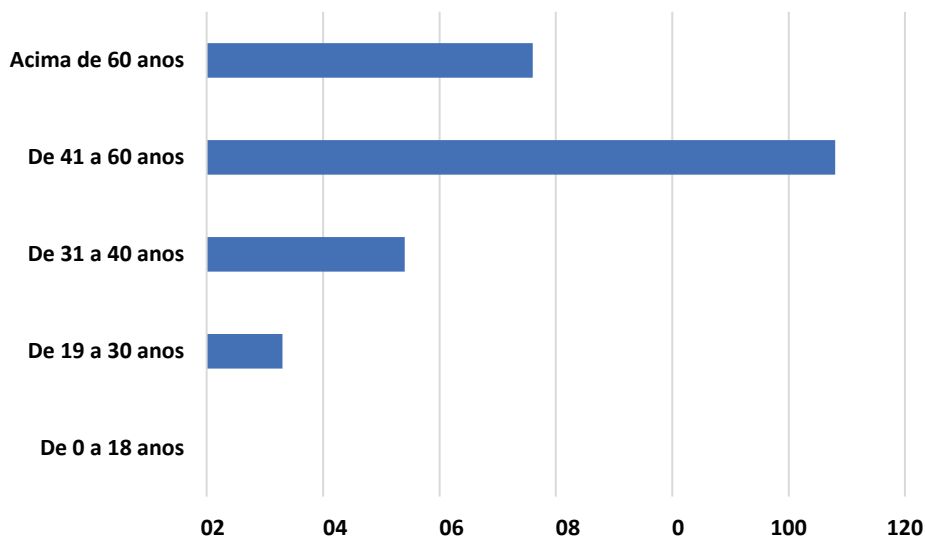
Figura 1. Perfil dos participantes da pesquisa



Fonte: elaborado pelas autoras

Quanto ao perfil dos participantes da pesquisa, 11,4% são técnicos em contabilidade, e 89,1% são contadores. Do total de respostas (211), 89,1% são do sexo masculino e 11,4% são do sexo feminino.

Figura 2. Idade dos respondentes

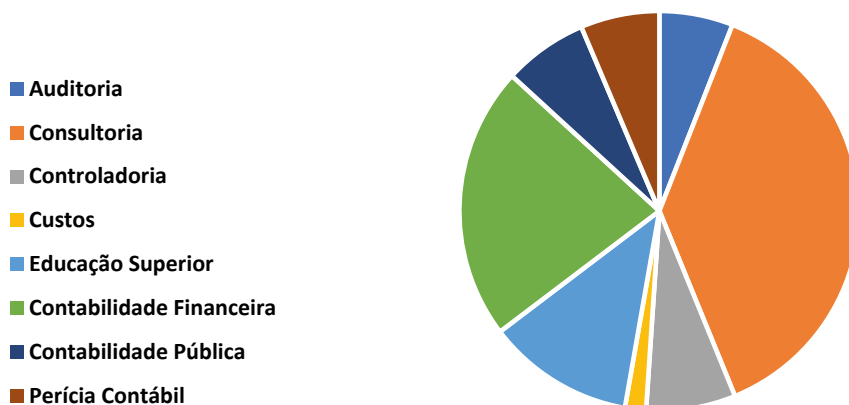


Fonte: elaborado pelas autoras

Em relação à faixa etária, a maioria dos participantes (51,2%) tem entre 41 e 60 anos. Os demais estão distribuídos da seguinte forma: 6,2% têm entre 19 e 30 anos, 16,1% têm entre 31 e 40 anos, 26,5% têm acima de 60 anos.

Foi também perguntada a localização geográfica dos respondentes. Eles estão distribuídos em diferentes estados brasileiros, com destaque para São Paulo (44,1%), Espírito Santo (13,3%), Minas Gerais (12,8%) e outras unidades federativas com menor representatividade.

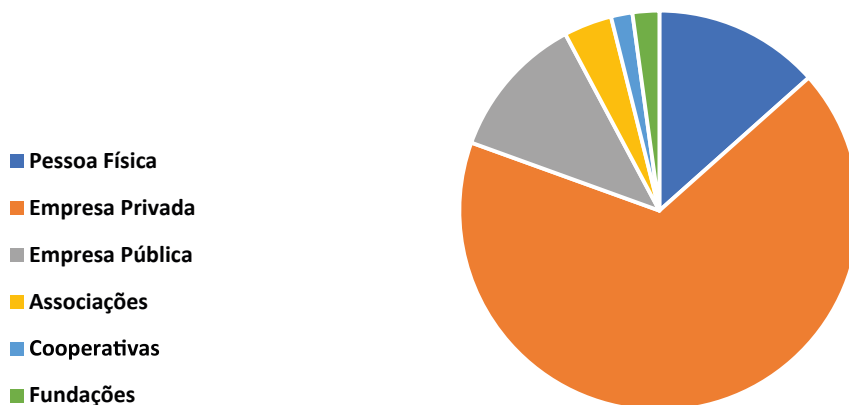
Figura 3. Área de atuação dos respondentes



Fonte: elaborado pelas autoras

Em relação à área de atuação, a maioria dos participantes (42,2%) está envolvida com consultoria. Outras áreas de atuação mencionadas incluem auditoria, educação superior em contabilidade, controladoria, custos, contabilidade financeira, contabilidade pública, perícia, entre outras. Neste questionamento, foi permitido assinalar mais de uma opção.

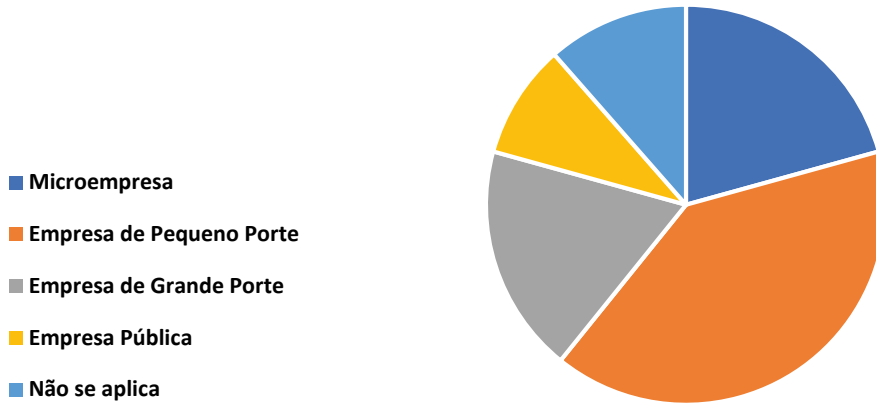
Figura 4. Entidade de atuação



Fonte: elaborado pelas autoras

Quanto ao tipo de entidade em que atuam, a maioria dos participantes (73,5%) está vinculada a empresas privadas. Além disso, há participantes que mencionaram atuar como pessoa física (autônomos), em empresas públicas, associações, cooperativas e fundações.

Figura 5. Porte da empresas no qual atua

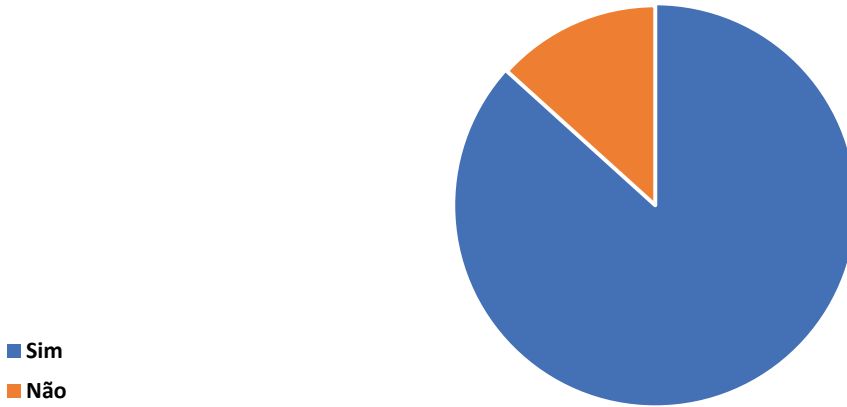


Fonte: elaborado pelas autoras

Quando questionados sobre o porte das empresas em que participam, 43,1% mencionaram estar em microempresas, 22,3% em empresas de pequeno porte, 19,9% em empresas de grande porte, 10% em empresas públicas, e 12,3% afirmaram que não se aplica.

A grande maioria dos participantes (94,8%) afirmou utilizar um sistema de contabilidade para facilitar o registro, controle e análise das transações financeiras e contábeis. Nesse contexto, questionou-se se os respondentes estão familiarizados com o termo “Inteligência Artificial”, e também se obteve a maioria das respostas afirmativas (87,8%); em contrapartida, 12,2% afirmaram não estar familiarizados.

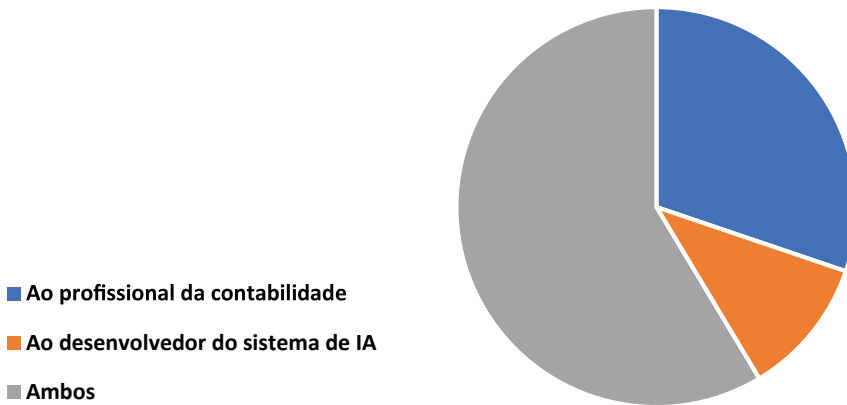
Figura 6. Impacto da IA de forma colaborativa e relevante para a profissão contábil?



Fonte: elaborado pelas autoras

Quanto ao impacto da IA na profissão contábil, 86,7% dos participantes consideram que essa tecnologia impacta a categoria, de forma colaborativa e relevante; outros 13,3% discordam desta afirmação.

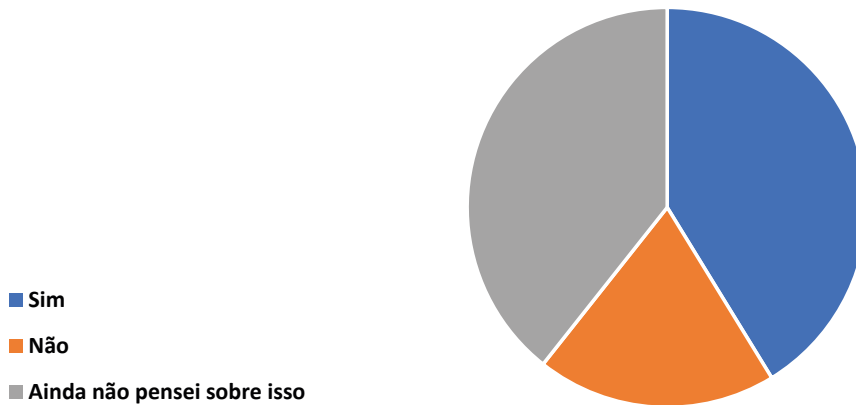
Figura 7. A responsabilidade por decisões tomadas por algoritmos de IA devem ser atribuídos:



Fonte: elaborado pelas autoras

Quanto à responsabilidade pelas decisões por algoritmos de IA, a maioria dos respondentes (58,6%) atribui essa responsabilidade ao profissional da contabilidade, enquanto 11,2% atribuem ao desenvolvedor do sistema de IA, e 30,2% não têm uma opinião definida.

Figura 8. Você se sente preparado para os desafios éticos e de privacidade inerentes ao uso da IA?



Fonte: elaborado pelas autoras

Por fim, questionados sobre os desafios éticos e de privacidade inerentes à utilização da IA, 41,2% responderam que sim, estão preparados. Outros 18,4% responderam que não estão preparados, e 39,3% ainda não pensaram sobre isso.

5 Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo obter informações sobre as perspectivas da profissão contábil, diante dos avanços tecnológicos com o uso da Inteligência Artificial, e identificar como isso pode afetar as suas atividades profissionais hoje e no futuro.

A análise dos resultados constata que os profissionais da área contábil estão passando por um processo de inovação e adaptação às demandas atuais, a fim de se manterem atualizados no mercado.

É possível observar que uma parcela reduzida dos profissionais que participaram desta pesquisa admite possuir um conhecimento considerado bom em tecnologias específicas para a contabilidade. E a maioria informou que está familiarizada com o termo Inteligência Artificial. Também reconhecem a importância da tecnologia nessa área e destacam que a responsabilidade pelas decisões por algoritmos de IA cabe ao profissional da contabilidade.

Outro aspecto observado nas referências bibliográficas é o destaque para as vantagens fornecidas pelas ferramentas tecnológicas para o profissional da contabilidade, como a agilidade na geração de informações, a segurança e a confiabilidade nas informações geradas, contribuindo positivamente para o desempenho das atividades profissionais.

Com relação às limitações desta pesquisa, destaca-se a amostra como um fator restritivo. Os profissionais respondentes são aqueles registrados no CFC e que receberam o pedido para participar da pesquisa por meio das redes sociais dos autores, que são de quatro estados diferentes da Federação, o que resultou em uma amostra de apenas 0,4% da população.

Como sugestões para pesquisas futuras, é recomendável realizar um estudo focado nos empresários, ou seja, naqueles que se utilizam das informações contábeis para embasar as suas decisões empresariais. O objetivo seria compreender o nível de conhecimento em tecnologia desses empresários e entender como a evolução tecnológica impactou a forma como eles tomam decisões e o quanto a contabilidade os auxilia.

Referências

ALVES, Alexandre de Villa; MARTINS, Vidigal Fernandes. Perspectivas atuais dos profissionais contábeis graduados entre 2013 e 2015 no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia em relação ao mercado de trabalho. **Revista Científica e-Locução**, v. 1, n. 13, p. 111-133, jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.faez.edu.br/index.php/e-Locucacao/article/view/6>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Dispõe sobre o exercício da profissão de contador no Brasil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, p. 7889, 28 maio 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9295-27-maio-1946-417535-publicacaooriginal-1-pe.html#>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). **Resolução-CFC nº 560, de 28 de outubro de 1983**. Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_560.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). **Resolução-CFC nº 1640, de 18 de novembro de 2021**. Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1640.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van; **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KAYA, Can Tansel; TURKYILMAZ, Mete; BIROL, Burcu. Impact of RPA technologies on accounting systems. **Muhasebe ve Finansman Dergisi Journal**, Istanbul, v. 82, p. 235-250, Apr. 2019. Disponível em: <https://dergipark.org.tr/tr/download/article-file/664207>. Acesso em: 10 fev. 2022.

LIMA, Douglas Alexandre Sampaio de; MACEDO, Maria Erilúcia Cruz. Controladoria: a relevância da tecnologia da informação na qualidade dos relatórios contábeis. **ID on line. Revista de Psicologia**, v. 12, n. 42, supl. 1, p. 688-702, 2018. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1467>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MCCOLLUM, Tim. Audit in an age of intelligent machines: already in use at many organizations, artificial intelligence is poised to transform the way business operates. **Internal Auditor**, v. 74, n. 6, p. 24-30, Dec. 2017. Disponível em: <https://internalauditor.theiia.org/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

OLIVEIRA, Claudionor dos Santos. **Metodologia científica**, planejamento e técnicas de pesquisa: uma visão holística do conhecimento humano. São Paulo: LTr, 2000. 122 p.

OLIVEIRA, Denis dos Reis; ÁVILA, Lucimar Antônio Cabral de. SPED - Sistema Público de Escrituração Digital: um estudo do nível de qualificação dos profissionais contábeis em uma cidade do estado de Minas Gerais. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 21, n. 1, p. 57-69, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/15694>. Acesso em: 10 fev. 2022.

OLIVEIRA, Israéllem Thamara de Souza. A tecnologia na área contábil: impacto empresarial. **Portal Contábeis**, São Paulo, 09 out. 2018. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/5036/a-tecnologica-na-areacontabil-impacto-empresarial/>. Acesso em: 02 set. 2019.

QUARESMA, Rui Filipe Cerqueira; CAPEÇA, Gilberto Moisés Moma; FIALHO, Ana. Relato financeiro eletrônico: as necessidades dos utilizadores no caso angolano. **Journal of Information Systems and Technology Management**, v. 14, n. 2, p. 133-149, May/Aug. 2017. Disponível em: <https://www.tecsi.org/jistem/index.php/jistem/article/view/10.4301%25S1807-17752017000200001>. Acesso em: 10 fev. 2022.

RAZAK, Siti Noor Azmawaty Abd; NOOR, Wan Nurul Basirah Wan Mohamad; JUSOH, Yusri Huzaimi Mat. Embracing digital economy: drivers, barriers and factors affecting digital transformation of accounting professionals. **International Journal of Advanced Research in Economics and Finance**, v. 3, n. 3, p. 63-71, Sept. 2021. Disponível em: <https://myjms.mohe.gov.my/index.php/ijaref/article/view/15086>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SANTOS, Emilaine Kullmann dos; KONZEN, Juliano. A percepção dos escritórios de contabilidade do Vale do Paranhana/RS e de São Francisco de Paula/RS sobre a contabilidade digital. **Revista Eletrônica do Curso de Ciências Contábeis**, v. 9, n. 2, p. 101-130, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/1614>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SANTOS, Flávia Costa. A contabilidade na era digital. **Anuário de Produções Acadêmico-científicas dos discentes da Faculdade Araguaia**, v. 4, n. 1, p. 103-120, dez. 2015. Disponível em: <https://sipe.uniaraguaia.edu.br/index.php/anuario/article/view/790>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SILVA FILHO, Gilberto Magalhães da; LEITE FILHO, Paulo Amilton Maia; PEREIRA, Tarso Rocha Lula. Sistema Público de Escrituração Digital: benefícios e dificuldades na visão dos operadores de contabilidade do município de João Pessoa. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 16, n. 3, p. 50-60, 2015. Disponível em: <https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/169>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SOUTO, W. Impacto da tecnologia na profissão do contador. Conferência Ensino Superior, Campinas, Unicamp, 2014.

SOUZA, Lieda Amaral; SILVA, Mykeila Janaina Pereira Batista Munay da; FERREIRA, Tarciana Aline Moraes Vieira. A aceitação da tecnologia da informação pela área contábil. **Sistemas & Gestão**, v. 12, n. 4, p. 516-524, dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistasg.uff.br/sg/article/view/1239>. Acesso em: 10 fev. 2022.

STODDER, David. **BI and Analytics in the age of AI and Big Data**. Série Best Practices Report, Q4. Woodland Hills, CA, EUA: TDWI, 2018. Disponível em: <https://www.oracle.com/a/ocom/docs/middleware/application-integration/tdwi-bp-report.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ZWIRTES, Adir; ALVES, Tiago Wickstrom. Os impactos causados pela inovação tecnológica nos escritórios de contabilidade do Rio Grande do Sul: uma análise de cluster. **Revista Contraponto**, v. 2, n. 2, out./nov. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/59929>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CAPÍTULO III

Empreendedorismo Feminino

Coordenadoras:
Raimunda da Luz Silva e Sandy Sena



CAPÍTULO III – Empreendedorismo Feminino

Gestão de Custos e Turismo Receptivo: Estudo de Caso de uma Agência de Turismo Receptivo do Município de Jijoca de Jericoacoara/CE

Rafaela Rodrigues de Araújo

Bacharela em Ciências Contábeis (Centro Universitário Fametro – Unifametro)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-2998-7918> | E-mail: rafaelardearaujo21@hotmail.com

Talyta Eduardo Oliveira

Doutora em Administração e Controladoria (Universidade Federal do Ceará – UFC)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5075-6752> | E-mail: talyta.oliveira@professor.unifametro.edu.br

Liliana Farias Lacerda

Doutora em Administração (Universidade do Estado do Amazonas – UEA)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-1576-8458> | E-mail: coodenacaocontabeis@unifametro.edu.br

Aline da Rocha Xavier

Mestra em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (Universidade Federal do Ceará – UFC)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-7459-8866> | E-mail: alineax7@gmail.com

Resumo

O presente artigo visa analisar a gestão de custos aplicada a uma agência de turismo receptivo de pequeno porte, atuante em Jijoca de Jericoacoara/CE. Para isso, com base em um estudo exploratório, analítico e descritivo, o presente trabalho utilizou-se de entrevista com abordagem qualitativa, buscando identificar os custos e produtos. O artigo lança mão de reflexões teóricas sobre os conceitos de turismo, turismo receptivo, gestão de custos e formação de preço. Os achados referentes à entrevista mostraram que a empresa não separava os serviços prestados, pois não dispõe de uma política de gestão de custos e, por isso, não consegue identificar os custos e as despesas referentes a cada produto, impossibilitando a análise sobre o que traz maior retorno. Ao observar as informações financeiras da empresa, constatou-se que um dos serviços prestados gera prejuízo, e a margem de contribuição daquele de preço menor gera o maior ganho entre as opções analisadas. Por fim, refletiu-se sobre a importância de categorizar os produtos e serviços prestados, destacando a relevância da gestão e do controle de custos para empresa de turismo receptivo.

Palavras-chave: Turismo Receptivo; Gestão de Custo; Formação de Preço.

1 Introdução

O turismo, enquanto atividade econômica consolidada e estruturada a partir de uma organização comercial, possui diversas definições, elaboradas no percurso de seu desenvolvimento. A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001) conceitua a atividade turística como o conjunto de atividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas situadas fora de seu ambiente habitual por um período inferior a um ano, por motivos de lazer, negócios, entre outros.

Segundo Aguiar (2016), a atividade turística pode ser entendida como um grande fluxo de visitantes à procura de destinos turísticos, independentemente da razão da viagem, com exceção de algumas categorias como imigrantes e trabalhadores. Ainda segundo Aguiar (2016), entende-se como atividade turística o movimento de pessoas que viajam dentro do seu próprio território. Em suma, o turismo ainda pode ser definido como um deslocamento, por vontade própria e por curto prazo definido, que não se relaciona diretamente ao lucro.

À luz dos conceitos acima mencionadas, constata-se que o turismo dispõe de inúmeras definições. Nessa conjuntura, é possível destacar a atividade turística como um sistema de serviços com finalidade única e exclusiva de planejamento, promoção e excursão de viagem, mediante uma infraestrutura adequada para atender ao desejo e/ou à necessidade das pessoas que adquirem os serviços sugeridos pelo amplo mercado. Embora se encontre diferentes conceitos de atividade turística, o intuito é conhecer os três aspectos básicos que compõem a estrutura do turismo: o físico, o tempo e o indivíduo (SANTOS, 2016).

No mesmo sentido, Martinez (2020) aponta que o turismo se consolidou como uma das principais atividades econômicas do mundo contemporâneo e pode ser explorado em diversos ambientes. É possível encontrar atividade turística em diferentes contextos, como por exemplo: rotas de turismo religioso, turismo de lazer, turismo ecológico, entre outros. É importante salientar que a atividade turística não pode ser dissociada do contexto social, pois também é compreendida como prática cultural de um povo.

Ademais, o custeio econômico da atividade turística movimenta uma diversa cadeia produtiva, que envolve os setores de transporte, hotelaria e gastronomia, bem como movimenta segmentos de entretenimento e pequenos comércios (SAMPAIO, 2010).

É possível observar, a partir disso, que o turismo capitaliza uma série de microeconomias em uma relação de dependência, ou seja, a saúde financeira da empresa de turismo está intrinsecamente relacionada à saúde financeira das empresas que estão circunscritas nesse ciclo produtivo.

Nesse sentido, considerando as relações de dependência entre as economias envolvidas na cadeia do turismo, a gestão de custos torna-se ferramenta imprescindível para a manutenção da excelência do serviço. De acordo com Francisco (2020), a gestão de custos é fundamental para auxiliar na gestão e formação de preço, bem como na manutenção da competitividade da empresa; nesse sentido, objetiva o uso eficiente dos recursos disponíveis

e fornece informações utilizadas na produção, no controle de estoque e serviços, na avaliação de resultados e na formação de preço. Trata-se, portanto, de uma ferramenta que visa à melhoria da operação, fazendo com que a empresa se mantenha no mercado.

Do mesmo modo, a formação de preço auxilia na busca de meios para maximização dos lucros, tendo em vista que a dinâmica do mercado competitivo não permite aumentos nos preços constantemente. Nesse sentido, a estratégia de formação de preço é fundamental para a viabilidade econômica do negócio e, portanto, para a manutenção da qualidade de seus produtos e serviços (JUNG; DALLA'GNOLL, 2016).

Pelo exposto, é possível compreender o turismo receptivo como parte da cadeia produtiva que envolve o setor. De acordo com a análise turística do Centro Histórico de Natal/RN, a partir do serviço de turismo receptivo, Oliveira (2019) destaca o importante papel do turismo receptivo na divulgação e (des)valorização dos elementos de exploração turística local, pois é a partir delas que há a comunicação mais direta com os clientes e a apresentação das possibilidades e atratividades que um destino pode ofertar.

De acordo com Candioto (2012), o turismo receptivo caracteriza-se pela prestação de serviços de traslado, passeios, excursões locais, reservas de hotéis, shows, entre outros. Os principais meios de venda são operadoras turísticas, agências de turismo e outros canais de distribuição.

Dessa maneira, partindo de um estudo expositivo, analítico e descritivo, o presente trabalho utilizou-se da trajetória e dos relatos da pesquisadora, tendo como ponto de partida as seguintes perguntas-problema: Como é feita a gestão de custos no local escolhido para o estudo, quanto ao controle dos custos, das despesas e da precificação? Como esta pode ser melhorada?

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a gestão de custos na agência de turismo receptivo de pequeno porte que atua no município de Jijoca de Jericoacoara/CE e propor melhorias a partir do diagnóstico obtido. Quanto aos objetivos específicos, buscou-se: 1) identificar os custos para a prestação dos serviços ofertados pela empresa; 2) identificar a metodologia de precificação adotada pela empresa; e 3) analisar o impacto da gerência dos custos no processo de formação dos preços praticados pela empresa.

Quanto ao percurso metodológico, esta pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, a qual se preocupa em conhecer a realidade segundo a perspectiva daqueles que vivenciam a realidade investigada, sem medir ou utilizar elementos estatísticos para análise dos dados (ZANELLA, 2013). Para tanto, utilizou-se, como ponto de partida, a revisão bibliográfica como forma de referenciar, de modo genérico, as fontes que serviram de sustentação para as discussões sobre turismo receptivo, gestão de custos e formação de preços. Para fins didáticos, o presente artigo encontra-se dividido, após esta introdução, em quatro seções. Na primeira seção, são feitas algumas reflexões teóricas, na qual há a discussão sobre turismo, turismo receptivo, gestão de custos e formação de preços.

A segunda seção aborda o percurso metodológico e elenca os objetivos geral e específicos, bem como o método para a coleta de dados. Já a terceira seção contempla a análise das ferramentas de gestão de custos adotadas e a discussão sobre as implicações de seu uso para a formação de preços da empresa. Por fim, com base nas análises, lançou-se às considerações finais, em que são expostas as reflexões sobre as implicações da gestão de custos na formação de preços, refletindo sobre sua relevância para o desenvolvimento da atividade empresarial no contexto administrativo.

2 Referencial Teórico

A presente seção aborda algumas reflexões teóricas sobre os conceitos de turismo, turismo receptivo, gestão de custos e formação de preços, buscando discutir tais conceitos a partir de estudos acadêmicos, como base das discussões propostas por este artigo.

2.1 Modernização do setor turístico

A atividade turística enquanto economia produtiva se consolida no período moderno, acompanhando o processo de desenvolvimento das indústrias no mundo. A partir disso, as estruturas de mobilidade passam por grandes transformações para atender ao novo fluxo de mercadorias em transporte.

Com a modernização das estruturas de transporte de cargas, o transporte de pessoas também passa por inovações que potencializam a atividade turística no mundo. Com o advento da tecnologia, no contexto de globalização e de democratização da internet, é possível observar o estreitamento das distâncias e a aproximação entre países, pessoas e culturas (SOARES, 2007; SILVA, 2004).

O impacto dos processos de modernização do mercado ressignificou o setor turístico de forma exponencial (SOARES, 2007). Nos últimos anos, o turismo se consolida como atividade produtiva de grande relevância para a economia das cidades brasileiras e, devido à sua importante contribuição, tem conquistado notório espaço entre as políticas de incentivo destinadas ao setor no país.

Dentre as ações públicas de impulso ao desenvolvimento do turismo, estão as estratégias de investimentos em infraestrutura, financiamento de obras, liberação de linhas de créditos, financiamentos e incentivos fiscais e campanhas publicitárias, como forma de fortalecer o mercado interno (D'AGOSTINI; ABASCAL, 2016).

Em suma, é possível perceber a trajetória da consolidação da atividade turística no âmbito da economia, considerando que suas fases estiveram relacionadas aos marcos de modernização da sociedade. Decerto, o turismo, como atividade humana, segue os padrões de desenvolvimento da sociedade.

Diante disso, é possível afirmar que a atividade turística está profundamente relacionada a questões históricas, sociais e culturais (MARTINEZ, 2020), de forma que não é possível desvincular turismo e sociedade.

2.2 Turismo receptivo

O turismo receptivo é uma forma de turismo voltada à prestação de serviços turísticos, que visa atender às necessidades das pessoas que adquirem pacotes turísticos ou viajam a negócios e precisam de suporte de deslocamento durante sua estadia (CANDIOTO, 2012 *apud* OLIVEIRA, 2019).

Assim, pode-se afirmar que o turismo receptivo é o serviço turístico que recebe e apresenta aos viajantes os pontos turísticos do destino escolhido.

Nesse sentido, as agências que atuam no segmento do turismo receptivo exercem um papel fundamental no turismo do país, pois elas são responsáveis por apresentar pontos turísticos do local, hotelaria, atrativos gastronômicos, além de serviços de lazer e entretenimento, primando por bem-estar, satisfação e segurança dos excursionistas durante o período de seu passeio (PAZINI; BRAGA; GÂNDARA, 2017 *apud* OLIVEIRA, 2019).

2.3 Gestão de custos e formação do preço

A gestão de custos, segundo Soares e Brandão (2021), é o gerenciamento de todos os gastos e investimentos financeiros que compõem a atividade empreendedora, para que haja um controle a curto, médio e longo prazo do sistema financeiro da empresa. Ainda segundo Soares e Brandão (2021), com base na hotelaria, o gerenciamento do custo auxilia na formação de preço, na tomada de decisão e na redução dos custos dos produtos e serviços que a empresa busca ofertar. Nesse sentido, os autores ressaltam que:

Diversas ferramentas de gestão de custos podem ser utilizadas por gestores em empreendimentos hoteleiros para auxílio das tomadas de decisões, tais como controle de custos, métodos de custeio, análise do ponto de equilíbrio e da margem de contribuição e metodologias de formação de preço de venda baseado nos custos (SOARES; BRANDÃO, 2021, p. 4).

Dentre as inúmeras formas de custeio, é possível destacar o custeio por absorção, que consiste “na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e só os de produção; todos os gastos relativos ao esforço de produção são distribuídos para todos os produtos ou serviços feitos” (MARTINS, 2010, p. 24)

Em outras palavras, o custeio por absorção é a incorporação de todos os custos de produção ao valor do produto ou do serviço. Tais custos podem ser categorizados como: fixos, quando independem da variação no volume de produção ou de venda; variáveis, ou seja, que oscilam conforme o volume de produção, venda e serviço; diretos, quando necessários à produção ou prestação de serviço; e indiretos, que consistem no custo gasto, porém imensurável.

Por outro lado, o custeio variável classifica-se como “parte do princípio de que um produto, uma mercadoria ou um serviço são responsáveis apenas pelos custos e pelas despesas variáveis que geram” (BERTÓ; BEULKE, 2011, p. 34).

Em outras palavras, o custeio variável é influenciado pelo volume ou pela queda da produtividade do empreendimento, da venda ou da prestação de serviço, ou seja, só ocorre custeio variável se houver oscilação no custo de produção.

Observa-se, a partir disso, que a gestão de custos é fundamental para o sistema de formação de preços de um serviço ou produto. A margem de contribuição e o ponto de equilíbrio são mecanismos de análise de custos e gerenciamento de receitas e, juntos, auxiliam a empresa na projeção da participação de cada produto no pagamento das despesas fixas e na determinação do volume de vendas ideal para que a empresa possa custear sua produção e efetuar pagamentos a terceiros (MARTINS, 2010; BRUNI, 2012).

No mesmo sentido, a gestão de custos contribui para a formação do preço de um produto ou serviço, auxiliando a precificação correta, que é fundamental para possibilitar a maximização dos lucros e, assim, propiciar a manutenção das instalações, a funcionalidade da empresa de modo geral e a manutenção do custo de produção.

3 Metodologia

O presente trabalho fundamenta-se a partir de um estudo descritivo, que, para Gil (2008, p. 28), “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Nesse sentido, o trabalho descreve a empresa escolhida como objeto deste estudo, observando a organização da gerência dos custos e os serviços oferecidos pela empresa e sua estrutura administrativa.

Para debruçar-se sobre a análise das ferramentas da gestão de custos e seus impactos na gerência da precificação dos serviços ofertados na empresa escolhida como cenário de estudo, recorre-se ao método de estudo de caso que, segundo Zannela (2013), consiste em um estudo exaustivo de um ou poucos objetos de pesquisa, de maneira a permitir o aprofundamento do seu conhecimento e pequena amplitude, pois procuram conhecer a realidade de um indivíduo, de um grupo de pessoas, de uma ou mais organizações em profundidade.

O caso investigado tem como objeto central de estudo uma empresa de turismo receptivo que atua na região da Vila de Jericoacoara, no município de Jijoca de Jericoacoara/CE.

A coleta de dados para a análise das ferramentas para gestão de custos da agência e seus impactos na formação dos preços praticados por ela foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada sobre o funcionamento e organização da empresa.

A entrevista foi realizada no dia 4 de abril de 2022, com um dos proprietários da empresa; posteriormente, procedeu-se à análise do relatório administrativo referente ao período de janeiro de 2022, o que qualifica o presente estudo como pesquisa documental. A seguir, apresenta-se o roteiro de perguntas elaboradas para a entrevista.

Quadro 1. Roteiro de entrevista

Como se deu o surgimento da empresa?
Quais são os serviços oferecidos pela empresa?
A empresa faz controle de quantidade e tipo de serviço prestado?
Quais custos da empresa e como é feita a gestão de custos?
Como é feita a precificação dos serviços?
A empresa usa a gestão de custos para formação do preço de venda?

Fonte: elaborado pelos autores (2022)

Após a coleta dos dados, prosseguiu-se às análises. Para isso, com base na abordagem qualitativa – que se caracteriza, “em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados” (ZANELLA, 2013, p. 35) – buscou-se identificar os custos e as despesas da empresa. Feito isso, foram analisados os custos e, por fim, as ferramentas para a gestão dos custos e suas implicações no processo de precificação dos serviços prestados pela empresa.

4 Análise dos Resultados

4.1 Caracterização do local de pesquisa

A agência de turismo iniciou suas atividades em meados de 2017, ante a oportunidade de ofertar o serviço de turismo receptivo na região de Jericoacoara. A empresa disponibiliza *transfer* em realizado em veículo 4x4, ou seja, faz o traslado do turista no trajeto entre o ponto de desembarque, em Fortaleza, e o destino, em Jericoacoara, no hotel onde se hospedará.

Além do serviço, a agência oferece ainda passeios com *buggies* – o próprio cliente pode pilotá-los e seguir pelos pontos turísticos da região. A empresa ainda disponibiliza o retorno do contratante a Fortaleza.

4.2 Serviços prestados, controle de preço e venda

A agência tem, em seu portfólio de serviços, opções de *transfer* e passeios, que podem ser compartilhados ou privativos, em que o cliente reserva o transporte unicamente para seu percurso. Há veículos com capacidade para até 4 passageiros, ou automóveis para 5 e 6 pessoas, para passeios com duração de 4h30min.

Para o *transfer* compartilhado, existem algumas especificidades: a agência só fecha esse *transfer* para 2 passageiros quando ambos compartilham o traslado com mais passageiros. Essa modalidade possui algumas restrições quanto ao horário, previsto entre 7h e 17h, com uma tolerância de até 2h para juntar os passageiros. O transporte pode ser compartilhado em veículo com capacidade de até 6 pessoas. Esse serviço é realizado tanto de Fortaleza a Jericoacoara como de Jericoacoara a Fortaleza.

Além do *transfer* acima descrito, a agência também executa os serviços de *transfer* com saída do aeroporto regional de Jericoacoara, em modalidade privativa. O deslocamento é agendado conforme os horários do voo, com percurso de duração média de 1h por trecho, feito em veículos 4x4 com capacidade para 4, 5 ou 6 pessoas. A empresa oferece ainda os serviços de passeios com *buggies* ou quadriciclos – estes, por sua vez, não podem ser compartilhados, somente privativos.

Os passeios abrangem os litorais leste e oeste, e são feitos com veículos tipo *buggy*, quadriciclo, Hilux jardineira e Hilux SW4, com duração de 6h, em média, para cada litoral. O cliente escolhe o roteiro desejado.

Dentre os destinos mais procurados, destacam-se: Pedra Furada, Árvore da Preguiça, Buraco Azul, Lagoa do Paraíso e Lagoa do Amanso. Esse roteiro, denominado litoral leste e litoral oeste, que inclui: travessia do rio Guariú, passeio ecológico do cavalo marinho, passeio pelo mangue seco, passeios pelas dunas e lagoa de Tatajuba.

Existem algumas distinções entre o passeio no quadriciclo e aquele realizado nos demais veículos. O passeio tradicional inclui um guia turístico que conduz o veículo e apresenta os pontos turísticos aos visitantes. Já no quadriciclo, o veículo é pilotado pelo próprio turista, e um guia conduz os turistas aos pontos escolhidos.

Vale ressaltar que, quando o cliente entra em contato com a agência para adquirir algum de seus serviços, ele pode optar por contratar apenas o serviço de *transfer*, apenas o serviço de passeio, ou o pacote de *transfer* e passeios.

Após a finalização da reserva, o controle das vendas é feito por meio de um programa on-line em que são registradas as reservas e emitidos os *vouchers* enviados aos clientes. Mediante esse programa, é possível controlar as disponibilidades de dias e veículos, para controlar as vendas e reservas já finalizadas.

Observa-se que os preços dos passeios são fixados com base no preço da concorrência, ou seja, com base exclusivamente no mercado, sem considerar os custos do serviço. Verificou-se também que os gestores não monitoravam os custos do serviço;

as compras são controladas por um *software*. A falta de controle impedia os gestores de identificar o resultado bruto gerado pelos serviços prestados.

A agência apresenta diversos serviços, desde o *transfer* do aeroporto da capital até Jericoacoara e serviços de passeios em Jericoacoara. Durante o processo de pesquisa, foi sugerido um controle dos custos da operação para que os gestores observassem e reconhecessem os custos da prestação de serviço. Para delimitação da pesquisa, o foco foi o passeio turístico.

4.3 Identificação de custos e despesas da prestação de serviço de passeio turístico

Em seu quadro de funcionários, a agência dispõe de: 1) um vendedor, responsável pelo atendimento, pela organização das reservas e do financeiro e pelo suporte ao cliente; 2) um funcionário responsável pela logística e pelo sistema de controle; e 3) três motoristas prestadores de serviços, que executam os deslocamentos no veículo da empresa, e motoristas que possuem seu próprio automóvel.

A empresa conta com três carros próprios para o serviço de *transfer*. Para os passeios turísticos, *buggies* e quadriciclos são terceirizados por outras empresas, assim como os guias turísticos, que são profissionais da própria região de Jericoacoara. Na Tabela 1, é possível observar os custos com motoristas utilizando os carros da agência.

Tabela 1. Custo direto com terceirização por tipo de passeio

Passeios	Valor
Passeio 1 – Buggy, Leste e Oeste	R\$ 700,00
Passeio 2 – Quadriciclo, Leste e Oeste	R\$ 800,00
Passeio 3 – Jardineira, Leste e Oeste	R\$ 1.100,00
Passeio 4 – SW4, Leste e Oeste	R\$ 1.300,00

Fonte: elaborada pelos autores (2022)

O passeio 4 é o mais oneroso. O passeio 1 é o de menor preço em relação aos custos dos demais.

4.4 Análise da gestão de custos e formação do preço

Os serviços ofertados pela agência são divididos pela capacidade de cada veículo, conforme exposto na Tabela 2.

Tabela 2. Custo x Preço de Venda

Passeios	Capacidade do Veículo	Preço de Venda	Custo	Margem de Contribuição com base nos custos
Passeio 1 – Buggy, Leste e Oeste	4 pessoas	R\$ 1.100,00	R\$ 700,00	R\$ 400,00
Passeio 2 – Quadriciclo, Leste e Oeste	2 pessoas	R\$ 1.200,00	R\$ 800,00	R\$ 400,00
Passeio 3 – Jardineira, Leste e Oeste	10 pessoas	R\$ 1.300,00	R\$ 1.100,00	R\$ 200,00
Passeio 4 – SW4, Leste e Oeste	6 pessoas	R\$ 1.400,00	R\$ 1.300,00	R\$ 100,00

Fonte: elaborada pelos autores (2022)

Em análise à Tabela 2, verifica-se que o Passeio 1 e 2 têm a mesma margem de contribuição, considerando apenas os custos diretos e variáveis ao passeio. Há menor margem de contribuição no passeio 4, que utiliza a SW4 e pode levar 6 pessoas.

Quanto às despesas, tem-se que os gastos identificados para que a agência tenha condições de executar seus serviços são: um vendedor de atendimento e suporte ao cliente, que também cuida do financeiro e emissão das reservas. Este profissional tem salário mínimo, fixo, e recebe comissão de 10% por passeio vendido, o que representa uma despesa variável. O responsável pela logística e pelo sistema de controle dos veículos da agência recebe salário mínimo, fixo. A Tabela 3 apresenta a margem de contribuição por passeio, considerando as despesas fixas e variáveis.

Tabela 3. Margem de contribuição por passeio, considerando despesas variáveis

Passeios	Capacidade do Veículo	Preço de Venda	Custo	Despesas variáveis	Margem de Contribuição
Passeio 1 – Buggy, Leste e Oeste	4 pessoas	R\$ 1.100,00	R\$ 700,00	R\$ 110,00	R\$ 290,00
Passeio 2 – Quadriciclo, Leste e Oeste	2 pessoas	R\$ 1.200,00	R\$ 800,00	R\$ 120,00	R\$ 280,00
Passeio 3 – Jardineira, Leste e Oeste	10 pessoas	R\$ 1.300,00	R\$ 1.100,00	R\$ 130,00	R\$ 70,00
Passeio 4 – SW4, Leste e Oeste	6 pessoas	R\$ 1.400,00	R\$ 1.300,00	R\$ 140,00	-R\$ 40,00

Fonte: elaborada pelos autores (2022)

Adicionou-se à Tabela 3 as despesas variáveis referentes às vendas dos itens. Especificamente, ao inserir os gastos com a venda do serviço, a margem de contribuição reduziu. Anteriormente, considerando apenas os custos variáveis, os passeios 1 e 2 ofereciam a

mesma margem de contribuição. O passeio 1 apresenta a melhor margem de contribuição dos serviços oferecidos.

A margem de contribuição do passeio 2 reduziu de R\$400 para R\$280. A margem de contribuição do passeio 3 reduziu de R\$200 para R\$ 70. Por último, o passeio 4, considerando apenas os custos variáveis, apresentava uma margem de contribuição de R\$100. Após considerar as despesas fixas, a margem de contribuição ficou negativa, o que mostra que o serviço prestado não é capaz de gerar resultado positivo.

4.5 Proposta de controle voltada a formação de preço, venda, custo e despesa

Conforme constatado em análise feita com base nas informações coletadas nas entrevistas com os donos da agência, verificou-se que a empresa não tinha controle sobre a quantidade de serviços prestados – só os classificava como *transfer* e passeios.

Os donos ponderavam o que seria mais viável: terceirizar o serviço ou comprar a própria frota de veículos de passeios. A análise se tornava difícil, exatamente devido à impossibilidade de se estabelecer a margem de contribuição dos serviços prestados, como a quantidade por tipo de passeio no período analisado e outras informações relevantes que não foram repassadas e, dessa forma, não se obteve subsídios para afirmar qual a melhor opção.

A taxa média de reservas está em torno de 80% da disponibilidade, levando em consideração a alta temporada. O método de formação de preços proposto para a agência que anteriormente utilizava o preço de venda apenas pelo praticado no mercado, seria a estratégia mista de custos, concorrentes e mercado (LUNKES, 2009).

Por meio da análise dos custos e do resultado do ano anterior, estabelece-se o custo unitário esperado (por viagem) e acrescenta-se a este uma margem de lucro desejada, método de formação de preço baseada no custo denominada de *mark-up* (MARTINS, 2010). Esse preço seria uma referência sujeita a reajustes, dependendo das condições de mercado, preço praticado por concorrentes e negociação específica com os clientes.

5 Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo geral analisar a gestão de custos em uma agência de turismo receptivo de pequeno porte, localizada em Jijoca de Jericoacoara/CE. Inicialmente, observou-se que a empresa não tinha controle da quantidade de serviços que prestava, indicando deficiência em controle.

Identificou-se também que a empresa não conseguia decidir se era melhor investir em veículos próprios para prestar o serviço de passeio ou se continuava terceirizando o serviço.

Após a entrevista, a empresa foi estimulada a detalhar as possibilidades de serviços a serem prestados e seus respectivos custos, despesas e margem de contribuição, a fim de definir se é viável investir em carros próprios para tirar o custo da terceirização do serviço de passeio, observar qual o passeio deve ter sua venda incentivada e precificar o produto.

A empresa não categorizava os passeios prestados. Após a identificação da cartela de serviços disponibilizados, em formato de controle, e a identificação de seus custos, os gestores definiram os serviços mais e menos rentáveis e, assim, já sinalizaram quais deles devem ser estimulados. Verificou-se que o serviço mais caro gera menor retorno para a empresa, e o serviço de menor preço gera o maior retorno dos serviços de passeio ofertados.

Conclui-se que a empresa não tinha uma gestão de custos, apresentava dificuldades em detalhar os serviços e produtos negociados e, conseqüentemente, tinha dificuldade em estipular os custos. Durante o processo de pesquisa, observou-se uma melhor organização e identificação dos serviços disponibilizados, o que destaca a relevância de gestão e controle de custos para empresa de turismo receptivo, bem como da categorização dos produtos e serviços prestados.

Referências

AGUIAR, Milena Vasconcelos de. **Turismo**: alguns aspectos para Região Nordeste e Ceará. Orientadora: Ana Maria de Carvalho Fontenele. 2016. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/35458>. Acesso em: 20 maio 2023.

BERTÓ, Dalvio José; BEULKE, Rolando. **Gestão de custos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2013.

BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BRUNI, Adriano Leal. **A administração de custos, preços e lucros com aplicações na calculadora HP 12c e Excel**. São Paulo: Atlas, 2006. (Série Desvendando as finanças, v. 5).

CANDIOTO, Marcela Ferraz. **Agências de turismo no Brasil**: embarque imediato pelo portão dos desafios. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2012. (Coleção Eduardo Sanovicz de Turismo, 2. fase. Autores brasileiros)

D'AGOSTINI, Fernanda Figueiredo; ABASCAL, Eunice Helena Sguizzardi. Turismo e desenvolvimento local. In: COLÓQUIO BRASIL-PORTUGAL: ESTRATÉGIAS DE PROJETO E INTERVENÇÃO NAS METRÓPOLES CONTEMPORÂNEAS: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS, 4., 2016, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: Editora Mackenzie, 2016. p. 1-14. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/62/ARQUIVOS/PUBLIC/SITES/PORTAL/IV_COLOQUIO_BRASIL-PORTUGAL/10.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

FRANCISCO FILHO, Valter Pereira. **Gestão de custos**. 1. ed. Curitiba: Contentus, 2020. 96 p.

JUNG, Patrícia; DALL'AGNOL, Roberto M. Formação de preços em hotelaria: um estudo de caso. **Turismo, Visão e Ação**, Itajaí, v. 18, n. 1, p. 106-133, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2610/261056059006.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.

- MARTINEZ, Daniela Rollemberg Lopez. **Ambientalização curricular dos cursos profissionalizantes do turismo receptivo em Sergipe**. Orientadora: Marina de Souza Sartore. 2020. 422 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/12760>. Acesso em: 21 maio 2023.
- MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MEGLIORINI, Evandir. **Custos: análise e gestão**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.
- OLIVEIRA, Ana Maria Diniz de. **Turismo no centro histórico de Natal-RN: o olhar de agências de turismo receptivo**. Orientador: Michel Jairo Vieira Araújo da Silva. 2019. 44 f. Monografia (Graduação em Turismo) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/37632>. Acesso em: 21 maio 2023.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). **Introdução ao turismo**. Tradução: Dolores Martin Rodriguez Corner. São Paulo: Roca, 2001.
- PANAZZOLO, Flávia de Brito. Turismo de massa: um breve resgate histórico e a sua importância no contexto atual. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 3., 2005, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos** [...]. Caxias do Sul, RS: UCS, 2005. p. [1-13]. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt8-turismo-de-massa.pdf>. Acesso em: 22 maio 2023.
- PAZINI, Raquel; BRAGA, Débora Cordeiro; GÂNDARA, José Manoel Gonçalves. A importância do guia de turismo na experiência turística: da teoria à prática das agências de receptivo de Curitiba-PR. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 162-182, ago. 2017. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1269>. Acesso em: 21 maio 2023.
- RABAHY, Wilson Abrahão. Análise e perspectivas do turismo no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 1-13, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1903>. Acesso em: 20 maio 2023.
- SAMPAIO, Francisco. A gastronomia como produto turístico. **Exedra: Revista Científica**, Coimbra, n. Turismo e Património, p. 119-134, 2009. Disponível em: <http://exedra.esec.pt/docs/S-tur/06-sampaio-134.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.
- ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. reimpr. Florianópolis, SC: UFSC, 2013.

Processo Automatizado de Suporte à Decisão para Planejamento Tributário das Empresas de Pequeno Porte do Grupo de Clientes da Empresa Finanza – Consultoria & Contabilidade

Maria Dorgivânia Arraes Barbará

Pós-graduada em Planejamento Tributário (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)
Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-5668-412X> | E-mail: finanza@finanza.cnt.br

Resumo

O sistema tributário brasileiro é um dos mais complexos do mundo e detém uma das tarifas mais altas, o que gera extrema dificuldade na interpretação das regras federais, estaduais e municipais. Este trabalho tem por objetivo geral propor um processo automatizado que consolide as informações necessárias no processo planejamento tributário do portfólio de clientes de empresas contábeis, com a indicação da opção e do regime tributário de menor impacto financeiro, individualmente e em grupo consolidado, que apoie e traga celeridade, segurança e assertividade na tomada de decisão do contador. Nesse primeiro momento, a ferramenta apenas concentra informações, mas futuramente poderá analisá-las e apresentar sugestões ao contador. A tomada de decisão será feita pelo profissional da contabilidade. Dentre os resultados obtidos, a transformação digital aporta a substituir as atividades manuais e que consomem muito tempo dos profissionais da contabilidade, permitindo que estes atuem de forma mais analítica. O contador deve ser um profissional mais ativo nas ações e tomadas de decisões mais estratégicas dentro das organizações empresariais. O trabalho apresenta o potencial da solução adotada, contudo, mostra também pontos de melhorias e limitações.

Palavras-chave: Processo Automatizado; Tomada de Decisão; Planejamento Tributário.

1 Introdução

O sistema tributário brasileiro é um dos mais complexos do mundo e detém uma das tarifas mais altas, o que gera extrema dificuldade na interpretação das regras federais, estaduais e municipais.

No Brasil, o governo oferece três formas de tributar empresas – Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real – e duas formas de regime tributário – Competência e Caixa. O planejamento tributário é uma importante ferramenta para redução da carga tributária das micro, pequenas e médias empresas.

Um processo automatizado, por certo, seria de grande valia para seus usuários e poderia se transformar em uma ferramenta facilmente parametrizável para adequação e integração aos sistemas tributários em vigor no Brasil, deve automaticamente enquadrar as empresas na opção tributária mais adequada, de acordo com atividade empresarial, faturamento, custos, despesas, sócios envolvidos em comum, e deve possuir flexibilidade para representar as peculiaridades do negócio.

Pretende-se com o desenvolvimento e implantação desse processo automatizado a integração de diversas empresas do mesmo grupo empresarial, com CNPJs (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) distintos, cadastradas no sistema da empresa contábil FINANZA-Consultoria & Contabilidade, gerar relatórios individualizados e/ou agrupados, com celeridade e segurança para tomada de decisão da menor carga tributária para o exercício seguinte.

O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), o IOB on-line e o site da Receita Federal do Brasil (www.gov.br) disponibilizam materiais de pesquisa e legislação comentada que embasarão conceitos importantes deste trabalho.

Portanto, este trabalho tem por objetivo geral propor um processo automatizado que consolide as informações necessárias no processo planejamento tributário do portfólio de clientes de empresas contábeis, com a indicação da opção e regime tributário de menor impacto financeiro, individualmente e em grupo consolidado, que apoie e traga celeridade, segurança e assertividade na tomada de decisão do contador. Nesse primeiro momento, a ferramenta concentrará informações e, futuramente, poderá analisá-las e apresentar sugestões ao contador. A tomada de decisão será feita pelo profissional da contabilidade.

Elencam-se, portanto, os seguintes objetivos específicos: propor um processo automatizado intuitivo, prático e confiável, que reúna informações para análise dos dados dos clientes da empresa contábil Finanza – Consultoria & Contabilidade; construir um processo automatizado de suporte à decisão para planejamento tributário a ser utilizado pelos profissionais da contabilidade da empresa Finanza – Consultoria & Contabilidade para tomada de decisão da opção tributária com menor impacto financeiro aos clientes do seu portfólio; apresentar em tela da ferramenta os planejamentos mediante *dashboards* de atendimento para saber se sócio em comum (CPF) ou grupo familiar/econômico;

relacionar documentos e relatórios contábeis necessários à realização do planejamento tributário utilizando o processo automatizado de suporte à tomada de decisão.

2 Revisão Bibliográfica

2.1 Planejamento tributário

De acordo Silva e Coutinho (2019), o planejamento tributário tem como objetivo reduzir o montante dos tributos recolhidos antes da ocorrência do seu fato gerador. Em razão de sua aplicação, o profissional da contabilidade é responsável por elaborar este planejamento, tendo em vista o conhecimento necessário que pode auxiliar na tomada de decisão.

Vello et al. (2014) explicam, no seu trabalho, que gestão tributária talvez possa incrementar o arsenal de competitividade das organizações modernas, como ferramenta importante ao planejamento estratégico das firmas, tendo em vista o oneroso custo tributário atual e, ainda, uma fiscalização cada vez mais ativa, aparelhada e eficiente. Ainda carecem de estudos que tragam mais esclarecimentos sobre as consequências dessa prática às empresas.

De acordo com Siqueira et al. (2011), a redução dos custos é uma necessidade constante em todas as empresas brasileiras, visto que tais instituições estão em condições de alta competitividade. “No caso de tributos, o acompanhamento é algo que se impõe de forma ainda mais premente no que tange aos custos tributários, dado seu fortíssimo incremento nos últimos anos e sua característica de não gerar benefícios diretos às organizações.” (“RESUMO – Portal Catalão”)

De acordo com Gomes (2023), portal tributário, o Brasil é um país que historicamente sofre com altas taxas de impostos e tributos. Desde a época da colonização portuguesa, a Coroa já cobrava impostos pesados sobre a produção de açúcar, fumo e extração de ouro, que eram as principais atividades econômicas do país na época. A prática de altas taxas tributárias continuou ao longo dos anos, o que acabou consumindo grande parte da riqueza gerada pelo solo brasileiro. Assim, o autor do texto argumenta que o Brasil é conhecido como o país do confisco por conta dessas práticas tributárias históricas.

2.2 Automação de processos de negócio

De acordo com Van Aalst (2004), o gerenciamento de processos de negócio (BPM, na sigla em inglês) é um campo da gestão que pode ser definido como um paradigma que inclui métodos, técnicas e ferramentas para apoiar o design, a execução, a gestão e a análise de processos de negócios operacionais. BPM tem como objetivo avaliar estrategicamente os processos que uma empresa realiza e melhorar, de forma contínua,

a efetividade e eficiência dos Processos de Negócio (PN) dentro das organizações, a fim de alcançar custos mais baixos; aprimorar a qualidade; e ganhar em produtividade e competitividade em relação a outras organizações da mesma área de negócios.

Atualmente, existe uma ampla variedade de ferramentas de software (chamadas de *Business Process Management Suites*, BPMS). Segundo Meidan et al. (2017), BPMS permite gerenciar o ciclo de vida dos processos de negócios para facilitar a aplicação de BPM em ambientes de negócios. No entanto, cada uma dessas BPMS tem uma ampla variedade de preços e funcionalidades. Nesse contexto, a seleção de uma solução concreta pode ser bastante difícil, trabalhosa e complexa. Uma seleção adequada requer uma análise completa das soluções disponíveis mais populares. Caso contrário, pode levar à escolha de uma solução inadequada.

Como parte dos sistemas modernos de informação empresarial, os Sistemas de Gerenciamento de Processos de Negócios (BPMS) são cada vez mais importantes e recebem maior consideração dos executivos e engenheiros de TI da empresa. Essa realidade também envolve o contexto dos escritórios contábeis, que buscam alternativas para melhorar os seus processos e a qualidade dos serviços prestados aos clientes.

Trigo et al. (2016) explicam que, embora os Sistemas de Informação Contábil tradicionais atendam à necessidade de relatórios financeiros, coleta de dados de bancos de dados centrais e consolidação desses dados para que a informação possa ser facilmente consumida pelos tomadores de decisão, eles não foram criados considerando a ideia de contabilidade orientada a processos de negócios. As organizações sempre trabalharam de maneira orientada a processos de negócios, de forma implícita ou explícita.

3 Metodologia Exploratória

Nesse sentido, foi realizada pesquisa documental e bibliográfica, com objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema e construir hipóteses a partir de entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o planejamento tributário de grupo de empresas do portfólio de clientes atendidos por empresa contábil. O presente estudo, portanto, compõe-se das seguintes etapas:

- a) pesquisa exploratória, documental e bibliográfica;
- b) estudo de caso na empresa Finanza – Consultoria & Contabilidade; e
- c) prototipagem de software, mediante pesquisa exploratória.

A pesquisa teve início com o mapeamento dos números de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) das empresas de um mesmo grupo familiar e/ou empresarial, registrados no sistema contábil utilizado pela Finanza – Consultoria & Contabilidade. Ademais, fez-se um levantamento sobre as inscrições de Cadastro da Pessoa Física (CPF)

dos sócios e o faturamento bruto de um determinado ano-base (exemplo: 2021, 2022, etc.), com segregação das receitas de cada atividade econômica exercida, opção tributária e regime tributário de cada CNPJ.

Após essa primeira etapa, foi analisado o relatório contábil Demonstração Resultado do Exercício (DRE). Houve a identificação de custos e despesas dedutíveis da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social s/ Lucro Líquido, bem como daqueles valores que podem ser creditados no regime não cumulativo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Além disso, procedeu-se à análise de faturamentos brutos, para identificar a existência do Adicional de Imposto de Renda (AIR) nas opções tributárias Lucro Presumido e Lucro Real.

Para empresas optantes pelo Simples Nacional, foi necessário calcular a Previdência Social patronal sobre a folha de pagamento e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na forma não cumulativa, como também encontrar a carga tributária do ICMS Fronteira sobre faturamento para composição da carga tributária total da empresa nesta modalidade tributária para comparação com o Lucro Presumido e o Lucro Real.

As informações econômicas e financeiras foram parametrizadas para cada regra tributária existente no Brasil: Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real.

4 Fundamentação Legal

Os regimes tributários são ferramentas importantes para a adequada tributação das empresas, levando em consideração suas características e necessidades. No Brasil, os três regimes amplamente utilizados são: o Simples Nacional, o Lucro Presumido e o Lucro Real. Cada um deles possui particularidades e regras específicas, que devem ser observadas pelos empresários e contadores.

O Simples Nacional é um regime tributário simplificado voltado para micro e pequenas empresas. De acordo com a Lei Complementar n.º 123/2006, as empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões podem aderir a esse regime. O principal benefício do Simples Nacional é a unificação do pagamento de impostos, abrangendo o Imposto sobre Serviços (ISS), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Dentre as empresas que não podem optar pelo Simples Nacional (BRASIL, 2006), encontram-se as instituições financeiras, como bancos, corretoras de valores e seguradoras. Essas organizações estão sujeitas a regras específicas e regimes tributários próprios, devido à complexidade e às particularidades do setor financeiro.

Além disso, empresas que exercem atividades relacionadas à produção ou venda de combustíveis, energia elétrica, cigarros, bebidas alcoólicas, dentre outros produtos sujeitos a regimes tributários específicos, também não podem optar pelo Simples Nacional. Isso ocorre porque esses setores possuem legislação tributária específica e alíquotas diferenciadas para a tributação.

Outras situações que impedem a opção pelo Simples Nacional são: empresas que têm sócios estrangeiros; empresas que participam de outras empresas, como sócias ou acionistas; e empresas que têm débitos com a Receita Federal ou com a Previdência Social.

Essas restrições são estabelecidas com o objetivo de adequar a tributação de acordo com as particularidades de determinadas atividades e garantir a arrecadação adequada dos tributos.

Já o Lucro Presumido é uma opção de tributação simplificada para empresas com receita bruta anual inferior a R\$ 78 milhões. Nesse regime, a base de cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é determinada por uma margem de lucro presumida, aplicada sobre a receita bruta. Além disso, as empresas optantes pelo Lucro Presumido também estão sujeitas ao pagamento do PIS e da Cofins. A Lei n.º 9.718/1998 estabelece as normas relativas a esse regime de tributação.

Uma das situações em que as empresas não podem optar pelo Lucro Presumido é quando exercem atividades expressamente vedadas por lei. Por exemplo, as instituições financeiras, como bancos, corretoras de valores e seguradoras, estão excluídas dessa opção. Essas empresas têm legislação tributária específica e regimes próprios de tributação devido à complexidade e às particularidades do setor financeiro. A legislação exige que a empresa opte pelo regime de Lucro Real, que requer uma contabilidade mais detalhada e apuração do lucro líquido efetivo para fins tributários.

Por fim, o Lucro Real é um regime tributário obrigatório para determinadas categorias de empresas, como instituições financeiras, empresas de seguro privado, de capitalização e de previdência complementar, entre outras. Nesse regime, a base de cálculo do IR e da CSLL é determinada pelo lucro líquido contábil da empresa, ajustado por adições e exclusões previstas na Lei n.º 6.404/1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações. O Lucro Real exige uma contabilidade mais detalhada e complexa, visando apurar o lucro líquido efetivo da empresa para fins tributários.

5 Resultado

Após parametrização dos dados da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) de cada CNPJ, foram realizados o agrupamento desses CNPJs do grupo empresarial em estudo; a previsão desses dados para o exercício seguinte, mediante a atualização dos números pelo índice oficial do governo federal IGPM; o recálculo de todos os tributos federais e estaduais;

a geração de relatório para base da análise da melhor opção tributária de forma individualizada, por CNPJ, e agrupada.

O relatório com a síntese dos tributos demonstrou a carga tributária e a complexidade em cada sistemática, embasando a decisão do contador e dos gestores pela melhor e mais adequada opção tributária para o exercício seguinte.

Processo utilizado pelo usuário, baseado nas seguintes etapas:

- 1) Acessar sistema contábil;
- 2) Identificar as empresas cadastradas com sócio em comum (CPF) ou grupo familiar/econômico;
- 3) Identificar o módulo (FISCAL, FOLHA, CONTÁBIL);
- 4) Emitir relatório faturamento anual;
- 5) Relatório dos tributos federais;
- 6) Relatório de apuração do ICMS, se Lucro Presumido ou Real;
- 7) Relatório anual DAE ICMS FRONTEIRA, referente às compras realizadas em outra Unidade da Federação;
- 8) Relatório de tributos municipais (ISS);
- 9) Relatório folha salário;
- 10) Relatório de encargos sociais (Previdência, FGTS);
- 11) Extrato do Simples Nacional;
- 12) Cruzar as informações e gerar comparativo Simples Nacional X Lucro Presumido X Lucro Real, em moeda (R\$) e em percentual (%);
- 13) Projetar o crescimento da empresa para exercício seguinte, tomando como base índice oficial IGPM;
- 14) Projetar o crescimento da empresa para exercício seguinte, tomando como base o mercado (expertise do empresário e profissional da contabilidade), incluindo a previsão de faturamento, contratações de colaboradores e encargos legais; e
- 15) Decidir a melhor sistemática de acordo com a menor carga tributária, englobando a esfera municipal, estadual e federal.

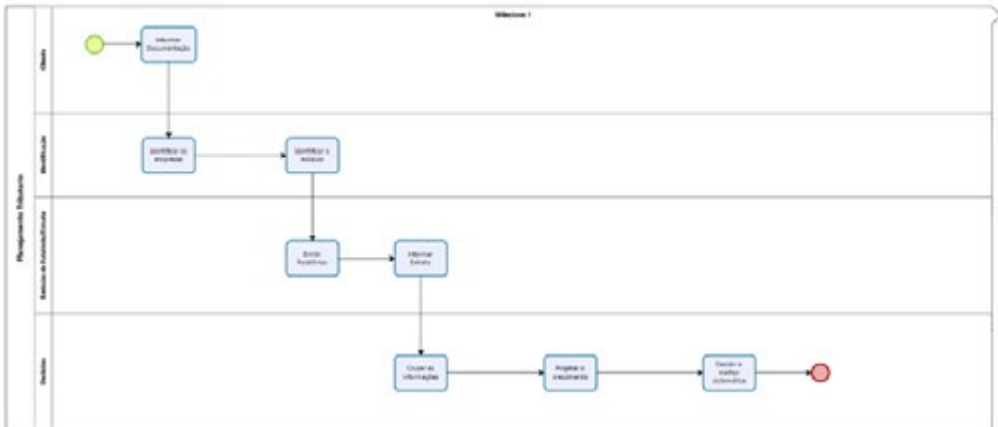
6 Processo Automatizado para Apoio ao Planejamento Tributário

A metodologia utilizada se baseia no modelo apresentado por Parsons et al. (1999). Com a compreensão sobre o domínio do planejamento tributário das empresas de pequeno porte do grupo de clientes da empresa Finanza, foi realizada uma análise dos requisitos para funcionalidade mínima do processo de apoio e das regras de negócio; em seguida, definiu-se a automação do processo, com objetivo de unificar as informações.

Com o intuito de atender a todos os objetivos do trabalho, o processo de apoio para planejamento tributário proposto neste estudo foi desenvolvido por meio de um *Business Process Management System* (BPMS), o Bizagi Studio[1].

A Figura 1 ilustra a modelagem de processos, utilizando a notação *Business Process Model and Notation* (BPMN).

Figura 1. Visão Geral do Processo

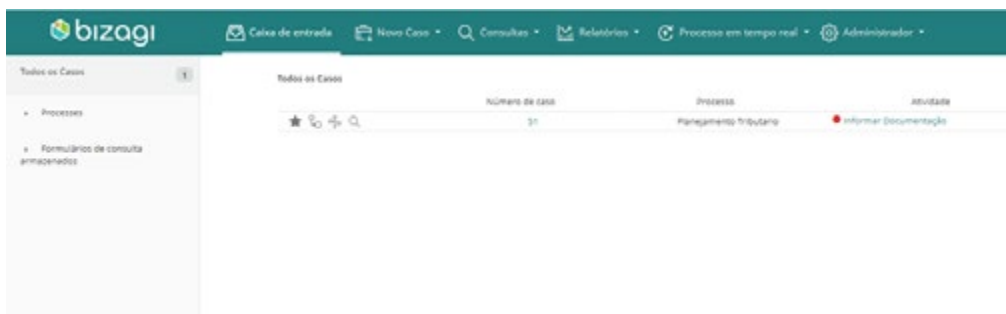


Fonte: elaborada pela autora

Na Figura 1, é possível notar que existem interações do processo de apoio com diversas fases, o que envolve o cliente/contador, a identificação da empresa, a identificação do módulo, o recebimento dos relatórios emitidos e a tomada de decisões referentes ao planejamento tributário.

A Figura 2 apresenta a tela inicial do processo automatizado, por meio do qual se verifica o *status* dos processos e as fases em que se encontram.

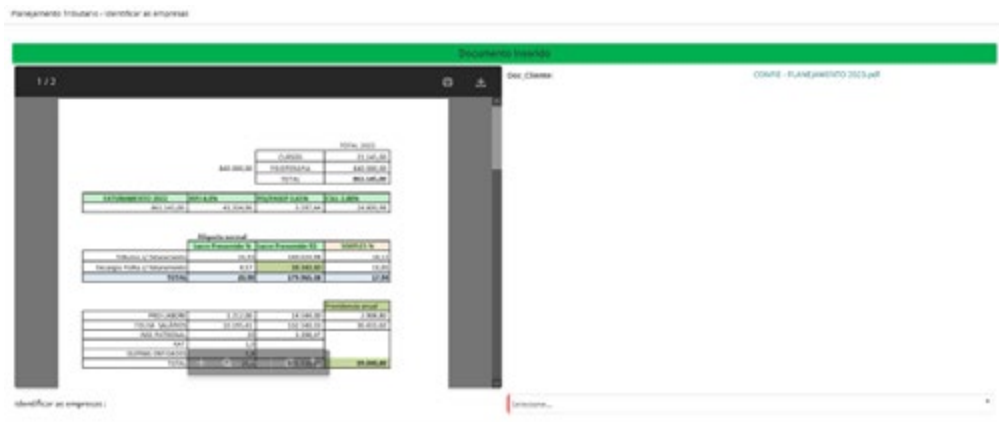
Figura 2. Tela Inicial do Processo de Apoio



Fonte: elaborada pela autora

Já a Figura 3 apresenta o envio da documentação, que pode ser feita pelo cliente ou pelo próprio contador.

Figura 3. Página de Recebimento da Documentação



Fonte: elaborada pela autora

Nessa fase do processo, ocorre a identificação da empresa e sua classificação em “Sócio em comum” (CPF) ou “Grupo familiar/econômico”. Essa informação é muito importante para gerar um *dashboard* de atendimentos realizados conforme os tipos de empresas.

Após o recebimento e a identificação da empresa, é necessário definir o módulo, que pode ser fiscal, folha ou contábil. Essa informação também gera *dashboard*, possibilitando à empresa realizar uma análise dos tipos e quantitativos de módulos atendidos.

Com a identificação do módulo, é possível, dentro do processo automatizado, anexar os relatórios, para futuras análises. A ferramenta permite anexar os seguintes relatórios:

- Relatório faturamento anual;
- Relatório dos tributos federais;
- Relatório apuração ICMS;
- DAE ICMS FRONTEIRA;
- Relatório Tributos municipais (ISS);
- Relatório folha salário; e
- Relatório encargos sociais (previdência).

Vale salientar que, nesse primeiro momento, a ferramenta aceita apenas *upload* manual dos relatórios, ou seja, não permite integração automática com o sistema existente na empresa. A Figura 4 apresenta os campos de *uploads* dos relatórios.

Figura 4. Página de upload de relatórios

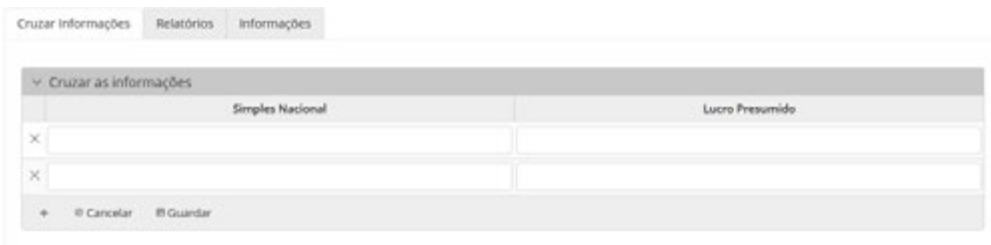


Fonte: elaborada pela autora

Na própria ferramenta de apoio ao planejamento tributário, também consta a possibilidade de anexar o extrato do Simples Nacional, bem como realizar observações de cada relatório.

A ferramenta permite cruzar informações, inserir informações do Simples Nacional e Lucro Presumido e registrar valores e porcentagens, conforme apresenta a Figura 5.

Figura 5. Cruzamento de Informações



Fonte: elaborada pela autora

Em todas as fases do processo de apoio ao planejamento tributário, é possível verificar as informações inseridas nas atividades anteriores, o que garante um apoio maior nas tomadas de decisões.

A ferramenta permite, ainda, inserir informações de projeção de crescimento, podendo ser inseridos previsão de faturamento e necessidade de contratações ou redução de colaboradores. A Figura 6 apresenta a página na qual se insere essas informações.

Figura 6. Projetar Crescimento



Fonte: elaborada pela autora

Na última etapa do processo de apoio ao planejamento tributário, está disponível a opção de anexar e visualizar os planejamentos e as simulações realizadas e, com isso, decidir a melhor sistemática de acordo com a menor carga tributária englobando a esfera municipal, estadual e federal. A Figura 7 apresenta a página em que se visualizam os dois planejamentos realizados.

Figura 7. Visualização do Planejamento



Fonte: elaborada pela autora

A ferramenta de apoio também gera *dashboards* de acompanhamento com diversas informações referente ao processo de planejamento tributário. A Figura 8 apresenta o *dashboard* com o quantitativo de módulos identificados e atendidos pela empresa.

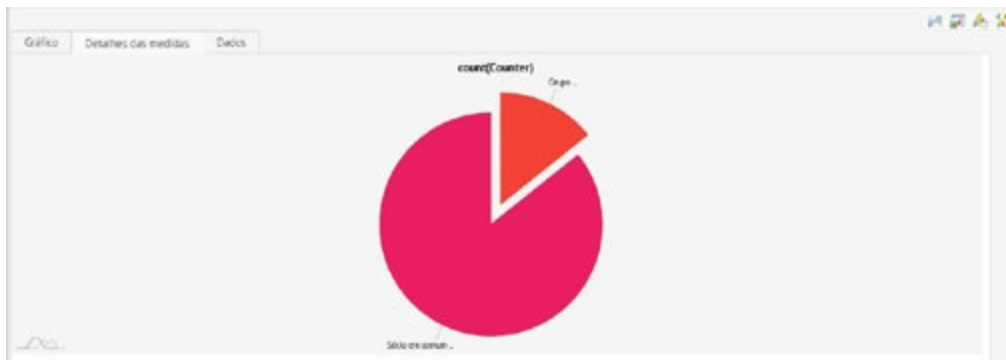
Figura 8. Dashboard de módulos identificados



Fonte: Elaborada pela autora

Já a Figura 9 apresenta um *dashboard* com o quantitativo de empresas atendidas por tipo: Sócio em comum ou Grupo Familiar.

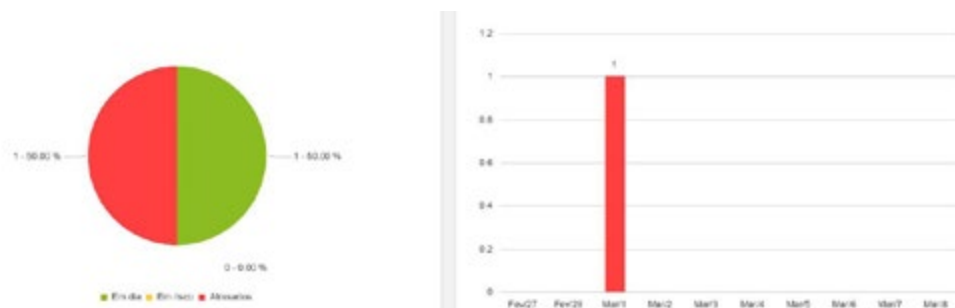
Figura 9. Dashboard de identificação de empresas



Fonte: elaborada pela autora

A ferramenta de apoio ao planejamento tributário possibilita acompanhar cada etapa do processo, bem como gerar análises de cada fase, em tempo real. Essa análise em processo é conhecida como *Business Activity Monitoring* (BAM). A Figura 10 apresenta um Monitoramento da Atividade de Negócios.

Figura 10. Monitoramento da Atividade de Negócios



Fonte: elaborada pela autora

A Figura 10 aponta que existem processos em dia (verde), conforme indicadores definidos, e processos atrasados (vermelho), ou seja, que já ultrapassaram o prazo determinado para a conclusão da etapa.

7 Considerações Finais

O futuro das organizações contábeis e a forma como elas têm se encaixado em um mercado competitivo digitalmente são fatores preocupantes para muitos, e poucos veem como oportunidade. Cada vez mais acreditamos que a nossa era de conexão traz a necessidade de processos mais dinâmicos e dados mais assertivos. Toda e qualquer transformação demanda ideias inovadoras, processos e ferramentas estratégicas para apoiar o movimento da contabilidade digital, que abrirá mercados de oportunidades para o profissional da contabilidade desenvolver novas habilidades e competências e utilizar a sua expertise em decisões mais táticas.

Os processos contábeis devem mudar, porque a sociedade vive em constante mudança, e atualmente as demandas carecem de respostas cada vez mais rápidas.

Os processos contábeis na sua totalidade – o que abrange composições de saldos, fechamento contábil, apuração de tributos, fechamento de folha de pagamento e encargos, planejamento tributário e financeiro – sempre foram extremamente burocráticos, o que diminui a produtividade da equipe. Atividades manuais, informações financeiras, econômicas e tributárias descentralizadas e tempo perdido em tarefas repetitivas são, ainda, infelizmente, comuns dentro das organizações contábeis brasileiras.

A digitalização dos processos contábeis veio para agregar à rotina dos contadores, e não ameaçar empregos ou a profissão contábil, como muitos acreditam. Na verdade, a automação contábil e a contabilidade digital possibilitam novas oportunidades para que os profissionais exerçam papéis mais relevantes e estratégicos. Por isso, a contabilidade e os processos automatizados de apoio à decisão nada mais são do que a busca por novas formas de se alcançar proces-

sos contábeis mais ágeis e assertivos, melhorando, cada vez mais, a conexão entre o profissional da contabilidade, o seu trabalho e o ganho para as empresas sob sua responsabilidade técnica.

O termo Contabilidade 4.0, encontrado no decorrer da pesquisa, consiste em uma forma de identificar todas as mudanças observadas na Ciência Contábil e no mercado. Dessa forma, a Contabilidade 4.0 é a adoção de novas tecnologias que envolvem automação e transformação digital, como a proposta do trabalho apresentado neste MBA de Ciências de Dados e Inteligência Artificial, um dos principais pilares que têm transformado a maneira como os profissionais trabalham.

A transformação digital aporta para substituir as atividades manuais, que consomem muito tempo dos profissionais da contabilidade, permitindo que estes atuem de forma mais analítica. O contador deve ser um profissional mais ativo nas ações e tomadas de decisões mais estratégicas dentro das organizações empresariais.

Pelo exposto, conclui-se que, mediante o processo automatizado de suporte à decisão, o contador da empresa contábil Finanza – Consultoria & Contabilidade reduziu o tempo de busca e parametrização dos dados. Ademais, o relatório para análise evidenciou maior assertividade e concedeu celeridade na tomada de decisão na demonstração da menor carga tributária para o grupo empresarial da carteira de clientes do segmento comércio e serviços.

O trabalho apresenta o potencial da solução adotada, contudo, mostra também limitações e pontos de melhorias. Devido às limitações de integração entre o BPMS e os Sistemas Contábeis, o processo automatizado utilizou *uploads* manuais das informações, sem a possibilidade de realizar testes de forma integrada; também não houve um estudo sobre dificuldades com a cultura organizacional que pode ser enfrentada para a implantação de processos automatizados no contexto contábil. Ademais, faz-se necessário implementar um módulo de *analytics* no processo automatizado, a fim de analisar mais informações e apoiar, de forma mais eficiente, as tomadas de decisões.

Referências

BRASIL. Governo Federal. **Serviços e Informações do Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte [...]. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 11 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm. Acesso em: 11 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, DF: Diário Oficial da União (supl.), 1976. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 11 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.** Altera a Legislação Tributária Federal. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19718compilada.htm. Acesso em: 11 maio 2023.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. **Evolução legislativa dos anexos de tributação do Simples Nacional.** Disponível em: https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Arquivos/manual/Anexos_LC%20123_Evolucao_Historica.pdf. Acesso em: 21 fev. 2023.

BRASIL. **Simples Nacional.** Disponível em: <https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/>. Acesso em: 21 fev. 2023.

GOMES, Carlos de Souza. Retrato Tributário Brasileiro. **Portal Tributário.** Disponível em: <https://www.portaltributario.com.br/artigos/tributaria280306.htm>. Acesso em: 25 fev. 2023.

GOMES, Marcus Lívio; ROCHA, Sérgio André; FARIA, Aline Cardoso de (org.). **Planejamento tributário sob a ótica do CARF.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO E TRIBUTAÇÃO (IBPT). **Projetos.** Disponível em: <https://ibpt.com.br/projetos/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

MEIDAN, A.; GARCÍA-GARCÍA, J. A.; ESCALONA, M. J.; RAMOS, I. A survey on business processes management suites. **Computer Standards & Interfaces**, v. 51, p. 71-86, Mar. 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S092054891630040X>. Acesso em: 22 fev. 2023.

OLIVEIRA, Luís Martins de; CHIEREGATO, Renato; PEREZ JUNIOR, José Hernandez; GOMES, Marliete Bezerra. **Manual de contabilidade tributária: textos e testes com as respostas.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PARSONS, David; RASHID, Awais; SPECK, Andreas; TELEA, Alexandru. A “framework” for object oriented frameworks design. In: TECHNOLOGY OF OBJECT-ORIENTED LANGUAGES AND SYSTEMS (TOOLS), 29., 1999, Nancy, France. **Proceedings [...].** Los Alamitos, CA, USA: IEEE Computer Society, 1999. p. 141-151. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/779007>. Acesso em: 22 fev. 2023.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **Planejamento fiscal.** Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br>. Acesso em 21 fev. 2023.

SILVA, Laisla Thaís da; COUTINHO, Lucas. Planejamento tributário: aplicabilidade como instrumento financeiro de redução dos custos organizacionais. **Revista Eletrônica de Graduação do UNIVEM**, Marília, v. 12, n. 1, p. 110-128, nov. 2019. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/REGRAD/article/view/2843>. Acesso em: 21 fev. 2023.

SIQUEIRA, Eurípedes Bastos; CURY, Lacordaire Kemel Pimenta; GOMES, Thiago Simões. Planejamento tributário. **Revista CEPPG**, v. 25, n. 25, p. 184-196, 2011.

TRIGO, António; BELFO, Fernando; ESTÉBANEZ, Raquel Pérez. Accounting Information Systems: evolving towards a business process oriented accounting. **Procedia Computer Science**, v. 100, p. 987-994, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877050916324334>. Acesso em: 21 fev. 2023.

VAN DER AALST, Wil M. P. Business process management demystified: a tutorial on models, systems and standards for workflow management. In: DESEL, Jörg; REISIG, Wolfgang; ROZENBERG, Grzegorz (ed.). **Lectures on concurrency and Petri nets**: advances in Petri nets. Heidelberg: Springer Berlin, 2004. (Série LNCS, 3098. Tutorial.) p. 1-65. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/b98282#affiliations>. Acesso em: 21 fev. 2023.

VELLO, André Pinto Coelho; MARTINEZ, Antonio Lopo. Planejamento tributário eficiente: uma análise de sua relação com o risco de mercado. **Revista Contemporânea de Contabilidade, Florianópolis**, v. 11, n. 23, p. 117-140, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2014v11n23p117>. Acesso em: 22 fev. 2023.

Capítulo III – Empreendedorismo Feminino

Impacto da Pandemia de Covid-19 no Desempenho Econômico-Financeiro das Empresas do Segmento Bancário Listadas na B3

Rita Gabrielly Marques Loiola

Bacharela em Ciências Contábeis (Universidade Federal Rural da Amazônia – Ufra)
Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-7955-3024> | E-mail: ritag.loiola6@gmail.com

Clenis Evila Silva dos Santos

Bacharela em Ciências Contábeis (Universidade Federal Rural da Amazônia – Ufra)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3483604904968079> | E-mail: evila.silva.1996@gmail.com

Roberta Nascimento Correa

Mestra em Ciências Contábeis e Administração (Fucape)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4942232971369335> | E-mail: robertanascimento1054@gmail.com

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar o desempenho econômico-financeiro das companhias do segmento bancário listadas na B3, durante o período de 2018 a 2021. Os serviços prestados por essas instituições são fundamentais para a economia e têm um impacto profundo em todo o sistema, de forma que, quando entram em crise, atingem consideravelmente a economia do país. Dessa forma, a pesquisa se classifica como descritiva, tendo em vista que busca estabelecer relação entre variáveis, por meio de uma abordagem quantitativa e qualitativa. Para tanto, foram analisadas 22 empresas do segmento. Os resultados indicam que houve um impacto negativo no ano de 2020, mas rapidamente o segmento voltou a crescer, como resultado das políticas de liquidez implementadas pelo BCB, o que demonstra a resiliência dos bancos e a sua capacidade para enfrentar situações de estresse. Além disso, todos os produtos e serviços ofertados pelas instituições bancárias já estavam disponíveis em formato digital, o que auxiliou o funcionamento dessas instituições mesmo no maior período de retração econômica.

Palavras-Chave: Bancos; Covid-19; Desempenho Financeiro.

1 Introdução

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia de Covid-19, uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2 – *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus-2* (World Health Organization, 2020).

Em consequência disso, houve impactos na economia brasileira. Diante das incertezas, as projeções indicavam possível diminuição das receitas das empresas e mudanças na sua forma de financiamento, o que aumenta o endividamento (SOUZA et al., 2022).

Nesse sentido, a autarquia responsável por zelar pela estabilidade e pela eficiência do Sistema Financeiro Nacional (SFN) é o Banco Central do Brasil (BCB), que suaviza as flutuações da atividade econômica, fomenta o emprego e supervisiona a atividade dos bancos (BCB, 2022).

No que tange ao segmento bancário, o BCB divulgou, no Relatório de Estabilidade Financeira de 2021, que a crise decorrente da Covid-19 impôs desafios ao sistema bancário brasileiro no primeiro semestre de 2020, ao aumentar a necessidade de liquidez, com forte elevação dos ativos líquidos e das captações de recursos.

Corazza (2000) ratifica que os bancos são empresas capitalistas que desempenham um papel estratégico na sociedade, de forma que, quando entram em crise, atingem profundamente a economia do país e afetam o crédito, os juros, o investimento e o nível da atividade econômica.

Diante do exposto, o objetivo deste estudo é analisar o desempenho econômico-financeiro das companhias do segmento bancário, listadas no Brasil, Bolsa, Balcão (B3) durante o período de 2018 a 2021.

A escolha do setor justifica-se pois os serviços prestados por essas instituições são fundamentais para a economia e têm um impacto profundo em todo o sistema, por meio de suas funções básicas: o crédito, o pagamento, a captação de poupanças e a criação de moeda escritural (ASSAF NETO, 2021).

Ademais, Fortuna (2014) ressalta que os serviços financeiros fazem parte do padrão de bem-estar econômico nas sociedades modernas, como um dos componentes do processo de inclusão social. As dificuldades para acessá-los não configuram apenas restrições às forças de mercado, mas um símbolo de discriminação.

O presente artigo divide-se em seções; esta introdução é a primeira delas. A segunda seção elucida o referencial teórico, com temas e artigos pertinentes à temática, a fim de embasar as discussões. A terceira seção retrata a metodologia e seus respectivos procedimentos para o alcance do objetivo. Na seção quatro, estão presentes os resultados e as demais discussões da pesquisa. Por fim, na seção cinco, constam as considerações finais, com os principais achados.

2 Referencial Teórico

2.1 O cenário antecessor à pandemia

Senhoras (2020) ressalta que a pandemia de Covid-19 provocou consequências relacionadas a impactos econômicos assimétricos, tanto de natureza transescalar quanto de natureza intertemporal. Dessa forma, os efeitos da transmissão ressoaram de maneiras diferentes no espaço e no tempo, dependendo da suscetibilidade e vulnerabilidade microeconômicas nas cadeias de produção ou consumos nacionais e globais.

À vista disso, a suscetibilidade ou condição de vulnerabilidade econômica de um país depende não apenas do impacto esperado do contágio humano em uma determinada economia nacional, mas também da trajetória anterior à crise e, conseqüentemente, do comportamento volátil das instituições financeiras do país, da normalização dos mercados e dos ciclos econômicos (SENHORAS, 2020).

A economia brasileira já enfrentava uma série de crises antes da chegada da Covid-19. Como exemplo, há os desdobramentos da crise financeira mundial de 2008 a 2010 (SESSA et al., 2020).

Originada nos Estados Unidos no ano de 2007, a crise do subprime – decorrente da concessão de créditos para aquisição de imóveis sob taxas de juros baixas e sem a devida análise da capacidade de pagamento dos tomadores – foi analisada por Coeli e Pires (2022), a fim de investigar o impacto desse contexto no desempenho dos maiores bancos brasileiros. As autoras observaram que os efeitos da crise não foram significativos no Brasil até o segundo trimestre de 2008.

Para que esses impactos fossem reduzidos, o governo brasileiro estabeleceu uma política fiscal expansionista no período de 2009 a 2011. No ano de 2012, fomentou o crédito nos bancos estatais a juros mais baixos, com a finalidade de incentivar o consumo das famílias. Contudo, a partir de 2013, intensificaram-se os efeitos da crise econômica, aumentando significativamente os índices de inflação, desemprego e inadimplência (COELI; PIRES, 2022).

De acordo com Barbosa (2017), a crise da economia brasileira, entre 2014 e 2017, teve como origem uma série de choques de oferta e demanda, na maior parte ocasionados por erros de políticas públicas que reduziram a capacidade de crescimento da economia brasileira e geraram um custo fiscal elevado.

O Relatório de Estabilidade Econômica de outubro de 2019, divulgado pelo BCB antes da pandemia, indicou que o ritmo de recuperação da economia brasileira permanecia gradual. Além disso, não havia alterações relevantes no cenário de risco, e as instituições estavam confiantes na capacidade de o sistema financeiro absorver choques adversos.

Na publicação seguinte, em abril de 2020, o BCB divulgou que o resultado do teste de estresse realizado com base no impacto da Covid-19 foi um dos mais severos até então. Mesmo sob essas condições, as simulações demonstravam que os bancos brasileiros possuíam capacidade para enfrentar situações de crise.

O BCB implantou um amplo conjunto de medidas que se mostraram eficazes para a preservação da liquidez das instituições financeiras, permitindo uma rápida recuperação dos níveis de resiliência dos bancos (BCB, 2021).

2.2 Instituições bancárias

Os bancos são instituições financeiras que executam duas atividades fundamentais para a economia: a promoção dos mecanismos de pagamento e a intermediação financeira, recebendo recursos de agentes econômicos superavitários e transferindo-os aos agentes carentes de liquidez (ASSAF NETO, 2021).

É a partir da captação de depósitos à vista, cobrança de títulos, arrecadação de tributos e tarifas públicas que os bancos repassam recursos às empresas, sob forma de empréstimos, que vão girar a atividade produtiva (FORTUNA, 2014). Portanto, um sistema bancário eficiente ajuda a garantir a estabilidade e a solidez do Sistema Financeiro Nacional e, conseqüentemente, da economia do país (BCB, 2022).

Consoante assevera Assaf Neto (2021), as instituições financeiras têm características diferentes das empresas não financeiras, fazendo com que a compreensão de suas demonstrações seja vista de uma forma não tão simples.

Uma das especificidades do segmento bancário é a utilização de um plano de contas específico, adaptado às necessidades das instituições financeiras, denominado de Plano de Contas Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), que visa à uniformidade dos procedimentos de registro e elaboração das demonstrações financeiras (BCB, 2022).

Embora possua limitações, principalmente no que tange à qualidade das informações contidas nos demonstrativos contábeis, a técnica de análise de balanços permite verificar tendências de desempenho, pontos fortes e fracos da instituição e despertar a atenção para aspectos que demandam uma avaliação mais criteriosa (ASSAF NETO, 2021).

Diante das especificidades do segmento, Assaf Neto (2021) propõe indicadores financeiros específicos para analisar bancos. Entre eles, tem-se os indicadores de liquidez, que refletem a capacidade financeira que a instituição possui para atender prontamente às demandas por recursos de caixa.

Há também os indicadores de capital, que buscam demonstrar o volume adequado de capital próprio da instituição. E, por fim, os indicadores de rentabilidade, que possibilitam analisar a riqueza gerada a partir da adequada relação risco-retorno (ASSAF NETO, 2021).

Quadro 1. Indicadores de Avaliação

	Indicadores	Fórmula
Liquidez	Encaixe Voluntário	Disponibilidades / Depósitos à vista
	Liquidez Imediata	(Disponibilidades + Aplicações Interfinanceiras de Liquidez) / Depósitos à vista
Capital	Independência Financeira	Patrimônio Líquido / Ativo Total
	<i>Leverage</i>	Ativo / Patrimônio Líquido
Rentabilidade	Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido
	Retorno sobre o Investimento Total	Lucro Líquido / Ativo Total
	Margem Líquida	Lucro Líquido / Receita de Intermediação Financeira

Fonte: Assaf Neto (2021)

2.3 Estudos correlatos

Outros estudos buscaram averiguar a relação entre as instituições bancárias e a crise sanitária de 2020; entre eles, a pesquisa realizada por Franco (2021), que analisou os indicadores econômicos e financeiros do setor bancário brasileiro no período de 2015 a 2020. Os achados mostraram que, em 2020, os indicadores de liquidez apresentaram aumento, enquanto a margem líquida sofreu uma redução em comparação aos cinco anos anteriores.

Ao analisar o desempenho do setor bancário entre o primeiro semestre de 2010 e o primeiro semestre de 2020, Marins et al. (2022) verificaram que a crise sanitária teve impacto negativo e significativo sobre a performance dos bancos. Desta forma, as instituições com níveis altos de liquidez durante a pandemia apresentaram menores níveis de desempenho, enquanto as empresas que possuíam maiores resultados de intermediação financeira apresentaram melhores performances durante a crise sanitária.

Também foi constatado que, a partir do início da pandemia, praticamente todos os produtos e serviços realizados de forma física migraram para o formato digital, como a abertura de contas, as modalidades de cartões digitais e os sistemas de investimento (PINTO; SANTOS; MARTENS, 2021).

3 Metodologia

No que tange ao seu objetivo, o presente trabalho se classifica como uma pesquisa descritiva, tendo em vista que busca estabelecer relação entre variáveis (GIL, 2008). Neste caso, com o fito de analisar a relação entre a pandemia de Covid-19 e o desempenho econômico e financeiro das instituições bancárias, no período de 2018 a 2021.

A priori, realizou-se pesquisa bibliográfica com a finalidade de verificar quais materiais já haviam sido publicados sobre o tema em questão, principalmente livros, artigos científicos e publicações em periódicos. Também foi feita uma pesquisa documental por intermédio de documentos oficiais, principalmente do Banco Central do Brasil (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Em seguida, procedeu-se à coleta de dados, com o exame e a padronização das demonstrações contábeis, para que, posteriormente, fossem calculados e interpretados os indicadores de desempenho (RIBEIRO, 2017).

Portanto, do ponto de vista da abordagem do problema, esta pesquisa classifica-se como quantitativa e como qualitativa. Quantitativa, pois busca classificar e analisar as informações de maneira estatística; qualitativa, porque visa retratar o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Em relação às empresas analisadas, estão classificadas no setor financeiro da B3, sub-setor de Intermediários Financeiros, segmento bancário. A população é composta por 28 empresas, conforme Quadro 2.

Quadro 2. Empresas listadas no Segmento Bancário da B3

Companhias	
Alfa Holdings S.A.	Banco Mercantil do Brasil S.A.
Banco BMG S.A.	Banco Nordeste do Brasil S.A.
Banco Modal S. A	Banco Pan S.A.
Banestes S.A. – Banco Est Espírito Santo	Banco Pine S.A.
Banco ABC Brasil S.A.	Banco Santander (Brasil) S.A.
Banco Alfa De Investimento S.A.	Banco Sofisa S.A.
Banco Amazônia S.A.	Br Advisory Partners Participações S.A.
Banco Bradesco S.A.	BRB Banco de Brasília S.A.
Brasil S.A.	China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.
Banco BTG Pactual S.A.	Inter Co Inc
Banco Estado de Sergipe S.A. – Banese	Itaú Unibanco Holding S.A.
Banco Estado do Pará S.A.	Itaúsa S.A.
Banco Estado do Rio Grande Do Sul S.A.	Nu Holdings Ltd.
Banco Mercantil De Investimentos S.A.	Paraná Banco S.A.

Fonte: elaborado pelos autores (2022)

Destas, foram excluídas as companhias Alfa Holding S.A., BR Advisory Partners Participações S.A., Itaúsa S.A., por apresentarem plano de contas diferente das demais empresas do segmento, o que prejudicaria a comparabilidade dos dados.

Também foram excluídas as empresas Sofisa S.A, China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e Inter Co Inc., por não apresentarem as demonstrações contábeis no site da B3. Logo, foram analisadas 22 empresas do segmento, de acordo com os indicadores contidos na bibliografia de Assaf Neto (2021), conforme visto no Quadro 1.

4 Discussão e Resultados

4.1 Liquidez

Houve uma dificuldade em calcular os indicadores de liquidez, especificamente o encaixe voluntário e a liquidez imediata, calculados a partir das seguintes contas: disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos à vista. Embora haja um plano de contas específico para as instituições financeiras, o Cosif, constatou-se que, nas demonstrações financeiras padronizadas divulgadas na B3, não há uma padronização.

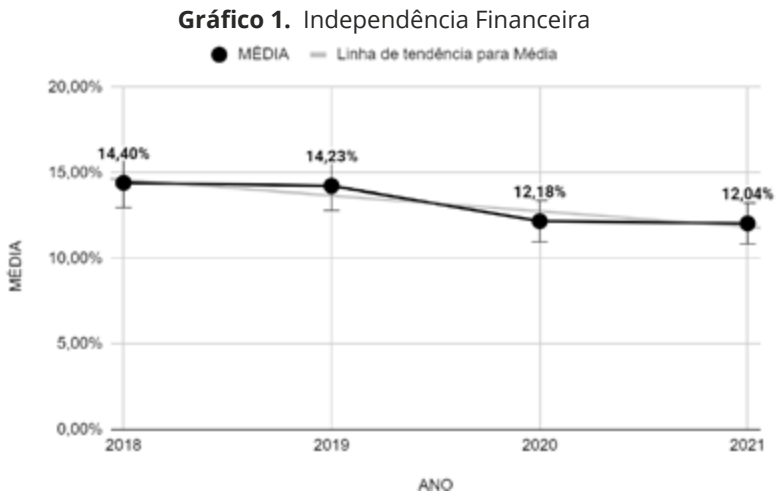
Isso porque alguns bancos separam “Disponibilidades” de “Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, como Banco BMG, Banestes, Banco Alfa de Investimentos, entre outros. Enquanto isso, outras instituições divulgam apenas contas genéricas, como “Caixa e Equivalentes de Caixa”, “Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através do Resultado”, o que demanda a análise das Notas Explicativas para melhor entendimento.

Ainda assim, não foi possível calcular os indicadores de todos os bancos que compõem a amostra, dificultando a comparabilidade das informações e distorcendo o cálculo da média.

Ademais, não foi possível calcular os indicadores de liquidez utilizados convencionalmente, uma vez que, para o cálculo, são utilizados os grupos de contas de ativo e passivo circulantes, e as instituições bancárias não dividem suas contas dessa forma em suas demonstrações financeiras.

4.2 Capital e risco

Os bancos são instituições que possuem alta dependência do capital de terceiros (AS-SAF NETO, 2021). A independência financeira é o indicador que mede o capital próprio em relação ao ativo total da instituição.



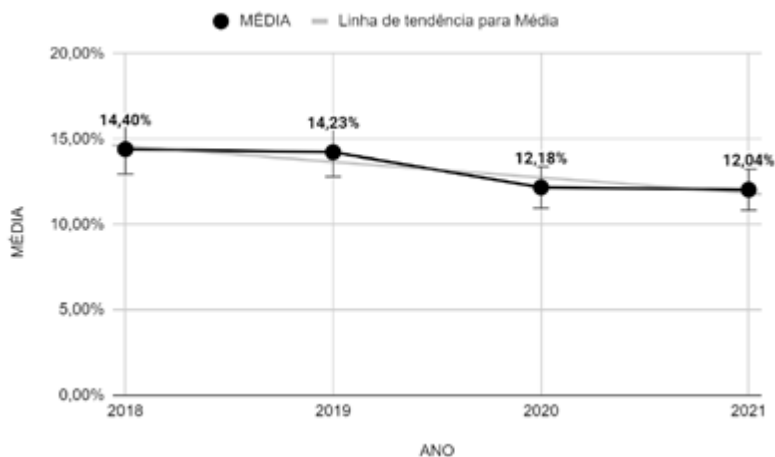
Fonte: elaborado pelos autores (2022)

É possível constatar, a partir da média dos dados obtidos, que a independência financeira dos bancos diminuiu ao longo do período analisado. Isso significa que, durante o período de enfrentamento da Covid-19, a dependência por capital de terceiros aumentou.

Ademais, o Banestes S.A, Banco do Estado do Espírito Santo, foi a instituição que demonstrou depender mais do capital de terceiros. Além deste, o Banco do Brasil e o Banese, Banco do Estado de Sergipe, também evidenciaram baixa participação de capital próprio. Cabe observar que dois desses bancos são estaduais, enquanto o Banco do Brasil é uma sociedade de economia mista.

Outro indicador relacionado à estrutura de capital é o *leverage*, que reflete o alto poder de alavancagem que os bancos possuem. Em 2018, a média indicava que os ativos da instituição eram 9,39 vezes maiores que seus recursos próprios. Em 2019, o indicador teve uma queda para 9,06; no entanto, cresceu para 10,79 em 2020, caindo novamente em 2021.

Gráfico 2. Leverage



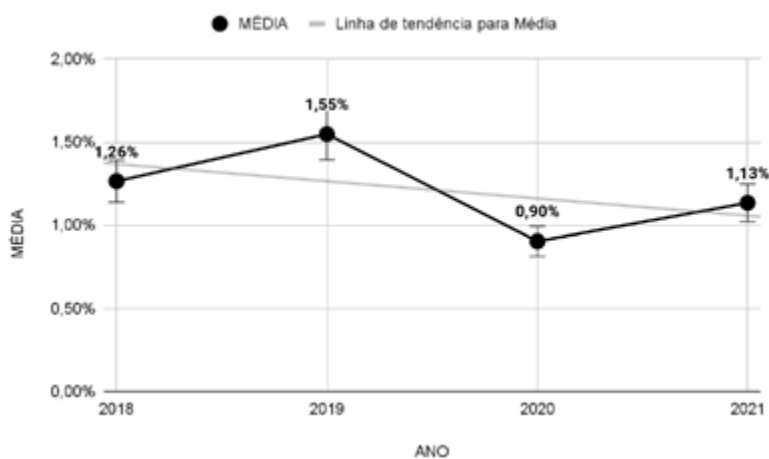
Fonte: elaborado pelos autores (2022)

Entre as instituições mais alavancadas, estão: Banestes, Bradesco, Banco do Brasil, Banese, Bannisul, Banco Mercantil do Brasil, Banco Pine e Itaú Unibanco.

4.3 Rentabilidade

O retorno sobre o investimento total é uma medida de eficiência influenciada pela qualidade do gerenciamento da lucratividade dos ativos e juros passivos, indicando o retorno apurado sobre o capital total investido na instituição (ASSAF NETO, 2021).

Gráfico 3. Retorno sobre o Investimento Total



Fonte: elaborado pelos autores (2022)

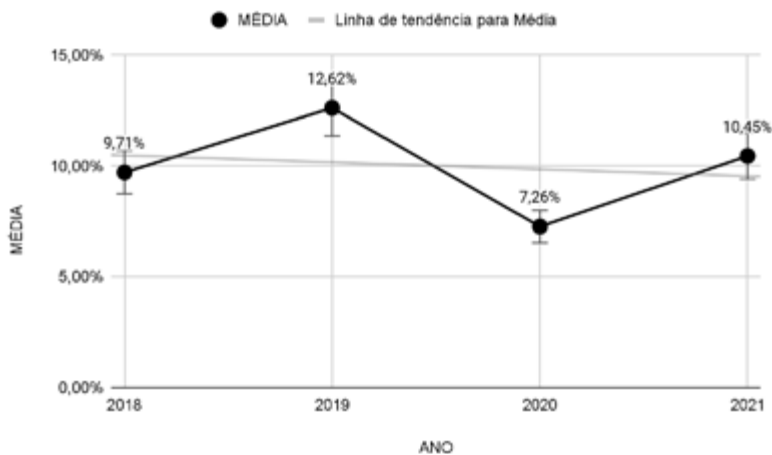
Em análise à média do período, observa-se que houve um crescimento do indicador entre os anos de 2018 e 2019. Todavia, em 2020 ocorreu uma queda e, embora tenha ocorrido um pequeno crescimento em 2021, não foi suficiente para superar as médias do período anterior à pandemia.

Dentre os destaques negativos, o Banco Pine conseguiu obter lucro após três anos seguidos de prejuízo, enquanto o Nubank obteve apenas prejuízo no período analisado e o BRB obteve prejuízo apenas em 2021.

Por outro lado, o Banco da Amazônia, que já havia aumentado o retorno sobre o ativo total entre 2018 e 2019, obteve uma leve queda no primeiro ano de pandemia e uma excelente recuperação em 2021. Em seu Relatório da Administração, a instituição divulgou que fechou 2021 com lucro de R\$737,8 milhões; trata-se de um recorde em seus 80 anos de história, resultado das políticas de crédito, direcionadas principalmente ao setor rural (B3, 2022).

No que concerne ao retorno sobre o patrimônio líquido, é o indicador que evidencia o ganho percentual auferido pelos proprietários (ASSAF NETO, 2021).

Gráfico 4. Retorno sobre o Patrimônio Líquido



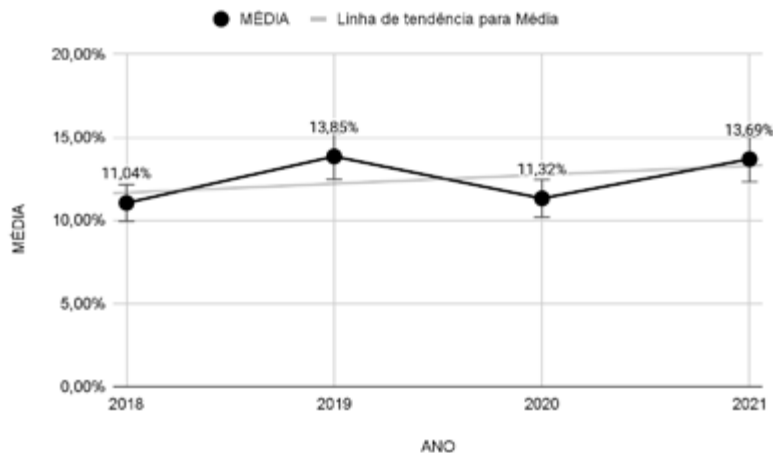
Fonte: elaborado pelos autores (2022)

O resultado médio do período mostra que houve um crescimento entre os anos de 2018 e 2019, seguido por uma queda no primeiro ano de pandemia. Já em 2022, o índice voltou a crescer em 2022.

É possível observar, ainda, que o banco que auferiu maior retorno ao capital dos proprietários foi o Banco da Amazônia, seguido por Banco Nordeste do Brasil, Itaú Unibanco, BTG Pactual e Banco Mercantil do Brasil.

Por fim, a margem líquida, ao estabelecer a relação entre lucro líquido e receitas de intermediação financeira, permite avaliar se a função básica do banco traz resultados positivos (ASSAF NETO, 2021).

Gráfico 5. Margem Líquida



Fonte: elaborado pelos autores (2022)

Observa-se que houve um aumento no período de 2018 a 2019. Entretanto, o indicador sofreu uma queda no primeiro ano de enfrentamento à pandemia de Covid-19 e voltou a crescer no exercício seguinte.

Entre os bancos que tiveram maior margem financeira, estão: ABC Brasil, Bradesco, Banco do Brasil, BTG Pactual, Banpará, Banco Mercantil de Investimentos, Banco Nordeste do Brasil e Santander.

Os achados corroboram com os resultados de Franco (2021), que constatou queda da margem líquida ao analisar o ano de 2020 em comparação aos cinco anos anteriores. Também se assemelham à pesquisa de Marins et al. (2022), uma vez que o indicador sofreu impacto negativo.

5 Considerações Finais

Ao analisar as consequências da pandemia de Covid-19 no desempenho econômico-financeiro das instituições bancárias entre os anos de 2018 e 2021, observou-se que houve um impacto negativo no ano de 2020. Rapidamente, porém, o segmento voltou a crescer, como resultado das políticas de liquidez implementadas pelo BCB, o que demonstra a resiliência dos bancos e a sua capacidade para enfrentar situações de estresse.

Ademais, como todos os produtos e serviços ofertados pelas instituições bancárias já eram disponibilizados em formato digital, conforme Pinto, Santos e Martens (2021), a retração da atividade econômica e as medidas de *lockdown* não prejudicam, de maneira geral, o segmento bancário.

As limitações da pesquisa referem-se, principalmente, à dificuldade em calcular indicadores de liquidez, em decorrência da ausência de padronização das demonstrações financeiras divulgadas no site da B3.

Conforme salienta Senhoras (2020), a pandemia ocasionou impactos econômicos assimétricos. Portanto, sugere-se que estudos posteriores investiguem o efeito da crise sanitária e das políticas de liquidez implantadas pelo BCB em longo prazo, analisando um maior período após a pandemia.

Referências

- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2021 . 350 p.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2016 . 403 p.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é banco (instituição financeira)**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/bancoscaixaseconomicas>. Acesso em: 24 set. 2022.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif)**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cosif>. Acesso em: 16 out. 2022.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Estabilidade Financeira**, v. 19, n. 2, out. 2020 . Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref/202010>. Acesso em: 20 out. 2022.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Estabilidade Financeira**, v. 20, n. 1, abr. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref/202104>. Acesso em: 20 out. 2022.
- BANCO DA AMAZÔNIA . **Relatório da Administração**: exercício 2021. Disponível em: <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmGerenciaPaginaFRE.aspx?NumeroSequencialDocumento=113305&CodigoTipoInstituicao=1>. Acesso em: 20 out. 2022.
- BARBOSA FILHO , Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/20804?show=full>. Acesso em: 19 out. 2022.
- BRASIL. Serviços e informações do Brasil. **Banco Central do Brasil (BCB)**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/banco-central-do-brasil>. Acesso em: 24 set. 2022.
- COELI, Cristiana Maria; PIRES, Vanessa Martins. Desempenho dos maiores bancos brasileiros: um estudo sobre o impacto da crise subprime. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 14, n. 1, p. 245-271, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/22176>. Acesso em: 19 out. 2022.
- CORAZZA, Gentil. Crise e reestruturação bancária no Brasil. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 12., 2000, Porto Alegre, RS. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 1-21. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppge/wp-content/uploads/2021/06/2000-08.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.
- FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro**: produtos e serviços. 19. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2014. 1066 p.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JORGENSEN, Ole Hagen; APOSTOLOU, Apostolos. **Brazil's bank spread in international context: from macro to micro drivers**. Washington, D.C.: World Bank Group, 2013. 40 p. (Policy Research Working Paper, 6611). Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/140701468014442273/brazils-bank-spread-in-international-context-from-macro-to-micro-drivers>. Acesso em: 23 set. 2022.

MARINS, Victor de Sena; FRANCISCO, José Roberto de Souza; PINHEIRO, Juliano Lima; CUNHA, Gustavo Rodrigues. Impacto da Covid/19 na performance do setor bancário brasileiro. In: USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 22., 2022, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Fipecafi, 2022. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/Artigos-Download/3939.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.

PELLEGRINI, Josué. Pacote de medidas tomadas pelo Banco Central. **Comentários da IFI**, Brasília, n. 8, mar. 2020. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/570019/CI_08.pdf. Acesso em: 08 jul. 2022.

PINTO, Alexandre Rodrigues; SANTOS, Tainá Alves dos; MARTENS, Cristina Dai Prá. Impactos da pandemia de COVID-19 sobre o empreendedorismo digital nas instituições bancárias brasileiras: uma análise à luz das forças isomórficas. **Estudios Gerenciales**, Cali, v. 37, n. 158, p. 113-125, ene./mar. 2021. Disponível em: https://www.icesi.edu.co/revistas/index.php/estudios_gerenciales/article/view/4446. Acesso em: 22 set. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 23 set. 2022.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2017.

SENHORAS, Elói Martins. Novo coronavírus e seus impactos econômicos no mundo. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 1, n. 2, p. 39-42, 2020. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/174>. Acesso em: 17 out. 2022.

SESSA, Celso Bissoli; LEITE, Daniel Farinelli; FELIPE, Ednilson Silva; LEAL, Érika de Andrade Silva; FÁRIA, Luiz Henrique Lima; TEIXEIRA, Rafael Buback; MEDEIROS, Rodrigo Loureiro. Das recentes crises econômicas à crise da covid-19: reflexões e proposições para o enfrentamento da pandemia na economia brasileira e capixaba. **Revista Ifes Ciência**, v. 6, n. 1, p. 40-62, 2020. DOI: 10.36524/ric.v6i1.648. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ric/article/view/648>. Acesso em: 31 maio 2023.

SOUZA, Thiago Borges de; CARRARO, Wendy Beatriz Witt Haddad; PINHEIRO, Alan Bandeira. Impactos da pandemia de COVID-19 na relação entre estrutura de capital e desempenho: análise das empresas listadas na B3. **Iberoamerican Journal of Strategic Management (IJSM)**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 1-24, e20899, June 2022. DOI: <https://doi.org/10.5585/riae.v21i2.20899>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/riae/article/view/20899>. Acesso em: 31 maio 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Coronavirus disease 2019 (COVID-19): 11 Mar. 2020. **Situation Report**, [Geneva], 51. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronavirus/situation-reports/20200311-sitrep-51-covid-19.pdf?sfvrsn=1ba6bbb2e57_4. Acesso em: 31 maio 2023.

Capítulo III – Empreendedorismo Feminino

A Contribuição do Empreendedorismo Feminino na Contabilidade: uma Análise da Evolução e Perspectivas Futuras

Maria Alice Guedes Porto

Mestra em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social (Fundação Visconde de Cairu – FVC)
E-mail: magportto@yahoo.com

Vivian Nunes Jesus da Silva

Pós-graduada em Perícia (Fundação Visconde de Cairu – FVC)
E-mail: viviannunescontadora@gmail.com

Resumo

Este artigo aborda como a evolução feminina na profissão contábil influencia o empreendedorismo feminino e de que forma essa participação tem contribuído para a classe como um todo e em todas as áreas. O referencial teórico fomenta a importância do empreendedorismo contábil feminino. Esta pesquisa se justifica pelo fato de o empreendedorismo feminino ter ganhado destaque nos últimos anos, na área da contabilidade. A presença cada vez mais expressiva das mulheres nessa profissão tem influenciado significativamente o empreendedorismo feminino, trazendo efeitos tanto para as próprias empreendedoras quanto para a classe empresarial como um todo. Para a sociedade, o presente estudo contribuirá para evidenciar o quanto é relevante o empreendedorismo feminino. O trabalho tem por objetivo geral analisar o impacto do empreendedorismo feminino na contabilidade, considerando a evolução da participação da mulher na profissão e seus efeitos na classe empresarial como um todo. As considerações finais demonstram que foram observados os seguintes aspectos: o aumento da participação das mulheres no empreendedorismo empresarial, as contribuições específicas que elas trazem para o campo, os desafios enfrentados pelas empreendedoras contábeis e as perspectivas futuras para o empreendedorismo feminino na contabilidade.

Palavras-Chave: Contabilidade; Mulher; Empreendedorismo.

1 Introdução

O empreendedorismo feminino tem ganhado destaque nos últimos anos, e a área da contabilidade não fica de fora desse movimento. A presença cada vez mais expressiva das mulheres nessa profissão influencia significativamente o empreendedorismo feminino e traz efeitos tanto para as próprias empreendedoras quanto para a classe empresarial como um todo (LUCENA, 2023).

No entanto, apesar dos avanços observados, ainda existem desafios enfrentados pelas mulheres empreendedoras na área de contabilidade, como barreiras culturais, sociais e institucionais. É necessário compreender esses desafios e identificar as estratégias utilizadas pelas empreendedoras para superá-los, a fim de fornecer direitos para o desenvolvimento de políticas e promover medidas para garantir a igualdade de gênero no empreendedorismo independente.

Além disso, é fundamental investigar as contribuições do empreendedorismo feminino para a classe empresarial como um todo. A presença das mulheres empreendedoras na contabilidade traz consigo a diversidade de perspectivas, inovação e melhoria na qualidade dos serviços prestados, bem como compreender e evidenciar essas contribuições pode estimular a valorização do empreendedorismo feminino na contabilidade e promover a sua expansão, impulsionando o desenvolvimento do setor.

Dessa maneira, o presente estudo tem como objetivo geral analisar o impacto do empreendedorismo feminino na contabilidade, considerando a evolução da participação da mulher na profissão e seus efeitos na classe empresarial como um todo.

Para atingir o objetivo geral, elencam-se os seguintes objetivos específicos:

1. descrever a evolução da participação da mulher na profissão nos últimos anos e seu impacto no empreendedorismo feminino, identificando as principais áreas em que as mulheres empreendedoras estão presentes na contabilidade;
2. reconhecer os desafios enfrentados pelas mulheres empreendedoras na área contábil e as estratégias utilizadas para superá-los;
3. demonstrar as contribuições do empreendedorismo feminino para a classe contábil, tais como inovação, diversidade e melhoria na qualidade dos serviços prestados.

2 Procedimentos Metodológicos

Com o intuito de atingir os objetivos delineados no presente artigo, no que concerne à metodologia empregada nesta pesquisa, foi conduzido um estudo de natureza qualitativa, pois esta se baseia em um conjunto de procedimentos específicos administrados para investigar os indicadores de significado que, por sua vez, afetam a configuração subjetiva.

Assim sendo, a Pesquisa Qualitativa ocorre na “tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em

lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos” (RICHARDSON, 2019, p. 80).

A pesquisa bibliográfica teve início com a identificação e seleção das fontes bibliográficas que apresentaram alguma relação com o tema estudado. Nesta etapa, recorreu-se a bibliotecas físicas e à rede mundial eletrônica de dados (*internet*). Após a identificação e localização do material bibliográfico, foi selecionado o conteúdo mais relevante para o estudo. Na sequência, houve um aprofundamento desse material, de modo a analisá-lo e interpretá-lo. Para isto, procedeu-se conforme sugerido por Gil (2019, p. 85): “[...] identificar as informações e os dados constantes dos materiais; estabelecer relações entre essas informações e dados e o problema proposto; analisar a consistência das informações e dados apresentados pelos autores”.

Por conseguinte, os resultados obtidos mostram que a configuração subjetiva do empreendedorismo empresarial das mulheres está fundamentada em significados subjetivos associados às suas trajetórias, ao contexto atual e à cultura na qual a atividade é exercida.

Quanto aos meios, tratou-se de uma pesquisa de natureza exploratória, que, de acordo com Gil (2019), assume, em geral, a forma de pesquisa bibliográfica, que procura desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, para a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Desse modo, em termos de estratégias empregadas, buscou-se uma maior familiarização com o problema em estudo, que incorporou levantamentos bibliográficos.

A pesquisa foi classificada, em relação aos seus objetivos, como exploratória. Isso se deve à finalidade de proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito. Dessa maneira, mediante procedimentos de coleta de dados com caráter exploratório, o presente estudo analisou os dados pesquisados no site do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), na intenção de obter dados numéricos e confiáveis, para que, assim, pudesse responder ao problema da pesquisa.

3 Fundamentação Teórica

3.1 A evolução da participação da mulher na profissão nos últimos anos e as principais áreas em que as mulheres empreendedoras estão presentes na contabilidade

Uma referência inicial a Schumpeter é indispensável ao analisar o empreendedorismo. O economista austríaco desempenhou um papel fundamental ao introduzir o conceito de empreendedor, que se destaca em sua obra. Ele é um elemento-chave para a compreensão de seus trabalhos. A introdução de uma inovação é uma função específica e exclusiva do empreendedor. Na visão de Schumpeter (1997), o empreendedor não é uma pessoa física, mas um tipo ideal abstrato que define e introduz, no sistema econômico, uma nova função de produção.

Ainda de acordo com Schumpeter (1997), o empreendedor desempenha um papel fundamental no sistema econômico, pois traz consigo o processo de inovação, capaz de provocar revoluções nas mazelas pessoais e sociais, por meio daquilo que o autor denomina de “destruição criativa”. Essa dinâmica implica a substituição de produtos antigos (bens e serviços) por novos. Dessa maneira, o empreendedor é visto como um agente capaz de sustentar o progresso econômico, ao introduzir novas ideias, tecnologias e soluções, criando, assim, um ambiente dinâmico de mudanças e desenvolvimento.

Compreende-se, portanto, que essa ideia de “destruição criativa” é importante. Isso porque a mudança e a inovação são essenciais para o progresso econômico, e, na visão de Schumpeter, o empreendedor é um agente de mudança que impulsionou a economia ao criar produtos e serviços que substituem os antigos. Em outras palavras, a inovação é a força motriz por trás da transformação econômica e social.

No que se refere ao empreendedorismo na contabilidade, a evolução da participação feminina tem sido fundamental para a promoção da igualdade de gênero nessa área, o que estimula o empreendedorismo feminino. Dessa forma, a participação das mulheres na profissão empresarial tem sido um importante catalisador para o empreendedorismo feminino na contabilidade.

A participação feminina na profissão empresarial tem passado por uma evolução notável nos últimos anos, com um aumento significativo do ingresso de mulheres nesse campo (SOUZA; MORAIS; SERVILHA; ROCHA; SANTOS, 2023). Anteriormente dominada pelos homens, a contabilidade vem experimentando uma mudança de paradigma, à medida que as mulheres conquistam espaço e se destacam nesse ambiente (PINTO; ANJOS, 2023). Essa evolução reflete um movimento mais amplo de empoderamento feminino e busca por igualdade de oportunidades.

Isso posto, a evolução da participação feminina na contabilidade desempenha um papel fundamental na mudança de paradigmas e estereótipos (SANTOS; ORA; VENDRAMIN; LIMA; PEREIRA, 2023). Igualmente, a presença de mulheres bem-sucedidas nesse campo desafia a visão tradicional de que a contabilidade é uma classe exclusivamente masculina. O impacto dessa representatividade é crucial para inspirar outras mulheres a seguirem carreiras empreendedoras na contabilidade. Por conseguinte, nos últimos anos, tem-se observado uma notável evolução na quantidade de mulheres que exercem a profissão (INACIO; SOCREPPA, 2023).

Assim, de acordo com dados do Conselho Federal de Contabilidade (2023), a presença feminina na profissão tem aumentado ao longo dos últimos anos; a entidade indica que as mulheres representam cerca de 43% dos contadores no Brasil. Infere-se, portanto, que essa evolução tem impactado diretamente o empreendedorismo feminino nesse setor. Com o aumento do número de mulheres contadoras, observa-se um crescimento propor-

cional de empreendedoras na contabilidade. As contadoras empreendedoras trazem uma perspectiva única para o setor, incorporando uma abordagem inovadora, criativa e diversificada. Suas habilidades técnicas, habilidades de gestão e capacidade de adaptação são valiosas para enfrentar os desafios do empreendedorismo e apoiar o crescimento do setor empresarial (INACIO; SOCREPPA, 2023).

Nessa direção, de acordo com Gouveia (2017), as mulheres estão rompendo barreiras e assumindo papéis de liderança em diversas áreas da contabilidade, confiantes para a diversidade e inovação nas diversas áreas do setor, tais como:

- a. Consultoria financeira: as mulheres empreendedoras têm se destacado na consultoria financeira, ao oferecerem serviços de planejamento financeiro, gestão de investimentos e assessoria tributária para pessoas físicas e jurídicas. A abordagem centrada no cliente, as habilidades interpessoais e a atenção aos detalhes foram diferenciais valorizados nessa área.
- b. *Start-ups* e empresas de tecnologia: à medida que o setor de tecnologia continua a crescer, as mulheres empreendedoras se aventuram em *start-ups* e empresas de tecnologia empresarial. Elas desenvolvem soluções inovadoras, como softwares de gestão financeira, aplicativos móveis e plataformas de contabilidade automatizada. Essas empreendedoras impulsionam a transformação digital na contabilidade e oferecem ferramentas eficientes para a gestão financeira.
- c. Consultoria Contábil: as mulheres exercem uma variedade de tarefas na consultoria e garantem, de forma significativa, o sucesso das empresas e organizações, por meio de atividades tais como análise e elaboração de relatórios contábeis, em que as mulheres podem ser responsáveis por analisar e interpretar as informações, incluindo registros contábeis, balanços patrimoniais e relatórios financeiros. Elas podem elaborar relatórios detalhados que ajudam as empresas a entender sua situação financeira e contábil, e tomar decisões estratégicas com base nessas informações.

A presença crescente de mulheres empreendedoras na contabilidade traz benefícios tanto para os profissionais envolvidos quanto para a classe empresarial como um todo (FERREIRA, 2015). Portanto, a evolução da ocupação da mulher na contabilidade tem um impacto positivo no empreendedorismo feminino e proporciona mais oportunidades para mulheres em cargos de liderança e para a criação de negócios próprios (PINTO; ANJOS, 2023).

Assim sendo, essa mudança representa uma quebra de paradigmas em uma profissão historicamente dominada por homens e evidencia a importância da diversidade na contabilidade e no empreendedorismo.

3.2 Os desafios enfrentados pelas mulheres empreendedoras na área contábil e as estratégias utilizadas para superá-los

No mundo contemporâneo, as mulheres têm concedido cada vez mais papéis de destaque em diversos setores da sociedade, inclusive no empreendedorismo. No entanto, ao ingressar na área do empreendedorismo, as mulheres enfrentam uma série de desafios específicos que podem dificultar seu progresso e sucesso.

A participação feminina na profissão contábil cresceu exponencialmente desde 1946, a partir da criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), por meio do Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio. Na década de 1950, as mulheres representavam 1,3% da classe contábil; em 1980, chegaram a 20%; já em 2000, atingiram a marca de 31%; e, em 2018, 42,8% (CFC, 2023).

De acordo com dados atualizados e obtidos junto ao CFC (2023), a presença das mulheres em número de registros profissionais ativos no Brasil, em 2023, representa 43,37%. A distribuição das mulheres pelas regiões brasileiras apresenta um equilíbrio, com o mínimo de 40,24% no Centro-Oeste e a máxima de 48,50% na Região Norte. Nos estados brasileiros do Amazonas (AM), do Pará (PA) e de Roraima (RR), as mulheres já superaram o número de registros.

No Brasil, apesar de poucos relatos quanto ao início da inserção da mulher no mercado de trabalho contábil, tem-se registrado que Eny Pimenta de Moraes foi a primeira mulher a obter o registro profissional junto ao Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ), em 10 de junho de 1947, e Maria Divina Nogueira Sanches, junto ao Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG), em 13 de outubro de 1947 (CFC, 2023).

A partir da década de 1980, o empreendedorismo ganhou força e foi reconhecido como fonte de desenvolvimento econômico e progresso. Desta forma, o empreendedorismo evoluiu frente às ideias que dominavam a época, o que proporcionou uma conjuntura de Três Eras distintas do Pensamento Empreendedor (VERGA; SILVA, 2023). Compreende-se, portanto, que as mulheres empreendedoras na área da contabilidade, muitas vezes, são confrontadas com a desigualdade de gênero. Elas podem enfrentar discriminações, preconceitos e estereótipos que as subestimam e diminuem suas habilidades. A falta de reconhecimento e de oportunidades iguais pode ser um obstáculo significativo para seu crescimento profissional.

As dificuldades e os desafios enfrentados pelas empreendedoras contábeis são inúmeros; todavia, o que mais se destaca é o fato de a contabilidade ainda ser vista como uma profissão altamente masculina por muitos. No entanto, apesar dos avanços, ainda existem desafios que as mulheres empreendedoras enfrentam na contabilidade. Obstáculos como o acesso a financiamento, o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, a falta de redes de apoio e a necessidade de conciliar papéis múltiplos são questões que fomentam atenção e medidas para promoção de igualdade de oportunidades (GOMES, 2006).

Infere-se, portanto, que o empreendedor necessita ter paixão pelo que faz, precisa se arriscar e acreditar em si mesmo para conseguir o que se deseja. Contudo, Chiavenato (2007) evidencia que sem uma boa dose de racionalidade o sonho pode não se tornar realidade. No entanto, as mulheres contadoras têm se mostrado resilientes e criativas na superação desses obstáculos, criando negócios bem-sucedidos e inovadores. Neste cenário, a evolução da ocupação da mulher na profissão tem proporcionado oportunidades e caminhos abertos para o empreendedorismo feminino.

Compreende-se que, para ser empreendedora, é necessário doar-se, ter empatia, ser independente, tomar decisões, dominar o processo, ter autoconhecimento, saber negociar, ouvir, trabalhar em equipe e, enfim, realizar. Para Nonato, Silva, Nascimento, Miranda e Costa (2023), as mulheres empreendedoras na área enfrentam desafios sofridos em razão de fatores como a desigualdade de gênero, a conciliação entre vida pessoal e profissional, a falta de apoio e de recursos financeiros. No entanto, essas empreendedoras adotaram diversas estratégias para superar tais obstáculos, como a busca por mentoria, a formação de redes de apoio, o aprimoramento profissional e a criação de soluções inovadoras.

Nesse sentido, serão discorridos, a seguir, os desafios enfrentados pelas contadoras e como superá-los:

- a. Discriminação e preconceito: as mulheres empreendedoras na área contábil muitas vezes são confrontadas com discriminação de gênero e preconceitos arraigados. Elas podem enfrentar dificuldades para serem levadas a sério em um setor historicamente dominado pelos homens. Para superar essa barreira, muitas empreendedoras se apoiam em sua expertise e conhecimento técnico, demonstrando sua competência por meio de resultados sólidos e conquistando a confiança de clientes e parceiros de negócios (SANTOS; ORA; VENDRAMIN; LIMA; PEREIRA, 2023);
- b. Equilíbrio entre trabalho e vida pessoal: a busca pelo equilíbrio entre trabalho e vida pessoal é um desafio comum enfrentado por muitas mulheres empreendedoras na área empresarial. O empreendedorismo exige um investimento significativo de tempo e energia, o que pode dificultar a conciliação das responsabilidades profissionais com as demandas familiares. Para lidar com isso, muitas empreendedoras na contabilidade adotaram estratégias como o estabelecimento de limites definidos entre trabalho e vida pessoal, e a busca por apoio e colaboração de familiares e amigos (FERREIRA, 2015);
- c. Acesso a recursos financeiros: é um dos principais desafios enfrentados por mulheres empreendedoras na área contábil. Elas podem encontrar dificuldades ao buscar financiamento para iniciar ou expandir seus negócios, devido a barreiras e estereótipos de gênero presentes no sistema financeiro. Para superar essa limitação, muitas empreendedoras buscam alternativas, como financiamento coletivo, parcerias estratégicas ou programas específicos de apoio ao empreendedorismo feminino (PINTO; ANJOS, 2023);

Nesse sentido, para superar os desafios, as mulheres empreendedoras na área de contabilidade adotam diversas estratégias, como a busca por mentoras e a formação de redes de apoio com outras mulheres empreendedoras. Além disso, elas investem em sua formação profissional, buscando cursos e treinamentos para aprimorar habilidades e conhecimentos (FERREIRA, 2015).

Inferre-se que as mulheres empreendedoras na área contábil enfrentam uma série de desafios específicos, desde a percepção de gênero até a conciliação entre trabalho e vida pessoal, o acesso a recursos financeiros e a construção de uma rede de contatos sólidos. Contudo, encontram estratégias para esses desafios.

3.3 As contribuições do empreendedorismo feminino para a classe contábil, tais como inovação, diversidade e melhoria na qualidade dos serviços prestados

O empreendedorismo feminino na contabilidade tem trazido inúmeras contribuições para a classe empresarial como um todo. A participação ativa e a liderança das mulheres empreendedoras na área contábil têm impulsionado a inovação, a diversidade e a melhoria na qualidade dos serviços prestados.

O empreendedorismo feminino na contabilidade permite a introdução de novos processos, tecnologias e abordagens que melhoram a eficiência e a eficácia dos serviços contábeis. Por meio da implementação de práticas inovadoras, as mulheres empreendedoras impulsionam a evolução do setor contábil e criam um ambiente mais dinâmico e adaptável às mudanças do mercado (LUCENA; RODRIGUES, 2023).

Outra contribuição fundamental do empreendedorismo feminino é a promoção da diversidade. A inclusão de mulheres empreendedoras na classe executiva traz consigo uma ampla gama de perspectivas, experiências e habilidades. Essa diversidade de pensamentos e vivências enriquece o ambiente profissional e estimula a criatividade, a colaboração e a tomada de decisões mais abrangentes (GOUVEIA, 2017). De acordo com Lourenço (2013), a presença de mulheres empreendedoras na contabilidade também cria um espaço mais inclusivo para outras mulheres, estimula sua participação e permite que suas vozes sejam ouvidas. Além disso, o empreendedorismo feminino contribui para a melhoria na qualidade dos serviços prestados pela classe contábil.

Assim sendo, compreende-se que as mulheres empreendedoras contábeis demonstraram um compromisso notável com a excelência e a ética profissional. Para Fontoura (2023), sua busca constante por conhecimento, atualização e aprimoramento resulta em serviços de alta qualidade, que atendem às necessidades dos clientes de forma abrangente e precisa. Por conseguinte, entende-se que o empreendedorismo feminino na contabilidade traz benefícios para a classe empresarial como um todo. A inovação, a diversidade e a melhoria na qualidade dos serviços são algumas das contribuições destacadas.

Assim sendo, infere-se que a presença de mulheres empreendedoras na contabilidade tem gerado uma série de efeitos positivos para o setor. Entre eles, destacam-se a introdução de novas abordagens e soluções para os desafios enfrentados pelos profissionais da contabilidade, assim como a melhoria na oferta de serviços e o auxílio do mercado.

No que se refere à inovação, as mulheres empreendedoras trazem novas perspectivas para a profissão, com a adoção de novas tecnologias e processos, além da criação de novas soluções para atender às necessidades dos clientes. Conforme avaliam Gonçalves e Silva (2023), isso tem contribuído para a modernização da contabilidade, tornando-a mais ágil e eficiente, além de ampliar as possibilidades de atuação dos profissionais da contabilidade. Mulheres empreendedoras na contabilidade tendem a adotar uma abordagem criativa e a buscar soluções inovadoras para os desafios do setor. Sua visão diferenciada e capacidade de pensar de forma não convencional permitem a identificação de novas oportunidades de negócios e a implementação de práticas inovadoras na prestação de serviços (TONETTO, 2023).

Outra contribuição importante é a diversidade. A presença de mulheres empreendedoras na contabilidade trouxe novas ideias, habilidades e perspectivas para o setor, o que tem colaborado para o aumento da variedade de serviços oferecidos, assim como para a expansão do mercado. A diversidade também tem contribuído para a criação de um ambiente mais inclusivo e colaborativo, o que resulta em uma maior troca de conhecimentos e experiências entre os profissionais da contabilidade (FERREIRA, 2015).

O empreendedorismo feminino na contabilidade tem contribuído para a melhoria na qualidade dos serviços prestados. As mulheres empreendedoras investiram em capacitação e especialização para oferecer serviços cada vez mais personalizados. Isso tem gerado um impacto positivo na satisfação dos clientes e na imagem da profissão como um todo (GOUVEIA, 2017). Ressalta-se que as contribuições do empreendedorismo feminino na contabilidade não se limitam apenas à profissão trabalhista em si, mas também têm impacto positivo na economia como um todo. A acomodação do mercado e a oferta de serviços mais eficientes e diversificados contribuíram para o desenvolvimento econômico e social das regiões onde as mulheres empreendedoras estão presentes (MARIAN, 2023).

Assim sendo, compreende-se que o empreendedorismo feminino traz uma valiosa diversidade para a classe empresarial, pois as mulheres contadoras possuem experiências e perspectivas únicas que enriquecem a tomada de decisões e promovem a diversidade de pensamento. A inclusão de diferentes vozes e experiências resulta em soluções mais abrangentes e adaptadas às necessidades dos clientes. A diversidade de gênero também contribui para a superação de estereótipos e preconceitos, criando um ambiente mais inclusivo e igualitário (LUCENA; RODRIGUES, 2023).

Para os autores supracitados, outra contribuição importante do empreendedorismo feminino é a melhoria na qualidade dos serviços prestados. Mulheres empreendedoras na contabilidade são conhecidas por sua atenção aos detalhes, seu senso de responsabilidade

e seu compromisso com a excelência. As mulheres contadoras têm o cuidado de fornecer serviços de alta qualidade, garantindo a precisão e a confiabilidade das informações contábeis. A busca incessante pela qualidade impulsiona o desenvolvimento profissional contínuo e a adoção das melhores práticas, elevando os padrões da classe contábil como um todo (LOURENÇO, 2013).

As mulheres empreendedoras da área das Ciências Contábeis estão frequentemente envolvidas em atividades de responsabilidade social e sustentabilidade. Elas reconhecem a importância de considerar fatores ambientais, sociais e de governança (ESG) em suas práticas contábeis. É importante ressaltar que a contribuição do empreendedorismo feminino vai além do âmbito puramente profissional. As mulheres empreendedoras são frequentemente envolvidas em atividades de responsabilidade social corporativa, demonstrando compromisso com a ética e com questões sociais, ambientais e de governança. Elas são agentes de mudança, ao promoverem a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável por meio de suas práticas de negócios (MELO; SILVA; ALMEIDA, 2023).

Entende-se, assim, que essa abordagem ampliada não apenas beneficia os clientes e a sociedade, mas também fortalece a credibilidade da classe contábil, demonstrando seu compromisso com a ética e a responsabilidade corporativa, bem como a responsabilidade com a sociedade como um todo. Observa-se, portanto, que, à medida que as mulheres assumem posições de liderança e fundam seus próprios empreendimentos contábeis, elas trazem perspectivas únicas e habilidades que enriquecem a classe contábil como um todo. A presença feminina traz uma abordagem maior na interação e no atendimento ao cliente, agrega valor aos relacionamentos comerciais e fideliza os clientes.

4 Resultados e discussões

Esta seção apresenta e discute os resultados obtidos no presente estudo; para tanto, será dividida em duas partes: a apresentação dos resultados e a discussão dos achados.

4.1 Apresentação dos resultados

Primeiramente, foi realizada uma análise descritiva dos dados coletados no site do Conselho Federal de Contabilidade, que revelou que a presença feminina na profissão tem aumentado nos últimos anos, representando cerca de 43% do total de contadores no Brasil. Assim, observa-se que a participação das mulheres na profissão contábil tem apresentado um crescimento notável nos últimos anos, o que reflete um movimento mais amplo de empoderamento feminino e busca por igualdade de oportunidades, e traz mudanças de paradigma, à medida que mais mulheres ingressam e se destacam nesse campo.

As mulheres contadoras empreendedoras, portanto, trazem uma perspectiva única para a contabilidade, visto que incorporam abordagens inovadoras, criativas e diversificadas, com habilidades e competências técnicas, de gestão e capacidade de adaptação valiosas para enfrentar os desafios do empreendedorismo e contribuir para o crescimento do setor empresarial.

4.2 Discussão dos achados

Os resultados obtidos no presente estudo demonstram, nitidamente, que a evolução da participação feminina na contabilidade e o aumento do empreendedorismo feminino nesse campo são reflexo do progresso social e econômico alcançado. Essa mudança, impulsionada pelas mulheres empreendedoras na contabilidade, reforça a importância da inovação e da criatividade como aspectos incentivadores do desenvolvimento econômico e social.

No entanto, apesar dos avanços significativos, ainda existem desafios a serem enfrentados para garantir uma representação equitativa de gênero na contabilidade e promover um ambiente inclusivo para as mulheres empreendedoras.

Os resultados do presente estudo fornecem evidências robustas sobre a participação das mulheres na área do empreendedorismo contábil, o que fomenta mais a igualdade de gênero, a capacitação profissional e a qualidade de vida para essas mulheres. Esses resultados são consistentes com a fundamentação teórica dessa pesquisa, a qual sugere que o aumento da presença feminina neste campo serve como um exemplo inspirador e encorajador para outras mulheres empreendedoras.

5 Considerações finais

A presente pesquisa analisou o impacto do empreendedorismo feminino na contabilidade, considerando a evolução da participação da mulher na profissão e os seus efeitos na classe empresarial como um todo. Esta análise ocorreu mediante pesquisa bibliográfica, com base em conceitos e definições que fundamentam o tema.

Os conceitos abordados pelos autores na área evidenciam que a evolução feminina na profissão contábil influencia o empreendedorismo feminino e demonstram de que forma essa participação tem contribuído para a classe como um todo e em todas as áreas.

Em relação ao objetivo específico de descrever a evolução da participação da mulher na profissão nos últimos anos e o seu impacto no empreendedorismo feminino, identificando as principais áreas em que as mulheres empreendedoras estão presentes na contabilidade e de que modo fazem a diferença para outras mulheres, foi constatado que o empreendedorismo contábil feminino proporciona maior representatividade para o crescimento e desenvolvimento da área contábil.

No que tange ao objetivo específico de reconhecer os desafios enfrentados pelas mulheres empreendedoras na área contábil e as estratégias utilizadas para superá-los, evidenciou-se que são muitos os desafios, mas que as contadoras são resilientes e possibilitam melhorias no empreendedorismo contábil feminino.

Consoante ao objetivo específico de demonstrar as contribuições do empreendedorismo feminino para a classe contábil, tais como inovação, diversidade e melhoria na qualidade dos serviços prestados, a pesquisa concluiu que as mulheres contadoras são capazes de inovar e, assim, contribuir para o aprimoramento da inserção da mulher no empreendedorismo contábil. Essas mulheres empreendedoras moldam um setor mais inclusivo e preparado para enfrentar os desafios do mundo dos negócios.

Em face do exposto, evidencia-se que, nos últimos anos, houve um aumento significativo na participação das mulheres contadoras no empreendedorismo e na área empresarial, o que permitiu a evolução da participação das mulheres na profissão. Além disso, observou-se que as mulheres empreendedoras estão presentes na contabilidade e contribuem para a classe contábil, com inovação, diversidade e melhoria na qualidade dos serviços prestados.

Referências

ALVES, Sheylla. Especial CFC Mulher : a educação que transforma e atrai mulheres para o universo contábil. **Conselho Federal de Contabilidade**, Notícias, Brasília, 29 set. 2022. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/especial-cfc-mulher-a-educacao-que-transforma-e-atrai-mulheres-para-o-universo-contabil/>. Acesso em: 14 maio 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Vice-Presidência de Registro. Coordenadoria de Registro. **Profissionais ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade agrupados por categoria**. Disponível em: <https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=1>. Acesso em: 13 maio 2023.

FERREIRA, Cibelle Soares Saraiva. **Empreendedorismo feminino**: um estudo sobre o crescimento e os modelos de gestão em negócios liderados por mulheres. Orientador: Marcelo Bispo. 2015. 43 f. Monografia (Graduação em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1434>. Acesso em: 13 maio 2023.

FONTOURA, Joseane dos Santos Fraga. **Equidade de gênero na contabilidade no Brasil**: o protagonismo da mulher. Orientadora: Patrícia Coelho Motta de Souza. 2021. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade La Salle, Canoas, RS, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unilasalle.edu.br/handle/11690/2313>. Acesso em: 13 maio 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Almiralva Ferraz. **Mulheres empreendedoras**. Vitória da Conquista: UESB, 2006.

GONÇALVES, Ludmila Daros. **A importância do profissional da contabilidade para o microempreendedor individual (MEI)**. Orientador: Sérgio Mendonça da Silva. 2021. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2021. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/9246>. Acesso em: 14 maio 2023.

GOUVEIA, William Martins de. **Empreendedorismo social e contabilidade**: uma visão sobre a participação e importância da contabilidade nos negócios sociais. Orientadora: Silvia Pereira de Castro Casa Nova. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-12042017-164746/pt-br.php>. Acesso em: 14 maio 2023.

GRECO, Simara Maria de Souza Silveira (coord.) et al. **Empreendedorismo no Brasil**: 2019. Curitiba: IBQP: Sebrae, 2020. Disponível em: <https://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Empreendedorismo-no-Brasil-GEM-2019.pdf>. Acesso em: 13 maio 2023.

INACIO, Aline de Oliveira; SOCREPPA, Bruna. A participação da mulher nos escritórios de contabilidade de SINOP-MT. **Revista Mato-grossense de Gestão, Inovação e Comunicação**, v. 1, n. 1, 2023. Disponível em: <http://revistas.fasipe.com.br:3000/index.php/RE MAGIC/article/view/178>. Acesso em: 13 maio 2023.

LOURENÇO, Rafael Augusto. **Trajetória e atuação empreendedora de empresários contábeis da Grande São Paulo**. Orientador: Ivam Ricardo Peleias. 2013. 342 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2013. Disponível em: http://tede.fecap.br:8080/bitstream/tede/525/1/Rafael_Augusto_Lourenco.pdf. Acesso em: 14 maio 2023.

LUCENA, Priscilla Ferreira de; Rodrigues, Danielle Fernandes. Empreendedorismo feminino na cidade de João Pessoa-PB: dificuldades enfrentadas no período do Covid-19. **Revista Campo do Saber**, Cabedelo, v. 8, n. 1, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.iesp.edu.br/index.php/campodosaber/article/view/468>. Acesso em: 13 maio 2023.

MARIAN, Sérgio. **As atividades profissionais nas empresas de serviços contábeis e a formação do contador**. Orientador: Marcos Laffin. 2008. 102 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91965>. Acesso em: 14 maio 2023.

MELO, Felipe Luiz Neves Bezerra de; SILVA, Rafael Rodrigues da; ALMEIDA, Tatiane Nunes Viana de. Gênero e empreendedorismo: um estudo comparativo entre as abordagens Causation e Effectuation. **Brazilian Business Review**, v. 16, n. 3, p. 273-296, May/June 2019. Disponível em: <https://www.bbronline.com.br/index.php/bbr/article/view/529>. Acesso em: 14 maio 2023.

NONATO, Karen Emanuely Costa; NASCIMENTO, Ítalo Carlos Soares do; SILVA, Annandy Raquel Pereira da; MIRANDA, Mariza Camila de; COSTA, Wênika Preston Leite Batista da. Mulheres em evidência: desafios e perspectivas da mulher contabilista. In: CONGRESSO VIRTUAL DE ADMINISTRAÇÃO, 17., 2020, online. **Anais [...]**. São Paulo: Instituto Pantex de Pesquisa, 2020. p. [1-15]. Disponível em: <https://convibra.org/publicacao/21351/>. Acesso em: 14 maio 2023.

PINTO, Thais Resende; ANJOS, Mayara Abadia Delfino dos. Empreendedorismo feminino: a ascensão da mulher na contabilidade brasileira em meio a barreiras e ao patriarcado imposto pela sociedade. **GETEC**, v. 10, n. 34, p. 91-108, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/2605>. Acesso em: 14 maio 2023.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2019.

SANTOS, Ludimila Ribeiro de Mello; ORA, Wesley Ferreira da; VENDRAMIN, Elisabeth de Oliveira; LIMA, João Paulo Resende de; PEREIRA, Alefi dos Santos. Glass Ceiling e seus principais reflexos nas perspectivas de carreira nas estudantes de contabilidade. **Revista de Informação Contábil (RIC)**, v. 16, 2022, e-022008. DOI: <https://doi.org/10.34629/ufpe-iscal/1982-3967.2022.v16.e-022008>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/256675>. Acesso em: 14 maio 2023.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico. Tradução: Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Anuário das mulheres empreendedoras e trabalhadoras em micro e pequenas empresas 2013**. São Paulo: DIEESE, 2013. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario_Mulheres_Trabalhadoras.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

SILVA, Ariana Vieira da. **Empreendedorismo por mulheres**: uma análise do perfil e dos desafios enfrentados por mulheres empreendedoras. Orientador: Humberto Tonani Tosta. 2019. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3273/1/SILVA.pdf>. Acesso em: 14 maio 2023.

SILVA, Jarleide de Souza; SILVA, Annandy Raquel Pereira da; NASCIMENTO, Ítalo Carlos Soares do; MELO, Geison Calyo Varela de; MOREIRA, Caritsa Scartaty. Presença do gênero feminino entre os discentes de ciências contábeis de uma universidade federal. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 11, n. 21, p. 20-31, 2022. DOI: 10.30681/ruc.v11i21.4510. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/view/4510>. Acesso em: 14 maio 2023.

SOUZA, Maria Eduarda Lopes de; MORAIS, Márcio Íris de; SERVILHA, Grazielle Oliveira Aragão; ROCHA, Margarida Alves; SANTOS, Josiane Silva Costa dos. Mulheres na contabilidade: representação nas empresas de serviços contábeis em Tangará da Serra - MT. **Contabilometria, Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, Monte Carmelo, v. 9, n. 2, p. 18-30, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/contabilometria/article/view/2615>. Acesso em: 14 maio 2023.

TONETTO, Patrícia Tramontin. **A mulher contadora**: o perfil das profissionais e as perspectivas para o futuro das formadas entre 2007 a 2011 do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Orientador: Luciano da Rocha Ducioni. 2012. 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/1326>. Acesso em: 14 maio 2023.

VERGA, Everton; SILVA, Luiz Fernando Soares da. Empreendedorismo: evolução histórica, definições e abordagens. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 8., 2014, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia, GO: ANEGEPE, 2014. p. 1-16. Disponível em: <https://anegepe.org.br/wp-content/uploads/2021/09/186.pdf>. Acesso em: 14 maio 2023.

CAPÍTULO IV

A Mulher na Ciência e Educação

Coordenadoras:
Elzanira Sousa de Oliveira e Palmira Leão



Capítulo IV – A Mulher na Ciência e Educação

Educação Financeira e Gênero: um Estudo sobre o Nível de Conhecimento dos Estudantes do Rio de Janeiro

Samara Fadigas Contrera da Costa

Mestra em Ciências Contábeis (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-7189-9567> | E-mail: solcontreragestao@gmail.com

Mariana Pereira Bonfim

Doutora em Ciências Contábeis (Universidade de Brasília – UnB)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2339-0462> | E-mail: marianapbonfim@gmail.com

Mariana Azevedo Alves

Mestra em Administração Pública (UFF) e Doutoranda em Ciências Contábeis (UnB)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5411-0545> | Email: a.marianaazevedo@gmail.com

Resumo

A Organização Mundial da Saúde considera a educação financeira um assunto tão importante quanto a saúde física e mental, pois a qualidade de vida está ligada também à tranquilidade e à segurança econômica. Diante da existência de diferenças no acesso à educação financeira por homens e mulheres, a presente pesquisa analisou o nível de educação financeira, considerando a perspectiva de gênero dos estudantes de Ciências Contábeis e Administração do Estado do Rio de Janeiro. Por meio de um questionário aplicado a 126 discentes, foi possível observar que não há diferenças entre os gêneros quanto ao nível de conhecimento sobre educação financeira, porém as mulheres apresentam uma autopercepção inferior sobre o tema, demonstrando maior insegurança a respeito dos seus conhecimentos.

Palavras-chave: Gênero; Educação Financeira; Mulheres.

1 Introdução

A educação financeira no Brasil sempre foi um assunto de pouco interesse público; predomina, assim, o debate em torno do consumismo e da facilidade de crédito (SILVA; NOGUEIRA, 2018). As políticas governamentais adotadas no país estimulam a oferta de crédito, incentivam o consumo e, conseqüentemente, a produção de bens e serviços (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007). Entretanto, o aumento do consumo familiar não é suficiente para encorajar os investimentos que geram incremento na empregabilidade, com salários atrativos, que possam elevar a renda. Na realidade, a estratégia de facilitar o crédito pode agravar ainda mais a situação econômica das famílias, fazendo com que elas comprometam ainda mais seu orçamento, na busca de opções para equilibrar suas receitas e despesas. Essa estratégia econômica repercute em ciclos viciosos de expansão e retardação do crescimento econômico do país (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

As empresas, ao estimularem o consumo e o imediatismo, fazem com que as pessoas se endividem ainda mais, pelo desejo de obter um padrão de vida ilusório. Por sua vez, o governo encoraja o consumo, ao possibilitar e facilitar o crédito para o financiamento de gastos e, assim, colaborar para o aumento do endividamento das famílias (SOUSA, 2015). Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2014), as campanhas nacionais devem encorajar os indivíduos a poupar e entender melhor a situação de risco e retorno, por meio da educação financeira.

Ainda de acordo com a OCDE (2005, p. 5), educação financeira é um processo no qual investidores e consumidores compreendem os conceitos e a aplicabilidade dos ativos financeiros, com habilidades. Ter educação financeira é compreender os riscos dos negócios, mediante informações, a fim de tornar mais compreensíveis as oportunidades do mercado e, assim, buscar qualidade de vida financeira.

Desde os anos de 1990, com o crescimento do país, a instabilidade econômica e os altos índices de endividamento, o Brasil começou a ter preocupações mais assíduas sobre o assunto. Para Araujo e Calife (2012), no fim da década de 1990, a educação financeira era voltada para as dicas de investimentos; já nos anos 2000, surgiram estudos inserindo um raciocínio diferente na relação das pessoas com o dinheiro e ressaltando a importância do planejamento financeiro.

Outro fator que evidenciou o aumento de interesse pelo tema foi a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), criada por meio do Decreto n.º 7.397, de 2010, e renovada pelo Decreto n.º 10.393, de 2020. Composto por oito órgãos governamentais, o programa consolida as estratégias nacionais no tocante à educação financeira. Destaca-se também o Programa de Educação Financeira do Banco Central (PEF-BC), criado em 2003, com o objetivo de disseminar conhecimentos econômicos e financeiros para que a sociedade possa refletir sobre a responsabilidade do planejamento e compreender a influência da economia e das finanças no dia a dia (BACEN, 2010). Em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

colocou a educação financeira como tema transversal nas disciplinas, a fim de desenvolver nos alunos a capacidade de tomar decisões e fazer planejamentos financeiros (MEC, 2017).

Apesar dos avanços, alguns pontos relacionados à educação financeira no país ainda precisam ser discutidos. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, 2018) constatou que, entre os países-membros da OCDE, o Brasil é o 4º pior em competência financeira dos jovens. Em edições anteriores, os resultados apontavam que apenas 3% dos estudantes brasileiros que participaram da avaliação acertaram todos os questionamentos do exame (PISA, 2015).

Além disso, Bruhn et al. (2016) acompanharam o efeito da implementação da educação financeira destinada a 25.000 estudantes, de 892 escolas e 6 estados brasileiros, e observaram que o impacto transcende o aluno e causa repercussões positivas até mesmo para os pais. Silva e Nogueira (2018) evidenciam que a falta de educação financeira afeta a qualidade de vida, o desenvolvimento profissional e as finanças organizacionais, uma vez que gastos com desligamento, afastamento, licenças, baixa produtividade e faltas impactam o desempenho financeiro causado pelo endividamento dos seus funcionários. Nesse contexto, o nível de conhecimento dos estudantes de Ciências Contábeis e Administração, no que tange à educação financeira, é fator importante no desenvolvimento da economia do país e na sobrevivência das organizações.

Do ponto de vista acadêmico, alguns estudos sobre a temática da educação financeira já foram desenvolvidos. A pesquisa de Cruz et al. (2020), por exemplo, aponta que o Brasil ocupa o sétimo lugar na quantidade de publicações sobre o tema, com 196 artigos, no período de 2000 a 2019. No que se refere à escala de distribuições por ano, o crescimento ocorre a partir de 2009 e permanece em crescente até 2019. Ao relacionar os artigos de educação financeira desenvolvidos por área temática, as Ciências Sociais aparecem em 2º lugar, e a Contabilidade, em 9º, com 1.328 e 238 artigos, respectivamente. Por fim, o trabalho conclui que, apesar do crescente número de pesquisas científicas sobre o tema educação financeira, o Brasil ainda se encontra em um patamar inferior de publicações, por isso necessita de uma maior exploração do assunto e pesquisas nessa temática.

Já o estudo realizado por Ribeiro, Rizzo e Scarausi (2020), com as produções publicadas na base Spell no período de 2005 a 2019, evidencia que os trabalhos sobre educação financeira se concentram, principalmente, na área contábil e administrativa. Os autores também destacam que os artigos encontrados têm como principal objetivo a educação financeira e sua ausência pública e, nesse contexto, concluem indicando a necessidade de aumentar a produção de estudos aprofundados sobre a temática.

Apesar da existência de trabalhos anteriores desenvolvidos acerca da educação financeira, ainda há muito a se explorar. A questão de gênero, por exemplo, é uma temática que ainda é passível de discussão e aprofundamento, uma vez que pesquisas apontam diferenças persistentes, entre homens e mulheres, no nível de conhecimento sobre o tema (BUCHER-KOENER et al., 2017; LIND et al., 2020; TINGHOG et al., 2021).

O campo de finanças ainda é visto como uma área de domínio masculino (JONES; MERRIT, 2020; BOTAZZI; LUSARDI, 2021). Questões de acesso à educação, cultura do país e responsabilidade da tomada de decisão financeira, comumente delegada a homens, são pontos levantados como possíveis explicações para a lacuna ainda existente (LUSARDI; MITCHELL, 2014; HSU, 2016; BUCHER-KOENER et al., 2017; RINK; WALLE; KLASSEN, 2021).

Nas pesquisas que investigam educação financeira com o recorte de gênero no Brasil, os resultados encontrados são consistentes com a literatura internacional. Fernandes e Vilela (2019), por exemplo, estudaram a Enef e apontaram diferenças na construção discursiva do papel de homens e mulheres no tratamento do assunto; já Guimarães e Iglesias (2021), em estudo com alunos do ensino médio, perceberam que, mesmo nesse nível de ensino, o gênero é fator de diferenciação entre o conhecimento financeiro dos alunos.

Desse modo, é possível perceber a necessidade, cada vez mais crescente, de estudos sobre a educação financeira e a lacuna ainda existente a respeito da questão de gênero nessa seara. Diante desse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o nível de educação financeira, sob a perspectiva de gênero, dos estudantes de Ciências Contábeis e Administração do Estado do Rio de Janeiro.

A escolha do Rio de Janeiro se dá em decorrência de esse ser um dos estados mais populosos e desenvolvidos do país e que, em 2010, voluntariou-se para participar do programa-piloto de educação financeira coordenado pelo Ministério da Educação (BRUHN et al., 2016). Sendo assim, esta pesquisa delineou que seus participantes poderiam ser escolhidos com base no critério de acessibilidade, em conjunto com o norteador de ser um dos estados participantes do plano-piloto de difusão e implementação da educação financeira no Brasil.

2 Referencial Teórico

Para Gnan, Silgoner e Weber (2007), a educação financeira compreende o desenvolvimento de competências múltiplas relacionadas às decisões de finanças pessoais, como, por exemplo, o entendimento de produtos e serviços financeiros, a gestão de negócios e a compreensão da política fiscal. Negri (2010) a define como um processo educativo em que são aplicados métodos específicos e são desenvolvidas atividades auxiliadoras na gestão da renda, dos investimentos e da poupança.

Educação financeira é a capacidade de entender finanças e assuntos relacionados. Mais especificamente, refere-se à capacidade de um indivíduo de fazer julgamentos bem informados e decisões efetivas sobre o uso e gerenciamento de seu dinheiro. A falta de educação financeira é demonstrada no fato de poucos brasileiros terem o hábito de colocar no papel suas receitas e despesas.

Organizar as contas significa ter real dimensão da sua saúde financeira. Feito isso, é possível que a pessoa tenha ou uma agradável surpresa, ao descobrir que tem mais dinhei-

ro do que imaginava, ou ser surpreendido com o tamanho de sua dívida. Educação implica o conhecimento de termos, práticas, direitos, normas sociais e atitudes necessárias ao entendimento e funcionamento dessas tarefas financeiras vitais. Isso também inclui a capacidade de ler e aplicar habilidades matemáticas básicas para fazer escolhas financeiras sábias (PETER; PALMEIRA, 2013).

Desse modo, a educação financeira também engloba o conhecimento das possibilidades de investimentos e compreensão numérica, assim como o entendimento de taxas, juros e inflação (LUSARDI, 2009). Ela permite o desenvolvimento de habilidades de cálculos matemáticos, possibilitando uma gestão ampla do dinheiro e do planejamento financeiro (XU; ZIA, 2012).

A educação financeira é um assunto tão importante quanto a saúde física e mental. Tanto é que a Organização Mundial da Saúde (OMS) incluiu o assunto na lista dos itens que compõem a saúde individual, pois a entidade acredita que a qualidade de vida está ligada também à tranquilidade e à segurança econômica (OMS, 2020).

Um panorama mundial revela a preocupação dos países com a educação financeira: na África do Sul, o sistema de bancos é ligado e comprometido com a educação financeira da população, independentemente do seu relacionamento com o banco e seu nível de conhecimento (PELICIOLO, 2011). Na Colômbia, a preocupação com a educação financeira da população se dá por meio dos programas escolares, com centros de equidade e convivência; tais iniciativas contemplam cerca de 52 mil alunos que desenvolvem habilidades e competências para melhores ações decisórias no uso dos recursos financeiros (PELICIOLO, 2011).

A educação financeira nos Estados Unidos é incentivada por meio da Comissão de Tratamento de Educação Financeira (FLEC) e do *Department of the Treasury*, mediante a criação de sites que ensinam como administrar e multiplicar o dinheiro, oferecem orientações individualizadas sobre impostos e taxas, e possibilitam que cada indivíduo compreenda suas limitações financeiras (SARAIVA, 2017). Na França, uma iniciativa do Ministério da Educação Nacional, por meio do Instituto de Educação Financeira Pública (IEFP), também criou um site, chamado *La Finance Pour Tous*, com o objetivo de incentivar a educação financeira nas escolas, promover treinamentos nas empresas, informar os produtos financeiros do país e ajudar pessoas com dificuldades (FRANÇA, 2022).

No Reino Unido, a educação financeira é disciplina facultativa na grade curricular desde 2001 (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007). Também existem iniciativas não governamentais, como a *Financial Services Authority* (FSA), que atua na divulgação e no combate aos crimes relacionados ao sistema financeiro. De acordo com Worthington (2006), no ano de 2003, a FSA iniciou discussões a fim de elaborar estratégias de educação financeira que colaborassem na disseminação de conhecimentos para minimizar as deficiências da população.

No contexto brasileiro, historicamente, a preocupação com a educação financeira surgiu a partir de legislações, como é o caso do Projeto de Lei n.º 171, de 2009, que inseriu a educação financeira na disciplina de matemática. A Deliberação do Bacen n.º 1, de 30

de junho de 2006 (BACEN, 2006), aprovou o Regimento Interno do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec), criado pelo Decreto n.º 5.685/2006 (BRASIL, 2006), com a finalidade de “promover a coordenação e o aprimoramento da atuação das entidades da administração pública federal que regulam e fiscalizam as atividades relacionadas à captação pública da poupança popular” (artigo 1º).

A partir desse Comitê, a Enef foi constituída, fazendo com que a educação financeira chegasse às escolas nos termos do Decreto nº 7.397/2010 (BRASIL, 2010), como uma política governamental de incentivo à educação financeira. Vale ressaltar que, no mesmo período, as ações internacionais, incentivadas pela OCDE (2005) por meio dos relatórios *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies and Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*, fortaleceram a importância das discussões sobre o tema no âmbito escolar.

No escopo do ensino superior, a Contabilidade e a Economia são áreas genitoras das finanças. A história da Contabilidade está ligada à das finanças desde a criação do método das partidas dobradas, que permite a identificação das três principais áreas de uma organização: investimento, financiamento e distribuição (CORDEIRO, 2020).

De acordo com Bitencourt (2004), os problemas financeiros pessoais afetam a sociedade como um todo e, conseqüentemente, as organizações, uma vez que estas estão sujeitas ao dinamismo e às interações com o meio ambiente. Dado que as empresas podem ser entendidas como uma extensão das aspirações das pessoas, uma vida financeira organizada e bem estruturada dos indivíduos determina a mesma estrutura nas organizações (BITENCOURT, 2004).

A separação das finanças empresariais com as pessoais e seus impactos revelam a importância da educação financeira, uma vez que, nas pequenas empresas, identifica-se uma maior presença de problemas financeiros e falta de planejamento, acarretando perda de controle sobre as finanças e falta de clareza na visibilidade dos gastos do negócio (HUGENTOBLE; HEIDRICH, 2020).

Silva e Bilac (2017) e Lucci et al. (2007) revelam que os conteúdos do curso de graduação em Ciências Contábeis contribuem para o desenvolvimento dos conhecimentos sobre gestão e planejamento financeiro, ou seja, os instrumentos de controle patrimonial aprendidos na graduação são adaptados à vida pessoal. Correia, Lucena e Gadelha (2015) também identificaram bons conhecimentos em educação financeira dos estudantes de Ciências Contábeis, apontando que esses alunos apresentam estabilidade nos investimentos, não possuem dívidas e preferem poupar a fazer financiamentos.

Desse modo, a contabilidade pode ser utilizada como uma ferramenta na gestão da riqueza e no controle dos gastos e ganhos. Aprender e utilizar as técnicas contábeis para gerir as finanças pessoais é importante para uma melhor tomada de decisão sobre o patrimônio (HOSS et al., 2008).

Contudo, a falta do conhecimento contábil e de uma educação financeira acarreta também problemas financeiros empresariais. Gomes e Sorato (2010) averiguaram que os profissionais autônomos não mantêm controle ou planejamento de suas finanças, tampouco utilizam as ferramentas contábeis para controle. Assim, é de extrema importância a difusão de ferramentas e métodos contábeis para auxiliar as pessoas nas suas dificuldades financeiras (GOMES; SORATO, 2010).

Alguns marcadores são investigados na literatura por apresentarem resultados diferentes, no que tange ao nível de educação financeira. Nesse sentido, as pesquisas com foco no recorte de gênero demonstram que mulheres apresentam níveis mais baixos de conhecimento financeiro do que os homens (BUCHER-KOENER et al., 2017; LIND et al., 2020; TINGHOG et al., 2021).

A literatura também aponta que os vieses comportamentais relacionados a decisões financeiras também são distintos, a depender do gênero do tomador de decisão (HSU et al., 2021). Desse modo, homens têm maior propensão a apresentar excesso de autoconfiança e maior presença do viés de autoatribuição em relação às mulheres (BAKER et al., 2019).

Essa diferença está presente em pesquisas realizadas em países em desenvolvimento (HASLER; LUSARDI, 2017) e desenvolvidos (PRESTON; WRIGHT, 2019). Outras pesquisas também apontam que questões culturais, como a construção social dos papéis de gênero, podem influenciar o interesse na aquisição do conhecimento sobre o assunto (RINK; WALLE; KLASSEN, 2021). Desse modo, pesquisas que realizam o recorte de gênero são ainda oportunas, dada a persistência na diferenciação no que tange ao conhecimento financeiro de homens e mulheres.

3 Procedimentos Metodológicos

Para o alcance do objetivo proposto, foi aplicado um questionário on-line, por meio da plataforma Google Formulários, composto por 17 questões fechadas e de múltipla escolha. O questionário foi dividido em duas partes: na parte 1, foram feitas perguntas para identificar o perfil do respondente, como idade, gênero e renda bruta; na segunda parte, os estudantes foram questionados sobre aspectos relacionados ao nível percebido em educação financeira e investimentos.

Antes da aplicação do questionário final, no dia 15 de outubro de 2022, foi realizado um pré-teste com outros alunos, com o objetivo de averiguar se o instrumento de coleta inteligível ou se era necessária alguma modificação. Como os entrevistados responderam que não tiveram dificuldades com o questionário e que conseguiram compreender as questões, nenhuma alteração foi realizada para, então, proceder à coleta dos dados para a evidência dos resultados.

Para este estudo, optou-se pela técnica de amostragem não probabilística por conveniência, a qual utiliza informações existentes sobre o universo, possibilitando o processo de amostragem mais eficiente (SOUSA; BAPTISTA, 2011). Assim, a amostra do estudo foi composta pelos estudantes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis e Administração, de diferentes instituições de ensino, localizadas no Estado do Rio de Janeiro.

O questionário foi enviado aos participantes por meio do compartilhamento do link de acesso nos aplicativos de mensagens instantâneas. A aplicação do instrumento de pesquisa ocorreu entre os meses de outubro e novembro de 2022 e obteve 137 respostas. A amostra final é composta por 126 respostas válidas fornecidas pelos estudantes, pois 10 respondentes foram excluídos por não atenderem à proposta do trabalho, pois cursavam graduações diferentes, e 1 optou pelo não consentimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, necessário para a utilização dos dados na pesquisa. Como estratégia para apresentação e discussão dos resultados, aplicou-se a análise descritiva das respostas e a realização do teste Chi-Quadrado para investigar a existência de diferença entre grupos em relação ao valor esperado e observado.

4 Apresentação e Análise dos Resultados

Dos 126 respondentes da pesquisa, 81,75% (89) tinham até 30 anos; destes, 24 participantes tinham entre 17 e 20 anos (19,04%). Sendo assim, pode-se considerar que a amostra tem relativamente pouca idade, contudo apresenta diversidade de faixas etárias contempladas, uma vez que 23,02% (28) tinham idade superior a 35 anos e, destes, 5,56% (7) tinham mais de 46. Destes respondentes, 34% cursavam Administração e 66% cursavam Ciências Contábeis.

Em relação ao gênero, 57,14% (72) da amostra é composta por mulheres, enquanto os homens representam 42,86% (54). No que se refere à inserção no mercado de trabalho, as evidências encontradas nos resultados indicam maior inserção dos homens que das mulheres, uma vez que 67% dos homens trabalham ou estagiam, enquanto somente 54% (36) das respondentes estavam inseridas no mercado de trabalho. A Tabela 1 apresenta os resultados por gênero, de acordo com a faixa de renda em que o respondente está inserido, na qual se pode observar que, proporcionalmente, mais participantes do gênero feminino estão concentradas nas faixas mais baixas de renda, entre as observadas na pesquisa.

Tabela 1. Distribuição da amostra em relação ao gênero e a renda

Faixa de renda (R\$)	Masculino		Feminino	
0 – 1.500,00	22	40,7%	32	44,4%
1.500,01 – 2.000,00	10	18,5%	15	20,8%
2.000,01 – 3.000,00	9	16,7%	15	20,8%
3.000,01 – 5.000,00	9	16,7%	6	8,3%
Mais que 5.000,01	4	7,4%	4	5,7%
Totais	54	100%	72	100%

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Quando questionados a respeito do sentimento de segurança em relação aos conhecimentos sobre educação financeira, os estudantes pouco selecionaram as opções situadas nos extremos, concentrando suas respostas em “pouco seguro” e “seguro”.

Tabela 2. Sentimento de segurança sobre o conhecimento em educação financeira

Sentimento de segurança	Masculino		Feminino	
Inseguro	3	5,6%	6	8,3%
Pouco seguro	15	27,8%	36	50,0%
Seguro	28	51,9%	26	36,1%
Muito seguro	8	14,7%	4	5,6%
Totais	54	100%	72	100%

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Os resultados dispostos na Tabela 2 reforçam os pressupostos apresentados pela literatura prévia (BAKER et al., 2019) de que as autopercepções sobre segurança a respeito do conhecimento em educação financeira são menores para as mulheres em relação aos homens. Enquanto 66,6% dos homens se mostram seguros, apenas 41,7% das mulheres têm a mesma visão.

Quanto à forma de aquisição dos conhecimentos sobre educação financeira, independentemente do gênero, os participantes apresentaram respostas diversificadas. A maioria dos estudantes aprendeu sobre o assunto por meio de disciplinas cursadas durante a graduação (39); contudo, muitos também indicaram que seus conhecimentos são advindos de canais do YouTube e de podcasts (31). Outros também responderam que adquiriam seus conhecimentos com a família (10), em livros e revistas (10) ou até mesmo com os amigos (7). Essa evidência reforça as indicações de outras pesquisas e levantamentos supracitados sobre a necessidade de incentivo e discussão sobre educação financeira (CRUZ et al., 2020; RIBEIRO; RIZZO; SCARAUSSI, 2020).

Quando questionado sobre planejamento para compras e confecção de orçamento doméstico, o público feminino apresentou respostas proporcionalmente similares em relação ao planejamento das compras, porém com maioria relevante sobre a realização do orçamento doméstico. O sumário dos resultados é apresentado na Tabela 3:

Tabela 3. Realização de planejamento e orçamento financeiros

Quesitos		Masculino		Feminino	
Planeja as compras	Sim	14	25,9%	19	26,4%
	Não	40	74,1%	53	73,6%
	Totais	54	100%	72	100%
Faz orçamento	Sim	30	55,6%	48	66,7%
	Não	24	44,4%	24	33,3%
	Totais	54	100%	72	100%

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Sobre a gestão dos recursos, os participantes, em sua maioria, afirmaram realizar a gestão de forma eficiente. Nesse quesito, os respondentes do gênero masculino, proporcionalmente, afirmaram com maior veemência que faziam gestão de forma eficiente (61,11% dos homens *versus* 51,39% das mulheres), enquanto mais mulheres afirmaram que faziam a gestão de forma pouco eficiente (37,50% das mulheres e 27,78% dos homens). Sobre a gestão ineficiente, 5,56% dos homens afirmaram se enquadrar nessa opção; entre as mulheres, essa opção recebeu apenas 1,39% das respostas. As evidências corroboram trabalhos anteriores; por exemplo, Baker et al. (2019) indicam que homens têm maior propensão a apresentar autoconfiança.

Por fim, questionou-se sobre quem pagaria menos juros considerando três situações: a) uma pessoa que paga toda a fatura do cartão; b) uma pessoa que paga o mínimo da fatura do cartão; e c) um indivíduo que parcela a fatura do cartão. Baseado na resposta a essa pergunta, a quantidade de acertos entre gêneros distintos foi comparada por meio de um teste Chi-Quadrado, cujos resultados estão apresentados na Tabela 4.

Tabela 4. Resultado do teste Chi-Quadrado para comparação de respostas entre os gêneros

Resposta x Gênero	Certo	Errado	Total
Masculino	44 (44,14) [0]	10 (9,86) [0]	54
Feminino	59 (58,86) [0]	13 (13,14) [0]	72
Marginal Column Totals	103	23	126
P-valor: 0,94692		Estatística Chi-Quadrado: 0,0044	

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Sendo assim, de acordo com os resultados, não é possível afirmar a existência de diferenças que distinguem o conhecimento em aspectos relacionados à educação financeira, embora, de acordo com as estatísticas descritivas, os homens tenham relatado maior segurança em relação ao conhecimento e maior autojulgamento como eficiente em relação ao uso dos recursos financeiros. Considerando os resultados de forma conjunta, portanto, não se pode indicar diferenças de acordo com o gênero em relação ao nível de conhecimento em educação financeira: há uma possível maior autoconfiança dos homens em relação ao julgamento.

5 Considerações Finais

De modo geral, as evidências indicam existência de discrepância nas análises isoladas em relação ao gênero, à inserção no mercado de trabalho, à autopercepção sobre a educação financeira, mas não sobre a resposta correta ao quesito sobre pagamento de juros quando abordada a situação referente à fatura do cartão de crédito. Sendo assim, as contribuições apontam que, ainda que os homens percebam mais conhecimento sobre si mesmos, na prática, não existiu diferença entre homens e mulheres.

O presente estudo apresenta algumas limitações inerentes. O primeiro fator refere-se à intencionalidade da amostra, que não permite a realização de afirmações de inferências causais fora dela. Ademais, as análises são realizadas de forma individual quanto a cada uma das variáveis; estudos futuros poderão verificar a persistência dos resultados em análises múltiplas de forma conjunta. Por fim, há aspectos não considerados nas análises podem ser úteis em pesquisas futuras, tais como: grau de instrução da ascendência familiar; tempo de atuação no mercado de trabalho; área de atuação no mercado, mesmo que todos sejam discentes da área de negócios; dentre outros aspectos não verificados neste estudo.

Referências

ARAUJO, F. C.; CALIFE, F. E. **A história não contada da educação financeira no Brasil**: otimização na recuperação de ativos financeiros. São Paulo: Ibeji, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Deliberação BACEN nº 1, de 30.06.2006**. Aprova o regimento interno do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização – COREMEC. Disponível em: <https://www.abrapp.org.br/legislacao/deliberacao-bacen-no-1-de-30-06-2006/>. Acesso em: 01 jun. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O Programa de Educação Financeira**. 2010. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/pefpublicoexterno.asp?frame=1>. Acesso em: 30 abr. 2022.

BAKER, H. K.; KUMAR, S.; GOYAL, N.; GAUR, V. How Financial Literacy and Demographic Variables Relate to Behavioral Biases. **Managerial Finance**, v. 45, n. 2, 2019. Disponível em: 10.1108/MF-01-2018-0003. Acesso em: 06 maio 2022.

BITENCOURT, C. M. G. **Finanças pessoais versus finanças empresariais**. 2004. 86f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BOTAZZI, L.; LUSARDI, A. Stereotypes in financial literacy: evidence from PISA. **Journal of Corporate Finance**, v. 71, 2021. Disponível em 10.1016/j.jcorpfin.2020.101831. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.685, de 25 de janeiro de 2006**. Institui o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização - Coremec. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5685.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.685%2C%20DE%2025,de%20Previd%C3%Aancia%20e%20Capitaliza%C3%A7%C3%A3o%20D%20Coremec. Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 27 abr. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei da Câmara nº 171, de 2009**. Altera a redação do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (cria a disciplina “Educação Financeira” nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e do ensino médio). Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/93105#:~:text=Projeto%20de%20Lei%20da%20C%C3%A2mara%20n%C2%B0%20171%2C%20de%202009&text=Explica%C3%A7%C3%A3o%20da%20Ementa%3A,o%20curr%C3%ADculo%20da%20disciplina%20Matem%C3%A1tica>. Acesso em: 01 jun. 2022.

BRUHN, M.; LEÃO, L. S.; LEGOVINI, A.; MARCHETTI, R.; ZIA, B. The impact of high school financial education: evidence from a large-scale evaluation in Brazil. **American Economic Journal: Applied Economics**, v. 8, n. 4, p. 256-295, 2016. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/app.20150149>. Acesso em: 19 jul. 2022.

BUCHER-KOENEN, T.; LUSARDI, A.; ALESSIE, R.; ROOJI, M. How financially literate are woman? An overview and new insights. **Journal of Consumer Affairs**, v. 51, n. 2, p. 255-283, 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i26627366>. Acesso em: 28 ago. 2022.

CORDEIRO, F. F. Contabilidade & Finanças: uma relação íntima. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 31, p. 385-391, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/179115/168440>. Acesso em: 24 jul. 2022.

CORREIA, T. S.; LUCENA, W. G. L.; GADELHA, K. A. D. L. A Educação Financeira como um diferencial nas decisões de consumo e investimento dos estudantes do curso de Ciências Contábeis na grande João Pessoa. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 9, n. 3, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/12902/10118>. Acesso em: 02 maio 2022.

CRUZ, C. A. B.; SANTANA, M. D. J.; SILVA, I. G. S.; SANTOS, L. J. Mapeamento da produção científica relacionada à educação financeira. **Revista Expressão Científica (REC)**, v. 5, n. 2, p. 51-55, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifs.edu.br/periodicos/REC/article/download/523/653>. Acesso em: 15 out. 2022.

FERNANDES, L. F. B.; VILELA, D. S. Economia doméstica e educação financeira na escola: Diferença a partir do gênero. **Tangram - Revista de Educação Matemática**, v. 2, n. 1, p. 39-57, 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/tangram/article/view/8856>. Acesso em: 6 abr. 2022.

FRANÇA. Institut pour l'Education Financière du Public - IEFPP. **La finance pour tous [Site]**. Disponível em: <https://www.lafinancepourtous.com/>. Acesso em: 01 jun. 2022.

GNAN, E; SILGONER, M. A.; WEBER, B. Economic and financial education: concepts, goals and measurement. **Monetary Policy & The Economy**, v. 3, n. 1, p. 28-49, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/5206330_Economic_and_Financial_Education_Concepts_Goals_and_Measurement. Acesso em: 01 jun. 2022.

GOMES, D. M.; SORATO, K. A. D. L. Planejamento e controle das finanças pessoais com enfoque na utilização das ferramentas e serviços contábeis: um estudo com profissionais autônomos. In: SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 2., 2010, Criciúma, SC. **Anais...Florianópolis: Fapesc**, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/seminariocsa/article/view/1424/1351>. Acesso em: 15 jun. 2022.

GUIMARÃES, T. M.; IGLESIAS, T. M. G. Educação financeira: um estudo comparado entre os estudantes do ensino médio de um instituto federal de Minas Gerais. **Revista Gestão, Finanças e Contabilidade**, v.11, n.1, p. 94-111, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/9486>. Acesso em: 22 jul. 2023.

HASLER, A.; LUSARDI, A. **The gender gap in financial literacy: a global perspective**. Global Financial Literacy: a Global perspective. Washington: Global Financial Literacy Excellence Center; The George Washington University School of Business, 2017. Disponível em <https://gflec.org/wp-content/uploads/2017/07/The-Gender-Gap-in-Financial-Literacy-A-Global-Perspective-Report.pdf>. Acesso em: 27 maio 2022.

HOSS, O.; CASAGRANDE, L. F.; DAL VESCO, D. G.; METZNER, C. M. **Contabilidade: ensino e decisão**. São Paulo: Atlas, 2008.

HSU, J. W. Aging and strategic learning: The impact of spousal incentives on financial literacy. **The Journal of Human Resources**, v. 51, n.4, p. 1036–1067, out. 2016. Disponível em: <https://jhr.uwpress.org/content/51/4/1036>. Acesso em: 14 ago. 2022.

HSU, Y.; CHEN, H.; HUANG, P.; LIN, W. Does financial literacy mitigate gender differences in investment behavioral bias?. **Finance Research Letters**, v. 41, jul. 2021. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/scripts/redir.pf?u=http%3A%2F%2Fwww.sciencedirect.com%2Fscience%2Farticle%2Fpii%2FS1544612320316032;h=repec:eee:finlet:v:41:y:2021:i:c:s1544612320316032>. Acesso em: 23 jul. 2022.

HUGENTOBLE, L. G.; HEIDRICH, R. A importância da dissociação entre as finanças empresariais e as finanças pessoais dos empresários individuais do município de Taquara/RS. **Revista de Administração de Empresas Eletrônica-RAEE**, n. 13, p. 157-186, 2020. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/administracao/article/view/1980>. Acesso em: 12 jul. 2023.

JONES, J.; MERRITT, K. Women in finance: an investigation of factors impacting career choice. **Journal of Business Diversity**, v. 20, n. 4, p. 85-93, 2020. Disponível em: <https://articlegateway.com/index.php/JBD/article/view/3199>. Acesso em: 3 maio 2022.

LIND, T.; AHMED, A.; SKAGERLUND, K.; STROMBACK, C.; VASTFJALL, D.; TINGHOG G. competence, confidence and gender: the role of objective and subjective financial knowledge in household finance. **Journal of Family and Economic**, n 41, p. 626-638, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339847226_Compotence_Confidence_and_Gender_The_Role_of_Objective_and_Subjective_Financial_Knowledge_in_Household_Finance. Acesso em: 04 abr. 2022.

LUCCI, C. R.; ZERRENNER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOS, S. C. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO - SEMEAD, 9., 2007, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2007.

LUSARDI, A. The importance of financial literacy. **NBER The Reporter**, n. 2, p. 13-16, Jun. 2009. Disponível em: <https://www.nber.org/reporter/2009number2/importance-financial-literacy>. Acesso em: 05 maio 2022.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The economic Importance of financial literacy: theory and evidence. **Journal of Economic Literature**, v. 52, n. 1, p. 5-44, mar. 2014. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jel.52.1.5>. Acesso em: 2 ago. 2022.

NEGREI, A. L. L. **Educação para o ensino médio da rede pública: uma proposta inovadora**. 2010. 73f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, SP, 2010.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Advancing national strategies for financial education**. 2013. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/advancing-national-strategies-for-financial-education.htm>. Acesso em: 27 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes: results from PISA 2015: financial literacy results**. 2015. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/PISA-2105-Financial-Literacy-Brazil.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes: PISA 2018 results**. 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/publications/pisa-2018-results.htm>. Acesso em: 12 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Recomendação sobre os princípios e as boas práticas de educação e conscientização financeira**. 2005. Disponível em: [https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf). Acesso em: 01 dez. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Comissão dos determinantes nacionais da saúde: redução das desigualdades no período de uma geração**. 2020. Disponível em: https://dssbr.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/11/Relat%C3%B3rio_Final_OMS_Redu%C3%A7%C3%A3o-das-Desigualdades-no-per%C3%ADodo.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

PELICIOI, A. F. **A relevância da educação financeira na formação de jovens**. 2011. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Faculdade de Física, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PETER, L. D.; PALMEIRA, E. M. Estudo sobre a inclusão da educação financeira como disciplina escolar a partir das séries iniciais. **Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo**, mar. 2013. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/atlante/2013/03/disciplina-escolar.html>. Acesso em: 12 out. 2022.

Preston, A. C.; Wright, R. E. Understanding the gender gap in financial literacy: evidence from Australia. **Economic Record**, v. 95, n. S1, p.1-29, jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1475-4932.12472>. Acesso em: 02 fev. 2023.

RIBEIRO, S. P.; RIZZO, M. R.; SCARAUSI, V. G. S. Educação financeira sob a ótica da análise bibliométrica embasada no portal SPELL. *Revista Brasileira de Administração Científica*, v. 11, n. 3, p. 34-44, 2020. Disponível em: <https://www.sustenere.co/index.php/rbadm/article/view/CB-PC2179-684X.2020.003.0003>. Acesso em: 07 nov. 2022.

RINK, U.; WALLE, Y.; KLASSEN, S. The financial literacy gender gap and the role of culture. **The Quarterly Review of Economics and Finance**, v. 80, p. 117-134, maio 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1062976921000351?via%3Dihub>. Acesso em: 9 jul. 2022.

- SARAIVA, K. S. Os sujeitos endividados e a educação financeira. **Revista Educar**, n. 66, p. 157-173, out./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.53867>. Acesso em: 19 set. 2022.
- SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira do Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, nov./dez. 2007. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/11895/paradigmas-da-educacao-financeira-no-brasil>. Acesso em: 30 abr. 2022.
- SILVA, P. A.; BILAC, D. B. N. Contribuições da contabilidade para as finanças pessoais. **Revista Humanidade e Inovação**, v. 4, n. 5, p. 352-363, 2017. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/480>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- SILVA, V. A. P. S.; NOGUEIRA, R. F. G. Educação financeira ligada à vida profissional e corporativa. **Revista H-Tec Humanidades e Tecnologia**, v. 2, n. 1, p. 6-166, jan./jun., 2018. Disponível em: <https://www.fateccruzeiro.edu.br/revista/index.php/htec/article/view/77>. Acesso em: 15 fev. 2022.
- SOUSA, M. G. **O impacto das finanças públicas nas finanças pessoais no contexto da atual crise econômica brasileira**. 2015. Disponível em: https://adm-portal.appspot.com.storage.googleapis.com/_assets/modules/academicos/academico_6636.pdf. Acesso em: 30 jan. 2023.
- SOUSA, M.; BAPTISTA, C. **Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha**. Lisboa: Pactor, 2011.
- TINGHOG, G.; AHMED, A.; BARRAFREM, K.; LIND, T.; SKAGERLUND, K.; VASTFJALL, D. Gender differences in financial literacy: the role of stereotype threat. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 192, p. 405-416, 2021. Disponível em: [10.1016/j.jebo.2021.10.015](https://doi.org/10.1016/j.jebo.2021.10.015). Acesso em: 24 mar. 2022.
- WORTHINGTON, A. C. **Predicting financial literacy in Australia**, 2006. Disponível em: <https://ro.uow.edu.au/commpapers/116>. Acesso em: 01 jun. 2022.
- XU, L.; ZIA, B. **Financial literacy around the world: an overview of the evidence with practical suggestions for the way forward**. World Bank Policy Research Working Paper, SSRN. 2012. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2094887. Acesso em: 28 maio 2022.

CAPÍTULO IV – A Mulher na Ciência e Educação

Mulheres Contabilistas: os Avanços e Desafios para o Alcance da Igualdade de Gênero

Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza

Pós-Doutora em Direito e Doutora em Direito Público (Universidade Federal da Bahia – UFBA)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3725-6339> | E-mail: patricia.veronica@souunit.com.br

Thayná Medeiros Melo

Bacharela em Direito e Mestranda em Direitos Humanos (Unit/SE)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1644-2298> | E-mail: thaynamedeiros.adv@gmail.com

Patrícia Lima Feitosa Leão

Bacharela em Serviço Social (Universidade Tiradentes)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2091-0269> | E-mail: patricia.lfeitosa@souunit.com.br

Resumo

Este artigo abordou a questão da presença das mulheres na ciência e na educação, com foco na Contabilidade. Foi discutido que, apesar dos avanços das últimas décadas, as mulheres ainda encaram grandes desafios em relação à igualdade de gênero na Contabilidade, como a falta de oportunidades de liderança, preconceitos baseados em gênero e desigualdades salariais. Foram apresentadas recomendações para promover a igualdade de gênero na Contabilidade, incluindo a promoção da igualdade salarial, incentivo à participação feminina em cargos de liderança e a criação de programas de mentoria e redes de apoio para mulheres na profissão. Demonstrou-se o papel da educação para a diversidade e a inclusão na Contabilidade, bem como sobre a representatividade e a prevenção do assédio e violência de gênero na profissão. Foram citadas algumas referências brasileiras que abordam a questão da mulher na ciência e na educação, especialmente na Contabilidade, como a pesquisa “Mulheres na Contabilidade” do CFC. Este artigo usou da abordagem metodológica qualitativa, de viés exploratório e descritivo, de cunho bibliográfico e evidenciou a promoção da igualdade de gênero e da diversidade na Contabilidade e na educação, e a necessidade do compromisso contínuo com políticas e práticas que promovam a inclusão e a justiça na profissão.

Palavras-chave: Contabilidade; igualdade de gênero; mulher na ciência e na educação.

1 Introdução

A presença da mulher na ciência e na educação é um tema relevante e atual, especialmente na área da Contabilidade. Apesar dos avanços nas últimas décadas, no campo da Ciência Contábil, as mulheres enfrentam desafios, como a falta de oportunidades de liderança, salários desiguais em relação aos homens e preconceitos baseados em gênero (BENEVIDES, 2019).

Na educação contábil, as mulheres estão presentes em todas as áreas, incluindo professores, pesquisadores e administradores. Contudo, ainda há desafios em termos de equidade salarial e acesso a cargos de liderança (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2020).

Este artigo examinará a história das mulheres na Contabilidade, os desafios que enfrentam atualmente e as oportunidades de avanço. Serão apresentados exemplos de mulheres notáveis na Contabilidade, bem como recomendações para promover a igualdade de gênero na área.

A desigualdade de gênero pode afetar negativamente a carreira das mulheres na Contabilidade, como a falta de oportunidades de liderança, preconceitos baseados em gênero e salários desiguais em relação aos homens. Em contrapartida, existem muitas mulheres inspiradoras que superaram essas barreiras e que fizeram contribuições significativas para a profissão (WOMEN IN THE WORKPLACE, 2020).

O objetivo do artigo é abordar a presença das mulheres na ciência e na educação, mais especificamente na área da Contabilidade. O texto salienta ainda a relevância da igualdade de gênero para o desenvolvimento da sociedade e para garantir que todas as pessoas possam contribuir para o avanço do conhecimento na área contábil.

Apesar dos avanços nas últimas décadas, ainda há desafios a serem superados em relação à sub-representação feminina, preconceitos baseados em gênero, desigualdades salariais e falta de oportunidades de liderança.

2 Fundamentação Teórica

A história das mulheres na ciência e na educação, tem sido marcada por lutas e desafios em relação à igualdade de gênero. No campo da Contabilidade, a participação feminina tem sido historicamente limitada, com poucas mulheres ocupando posições de relevo na profissão.

É de se ressaltar que, a partir dos anos 70 e 80, houve um aumento gradual na participação feminina na Contabilidade, principalmente devido ao aumento do acesso à educação. Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, a presença feminina na Contabilidade no Brasil era de 57,8%, mostrando um avanço em relação ao passado (BRASIL, 2021).

Todavia, apesar desse progresso, as mulheres contabilistas ainda sofrem problemas em relação à igualdade de gênero na profissão. Um desses desafios é a falta de oportunidade de liderança, pois as mulheres ainda são representadas de forma insuficiente em cargos de destaque, o que limita sua influência e impacto na tomada de decisões.

Além disso, as mulheres na Contabilidade ainda enfrentam a problemática da desigualdade salarial em comparação aos homens. Segundo pesquisa do Conselho Federal de Contabilidade, em média, os homens ganham 30,7% a mais do que as mulheres na profissão (CFC, 2020). Outra estatística significativa publicada pelo IBGE, no ano de 2023, apresenta que a diferença de remuneração entre homens e mulheres, encontrou-se em queda até 2020, voltando a subir e atingindo 22% no final de 2022, significando que a mulher brasileira recebe, em média, 78% do que recebe um homem (DYNIEWICZ, 2023).

Outro obstáculo por que passam as contadoras é o preconceito baseado em gênero. Isso pode se manifestar em diversas formas, como discriminação no local de trabalho, falta de respeito pelos colegas de profissão e estereótipos negativos de gênero. Sem embargo, há muitas mulheres notáveis na Contabilidade que superaram esses desafios e que fizeram contribuições significativas para a profissão. Os exemplos incluem Mary E. Barth, primeira mulher presidente da American Accounting Association; Lynn E. Turner, ex-chefe de Contabilidade da SEC e Wendy L. Pirie, diretora executiva de pesquisa da Associação Internacional de Contadores Profissionais.

Dentro do contexto brasileiro, sobrepõe um marco histórico da liderança feminina na Contabilidade: no ano de 2006, a contadora alagoana Maria Clara Cavalcante Bugarim foi eleita a primeira mulher presidente do CFC, quebrando a tradição de seis décadas, vindo a receber a mais alta comenda da Ciência Contábil brasileira, a medalha do Mérito Contábil João Lyra, em 2016. Além disso, destaca-se por ser a primeira mulher a ocupar a Presidência da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), em 2019 (BENEVIDES, 2019).

A presença das mulheres na ciência e na educação é afetada ainda por questões culturais e sociais. A exemplo de estereótipos de gênero e preconceitos que podem limitar as oportunidades de desenvolvimento e progressão das mulheres na área da Contabilidade. Estereótipo significa a imagem atribuída às pessoas ou grupos sociais, preconceituosa e com ausência de fundamentação teórica. Isto quer dizer que se trata de preconceitos criados de maneira generalizada. Os estereótipos estão presentes na vida em sociedade desde muito cedo, desde o nascimento de um bebê lhe são atribuídos estereótipos, tais como: a cor azul é de menino e a rosa é de menina. O mesmo raciocínio é frequente na escolha de presentes infantis, em que se estabelece “boneca” para meninas e “carrinho” para meninos (GUIMARÃES, 2020). Este artigo usou da abordagem metodológica qualitativa, de viés exploratório e descritivo, de cunho bibliográfico.

Essas barreiras culturais e sociais afetam inclusive a participação das mulheres em áreas relacionadas à tecnologia e à inovação, que são cada vez mais importantes na Contabilidade. De acordo com a pesquisa “Women in the Workplace”, realizada pela McKinsey & Company (2020), as mulheres ainda estão sub-representadas em funções que requerem habilidades digitais, como a tecnologia da informação (AMAZON, 2020).

A falta de diversidade de gênero pode limitar também a inovação e a criatividade na Contabilidade, visto que a diversidade de perspectivas e experiências pode levar a soluções mais criativas e eficazes. Para abordar essas dificuldades e promover a igualdade de gênero na Contabilidade, é indispensável incluir iniciativas de recrutamento e promoção que levem em consideração a igualdade de gênero, bem como programas de treinamento e desenvolvimento que ajudem a superar as barreiras culturais e sociais.

Os aspectos históricos da presença das mulheres na ciência e na educação são marcados por um longo período de exclusão e representação deficitária. Até o século XIX, as mulheres eram geralmente excluídas do ensino superior e das carreiras científicas, sendo consideradas incapazes ou inadequadas para essas áreas.

Na área da Contabilidade, as mulheres começaram a entrar na profissão no final do século XIX e início do século XX, principalmente em cargos de escritório e Contabilidade. Porém, a participação feminina na Contabilidade permaneceu limitada até a década de 1970, quando a luta pela igualdade de gênero e pelos direitos das mulheres começou a ter impacto na profissão.

Não obstante, a partir do final do século XIX, houve um movimento crescente em direção à igualdade de gênero na educação e na ciência, com muitas mulheres ganhando acesso ao ensino superior e começando a fazer contribuições significativas para a ciência e a educação.

Desde então, aumentou gradualmente a participação feminina na Contabilidade, com as mulheres ocupando cargos cada vez mais importantes e fazendo contribuições significativas para a profissão, mas permanecem a falta de oportunidades de liderança, preconceitos baseados em gênero e desigualdades salariais.

Ademais, algumas recomendações para promover a igualdade de gênero na Contabilidade incluem a promoção da igualdade salarial, o incentivo à participação feminina em cargos de liderança e a criação de programas de mentoria e redes de apoio para mulheres na profissão.

Logo, a igualdade de gênero na ciência e na educação, especialmente na Contabilidade, é fundamental para garantir que todas as pessoas tenham oportunidades iguais de desenvolvimento pessoal e profissional. Para alcançar esse objetivo é fundamental um compromisso de longo prazo com políticas e práticas que promovam a diversidade e a inclusão na profissão.

3 Resultados e Discussões

Os resultados e discussões sobre a presença das mulheres na ciência e na educação, especialmente na Contabilidade, mostram que ainda há entraves a serem superados em relação à igualdade de gênero na profissão.

A participação da mulher contabilista muito se dá pela busca constante por capacitação, de acordo com o estudo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Os dados do Inep demonstram que cada vez mais as mulheres vêm adentrando às universidades, inclusive, atualmente chegaram a ultrapassar o número de homens matriculados no curso de bacharelado em Ciências Contábeis (BRASIL, 2018).

Quando se analisa o mercado de trabalho, embora a presença feminina na Contabilidade tenha aumentado nas últimas décadas, conforme dados do CFC, a presença das mulheres com registros profissionais ativos no Brasil, no ano de 2020, corresponde a 42,80%. Quanto ao panorama da presença profissional feminina por regiões, notou-se um certo equilíbrio, com o mínimo de 39,92% na região Centro-Oeste e a máxima de 48,48% na região Norte. Nesta linha, percebeu-se que as mulheres são maioria em número de registros nos Estados do Amazonas (AM) e do Pará (PA). Já em Mato Grosso (MT), o número de profissionais mulheres ativas no CRC representa cerca de 43,97% dos profissionais registrados (CFC, 2020).

Apesar da crescente participação feminina na Contabilidade, ainda há uma prevalência masculina quando se fala em profissionais com registro ativo na área. Além do fato que as mulheres ainda são sub-representadas em cargos de liderança na profissão e enfrentam desigualdades salariais em relação aos homens. Esses desafios podem limitar o impacto e a influência das mulheres na tomada de decisões e na evolução da profissão.

Ainda que se perceba um crescimento no número de mulheres profissionais em ocupações como contadora, auditora, professora e chefias de escritórios, no período de 2010 a 2015, é expressiva a discrepância no que diz respeito ao aumento de profissionais do gênero feminino em funções 'de destaque'. Em Minas Gerais, segundo dados da Rais, ainda hoje as mulheres prevalecem ocupando funções tipicamente operacionais e administrativas, como nos séculos XIX e XX (SILVA, 2022).

Entretanto, frise-se que muitas mulheres notáveis na Contabilidade superaram esses desafios e fizeram contribuições significativas para a profissão. Isso mostra que a igualdade de gênero na Contabilidade é possível e que há oportunidades para se avançar.

Por este motivo, cabe frisar que a participação feminina contabilista na academia é recente. A primeira mulher a se doutorar em Contabilidade no Brasil ocorreu em 1987 e em 1999 tem-se a primeira orientadora mulher (NOVA, 2014, p.47-48). A participação feminina no Programa de Pós-graduação em Contabilidade e Controladoria da Universidade de São Paulo (primeiro programa de pós-graduação em Contabilidade) é bem inferior em relação aos homens, desde a década de 1990. Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), de 2010 a 2012, formaram-se 68 doutores e 925 mestres, sendo apenas 25% mulheres (BRASIL, 2021).

Outrossim, apesar dos avanços, percebe-se que ainda há muito a ser conquistado para se alcançar a igualdade de gênero na Contabilidade. Isso inclui a promoção da igualdade salarial, o incentivo à participação das mulheres em cargos de liderança e a criação de

programas de mentoria e redes de apoio para mulheres na profissão, por meio da criação de leis ou normas capazes de reduzir as desigualdades no que diz respeito a remuneração por gênero e mais valorização da mulher no mercado de trabalho (GUIMARÃES, 2020).

Nesse cenário, fará toda a diferença neste processo a promoção de uma cultura organizacional que seja inclusiva e que valorize a diversidade de perspectivas e experiências. Isso pode incluir a criação de programas de capacitação e treinamento voltados para as mulheres da Contabilidade e a criação de redes de apoio que ofereçam suporte emocional e profissional. Isso pode incluir a implementação de treinamentos e programas de conscientização para os funcionários e alunos, com vistas a promover a igualdade de gênero e a prevenção do assédio e da violência. Nesse sentido, o Conselho Federal de Contabilidade desenvolveu o Projeto Mulher Contabilista, com o intuito de enaltecer a mulher contabilista que tem se firmado com êxito no mercado de trabalho e impulsioná-la ao empreendedorismo dentro da Contabilidade. Em 1991, ocorreu no Estado do Rio de Janeiro o I Encontro Nacional da Mulher Contabilista. O Encontro Nacional da Mulher Contabilista veio suprir a carência de atualização e de valorização das profissionais contábeis. Desde então, o número de mulheres que participam do encontro só tem crescido a cada ano que passa (CFC, 2018).

Cabe evidenciar que foi no V Encontro, ocorrido na cidade de Aracaju (SE), que mais de 1,3 mil contabilistas discutiram e definiram temas como políticas públicas, qualidade de vida, etc. A abertura oficial do evento ocorreu em 19 de maio de 2005, no Teatro Tobias Barreto, oportunidade na qual, o ex-presidente do CFC José Martonio Alves Coelho, entres outras personalidades da área, compuseram a mesa de honra. Desta feita, o ex-presidente explanou em sua fala “Acabou-se o tempo em que nós, homens, caminhávamos à frente das mulheres. Descobrimos que temos que tê-las ao nosso lado para que, juntos, possamos construir um País mais igualitário, mais justo e socialmente mais feliz” (CFC, 2020, p. 1).

Além dos desafios e oportunidades para a igualdade de gênero na Contabilidade, cabe ressaltar o papel da educação na promoção da diversidade e inclusão. A educação desempenha um papel fundamental na formação e capacitação dos futuros profissionais da Contabilidade. Portanto, é essencial que as instituições de ensino promovam a diversidade e inclusão em seus currículos e práticas educacionais. Isto pode incluir a promoção de palestras e eventos sobre igualdade de gênero, a inclusão de conteúdos que abordem a diversidade na Contabilidade, e a criação de grupos de apoio e mentoria para estudantes.

Evidencie-se que as empresas e organizações da área contábil podem desempenhar um papel substancial na promoção da diversidade e da inclusão ao implementar políticas e práticas que fomentem a diversidade de gênero e a criação de grupos de afinidade com vistas a oportunizar a inclusão e o suporte emocional.

Em síntese, a promoção da diversidade e inclusão na Contabilidade requer um esforço conjunto de instituições de ensino, empresas e organizações. Somente por meio do compromisso contínuo com políticas e práticas que viabilizem a igualdade de gênero, é possível alcançar um futuro mais inclusivo e diversificado para a profissão.

Outro aspecto importante a se considerar é a questão da representatividade. É fundamental que as mulheres sejam representadas em todos os níveis de tomada de decisão, desde o ensino superior até o mercado de trabalho. Isso permite que suas perspectivas e experiências sejam levadas em consideração na criação de políticas e práticas que proporcionem a diversidade e inclusão na Contabilidade.

A liderança feminina é altamente interativa e, por isso, torna-se mais adequada do que a exercida pelos homens. Nesse sentido, é de se notar que as mulheres são mais colaborativas e, por esse motivo, o seu estilo de liderança agrega mais no desenvolvimento de talentos, fator importante para o mundo organizacional atual. Destarte, é notório que as mulheres podem conquistar sua inserção no mercado e ocupar cargos de liderança por apresentarem características comportamentais consideráveis. Evidentemente, não foi fácil ocupar esses espaços, pois é preciso trazer à baila a trajetória difícil percorrida pelas mulheres para a sua inserção no mercado de trabalho. Cabe enfatizar os movimentos nacionais e internacionais em busca por melhores capacitações para o fortalecimento, a permanência e a ascensão das mulheres no mercado de trabalho (SANTOS et al., 2021).

Conforme dados do Conselho Federal de Contabilidade, dos 518.171 profissionais da área, 42,85% são mulheres. A participação feminina cresceu cerca de 15,4% em relação a 1996 e demonstra que a mulher vem consolidando seu espaço na área contábil em comparação a outros períodos, fato que representa uma grande conquista para a categoria feminina (CFC, 2018).

Outrossim, a diversidade não deve se limitar apenas ao gênero, mas deve incluir outras dimensões, como raça, etnia, orientação sexual e deficiência. A inclusão de pessoas de diferentes origens e experiências pode levar a soluções mais criativas e eficazes na Contabilidade, além de ajudar a criar uma cultura organizacional mais inclusiva e justa.

É mister reforçar que a promoção da diversidade e a inclusão na Contabilidade é um processo contínuo. É imprescindível que haja um compromisso de longo prazo para superar os desafios e alcançar a igualdade de gênero e diversidade na profissão.

A promoção da diversidade e da inclusão na Contabilidade é uma responsabilidade coletiva, e cada profissional tem um papel a desempenhar, seja por meio de políticas e práticas organizacionais ou por meio do comprometimento pessoal com a promoção da igualdade de gênero e diversidade, pois todos podem contribuir para criar um futuro mais inclusivo e diversificado para a Contabilidade.

Outro aspecto a ser considerado é a questão do assédio e da violência de gênero na Contabilidade e na educação. Infelizmente, as mulheres ainda são frequentemente vítimas desse tipo de comportamento, o que pode limitar sua participação e impacto na profissão.

Ainda, quanto à questão do assédio na Contabilidade e à cultura do local de trabalho, a solidariedade do colega de profissão, a harmonia do supervisor e o anonimato no local de trabalho são fatores determinantes para a ocorrência do assédio sexual, uma vez que estes estão protegidos pela falsa imagem de protetores e defensores contra o assédio.

Já os procedimentos burocráticos, autoridade formal e maior responsabilidade implicam uma maior proteção das mulheres contra o assédio sexual, mas, em contrapartida, em organizações de grande porte, faz aumentar a probabilidade de assédio, ainda que em menor grau (SILVA, 2022).

Portanto, é essencial que haja políticas e práticas de tolerância zero em relação ao assédio e violência de gênero na Contabilidade e na educação. Isso inclui a criação de protocolos para lidar com denúncias e a implementação de medidas para garantir a segurança e proteção das vítimas.

Cabe apontar que a promoção da igualdade de gênero na Contabilidade e na educação é uma questão de justiça e direitos humanos. Todas as pessoas, independentemente de seu gênero, devem ter oportunidades iguais para desenvolver seus talentos e contribuir para a sociedade. Somente através do compromisso contínuo com políticas e práticas que promovam a igualdade de gênero e a diversidade é possível alcançar um futuro mais justo e igualitário para a Contabilidade e a educação.

Referências

BENEVIDES, Thiago. Maria Clara, a representante brasileira na contabilidade latino-americana. **Revista CRCSP**, São Paulo, n. 18, p. 10-12, set. 2019. Disponível em: <https://crcsp.org.br/portal/publicacoes/revista-crcsp/educacao-18.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Chamada CNPq Nº 04/2021 Bolsas de Produtividade em Pesquisa**. 2021. Disponível em: <http://resultado.cnpq.br/2196407995566526>. Acesso em: 07 maio 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior: notas estatísticas 2017**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/documentos/2018/centso_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf. Acesso em: 05 maio 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2020**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/resumo-tecnico-do-centso-da-educacao-superior-2020>. Acesso em: 07 maio 2023.

CASA NOVA, Sílvia Pereira de Castro Casa. **Contabilidade das mulheres na universidade brasileira: lucros e perdas, ingresso e permanência**. 2014. 239 f. Tese (Livre-Docência em Educação Contábil - Pesquisa e Ensino de Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. DOI: 10.11606/T.12.2018.tde-06022018-173811. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/12/tde-06022018-173811/pt-br.php>. Acesso em: 28 maio 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Mulher contabilista**. 2018. Disponível em: <https://cfc.org.br/projetos-programas/mulher-contabilista/>. Acesso em: 09 maio 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Profissionais ativos nos conselhos regionais de contabilidade**. 2022. Disponível em: <https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConselhoRegionalAtivo.aspx>. Acesso em: 01 maio 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Profissionais ativos nos conselhos regionais de contabilidade agrupados por gênero**. 2020. Disponível em: <https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=0>. Acesso em: 01 maio 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Profissionais ativos nos conselhos regionais de contabilidade agrupados por gênero**. 2021. Disponível em: <https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=0>. Acesso em: 05 maio 2023.

DYNIWICZ, Luciana. Diferença salarial entre homens e mulheres vai a 22%, diz IBGE. **CNN Brasil**, São Paulo, 08 maio 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/diferenca-salarial-entre-homens-e-mulheres-vai-a-22-diz-ibge/>. Acesso em: 15 maio 2023.

GUIMARÃES, Jessica Enya Feitosa. Estereótipos de gêneros na contabilidade: como a mulher contadora é vista na atualidade? In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 16., 2020, Presidente Prudente. **Anais eletrônicos** [...]. Presidente Prudente, SP: Toledo Prudente, 2020. p. [1-15]. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/8806>. Acesso em: 08 maio 2023.

MCKINSEY & COMPANY; LEAN IN. **Women in the workplace 2020**: corporate America is at a critical crossroads. 2020. Disponível em: <https://womenintheworkplace.com/2020>. Acesso em: 10 maio 2023.

SANTOS, Isabele Ferreira dos; SILVA, Larissa Karoline Souza; NASCIMENTO, Cicero Philip Soares do; FORTE, Hyane Correia. Representatividade feminina: percepção das mulheres acerca dos desafios enfrentados na área contábil. **Revista Brasileira de Negócios e Desenvolvimento Regional - RBNDR**, v. 8, n. 1, p. 47-65, jun. 2021. Disponível em: https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2021/07/4_RBNDR_20211.pdf. Acesso em: 07 maio 2023.

SILVA, Filipa Margarida Lopes da. **Mulheres vs Homens na contabilidade**: apenas uma questão de gênero? Orientador: Armino Lima. 2022. 87 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Finanças) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Politécnico do Porto, Porto, 2022. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/22095>. Acesso em: 03 maio 2023.

Capítulo IV – A Mulher na Ciência e Educação

Mulheres e a Educação Financeira dentro da sua Vida e Negócio: uma Revisão Sistemática da Literatura

Andrezza Carolina Brito Farias

Pós-graduada em Auditoria e Controladoria (Centro de Ensino Superior do Amapá – Ceap)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-4087-318X> | E-mail: andrezzabrito123@hotmail.com

Cássia Regina de Lima

Doutora em Engenharia de Produção & Sistemas (UFSC)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-4871-726X> | E-mail: cassia-lima@hotmail.com

Luciana Dias Barros Martins

Técnica em Contabilidade (Escola Estadual da Paraíba)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-1582-7322> | E-mail: lucianadiasbarros@gmail.com

Roberta Veras Antônio

Bacharela em Ciência Contábeis e Mestranda em Business Administration in Financial Education (Florida Christian University)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-2667-989X> | E-mail: roberta_veras@yahoo.com.br

Sucena Sílvia Hummel

Bacharela em Direito, Letras e Ciências Contábeis (Universidade Católica Dom Bosco)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-4020-1610> | E-mail: sucenahummel@hotmail.com

Resumo

A educação financeira desempenha um papel fundamental na capacitação das mulheres em suas vidas pessoais e profissionais. O objetivo geral deste estudo é analisar o impacto das ações de educação financeira exercidas por mulheres em suas vidas pessoais e negócios, por meio de uma revisão sistemática da literatura. A metodologia adotada neste estudo consiste em uma revisão sistemática da literatura, visando analisar as ações de educação financeira exercidas por mulheres e seus impactos em suas vidas pessoais e negócios. Os resultados demonstram que os artigos convergem em uma discussão que demonstra uma tendência de menor acesso de mulheres à educação financeira. Os estudos apresentados destacam a existência de uma disparidade de gênero no acesso à educação financeira e ressaltam a necessidade de ações e pesquisas adicionais nessa área. A superação dessa disparidade é fundamental para fortalecer a capacidade das mulheres em tomar decisões financeiras informadas e contribuir para sua independência econômica e bem-estar futuro.

Palavras-chave: Educação Financeira, literacia, Mulheres.

1. Introdução

A educação financeira desempenha um papel fundamental na capacitação das mulheres em suas vidas pessoais e profissionais. Compreender como as mulheres se envolvem e se beneficiam da educação financeira é crucial para promover sua independência financeira e fortalecer sua presença nos negócios.

As mulheres têm enfrentado desafios específicos no campo financeiro, desde desigualdades salariais até menor participação em posições de liderança no setor empresarial. No entanto, é evidente que a educação financeira desempenha um papel transformador em suas vidas, capacitando-as a tomar decisões financeiras mais informadas e alcançar a independência econômica.

De acordo com um estudo realizado por Pesonen e Kutanen (2021), a educação financeira tem um efeito positivo no comportamento financeiro das mulheres. Ao adquirir conhecimentos sobre investimentos, planejamento financeiro e gerenciamento de dívidas, as mulheres são capazes de tomar decisões mais conscientes e eficazes em relação às suas finanças pessoais. Isso leva a um maior controle sobre seu dinheiro e à redução de vulnerabilidades financeiras.

Além disso, as mulheres estão cada vez mais se envolvendo em negócios próprios, contribuindo para o empreendedorismo e o crescimento econômico. Segundo um relatório do *Global Entrepreneurship Monitor (GEM)*, de 2020, as mulheres representam uma parcela significativa dos empreendedores em muitos países. A educação financeira desempenha um papel crucial no sucesso dos negócios liderados por mulheres, permitindo que elas tomem decisões estratégicas, gerenciem seus recursos financeiros e acessem fontes de financiamento adequadas.

Apesar dos avanços, existem desafios persistentes que dificultam a participação plena das mulheres na educação financeira e nos negócios. Estereótipos de gênero, falta de representação e barreiras sistêmicas ainda limitam seu acesso a oportunidades financeiras e educacionais. É fundamental que as políticas públicas e as instituições financeiras desenvolvam programas e iniciativas específicas para promover a inclusão e o empoderamento financeiro das mulheres.

Nesse contexto, essa revisão sistemática da literatura busca analisar as ações de educação financeira exercidas por mulheres e seus impactos, tanto em suas vidas quanto em seus negócios.

O objetivo geral deste estudo é analisar o impacto das ações de educação financeira exercidas por mulheres em suas vidas pessoais e negócios, por meio de uma revisão sistemática da literatura.

Assumem-se como objetivos específicos para este estudo: caracterizar os artigos encontrados na revisão sistemática da literatura; identificar os principais resultados dos artigos avaliando a sua contribuição para literatura; e analisar como os arquivos convergem em um corpus textual, apresentando as principais características em comum.

O estudo busca compreender como a educação financeira promove a independência financeira das mulheres, capacita-as na tomada de decisões financeiras informadas e fortalece sua presença e sucesso nos negócios. O objetivo é fornecer uma visão abrangente sobre as ações de educação financeira realizadas por mulheres e seus efeitos, destacando as oportunidades, desafios e necessidades para a promoção do empoderamento financeiro feminino.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Educação Financeira

O tema Educação Financeira é algo que vem sendo discutido a nível global. Há vários projetos referentes ao empreendedorismo e à educação financeira implantados ou em desenvolvimento em diversos países. Nos países desenvolvidos, a educação financeira é incorporada aos currículos escolares de diferentes formas como: no currículo obrigatório, em programa extracurriculares, parceria com instituições financeiras e outros níveis, visando fornecer aos estudantes uma base sólida de conhecimentos financeiros desde cedo (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Jacob, Hudson e Bush (2000) desenvolveram um trabalho mencionando a importância dos programas de alfabetização financeira para as famílias de baixa renda na promoção de uma cultura de educação financeira. O intuito foi de ampliar compreensão das pessoas para que estas sejam capazes de realizar escolhas conscientes no processo de gerir seus recursos. Os autores relatam que fatores como novos produtos e inovações tecnológicas têm mudado a forma como as famílias americanas relacionam com o dinheiro.

A falta de uma base sólida de conhecimentos financeiros e de consciência referentes à educação financeira têm sido uma das principais causas de endividamento, má gestão financeira e problemas econômicos pessoais. Muitas pessoas não têm noções básicas sobre como administrar seu dinheiro, o que pode levar a dificuldades financeiras, estresse chegando aos conflitos familiares.

Para Pereira (2003, p.26), “De um modo geral, as pessoas não estão preparadas para administrar, multiplicar e usufruir a riqueza. Estão menos preparadas ainda para a gestão pessoal e financeira”. A conscientização da educação financeira é um processo contínuo e pode ocorrer em várias fases ao longo da vida. No entanto, introduzir conceitos básicos de educação financeira desde a infância é primordial e de suma relevância. Nessa fase, as crianças podem aprender sobre a importância de economizar e planejar, a diferença entre necessidades e desejos, realizar escolhas financeiras assertivas. O processo de conscientização pode utilizar-se de metodologias ativas por meio de jogos, atividades práticas e exemplos do dia a dia.

Pereira (2003) menciona que, por volta dos dois a três anos de idade, a criança começa a lidar, mesmo que de forma inconsciente, com as questões relacionadas à educação financeira, como, por exemplo, escassez e abundância. Assim, a autora ressalta a necessidade de trabalhar as experiências emocionais infantis para promover e fomentar a cultura de educação financeira.

A educação financeira pode ser ensinada em diferentes contextos, como ambiente familiar, escolas, materiais educacionais, locais de trabalho e por meio de recursos on-line. Ao capacitar os indivíduos com conhecimentos financeiros sólidos, por intermédio da educação financeira, este amplia o potencial de promover a estabilidade financeira, a redução do endividamento, o planejamento adequado para o futuro e o equilíbrio financeiro pessoal, familiar e empresarial.

A educação financeira não se restringe apenas a aspectos teóricos, mas também enfatiza a aplicação prática desses conhecimentos no dia a dia. Isso inclui desenvolver habilidades de planejamento financeiro, tomar decisões de consumo conscientes, gerenciar dívidas, evitar armadilhas financeiras e investir de forma inteligente.

Dados apresentados pela Serasa Experian, Confederação Nacional do Comércio (CNC), Banco Central do Brasil (BCB) e Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) apontam que, nos últimos anos, o número de pessoas inadimplentes continua crescendo. “O mais recente levantamento da Serasa, com dados de março de 2023, indica que a inadimplência no Brasil segue crescendo, mas com desaceleração. Com um aumento de 180 mil pessoas, o indicador de inadimplência aponta 70,71 milhões de brasileiros com o nome restrito” (SERASA, 2023).

Tais informações reforçam a importância de se trabalhar com propostas e programas que visem à educação financeira de crianças, jovens e adultos. No Brasil, existem projetos e iniciativas voltados para a educação financeira, buscando disseminar conhecimentos e habilidades financeiras para diferentes públicos. Alguns dos principais projetos de educação financeira no país são: Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef); DSOP Educação Financeira, Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil); Banco Central do Brasil - Programa de Educação Financeira, Projeto do Conef referente à Educação Financeira nas Escolas e outros. Essas propostas têm como objetivo ajudar no processo de formação de uma cultura de prevenção, planejamento e investimento e poupar e consumir de maneira consciente.

É importante ressaltar que a inserção da educação financeira nas escolas depende do sistema educacional de cada país e de políticas governamentais. O objetivo principal da educação financeira é capacitar as pessoas a tomarem decisões adequadas e eficientes sobre como ganhar, gastar, poupar, investir e gerenciar suas finanças. Este conceito pode se estender e serem aplicados de forma eficiente na gestão dos negócios empresariais.

2.2 Fundo de emergência e os principais tipos de investimentos

A reserva de emergência ou reserva financeira é um montante de dinheiro reservado especificamente para lidar com situações imprevistas, como desemprego, despesas médicas inesperadas ou reparos urgentes em casa. Este tipo de reserva “é algo essencial na carteira de qualquer investidor. Ela representa uma parcela significativa de investimentos e sua importância se dá em momentos difíceis pelos quais podemos passar” (ANDRADE, 2022, p. 18).

A definição do montante adequado da reserva de emergência varia de pessoa para pessoa. O cálculo da reserva de emergência pode ser feito considerando alguns aspectos como despesas mensais e o período de cobertura, podendo incluir variáveis como riscos e necessidades específicas relacionadas a uma saúde frágil. Com base nesses fatores, multiplique o valor médio das despesas mensais pelo período de cobertura desejado. O resultado será o valor alvo da reserva de emergência, o qual deve ser aplicado em um investimento de alta liquidez que possa ser resgatado a qualquer momento.

A aplicação do montante a ser investido na reserva de emergência deve ser em diferentes tipos de investimentos e de baixo risco como: fundos de investimento de curto prazo, títulos do governo ou certificados de depósito (CDBs) com liquidez imediata (NIGRO, 2018).

A constituição de uma reserva de emergência proporciona maior segurança financeira, pois permite que as pessoas enfrentem imprevistos sem recorrer a empréstimos. É uma prática basilar para o equilíbrio financeiro, entretanto é uma prática pouco aplicada na cultura brasileira.

Além de criar uma reserva de emergência, é interessante desenvolver o hábito de poupar e aplicar nos diversos tipos de investimentos existente. A cultura de investimento do brasileiro difere da do americano, que concentra uma significativa parcela no mercado de capital. O brasileiro ainda apresenta postura conservadora ao realizar seus investimentos, preferindo opções de investimento de baixo risco, como a poupança, concentração em imóveis, investimentos pouco diversificado, rendimento fixo e outras características.

Cabe destacar que as gerações mais jovens têm demonstrado maior interesse em investimentos, especialmente por meio de plataformas digitais. Aplicativos de investimento e corretoras on-line estão se popularizando, facilitando o acesso a diferentes opções de investimentos.

Existem diversos tipos de aplicações financeiras disponíveis para os investidores, cada uma com características e finalidades específicas. Nigro (2018), Cebarsi (2019) e Andrade (2022), em suas obras, apresentam alguns dos principais tipos de aplicações financeiras: “poupança”, Títulos Públicos, Fundos de Investimento, Letras de Crédito Imobiliário/Agrícola, Fundos Imobiliários, Previdência Privada e outros.

Nigro (2018), Cebarsi (2019) e Andrade (2022) descrevem que a poupança é uma opção popular oferecida pelos bancos, porém tem baixo rendimento. Títulos públicos, como Tesouro Selic, Tesouro IPCA e Tesouro Prefixado, são emitidos pelo Governo federal e oferecem diferentes formas de remuneração e prazos.

Ações representam participação em uma empresa, em que os investidores se tornam acionistas e têm direito aos lucros e dividendos da empresa. Fundos de investimento são veículos coletivos gerenciados por um profissional, onde o dinheiro de vários investidores é agrupado. Existem diferentes tipos de fundos, como renda fixa, multimercado e ações. CDBs são títulos de renda fixa emitidos por bancos, cujo investidor empresta dinheiro ao banco e recebe juros como retorno. LCI/LCA são títulos de renda fixa emitidos por instituições financeiras para financiar o setor imobiliário ou agrícola.

Fundos imobiliários são investimentos coletivos em empreendimentos imobiliários, onde os investidores adquirem cotas e recebem rendimentos através dos aluguéis ou valorização dos imóveis; previdência privada é uma forma de investimento voltada para a aposentadoria, com modalidades como PGBL e VGBL; e debêntures são títulos de dívida emitidos por empresas, cujos investidores recebem juros ao comprá-las.

O quadro acima apresenta algumas das opções disponíveis no mercado financeiro. É importante lembrar que cada tipo de aplicação possui riscos e características específicas. A escolha de onde investir deve levar em conta os objetivos pessoais e suas necessidades. Cerbase (2019) comenta que, primeiramente, a pessoa tem que entender seu perfil, definir seus projetos futuros para depois definir e escolher a melhor opção que se enquadre com o que o investidor realmente precisa.

Nigro (2018) e Cerbase (2019) orientam que é recomendado buscar orientação de profissionais ou especialistas, além de estudar sobre o mercado financeiro antes de realizar qualquer investimento. Nigro (2018) ainda aborda sobre como comparar diferentes aplicações no mercado financeiro, que a denominou “Triângulo de Nigro”, cuja avaliação de aplicações no mercado financeiro deve considerar o tripe: risco, liquidez e rendimento.

2.3 Estudos referente à educação financeira desenvolvidos por mulheres

O tema Educação Financeira tem sido continuamente explorado e encontra-se em desenvolvimento crescente de adquirir conhecimentos financeiros sólidos para enfrentar os desafios econômicos e alcançar uma vida financeira saudável. Os estudos sobre educação financeira abrangem uma ampla gama de tópicos e áreas de conhecimento, refletindo a complexidade e a multidisciplinaridade do assunto. Como exemplo, podem-se citar alguns campos de pesquisas explorada por autores brasileiros: educação financeira nas escolas, educação financeira para populações específicas, investimentos, psicologia financeira, finanças pessoais, educação financeira em comunidades de baixa renda e outros.

As pesquisadoras Almansa e Mariane (2019) desenvolveram um estudo sobre a temática “Inflação de custo em um ambiente de educação financeira escolar: análise de uma proposta”. O objetivo de trabalho proposto foi de apresentar e analisar uma tarefa que enfatiza

a ideia de inflação de custo fazendo um elo com o ambiente de educação financeira escolar. Como resultado, constatou-se a consciência financeira dos alunos, observando seus entendimentos e tomada de decisões diante de um processo inflacionário ao longo das questões.

Outro trabalho referente ao assunto de conscientização financeira relacionando com os conteúdos matemáticos ensinados nas escolas foi desenvolvido por Souza e Flores (2023) com o título “Conceito de riqueza e educação financeira como prática de si: composições históricas”. A pesquisa problematiza a inclusão da educação financeira no currículo de matemática, explorando a relação histórica entre dinheiro, riqueza e bens materiais, bem como sua influência na constituição de subjetividades. As autoras argumentam que o contexto neoliberal atual tem levado a uma ampliação do ensino de matemática, abrangendo noções sobre dinheiro, trabalho, poupança e investimento, que pode envolver valores morais e éticos. Souza e Flores (2023) levantam questões sobre outras maneiras pelas quais a educação matemática tem sido influenciada e moldada pelos sujeitos, e quais outros temas estão interligados aos conteúdos matemáticos ensinados na escola.

Com base nos três trabalhos, conclui-se que a educação financeira desempenha um papel fundamental na formação dos indivíduos. Ensinar educação financeira nas escolas vai além do simples aprendizado de cálculos matemáticos, pois contribui para a formação de indivíduos financeiramente responsáveis, o que impacta qualidade de sua vida e fortalecimento da economia.

3. Metodologia

A metodologia adotada neste estudo consiste em uma revisão sistemática da literatura, visando analisar as ações de educação financeira exercidas por mulheres e seus impactos em suas vidas pessoais e negócios. “A revisão sistemática é um método de pesquisa amplamente reconhecido e utilizado para identificar, selecionar e analisar criticamente estudos relevantes sobre um tema específico” (CARVALHO; BRASILEIRO, 2022).

Para identificar os estudos relevantes, foi realizada uma busca abrangente na base de dados da Scopus. As seguintes palavras-chave foram utilizadas na busca: “women”, “financial education”, “empowerment”. Essas palavras-chave foram combinadas usando operadores booleanos (AND, OR) para refinar a pesquisa e obter resultados mais específicos.

A primeira etapa da pesquisa resultou em um total de 23 trabalhos científicos, compreendendo 15 artigos revisados por pares, 3 livros, 3 capítulos de livros, um trabalho publicado em anais de conferência e um artigo em processo de revisão. A revisão sistemática adotada neste estudo seguiu o modelo proposto por Carvalho e Brasileiro (2022), incluindo os critérios de análise, tratamento da base de dados e exclusão de trabalhos. Após o devido tratamento, a base de dados final para esta análise consistiu em 16 artigos científicos, sendo 15 publicados em revisão final e um em processo de revisão.

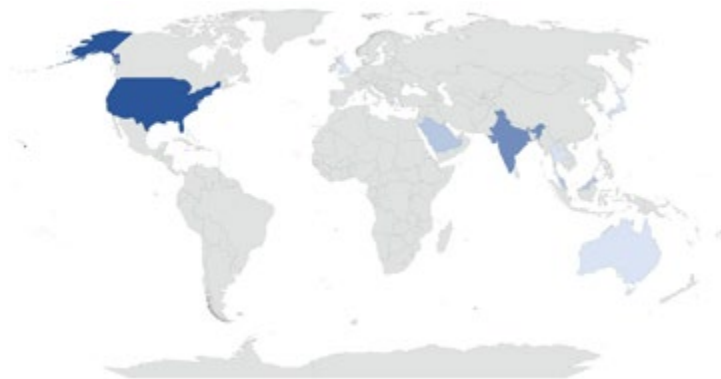
A análise dos artigos foi conduzida utilizando a metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). A fase de pré-análise envolveu a busca das palavras-chave relevantes e a exploração do material por meio da leitura dos 23 textos identificados, excluindo aqueles que não estavam relacionados ao tema ou não eram provenientes de revisão por pares. Posteriormente, os resultados foram tratados por meio da distribuição de frequências e identificação das principais contribuições dos artigos encontrados.

A próxima seção deste estudo apresenta os resultados obtidos a partir desta pesquisa.

4 Resultados

Para iniciar os resultados, faz-se necessário classificar os artigos encontrados, no intuito de se responder o primeiro objetivo específico para este trabalho. Os gráficos a seguir classificam os artigos de acordo com o ano de publicação e os países vinculados as instituições.

Figura 1. Caracterização dos artigos



Fonte: autoras/Scopus (2023).

Ao se analisarem os dados fornecidos pela Scopus sobre a quantidade de publicações relacionadas à temática de mulheres, empoderamento e educação financeira, podemos observar que no período de 2014 a 2022, houve variações na quantidade de publicações ao longo dos anos. Os anos de 2014, 2015, 2017 e 2018 apresentaram pouca ou nenhuma publicação relacionada ao tema. No entanto, a partir de 2019, houve um aumento significativo nas publicações, com dois artigos publicados nesse ano, seguido por dois artigos em 2020 e 7 artigos em 2021. Em 2022, foram publicados três artigos.

Quanto à distribuição geográfica das publicações, observa-se que a maioria delas está concentrada nos Estados Unidos, com um total de seis publicações. A Índia aparece em segundo lugar, com quatro publicações, seguida por Malásia e Arábia Saudita, ambos com duas publicações. A Austrália, Japão, Tailândia e Reino Unido têm uma publicação cada.

Essa análise inicial dos gráficos nos fornece uma visão geral da quantidade de publicações ao longo dos anos e da distribuição geográfica das pesquisas relacionadas às temáticas de mulheres, empoderamento e educação financeira. No entanto, é importante levar em consideração que esses dados podem não representar a totalidade das publicações existentes sobre o tema, uma vez que os dados apresentados são limitados às palavras-chaves utilizadas e à base de dados da Scopus, podendo não incluir todas as fontes relevantes.

Com o fim de responder ao segundo objetivo traçado para este trabalho, os parágrafos abaixo avaliam o conteúdo dos artigos, a partir da exploração da literatura, distribuindo os artigos por ordem cronológica, com destaque para os objetivos, principais métodos adotados e resultados relevantes apresentados pelos autores.

O objetivo de Chambers et al. (2019) foi o de examinar a disparidade de gênero na educação financeira, utilizando a Avaliação de Educação Financeira do Programa para Avaliação Internacional de Estudantes (Pisa) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os resultados dos autores sugerem que existe uma lacuna de gênero no conhecimento financeiro em favor dos estudantes do sexo masculino do ensino médio e que os pais podem influenciar o conhecimento financeiro de seus filhos.

Kadoya e Rahim Khan (2020) avaliaram a relação entre fatores demográficos, socioeconômicos e educação financeira no Japão, analisando a educação financeira em termos de conhecimento, atitude e comportamento financeiro. O estudo revela que os homens têm um maior conhecimento financeiro do que as mulheres, mas as mulheres apresentam atitudes e comportamentos financeiros mais positivos do que os homens. A idade está positivamente relacionada ao conhecimento financeiro, mas negativamente relacionada à atitude financeira, sugerindo que pessoas de meia-idade no Japão têm um conhecimento financeiro maior, enquanto pessoas mais jovens e mais velhas apresentam atitudes e comportamentos financeiros mais positivos.

Partindo de pressupostos semelhantes, Dewi et al. (2020) medem o nível de educação financeira e suas variáveis na comunidade acadêmica da Indonésia. Os resultados confirmam as relações entre a educação financeira e suas variáveis de consciência financeira,

comportamento financeiro, experiência financeira, habilidades financeiras, conhecimento financeiro subjetivo, capacidade financeira, metas financeiras e decisões financeiras. Os autores concluem que, a partir da lacuna respondida, podem gerar proposições para o aprimoramento da educação financeira, principalmente com a maior participação de mulheres.

Park et al. (2021) examinaram a eficácia de um programa de literacia financeira, *Invest in Girls (IIG)*, na promoção da capacidade financeira entre as alunas do ensino médio. Os resultados indicaram que as participantes apresentaram significativamente maior confiança para se envolverem em literacia financeira após o programa. Os autores concluem que, dada à falta de mulheres líderes no mundo das finanças, o programa IIG tem como objetivo abordar a disparidade de gênero no conhecimento financeiro e destacar a importância de desenvolver habilidades de literacia financeira entre as meninas.

Já Goyal, Kumar e Xiao (2021) analisaram o estado atual da pesquisa sobre Comportamento de Gestão Financeira Pessoal (PFMB, na sigla em inglês), com foco principal em seus antecedentes e consequências. Os resultados da síntese abrangem vários fatores que afetam a decisão, como características demográficas, gênero, socioeconômicas, psicológicas, sociais, culturais, experiência financeira, literacia financeira e fatores tecnológicos. As principais consequências do PFMB incluem satisfação financeira, satisfação nos relacionamentos, qualidade de vida, sucesso financeiro, felicidade, vulnerabilidade/resiliência financeira e bem-estar financeiro.

Em um outro estudo, Goyal e Kumar (2021) forneceram um resumo abrangente do conhecimento quantitativo e qualitativo sobre educação financeira, por meio de uma revisão sistemática e análise bibliométrica. Entre os principais resultados dos autores, foi possível identificar temas emergentes, como capacidade financeira, inclusão financeira, disparidade de gênero, educação fiscal e de seguros e educação financeira digital. Os autores destacam que ainda há a percepção de menor acesso à educação financeiras para as mulheres.

Gerrans (2021) intentou avaliar os efeitos de longo prazo da educação financeira em estudantes universitários, três anos após a conclusão de um curso de finanças pessoais. O autor conclui que em mulheres, embora os efeitos sobre o comportamento financeiro e as intenções de comportamento sejam menos robustos ao longo do tempo, ainda são relatados comportamentos financeiros positivos.

Para Johan, Rowlingson e Appleyard (2021), faz-se necessário construir um debate sobre o impacto da educação financeira pessoal no conhecimento, nas atitudes e no comportamento financeiro, utilizando como base uma pesquisa realizada com 521 estudantes de graduação da Universidade Agrícola de Bogor (IPB) na Indonésia, em 2015. A análise mostrou que a socialização financeira familiar foi um fator importante no conhecimento, nas atitudes e no comportamento financeiro dos estudantes. Outros fatores que influenciaram o comportamento financeiro incluíram renda, experiência de trabalho, ano/área de estudo e discussões sobre dinheiro com amigos.

Corroborando os autores acima, Yoopetch (2021) teve por objetivo investigar os fatores que influenciam as intenções empreendedoras e identificar os fatores mais influentes nessa intenção. O estudo foi realizado com funcionárias do sexo feminino de várias empresas de hospitalidade, incluindo restaurantes, hotéis e serviços de bem-estar. Os resultados do estudo mostraram que a atitude em relação à tomada de riscos, à autoeficácia, à norma subjetiva e ao empoderamento têm uma influência significativa na intenção empreendedora das mulheres na indústria de hospitalidade. A análise dos dados revelou que a atitude em relação à tomada de riscos tem a maior influência na intenção empreendedora.

Por sua vez, Murugiah (2021) intentou analisar os principais determinantes da gestão de poupança na Malásia Peninsular, em um estudo com 2.500 adultos trabalhadores na Malásia Peninsular, com idades entre 18 e 45 anos. Os resultados do estudo destacam que as características dos pais, habilidades de investimento, alfabetização financeira e gerenciamento de despesas são fatores importantes para aprimorar e aumentar o nível de habilidades de poupança na Malásia, principalmente em respondentes do sexo feminino.

Bhargava, Sharma, Mohanty e Lahiri (2022) avaliam o papel dominante da atitude, da conscientização e das habilidades financeiras, e do comportamento financeiro na competência financeira das mulheres, assim como o papel moderador da personalidade no conhecimento financeiro, no comportamento financeiro, na atitude financeira e na capacidade financeira. O estudo foi aplicado a 530 mulheres, em distritos urbanos, que trabalham nos setores público e privado, profissionais autônomas e empreendedoras, utilizando uma amostragem aleatória estratificada em múltiplos estágios.

Os principais resultados do estudo indicaram que o conhecimento financeiro influencia, significativamente, a capacidade financeira das mulheres com personalidades “gold” (Beta, 0,578). Por outro lado, o comportamento financeiro teve um impacto maior nas mulheres com personalidades “green” (Beta, 0,396) e “blue” (Beta, 0,638). As mulheres com personalidade “green” apresentaram um desempenho superior em relação ao comportamento financeiro, capacidade financeira e conhecimento financeiro. Além disso, as mulheres com características de personalidade “blue” mostraram uma atitude financeira comparativamente melhor.

Shabir e Ali (2022) objetivaram investigar a magnitude da inclusão financeira em termos de propriedade e uso de produtos financeiros por gênero na Arábia Saudita, com base nos dados da pesquisa *Global Financial Inclusion* (GFI) do Banco Mundial. Os resultados demonstraram uma associação significativa entre inclusão financeira e gênero em termos de propriedade e uso de produtos financeiros. A propriedade e o uso de produtos financeiros são, comparativamente, maiores entre os homens do que entre as mulheres. A análise do efeito marginal do gênero mostra um impacto significativo e positivo na inclusão financeira, o que significa que os homens têm 10% e 13% mais chances de possuir e usar produtos financeiros, respectivamente, em comparação às mulheres.

5 Conclusão

Através da análise dos textos apresentados, é possível identificar a existência de uma disparidade no acesso à educação financeira entre homens e mulheres. Os estudos utilizados como base nesta pesquisa apontam que as mulheres enfrentam desafios significativos quando se trata de adquirir conhecimentos e habilidades financeiras.

Cabe destacar também que este estudo responde aos seus objetivos específicos, primeiramente classificando os artigos encontrados, por período e nacionalidade das instituições de pesquisa, sendo perceptível um crescimento na base da Scopus a partir de 2019, tendo como os EUA o principal país vinculado às pesquisas.

O segundo objetivo específico é respondido com base nessas evidências encontradas nos artigos que, em sua maioria, convergem em uma estrutura que posiciona a mulher como tendo menor acesso à educação financeira, sendo assim, é crucial que pesquisas futuras abordem e compreendam mais profundamente a disparidade de gênero no acesso à educação financeira. Estudos podem explorar abordagens específicas para engajar mulheres em programas de educação financeira, identificar as barreiras que dificultam o acesso igualitário e desenvolver estratégias para promover uma maior participação feminina nesse contexto.

Além disso, é essencial que possam ser constituídos subsídios e políticas públicas para garantir que a educação financeira seja acessível a todos, independentemente do gênero. Iniciativas que visem reduzir a lacuna de conhecimento e empoderar as mulheres nas questões financeiras são fundamentais para promover a igualdade e a autonomia econômica.

Portanto, os estudos apresentados destacam a existência de uma disparidade de gênero no acesso à educação financeira e ressaltam a necessidade de ações e pesquisas adicionais nessa área. A superação dessa disparidade é fundamental para fortalecer a capacidade das mulheres em tomar decisões financeiras informadas e para contribuir com a sua independência econômica e bem-estar futuro.

Referências

ALMANSA, Suziane Dias; PISTÓIA MARIANI, Rita de Cássia. Inflação de custo em um ambiente de educação financeira escolar: análise de uma proposta. **Revista de Investigação e Divulgação em Educação Matemática**, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 39-58, jul./dez. 2019. DOI: 10.34019/2594-4673.2019.v3.29611. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ridema/article/view/29611>. Acesso em: 03 maio 2023.

ANDRADE, Adriano Barreira de. **Como construir uma carteira sólida de investimentos**. São Paulo, SP: Editora Brilho Coletivo, 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BHARGAVA, Monu; SHARMA, Ashish; MOHANTY, Birajit; LAHIRI, Moon Moon. Moderating role of personality in relationship to financial attitude, financial behaviour, financial knowledge and financial capability. **International Journal of Sustainable Development and Planning**, v. 17, n. 6, p. 1997-2006, Oct. 2022. Disponível em: <https://www.iieta.org/journals/ijstdp/paper/10.18280/ijstdp.170635>. Acesso em: 03 maio 2023.

CARVALHO, Josué de Lima; BRASILEIRO, Tânia Suely Azevedo. Transparency as a tool in building efficient public institutions: a bibliometric study. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science**, v. 9, n. 4, p. 1-7, Apr. 2022. Disponível em: Acesso em: 04 maio 2023.

CERBASI, Gustavo. **Investimento inteligentes: estratégias para multiplicar seu patrimônio com segurança e eficiência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2019. 256 p.

CHAMBERS, Rebecca G.; ASARTA, Carlos J.; FARLEY-RIPPLE, Elizabeth N. Gender, parental characteristics, and financial knowledge of high school students: evidence from multicountry data. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 30, n. 1, p. 97-109, 2019. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1241100>. Acesso em: 04 maio 2023.

DEWI, Vera Intanie; FEBRIAN, Erie; EFFENDI, Nury; ANWAR, Mokhamad; NIDAR, Sulaeman Rahman. Financial literacy and its variables: the evidence from Indonesia. **Economics and Sociology**, v. 13, n. 3, p. 133-154, 2020. Disponível em: https://www.economics-sociology.eu/?767,en_financial-literacy-and-its-variables-the-evidence-from-indonesia. Acesso em: 03 maio 2023.

DOMINGOS, Reinaldo. **Terapia financeira**. 2. ed. São Paulo: DSOP, 2013.

EKER, T. Harv. **Os segredos da mente milionária: aprenda a enriquecer mudando seus conceitos sobre o dinheiro e adotando os hábitos das pessoas bem-sucedidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

ELAM, Amanda B.; BRUSH, Candida G.; GREENE, Patricia G.; BAUMER, Benjamin; DEAN, Monica; HEAVLOW, René. **GEM Women's Entrepreneurship Report 2018/2019**. Londres: GEM, 2019. Disponível em: <https://www.gemconsortium.org/report/gem-20182019-womens-entrepreneurship-report>. Acesso em: 07 maio 2023.

GERRANS, Paul. Undergraduate student financial education interventions: medium term evidence of retention, decay, and confidence in financial literacy. **Pacific-Basin Finance Journal**, v. 67, June 2021, 101552. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.pacfin.2021.101552>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0927538X21000597>. Acesso em: 03 maio 2023.

GOYAL, Kirti; KUMAR, Satish. Financial literacy: a systematic review and bibliometric analysis. **International Journal of Consumer Studies**, v. 45, n. 1, p. 80-105, Jan. 2021. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ijcs.12605>. Acesso em: 06 maio 2023.

GOYAL, Kirti; KUMAR, Satish; XIAO, Jing Jian. Antecedents and consequences of Personal Financial Management Behavior: a systematic literature review and future research agenda. **International Journal of Bank Marketing**, v. 39, n. 7, p. 1166-1207, Oct. 2021. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/IJBM-12-2020-0612/full/html>. Acesso em: 07 maio 2023.

JACOB, Katy; HUDSON, Sharyl; BUSH, Malcolm. **Tools for survival: an analysis of financial literacy programs for lower-income families**. Chicago, IL: Woodstock Institute, 2000. Disponível em: <http://woodstockinst.org/document/toolsforsurvival.pdf>. Acesso em: 03 maio 2023.

JAYARAMAN, J. D.; JAMBUNATHAN, Saigeetha; ADESANYA, Regina. Preparedness of early childhood teachers to teach financial literacy: evidence from the US. Education 3-13: **International Journal of Primary, Elementary and Early Years Education**, v. 50, n. 8, p. 1121-1136, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03004279.2021.1939399>. Acesso em: 07 maio 2023.

JOHAN, Irni; ROWLINGSON, Karen; APPELYARD, Lindsey. The effect of personal finance education on the financial knowledge, attitudes and behaviour of university students in Indonesia. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 42, n. 2, p. 351-367, June 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10834-020-09721-9>. Acesso em: 04 maio 2023.

KADOYA, Yoshihiko; RAHIM KHAN, Mostafa Saidur. Financial literacy in Japan: new evidence using financial knowledge, behavior, and attitude. **Sustainability (Switzerland)**, v. 12, n. 9, p. 1-15, May 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/12/9/3683>. Acesso em: 04 maio 2023.

MURUGIAH, Logasvathi. Saving management in Malaysia. **Estudios de Economía Aplicada**, v. 39, n. extra 10, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8119133>. Acesso em: 07 maio 2023.

NIGRO, Thiago. **Do mil ao milhão: sem cortar o cafezinho**. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2018.

OLIVIERI, Maria de Fátima Abud. Educação Financeira. **Revista Eniac Pesquisa**, Guarulhos, v. 2, n. 1, p. 43-51, jan./jun. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.22567/rep.v2i1.108>. Disponível em: <https://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/108>. Acesso em: 02 maio 2023.

PARK, Chong Myung; KRAUS, Aidan D.; DAI, Yanling; FANTRY, Crystal; BLOCK, Turner; KELDER, Betsy; HOWARD, Kimberly A. S.; SOLBERG, V. Scott H. Empowering women in finance through developing girls' financial literacy skills in the United States. **Behavioral Sciences**, v. 11, n. 12, p. 1-19, Dec. 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-328X/11/12/176>. Acesso em: 07 maio 2023.

PEREIRA, Glória Maria Garcia. **A energia do dinheiro: como fazer dinheiro e desfrutar dele**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

PESONEN, E.; KUTANEN, O. The impact of financial literacy on women's financial behavior: a literature review. **Journal of Family and Economic Issues**, XX(X), XXX-XXX, 2021.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, nov./dez. 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-76122007000600006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/XhqxBt4Cr9FLctVvzh8gLPb/#>. Acesso em: 03 maio 2023.

SERASA. **Mapa da inadimplência e negociação de dívidas no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 03 maio 2023.

SHABIR, Suheela; ALI, Jabir. Determinants of financial inclusion across gender in Saudi Arabia: evidence from the World Bank's Global Financial Inclusion survey. **International Journal of Social Economics**, v. 49, n. 5, p. 780-800, Mar. 2022. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eme/ijsepp/ijse-07-2021-0384.html>. Acesso em: 06 maio 2023.

SOUZA, Jéssica Ignácio de; FLORES, Cláudia Regina. Conceito de riqueza e educação financeira como prática de si: composições históricas. **Alexandria: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia, Florianópolis**, v. 16, n. 1, p. 63-80, maio 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1982-5153.2023.e86167>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/view/86167>. Acesso em: 04 maio 2023.

YOOPETCH, Chanin. Women empowerment, attitude toward risk-taking and entrepreneurial intention in the hospitality industry. **International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research**, v. 15, n. 1, p. 59-76, 2021. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/IJCTHR-01-2020-0016/full/html>. Acesso em: 07 maio 2023.

CAPÍTULO V

Contabilidade Pública e Governança

Coordenadoras:
Liliana Lacerda e Wane Paixão



Capítulo V – Contabilidade Pública e Governança

Avaliação de Políticas e Programas Sociais como Instrumento para *Accountability* nas Oscips

Poliane Mendes Gonçalves Chagas

Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico (UFMA) e Doutoranda em Políticas Públicas (UFMA)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7072-0275> | E-mail: goncalves.poliane@ufma.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o uso da avaliação de políticas e programas sociais como instrumento de *accountability* para as Organizações Sociais de Interesse Público (Oscips). Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e exploratória, com abordagem qualitativa a respeito do tema. A metodologia adotada para tratar o objeto de pesquisa foi o parâmetro dialético, uma vez que é uma técnica de investigação da realidade pelo estudo da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade. Conclui-se que a pesquisa avaliativa, por ser uma pesquisa aplicada, de cunho científico, sistemática, que leva em consideração as contradições inerentes a uma dada realidade ou a certo contexto social, que problematiza o papel do Estado na sociedade, pode ser considerada como importante instrumento para *accountability* nas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Palavras-chave: Avaliação de Políticas Públicas; *Accountability*; Oscip.

1 Introdução

A partir da Reforma do Estado no Brasil, que teve como marco o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso se tem a busca por uma gestão pública eficaz, eficiente, flexível, pautada na gestão por resultados, a qual deixa para trás o retrocesso de uma gestão pública rígida e ineficiente, conforme os ditames da política neoliberal e de mercado em vigor. Como afirma Matias-Pereira (2008): “por tratar-se de um modelo pós-burocrático, buscou importar ferramentas de gestão provenientes do setor privado, bem como a aplicação da lógica de mercado dentro do setor público, focalizando o aumento da eficiência econômica do Estado” (MATIAS-PEREIRA, 2008:75).

Nessa nova forma de gestão pública sob a justificativa da eficiência e da eficácia e da busca por uma gestão mais gerencial, tem-se a ampliação e sedimentação do chamado Terceiro Setor. Entre as instituições do Terceiro Setor, estão as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), que é um título instituído pela Lei n.º 9.790 de 23 de março de 1999, concedido pelo Poder Executivo a uma entidade civil sem fins lucrativos, criada por particulares, para a realização de atividades estabelecidas em lei. Portanto, Oscip é uma qualificação dada a instituições não governamentais que pretendem estabelecer parcerias com o poder público e que atendem à lei acima citada.

As Oscips são instituições privadas sem fins lucrativos que, por meio de um Termo de Parceria, recebem recursos públicos para a realização de serviços públicos que até então eram realizados diretamente pelo Estado. Portanto, como tais instituições fazem uso de recursos oriundos dos fundos públicos, intensifica-se a importância do controle social sobre as ações públicas, e a pesquisa avaliativa de políticas e programas sociais pode ser considerada como importante instrumento de *accountability* pelas instituições não governamentais, entre essas as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

A escolha da temática justifica-se pela dimensão que os Termos de Parceria vêm tomando no âmbito da gestão pública com o discurso da eficiência e da eficácia, sem necessariamente vir acompanhado da real transparência e da evidenciação do uso dos recursos públicos e de sua aplicação. Em pesquisa realizada por Chagas et al. (2020), observou-se que apenas 27% das Oscips da região Nordeste evidenciaram as subvenções e assistências em conformidade com os pronunciamentos e as normas contábeis e que algumas instituições dessa região não publicaram suas demonstrações contábeis em todo o período em análise. Além disso, os testes mostraram que as Oscips da região Nordeste não apresentaram conformidade contábil, o que demonstra uma necessidade de melhoria do processo de *accountability* pelas Oscips.

Em outro estudo realizado por Furtado, Giacomelli e Pacheco (2017), os resultados apontam para irregularidades quanto ao desconhecimento na elaboração de prestação de contas, a falta de controles administrativos adequados na execução dos recursos e em algumas situações, achados de superfaturamento financeiro e desvio de finalidades do projeto.

A pesquisa realizada por Tavares e Romão (2021) aponta que, “na percepção dos respondentes, em geral, os governos não têm compromisso com a *accountability* das políticas públicas junto à sociedade civil. Por isso, o controle externo das políticas públicas é fundamental para a administração pública brasileira” (TAVARES; ROMÃO, 2020, p. 251). Os autores ainda concluem que, “pelos análises de similitude e em nuvem de palavras, a ocorrência do termo *não* revela, de forma categórica, que os respondentes não acreditam na prestação de contas, de forma desejada e correta, dos governos junto à sociedade civil” (TAVARES; ROMÃO, 2021, p. 252).

Assim, o presente artigo tem como objetivo geral trazer à tona a importância da pesquisa avaliativa de políticas e programas sociais como instrumento para a *accountability* das Oscips. Já os objetivos específicos incluem uma abordagem teórica sobre pesquisa avaliativa de políticas e programas sociais, além de uma interface entre pesquisa avaliativa e *accountability* pelas Oscips. Para tanto, trata-se de um estudo bibliográfico e exploratório com abordagem qualitativa a respeito do tema pesquisa avaliativa de políticas e programas sociais e sua importância como instrumento para a *accountability* das Oscips.

A metodologia adotada para tratar o objeto de pesquisa foi o método dialético, uma vez que é uma técnica de investigação da realidade pelo estudo da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade. Isso porque, segundo Lukács (2003, p. 64) “a dialética materialista é uma dialética revolucionária”. Além disso, parte-se do entendimento da totalidade, de modo a compreender todos os fenômenos parciais como elemento do todo. Ainda segundo Lukács (2003, p. 98) “o método dialético em Marx visa ao conhecimento da sociedade como totalidade”. Dessa forma, busca-se entender o processo de *accountability* das Oscips levando em consideração as contradições existentes e dentro de uma totalidade.

Assim, o artigo foi dividido em cinco seções. Além desta introdução, em que foram apresentadas a problemática do tema, os objetivos da pesquisa e a metodologia, na segunda seção foi realizada uma abordagem sobre os fundamentos teóricos da pesquisa avaliativa de políticas e programas sociais. Na terceira seção, foram abordados os aspectos conceituais da *accountability* e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Na quarta seção, foi apresentada a discussão sobre a importância da pesquisa avaliativa de políticas e programas sociais como instrumento de *accountability* para as Oscips. Por fim, na quinta seção, foram apresentadas as conclusões resultantes do estudo realizado.

2 Pesquisa de Avaliação de Políticas e Programas Sociais

De acordo com Silva (2001), o conceito de políticas públicas “constitui um conjunto de ações ou omissões do Estado [...], tendo como limites e condicionamentos os processos econômicos, políticos e sociais. O que significa dizer, ainda conforme a autora, que uma política pública “se estrutura, se organiza e se concretiza a partir de interesses sociais organizados em torno de recursos que também são produzidos socialmente” (SILVA, 2001, p. 37). Políticas públicas são ações “materializadas mediante programas, projetos e serviços” (SILVA, 2001, p. 38).

Etimologicamente, o termo avaliação significa “atribuir valor, esforço de apreciar efeitos reais, determinando o que é bom, ruim, positivo, negativo (SILVA, 2001, p. 112). Segundo Boschetti (2009):

Avaliar significa estabelecer uma relação de causalidade entre um programa e seu resultado, e isso só pode ser obtido mediante o estabelecimento de uma relação causal entre a modalidade da política social avaliada e seu sucesso e/ou fracasso, tendo como parâmetro a relação entre objetivos, intenção, desempenho e alcance dos objetivos (BOSCHETTI, 2009, p. 2).

Não se trata da avaliação da vida cotidiana, do dia a dia, sem fundamento, assistemática. A avaliação de políticas e programas sociais apresenta um caráter científico, sistemático, complexo. Como afirma Silva (2001, p. 112), as avaliações “incluem necessariamente uma dimensão técnico-metodológica e outra política [...]. Trata-se da pesquisa avaliativa, de caráter aplicado, que se utiliza de métodos e técnicas da pesquisa social”.

Assim, considerando que as políticas públicas são fruto da ação ou da omissão do Estado para com a satisfação das reais necessidades de uma população, elas fazem uso de recursos oriundos dos fundos públicos. Necessários se fazem a verificação ou o ajuizamento de valor sobre as atividades realizadas, seus processos, sua forma de implementação, seus impactos na sociedade, se alcançou os objetivos e as metas previstos, se os impactos foram positivos ou negativos e qual foi o grau de eficácia e de eficiência. Esses são alguns dos questionamentos que uma pesquisa avaliativa busca responder.

No Brasil, o surgimento do processo de avaliação de políticas e programas sociais data da década de 1980, quando da institucionalização de políticas públicas universalizantes, associada à maior participação da sociedade. De acordo com Silva (2001, p. 108), “a disseminação ainda se deve às exigências dos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os quais demandavam reforma dos programas sociais, pautada pela focalização, descentralização e privatização”.

A partir da década de 1990, a pesquisa avaliativa recebeu um novo impulso no Brasil, decorrente da reestruturação produtiva determinada pela crise fiscal do Estado e por influência do projeto neoliberal. Também é nesse contexto que se tem a reforma do Estado, em que ele deixa de exercer funções de interventor (executor) para assumir funções mantenedoras (financiador) e reguladoras (elaboração de normas e controle), segundo (SILVA, 2001), e que surgem as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, objeto de estudo deste artigo. Nesse contexto de reforma do Estado:

[...] a avaliação passa a ser utilizada principalmente como mecanismo de controle social das políticas públicas pelo Estado, com intensa participação de avaliadores externos, na busca pela eficiência dos gastos públicos e da eficácia dos programas sociais, com focalização nos grupos mais pobres e vulneráveis (SILVA, 2001, p. 109).

As pesquisas de avaliação respondem a dois grupos de objetivos, conforme Draibe (2001, p. 17) – objetivos de conhecimento: “levantadas certas hipóteses, pesquisa-se um dado programa para conhecer a relação entre condições, meios, resultados e impactos da intervenção”. Além disso, as pesquisas de avaliação respondem “a objetivos de verificação de eficácia, eficiência e de *accountability* das ações”. As avaliações também têm como objetivos detectar obstáculos e propor medidas de correções, o que a autora chama de “pesquisa de avaliação interessada”.

A pesquisa de avaliação pode ser externa, quando realizada por pessoas que não integram o quadro da instituição agente do programa (COHEN; FRANCO, 1993) ou que não são vinculadas, direta ou indiretamente, à instituição executora (AGUILAR; ANDER-EGG, 1994). Pode também ser interna quando realizada no interior da instituição gestora do programa e por pessoas que pertencem à instituição promotora ou gestora dele, mas que não são diretamente responsáveis por sua execução. A pesquisa pode ser até mesmo mista, pela combinação das duas anteriores com a intenção de superar as dificuldades e os limites delas e preservando as vantagens de ambas.

Como afirmam Trevisan e Bellen (2008), o Governo deve ser transparente para com a sociedade e, portanto, “os relatórios das avaliações podem servir tanto para divulgação, quanto para fomento do debate público em torno das alternativas de intervenção governamental em uma dada realidade social” (TREVISAN; BELLEN, 2008, p. 540)

Assim, as pesquisas de avaliação, além de contribuírem para o exercício do controle social por parte da sociedade, uma vez que ela pode ser direcionada a uma determinada política ou a um programa e seus resultados, podem ser confiáveis, pois são fruto de uma pesquisa científica. Podem, também, auxiliar no processo de prestação de contas, na elaboração do relatório de desempenho e suas informações serem úteis para a tomada de decisões por parte do gestor público.

3 *Accountability* das Organizações da Sociedade Civil de interesse Público (Oscips)

3.1 *Accountability*: abordagem conceitual

A *accountability* é fundamental no regime democrático, uma vez que os gestores possuem a responsabilidade de prestar contas de seus atos ou de suas omissões para a sociedade, ela está relacionada à transparência, à necessidade de controle social e à questão da democracia. Como afirma Campos (1990, p. 33), “quanto mais avançado o estágio democrático, maior o interesse pela *accountability*”.

O'Donnell (1998) distingue dois tipos de mecanismos de *accountability*: a) *accountability* vertical, em qual os governantes respondem diretamente ao povo, por exemplo, por meio do processo eleitoral; e b) *accountability* horizontal, em que os governantes respondem indiretamente, mediante controles e mecanismos de prestação de contas entre poderes.

De acordo com Matias-Pereira (2010), o conceito de *accountability* contido no código de conduta, formulado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) indica que: “os gestores têm obrigação de prestar contas a quem os elegeram e responder integralmente por todos os atos que praticam no exercício de seus mandatos”. A *accountability* foi considerada, pelo Banco Central, em 1992, como uma das dimensões para a boa governança (MATIAS-PEREIRA, 2010).

O entendimento da *accountability* vai além da transparência pública. Isso porque as informações precisam ser relevantes, fidedignas, tempestivas e oportunas para as avaliações e a tomada de decisões. Essa compreensão está relacionada à busca de novos paradigmas na gestão pública, que prima pela eficiência e eficácia. De acordo com Behn (1998):

[...] para a nova gestão pública, o público tem interesse tanto na escolha das metas quanto na consecução delas. Portanto, qualquer mecanismo de *accountability* deve permitir que o público participe do debate sobre a escolha das metas, e no acompanhamento e avaliação da consecução das mesmas (BEHN, 1998, p. 37).

No Brasil, o direito à informação e à transparência é um direito constitucional garantido no art. 33 da CF/88, que afirma:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

Assim, a *accountability* é compreendida como a responsabilidade do Estado em prestar informações sobre os serviços públicos prestados. A relação entre a *accountability* e a pesquisa avaliativa de políticas e programas sociais pode ser analisada no sentido de que tanto o Estado quanto a sociedade podem fazer uso dos resultados das pesquisas avaliativas para prestar contas e/ou tomar decisões.

4 A Qualificação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e a *accountability* surgem no contexto de reforma da gestão pública, que tem como propósito a modernização do Estado, para torná-lo menos burocrático e mais competitivo. Entende-se, conforme Matias-Pereira (2008:79), que, “por meio da eficiência na administração dos recursos públicos, buscará o governo solucionar um maior número de demandas da sociedade, que devem estar traduzidas nas suas políticas públicas contidas no orçamento da União”. É nesse contexto que se amplia e se sedimenta o Terceiro Setor, incluindo nele as Oscips. Atualmente, há 781.921 Organizações da Sociedade Civil (OSCs) formais, ou seja, com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), em atividade no Brasil. Dessas, 1.114 são Organizações Sociais (OS) e 7.046 são Oscips. A maioria tem sede na região Sudeste, com 3.651 (51,82% do total) entidades, em segundo lugar vem a região Sul, com 1.251 (17,75% do total) entidades (MAPA, 2020).

A relação entre as Oscips e a administração pública é regulamentada pela Lei Federal n.º 9.790, de março de 1999, e suas alterações. Tal lei afirma que podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos pela lei citada acima.

Para a parceria, as Oscips podem atuar em diversas áreas, discriminadas no art. 3 da Lei n.º 9.790/1999, tais como: assistência social; cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promoção gratuita da educação; saúde; segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; voluntariado; desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; entre outras.

As atividades estão entre as diversas áreas de atuação da administração pública e devem ser realizadas:

mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins (BRASIL, 1999).

Assim, são passíveis de avaliação, pois, como afirma Draide (2001, p. 17), o objeto de intervenção da pesquisa de avaliação não se restringe “apenas a políticas estatais ou de governo, podendo abarcar, por exemplo, políticas de organizações privadas ou não governamentais de quaisquer tipos, sempre e quando preservado o caráter público acima referido”. Portanto, podem ser aplicadas às ações realizadas pelo Terceiro Setor, nele incluídas as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

A própria Lei n.º 9.790/1999, no que tange ao Termo de Parceria, discrimina que esse deve estipular as metas e os resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma. Além disso, há previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado.

A execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgãos do poder público, e os resultados atingidos devem ser analisados por comissão de avaliação. Logo, os Termos de Parceria destinados ao fomento de atividades realizadas pelas Oscips estarão sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

A *accountability* é um requisito para a qualificação das Oscips. Como determina o art. 15-B da Lei n.º 9.790/1999, a prestação de contas relativa à execução do Termo de parceria perante o órgão da entidade estatal parceira refere-se à correta aplicação dos recursos públicos recebidos e ao adimplemento do objeto do Termo de Parceria, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

relatório anual de execução de atividades; demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução; extrato da execução física e financeira; demonstração de resultados do exercício; balanço patrimonial; demonstração das origens e das aplicações de recursos; demonstração das mutações do patrimônio social; notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário parecer e relatório de auditoria (BRASIL, 1999)

Assim, para serem qualificadas como Oscip e receberem recursos do fundo público para o fomento de projetos, programas e serviços públicos, as instituições devem atender aos requisitos de *accountability*. Porém, para além dos relatórios e das demonstrações contábeis, as Oscips são passíveis de pesquisa de avaliação que, mais do que aplicação de teorias e técnicas, leva em consideração o contexto contraditório e o jogo de força do qual resultam as políticas públicas, pois como afirma Boschetti (2009):

[...] toda e qualquer avaliação de políticas sociais (ou de programas e projetos) deve se sobrepor à mera composição de técnicas e instrumentos, e se situar no âmbito da identificação da concepção de Estado e de política social que determina seu resultado” (BOSCHETTI, 2009, p. 3).

Dessa forma, o próximo capítulo abordará a aplicação da pesquisa de avaliação como importante instrumento para a *accountability* nas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

5 A Pesquisa Avaliativa de Políticas e Programas Sociais como instrumento para *Accountability* nas OSCIPs

Por meio das Oscips, instituições sem fins lucrativos recebem recursos públicos para a realização de ações e serviços públicos. Para que essas organizações realizem suas atividades sociais de forma plena, são necessárias a captação e a gestão de recursos de forma eficiente, uma vez que a principal fonte de recursos de tais instituições é externa, proveniente do fundo público. Portanto, se valer de informações fidedignas é fundamental para uma análise de desempenho e, até mesmo, para uma transparência real das ações e dos serviços prestados.

A avaliação das ações realizadas pelas Oscips está relacionada à necessidade de gestão do uso dos recursos públicos, de modo a buscar aferir a eficiência do uso desses recursos e o grau de eficácia com que os objetivos e as metas são alcançados. A pesquisa avaliativa é de suma importância para a validação das ações e dos serviços realizados pelas Oscips, uma vez que:

[...] identifica, obtém e propicia informações válidas confiáveis, suficientes e relevantes para fundamentar um juízo sobre o mérito ou valor de um programa ou atividade específica; serve de base para a tomada de decisão racional sobre o desenvolvimento de programas ou ações, soluções de problemas e para a compreensão de fatores determinantes de êxitos e fracassos (SILVA, 2001, p. 112).

Considerando que “a implementação, por sua vez, corresponde a uma fase da ‘vida’ de um programa, na qual são desenvolvidas as atividades pelas quais se pretende que os objetivos, tidos como desejáveis, sejam alcançados” (ARRETCHE, 2001, p. 47); e que, ainda segundo a autora, “é muito raro que ocorra a coincidência entre a figura dos formuladores e a figura dos implementadores”. A pesquisa avaliativa se faz necessária, uma vez que não há como garantir que o que foi previsto no planejamento ou estabelecido na política, é o que vai ser colocado em prática, assim, não é certo que os objetivos serão alcançados nem que os resultados serão positivos. Por isso, a importância de se fazer a pesquisa avaliativa, para tomar decisões sobre a continuidade, ou não, de uma política ou de um programa, por exemplo.

A prestação de contas à sociedade, referente aos serviços e aos programas que são ofertados pelo poder público, é um instrumento necessário no sistema democrático. Isso porque não é certo que metas e resultados propostos nos programas e nos planejamentos serão alcançados, como dito anteriormente, diante do fato de que os formuladores não possuem completa e perfeita informação acerca da realidade sobre a qual pretendem intervir

(ARRETICHE, 2001). Além disso, “a diversidade de contextos de implementação pode fazer que uma mesma regulamentação produza impactos inteiramente diversos em diferentes lugares da federação” (ARRETICHE, 2001, p. 51).

Ressalta-se, mais uma vez, o uso da Avaliação de Políticas e Programas Sociais como uma ferramenta para a obtenção de informações úteis para a tomada de decisões. Conforme Ala-Harja e Helgason (2000), a avaliação deve ser vista como um mecanismo de aprimoramento do processo de tomada de decisão, a fim de garantir informações mais acertadas, sobre as quais seja possível fundamentar suas decisões e melhor prestar contas sobre as políticas públicas. Além disso, a pesquisa avaliativa pode contribuir para a publicização das informações sobre políticas e programas sociais.

À medida que aumenta a complexidade das responsabilidades e das ações do Estado, principalmente de transferência de responsabilidades para a execução de ações e serviços públicos para outras instituições, como é o caso das Oscips, aumenta a importância da *accountability* e, portanto, a necessidade de se fazer pesquisa avaliativa sobre tais ações, serviços e programas. É sabido que o Estado, em si, já possui medidas de controle, porém, como afirma Campos (1990), além da economia de recursos públicos, há a eficiência e a honestidade:

[...] há outros padrões de desempenho que merecem consideração: qualidade dos serviços; maneira como tais serviços são prestados; justiça na distribuição de benefícios, como também na distribuição dos custos econômicos, sociais e políticos dos serviços e bens produzidos; grau de adequação dos resultados dos programas às necessidades das clientelas. Esses padrões da *accountability* governamental não são garantidos pelos controles burocráticos (CAMPOS, 1990, p. 34).

A pesquisa avaliativa considerada em uma perspectiva de cidadania, pode “vir a se constituir em instrumento eficaz para controle social das políticas sociais por parte da sociedade” (SILVA, 2001, p. 111). Assim, ela pode contribuir para diminuir a distância entre o desempenho do Governo e as reais necessidades da população.

6 Conclusão

O presente artigo teve como objetivo colocar em evidência a importância da pesquisa de avaliação de políticas e programas sociais como importante instrumento para a *accountability* nas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. É certo que tais instituições estão cada vez mais presentes na estrutura da gestão pública no Brasil e os questionamentos, se estão realmente atendendo aos interesses públicos e fazendo uso adequado dos recursos públicos, acabam vindo à tona.

Por ser um estudo metodologicamente aplicado, de cunho científico, sistemática, que leva em consideração as contradições inerentes a uma dada realidade ou a determinado contexto social, que problematiza o papel do Estado na sociedade, a pesquisa avaliativa pode ser considerada como importante instrumento para a *accountability* nas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

A apropriação de recursos públicos por instituições privadas sem fins lucrativos exige mais ainda que a *accountability* aconteça de forma eficiente. Nesse sentido, a pesquisa de avaliação de políticas e programas sociais se apresenta como mais um instrumento que irá ajuizar valor sobre tal política ou programa, avaliar seu desempenho, medir seu grau de eficiência e eficácia, entre outras ações.

Por fim, é importante ressaltar que esta pesquisa apresenta as suas limitações, devendo servir de base ou inspiração para novos estudos, mais amplos e que consigam responder aos diversos questionamentos que a temática vislumbra.

Referências

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de serviços e programas sociais**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.

ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: Barreira, Maria Cecília Rocho Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (orgs.) **Tendências e Perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUCSP, 2001, p. 43-56.

BEHN, Robert D.. O novo paradigma da gestão pública e a busca da *accountability* democrática. **Revista do Serviço Público**. Ano 49. Número 4. Out-Dez 1998. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/399>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Lei no 9.790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm

CHAGAS, Milton Jarbas Rodrigues, et al. Evidenciação contábil dos recursos auferidos pelas OSCIPs do nordeste brasileiro: um enfoque nas subvenções e assistências governamentais. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL**. Vol. 12, n. 2, Jul./Dez,2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/19282/12911>

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: Barreira, Maria Cecília Rocho Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (orgs.) **Tendências e Perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUCSP, 2001, p. 13-42.

FURTADO, Lorena lucena; GIACOMELLI, Josiane Gattis Corrêa; PACHECO, Vicente Evidências da Accountability em OSCIPs: uma análise dos exames de auditoria realizados pelo Tribunal de Contas da União. **XXIV Congresso Brasileiro de Custos – Florianópolis, SC, Brasil, 15 a 17 de novembro de 2017**. Disponível em: [file:///C:/Users/Laercio%20Cutrim/Downloads/cbc,+XXIVCBC_artigo_0088%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Laercio%20Cutrim/Downloads/cbc,+XXIVCBC_artigo_0088%20(1).pdf)

MAPA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Relatório OSCIP e OS. **Perfil das Organização Social e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público em atividade no Brasil**. IPEA, 2020. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/arquivos/posts/7883-relatorioososcipfinal.pdf>

MATIAS-PEREIRA, J. A GOVERNANÇA CORPORATIVA APLICADA NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO. APGS, Viçosa, 110 v.2, n.1, pp. 110-135, jan./mar. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4015/2246>

MATIAS-PEREIRA, J. **Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil**, EUA e União. RAP — RIO DE JANEIRO 42(1):61-82, JAN./FEV. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/FS8639jwkgbK8Vk3GrzDb9Q/?lang=pt&format=pdf>

O 'DONNELL, Guillermo. **Accountability horizontal e novas poliarquias**. Lua Nova n° 44. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/jbXvTQR88QggqcdWW6vXP8j/?format=pdf&lang=pt>

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **Avaliação de Políticas e Programas Sociais**: aspectos conceituais e metodológicos. In Silva, Maria Ozanira e (org.). **Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras, 2001.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **Avaliação de Políticas e Programas Sociais**: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In Silva, Maria Ozanira e (org.). **Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras, 2001.

TAVARES, Paulino Varela; Romão, Ana Lúcia. Accountability e a Importância do Controle Social na administração Pública: Uma Análise Qualitativa. *Braz. J. of Bus.*, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 236-254 jan./mar. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJB/article/download/23530/18908/60655>

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *rap – Rio de Janeiro* 42(3):529-50, maio/jun. 2008.

Transparência Pública e Controle Social

Janaina Moura Evangelista de Melo

Bacharela em Ciências Contábeis (Cesvale) e Administração Pública (UFPI) e Mestranda em Ciências Contábeis (Fucape)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2023943218550897> | E-mail: janainamouramelo@hotmail.com

Ceciane Portela Sousa

Mestra em Ciências Contábeis (Fundação Getúlio Vargas – FGV)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6615015572664831> | E-mail: cecianeportela@hotmail.com

Adriana Marques Dias

Mestra em Controladoria e Contabilidade Estratégica (Unifecap)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4880196528220160> | E-mail: profadrianadias@terra.com.br

Resumo

Com o advento da Constituição Brasileira de 1988, o controle social teve um sentido diferenciado e passou a buscar a garantia para a sociedade da transparência das contas públicas, por meio da denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O presente artigo tem a intenção de colocar em evidência o controle social, apresentando alguns conceitos e algumas definições e demonstrando como a CF/1988 remeteu a participação da sociedade nas políticas públicas por intermédio da instituição da transparência pública, mais especificamente nos arts. nº 48 e nº 49 da LRF. Além disso, busca-se apresentar o controle social e a transparência como instrumentos de combate à corrupção. Para tanto, utilizou-se das pesquisas documental e bibliográfica para embasamentos que levassem à conclusão de que transparência pública e controle social se completam, sendo indispensáveis ao combate à corrupção. Assim, pode-se inferir que a corrupção mingua a aptidão do Estado para garantir paz e segurança à população, produzindo novos conflitos sociais e agravando os existentes ao diminuir a confiabilidade nas instituições e no Estado. Logo, combater preventivamente a corrupção tem como aliados a transparência pública e o controle social. Destarte, para que eles ajam com efetividade, é necessária a participação atuante da sociedade e de entidades não governamentais na fiscalização dos recursos públicos.

Palavras-chave: Controle social; Lei de Responsabilidade Fiscal; Transparência pública.

1 Introdução

Em decorrência da Constituição Federal do Brasil de 1988, várias modificações ocorreram na seara social e política brasileira. A criação do Estado Democrático de Direito é vista como uma das principais mudanças, pois assegurou a participação da população na atividade do Estado por meio da cidadania.

Nessa mesma ordem, a criação da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, decorrente da Carta Constitucional de 1988 (art. nº 163, I), denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), busca, entre outros exemplos, a garantia a todos do acesso a informações da Administração Pública, dando maior destaque ao controle social e à transparência pública.

Mais recentemente, um outro dispositivo de fomento à transparência pública foi incluído na Constituição Federal de 1988, por meio da Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020, *in verbis*:

Art. 163-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, de forma a garantir a rastreabilidade, a comparabilidade e a publicidade dos dados coletados, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público (Brasil, 2020, cap. II, art. 163-A).

Assim, nas últimas décadas, a participação da sociedade na consecução e fiscalização das políticas públicas vem sendo, cada vez mais, significativa, passando o cidadão a ter o direito e, por que não dizer, o dever de participação e de acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, sendo, pois, a transparência pública um aliado formidável da sociedade e do combate à corrupção.

2 Controle Social

O conceito de controle social, ao longo dos anos, perpassou a seara dos conceitos e das comunidades acadêmicas. Sociologicamente falando, o entendimento do termo leva à compreensão de que controle social é aquele exercido pela sociedade em uma democracia. Nesse sentido, é importante demonstrar a opinião de Ross (1896), citado por Copetti e Binello (2021, p. 300). Para aquele autor, já no ano de 1896, o controle social era entendido,

Como aquele exercido sobre as metas e ações do indivíduo no interesse do grupo. Essa influência parte tanto de órgãos formais e definidos, mantidos pela vontade da sociedade, quanto de organizações espontâneas, que servem aos interesses da sociedade

quer de forma consciente ou inconsciente, sob supervisão de outros órgãos. O autor destaca que os dois processos se diferenciam profundamente. Enquanto o controle social é uma função social essencial e consiste em um sistema desenvolvido a desafiar explicações e avaliações analíticas, a influência social é um simples incidente de associação e consiste em um termo coletivo para certo fenômeno da vida social.

Hodiernamente, o controle social vem tomando maiores proporções e tendo maior efetividade. Na visão do Ministério Público de Contas de Santa Catarina (2023, p.1),

O controle social é o papel exercido pela sociedade na fiscalização do uso dos recursos públicos, assegurando que sejam bem empregados em benefício da coletividade. Ao atuar como fiscal do Estado, o cidadão acompanha a execução das políticas públicas, avaliando os objetivos, os processos e os resultados. O exercício do controle social começa pela cobrança por melhores serviços públicos na sua comunidade.

Para a Controladoria-Geral da União (CGU), o controle social é aquele “feito diretamente pela sociedade, por meio de organizações não governamentais ou por organismos onde há participação do governo e da sociedade civil (conselhos) em relação às ações do Estado” (Brasil, 2018, p. 2).

Em 2020, o então presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Zulmir Ivânio Breda, ao apresentar palestra acerca da importância do controle social, proferiu os seguintes dizeres: “Se todo poder emana do povo, é exatamente esse mesmo povo que deve fazer o controle das ações do governo que ele mesmo elege” (Breda, 2020, p. 1).

Ainda para Breda (2020, p. 1):

O controle social pode ser entendido como a gestão das ações do Estado pela sociedade civil. Os cidadãos podem participar dos processos de elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas por meio de vários instrumentos, mas, principalmente, pela participação em conselhos e comitês.

No tocante ao retrospecto da participação popular no país, podem-se elencar três marcos dessa evolução na conscientização e participação política, de acordo com o movimento DHnet – Rede de Direitos Humanos e Cultura (2019, p. 1-2):

A participação Comunitária – Nas décadas de 1950 e 1960, a participação comunitária foi utilizada como dispositivo de controle do Estado em relação aos aglomerados urbanos, como mecanismo de controle social;

A Participação Popular – Significa a crítica e a radicalização das práticas políticas opostas ao sistema dominante devido ao agravamento dos desníveis sociais no final

da década de 60 e consolidada nos primeiros anos da década de 70 com o surgimento de novos movimentos sociais, determinantes para o processo de redemocratização da sociedade e do Estado brasileiro;

A Participação Social – Denominação moderna de participação instituída na década de 80, onde o seu núcleo é mais complexo, elegendo a sua força como “sociedade” e não mais “povo” ou “comunidade”. O processo de abertura política endossou uma diversidade de interesses e de projetos colocados no âmbito social e político do País.

Nesse sentido, nos dizeres de Moroni (2009, p. 40):

O controle social diz respeito ao direito que o cidadão tem de participar dos destinos da nação. Esse direito humano se insere em uma concepção política, que não é apenas a da democracia representativa, mas que envolve o fato de que a sociedade deve participar da vida pública para além do já consolidado direito à representação.

A Constituição Federal de 1988 possibilitou uma democracia representativa e participativa voltada para estimular a participação da sociedade no acompanhamento e no gerenciamento das políticas públicas, tornando, por meio de alguns recursos e mecanismos, a possibilidade mais precisa e acessível à sociedade de, efetivamente, participar do controle social. Mecanismos como o orçamento participativo, o plebiscito, a iniciativa popular e o Portal da Transparência são exemplos que abalizam essa prática (Brasil, 2018).

Dessa maneira, o surgimento de conselhos, como órgãos colegiados, deliberativos e de representação da sociedade, começa a se configurar como elemento de articulação entre sociedade e governo. Para tanto, faz-se necessário colocar à disponibilidade do cidadão e da sociedade informações precisas, simples e acessíveis.

Por meio desse olhar, os entes voltados ao controle externo necessitam garantir que a publicidade das ações dos auditados está sendo realizada de acordo com as normas vigentes, além de permitir que a comunidade acesse, de forma simples e célere, as informações (Malafaia, 2011).

3 Controle Social e Constituição Federal de 1988

A Carta Constitucional Brasileira de 1988 instituiu o Estado Democrático de Direito e assegurou o exercício dos direitos individuais e sociais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como princípios soberanos da sociedade, além de ter afirmado, sobremaneira, a soberania popular.

Segundo Macedo (2008, p. 186),

A Constituição declara seus princípios fundamentais e afirma a soberania popular. Tudo objetivando assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social.

Logo, ao estabelecer a cidadania como um dos fundamentos da República Federativa, a Carta Magna de 1988 incorpora a participação da sociedade na gestão das políticas públicas, o que se costuma denominar de controle social. Entretanto, para que esse controle tenha condições de atuar satisfatoriamente, necessário se faz que o Poder Público disponibilize, concretamente, meios para a sua execução.

Nesse sentido, é importante que o Poder Público, de maneira concreta, busque estimular e dar boas condições à participação ativa da comunidade na gerência das ações do Estado, por meio dos seus direitos, e faça o controle das atividades dos entes públicos, cobrando a implementação dos compromissos assumidos, ou seja, afirmando e dando condições de conexão, sem restrições, do indivíduo na comunidade organizada politicamente (P; Reiter, 2019).

O controle social está expresso no art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, ao se afirmar que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade [...]”. Note-se que esse dispositivo estabeleceu um direito e uma obrigação – a obrigação da Administração Pública de prestar informações e o direito da sociedade de solicitá-las –, configurando-se, dessa maneira, a importância da transparência pública como mecanismo de controle (Rede de Direitos Humanos e Cultura, 2019).

Nesse diapasão, a Constituição Federal de 1988 trouxe um novel princípio na seara da organização da Administração Pública: a participação popular. Esse princípio tem como característica ser subentendido, tendo-se em vista o fato de não se encontrar listado no *caput* do art. nº 37, bem como, de forma expressa, em nenhuma legislação pátria. Entretanto, é revelado quando se agrupam várias normas constitucionais, como, por exemplo, o art. nº 37, § 3º; o art. nº 10; o art. nº 29, X, etc. Além disso, perfaz-se como um subprincípio atrelado a outros princípios constitucionais. Outra característica que pode ser citada é a de ser a participação popular base da atividade da Administração Pública em diversos níveis, uma vez que acarreta a formação de meios de decisão e de separação de funções (Guerra; Ribeiro, 2006).

Para dar ênfase à participação da sociedade nas ações de políticas públicas, podem ser citados alguns artigos da Carta Magna de 1988, quais sejam, art. nº 194, VII; art. nº 198, III; art. nº 204, II; e art. nº 206, VI, visto que constituem a denominada democracia representativa e participativa.

Mais especificamente, o art. nº 204, II, aduz o princípio da participação popular realizada por meio dos entes representativos na propositura de políticas públicas e no controle dos atos de governo e dos não governamentais nas três esferas de governo.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (Brasil, 1988, art. 204, inc. II).

Na seara municipal, os conselhos são exemplos de ações afirmativas de controle social, inseridos pelo Governo Federal na busca de favorecer a participação social nas políticas públicas, sendo, dessa maneira, uma forma mais efetiva de transparência na gestão.

No ano de 2009, a CGU elaborou e divulgou uma cartilha denominada “Olho vivo no dinheiro público – Um guia para o cidadão garantir os seus direitos”. Nela, estão dispostas as características dos conselhos municipais, incluindo as suas finalidades e a maneira de participação. Para a CGU (2012, p. 22), “no caso dos municípios, os conselhos foram criados para auxiliar a prefeitura na tarefa de utilizar bem o dinheiro público”.

A seguir, são demonstrados alguns exemplos de conselhos que devem ser constituídos pelos municípios, de acordo com a CGU (Brasil, 2012, p. 22-23):

Quadro 1. Conselho de alimentação escolar

O que faz	Quem faz parte
<ul style="list-style-type: none">• Controla do dinheiro para a merenda.<ul style="list-style-type: none">▸ Parte da verba vem do Governo Federal.▸ A outra parte vem da prefeitura.• Verifica se o que a prefeitura comprou está chegando às escolas.• Analisa a qualidade da merenda comprada.• Examina se os alimentos estão bem guardados e conservados.• Deve se reunir frequentemente.	<ul style="list-style-type: none">• Representante(s) da prefeitura.• Representante(s) da câmara municipal.• Representante(s) dos professores.• Representante(s) de pais de alunos.• Representantes(s) de um sindicato ou de uma associação rural (cada órgão ou entidade indica seu representante).

Fonte: adaptado de CGU (2012, p. 22).

Quadro 2. Conselho Municipal de Saúde

O que faz	Quem faz parte
<ul style="list-style-type: none"> • Controla o dinheiro destinado à saúde. • Acompanha as verbas que chegam pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e os repasses dos programas federais. • Participa da elaboração das metas para a saúde. • Controla a execução das ações na saúde. • Deve se reunir frequentemente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Representante(s) das pessoas que usam o Sistema Único de Saúde (SUS). • Profissionais da área da saúde (médicos, enfermeiros(as)). • Representante(s) de prestadores de serviços de saúde (hospitais particulares). • Representante(s) da prefeitura.

Fonte: adaptado de CGU (2012, p. 22).

Quadro 3. Conselho do Fundo de Educação Básica (Fundeb)

O que faz	Quem faz parte
<ul style="list-style-type: none"> • Examina os gastos realizados com recursos do Programa. • Supervisiona o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros. • Acompanha a aplicação dos recursos federais referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) e ao Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos e, ainda, recebe e analisa as prestações de contas referentes a esses Programas, formula pareceres conclusivos sobre a aplicação desses recursos e encaminha-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). 	<ul style="list-style-type: none"> • Representantes do Poder Executivo municipal (prefeitura), entre os quais pelo menos 1 (um) deve ser da Secretaria Municipal de Educação ou de órgão da educação básica pública. • Representante dos professores da educação básica pública. • Representante dos diretores das escolas básicas públicas. • Representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas. • Representantes(s) dos pais de alunos da educação básica pública. • Representante(s) dos estudantes da educação básica pública – um é indicado pela entidade de estudantes secundaristas. • Representante(s) do respectivo Conselho Municipal de Educação. • Representante(s) do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, indicado(s) por seus pares, quando houver no município.

Fonte: adaptado de CGU (2012, p. 22).

Nesse mesmo sentido e abalizada no art. nº 163, I, da CF/88, foi idealizada a LRF, com o fito de proporcionar à sociedade acessibilidade às informações da Administração Pública, buscando-se o aprimoramento do controle social e da transparência pública.

4 Transparência Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

A LRF estabeleceu preceitos de finanças públicas voltados para a responsabilidade na gestão fiscal e impôs regras para o bom uso do dinheiro público, buscando melhorar a gestão pública e proporcionando maior transparência para a comunidade.

Dessa maneira, os arts. nº 48 e nº 49 da LRF dispõem acerca da transparência da gestão fiscal e estabelecem que as contas públicas precisam ter uma divulgação abrangente e que, por conseguinte, a Administração Pública deve ser transparente, disponibilizando informações, de maneira acessível, à sociedade (Brasil, 2012). Ou seja, trata-se da instituição do princípio da transparência buscando legitimar as ações dos gestores públicos, por meio do chamamento da sociedade para que altere seu entendimento no que combina com a Administração Pública, o que faz com que seja uma obrigação do administrador, deixando de ser uma mera manifestação de sua discricionariedade (Brasil, 2012).

Assim, com a publicação das contas públicas na internet, faz-se a institucionalização da democracia por meio eletrônico, proporcionando maior acesso da população à informação e um melhor controle social. Nesse sentido, as reformas administrativas das últimas décadas, realizadas por muitos países, entre eles o Brasil, demonstram uma nova realidade de gestão pública, reconhecendo-se a importância de uma gestão consciente dos fluxos de informação (Cepik, 2003).

Para esse autor, é cada vez mais evidente que os órgãos públicos não devem mais ser sujeitos passivos das demandas da sociedade e precisam assumir uma postura proativa, gerenciando e disponibilizando as informações essenciais da Administração Pública (Cepik, 2003).

importante mencionar que os arts. nº 48 e nº 48-A da LRF e suas alterações posteriores trouxeram, como vetores de transparência da gestão fiscal, os orçamentos, os planos e as leis de diretrizes orçamentárias; a necessidade de prestar contas e o parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (REO) e o Relatório de Gestão Fiscal (REF); e as versões simplificadas desses documentos (Jusbrasil, 2021), *in verbis*:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante: (Redação dada pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

§ 1o A transparência será assegurada também mediante: (Redação dada pela Lei Complementar nº 156, de 2016)

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009);

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e (Redação dada pela Lei Complementar nº 156, de 2016);

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009);

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016);

§ 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão ao Ministério da Fazenda, nos termos e na periodicidade a serem definidos em instrução específica deste órgão, as informações necessárias para a constituição do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, de que trata o § 4º do art. 32. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016);

§ 4º A inobservância do disposto nos §§ 2º e 3º ensejará as penalidades previstas no § 2º do art. 51. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016);

§ 5º Nos casos de envio conforme disposto no § 2º, para todos os efeitos, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios cumprem o dever de ampla divulgação a que se refere o caput. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016);

§ 6º Todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20, incluídos autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos, do ente da Federação devem utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016).

Art. 48 - A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a: (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

I - quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II - quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Note-se que a participação popular e a realização de audiências públicas na elaboração e na discussão do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) a que a LRF faz referência nada mais são do que o denominado “orçamento participativo”, que representa um importante instrumento de democratização da gestão, tendo-se em vista que, por meio desse orçamento, a sociedade pode participar das decisões de investimento governamental. Além disso, a transparência é assegurada pelo art. nº 48, parágrafo único e seus incisos.

Segundo Schiochet (2023, p. 3):

A transparência foi ampliada. Agora, o cidadão tem acesso aos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; às prestações de contas e ao respectivo parecer prévio; ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ao Relatório de Gestão Fiscal; e às versões simplificadas desses documentos.

Além disso, a alteração na LRF feita pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, foi um marco inicial na criação dos Portais de Transparência. Com sua entrada em vigor, cabia aos entes a liberação, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público. Na ótica do controle, limites foram estabelecidos para despesas com pessoal (agentes políticos, servidores, comissionados, etc.), para o endividamento público (financiamento, empréstimos, etc.), para a renúncia de receitas (benefícios fiscais, subsídios, perdão de débitos tributários, etc.) e outras finalidades.

A transparência pública na LRF está presente, também, em seu art. 49, que assegura a disponibilização das contas apresentadas pelo chefe do Poder Executivo aos cidadãos e às instituições da sociedade, *in verbis*:

Art. 49. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade. Parágrafo único. A prestação de contas da União conterá demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício.

Destarte, de acordo com legislação específica, o processo de prestação de contas a que a LRF faz referência fica à disposição dos cidadãos para consultas e apreciação, bem como para solicitação de cópias, sendo discricionárias por parte da Administração Pública a cobrança do custo da reprodução e a exigência dos motivos da solicitação.

5 Controle Social e Transparência Pública no Combate à Corrupção

A transparência pública é um processo que abarca o exercício da cidadania, voltado para conhecimento das decisões governamentais, e contribui, entre outros exemplos, para a concretização das políticas públicas. Ademais, é um dos corolários gerados pela democratização e abrange aspectos sociais, culturais, econômicos, financeiros e administrativos. Logo, a sua importância na seara pública é reafirmada no instante em que se perfaz como um instrumento de combate à corrupção.

Segundo Santos e Silva (2019, p. 843):

A transparência possibilita tanto o controle da corrupção quanto a boa governança. Entretanto, se o nível educacional de determinada região e, conseqüentemente, a integração social forem baixas, a compreensão das publicações governamentais estará comprometida e a transparência causará pouco impacto no país. Embora boa parte da literatura classifique a transparência como instrumento de importância notória para a prevenção e o combate à corrupção, vale ressaltar que os seus benefícios ainda são abrangentes, merecendo o devido aprofundamento.

A CGU dispõe de várias ações que já foram implementadas pelo Brasil, as quais estão relacionadas à 1ª rodada de avaliação da Convenção Interamericana contra a Corrupção da OEA. Entre elas, três estão voltadas ao controle social e à transparência pública: 1) **Implantação do Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção, por meio do Decreto nº 4.923/2003**; 2) **Estímulo ao Controle Social**, por meio dos programas “Olho Vivo no Dinheiro Público” e “Programa de Fortalecimento da Gestão Pública”; e 3) **Promoção da Transparência Pública** – por meio do Portal da Transparência e das páginas da transparência pública (Brasil, 2012).

Além disso, segundo Santos e Silva (2019, p. 843):

Nos estados brasileiros, a transparência no setor público é representada por ferramentas específicas que podem ser utilizadas pelos cidadãos, entre elas: os portais eletrônicos de transparência; as ouvidorias; as políticas de governança; o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC); a própria Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelecem instrumentos e diretrizes a serem

adotadas; o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS); o Cadastro Nacional de Pessoas Punidas (CNEP); o Cadastro de Expulsões da Administração Federal (CEAF); o Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (CE-PIM); e o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV). Essas ferramentas proporcionam ao cidadão o controle dos recursos de interesse coletivo.

Note-se que a participação da sociedade e a transparência pública são temas referidos em âmbito internacional como ações de prevenção e combate à corrupção, pois combater a corrupção sem a devida transparência das contas públicas e sem o controle social se perfaz inócuo, haja vista que os órgãos de controle sozinhos, sem a atuação da sociedade, não conseguem desenvolver essa tarefa a contento.

Dessa forma, é primordial que a Administração Pública adote políticas de informação de maneira que a sociedade exercite a função de controle social. A informação por parte da Administração Pública deve demonstrar, de forma clara, quais são os objetivos, a destinação e a forma de aplicação dos recursos liberados, além de outras informações necessárias para a compreensão do cidadão, a fim de permitir que haja um efetivo combate à corrupção.

Segundo Assis e Vila (2003, p. 376):

Uma administração transparente permite a participação do cidadão na gestão e no controle da administração pública e, para que essa expectativa se torne realidade, é essencial que ele tenha capacidade de conhecer e compreender as informações divulgadas. A participação social consiste, portanto, em canais institucionais de participação na gestão governamental, com a presença de novos sujeitos coletivos nos processos decisórios, não se confundindo com os movimentos sociais que permanecem autônomos em relação ao Estado.

Entretanto, mesmo com alguns avanços legais no tocante ao combate à corrupção, o Brasil não apresenta dados evolutivos significativos. O Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), que possui parceria institucional com a Transparência Internacional – Brasil, divulgou, no dia 31 de janeiro de 2023, o Índice de Percepção da Corrupção (IPC). Esse índice é o principal indicador de corrupção do mundo, pois avalia, desde o ano de 1995, 180 países e territórios (Conaci, 2023).

O Índice de Percepção da Corrupção (IPC), lançado hoje pela Transparência Internacional, mostra que o Brasil teve uma década perdida no combate à corrupção, caindo cinco pontos e 25 posições no ranking desde 2012. [...] Em uma escala de 0 a 100, o país alcançou apenas 38 pontos, mesma nota obtida nas duas edições anteriores do índice. Apesar da nota inalterada, o país passou da 96a para a 94a colocação, entre os 180 países e territórios avaliados – isto ocorre pela piora da nota de outros países.

O Brasil ficou empatado com Argentina, Etiópia, Marrocos e Tanzânia. A série histórica do IPC mostra que o Brasil teve uma década perdida no combate à corrupção. No período que vai de 2012, quando uma mudança na metodologia do índice passou a permitir comparação em série histórica, a 2022, o país perdeu 5 pontos e caiu 25 posições no ranking, caindo da 69ª para a 94ª colocação. (CONACI, 2023, p. 2).

Essa situação deve servir de alerta no que diz respeito ao controle social nas políticas públicas, tendo-se em vista que, mesmo com a evolução da transparência pública no Brasil, o combate à corrupção necessita de maior atenção por parte de entidades não governamentais, da sociedade e de órgãos governamentais de controle.

6 Conclusão

Com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, deu-se, de forma mais efetiva, a instituição de uma democracia representativa e participativa, voltada para estimular a participação do cidadão na gestão e no controle das políticas públicas. Consequentemente, deu-se também uma evolução no que se pode denominar de controle social.

Se antes esse tipo de controle era, praticamente, inexistente, restou institucionalizado, passando a ser um direito do cidadão. Para que esse direito fosse efetivamente exercido, deu-se a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que veio a regulamentar a transparência da gestão fiscal, instituindo a participação da população e a realização de audiências públicas na elaboração e discussão do PPA, da LDO e da LOA. Instituiu também o orçamento participativo e institucionalizou a democracia por intermédio de meios eletrônicos, com a publicação das contas públicas na rede mundial de computadores, por meio do Decreto nº 4.829, de 3 de setembro de 2003, editado pelo Governo Federal. Além disso, foi firmado um tratado com a Convenção Interamericana contra a Corrupção (Convenção da Organização dos Estados Americanos – OEA), visando intensificar ações de prevenção e combate à corrupção, bem como acompanhar o desenvolvimento progressivo das relações internacionais.

O que se nota é que a corrupção diminui a capacidade do Estado na garantia da paz e da segurança à sociedade. O enfraquecimento das instituições públicas para o policiamento e para a defesa da população provoca um entrave no papel do Estado no controle e na prevenção de ameaças de violência. Ao mesmo tempo, a corrupção produz novos conflitos sociais e agrava os existentes ao diminuir a confiança nas instituições e na legitimidade do Estado. Nesse diapasão, o combate preventivo à corrupção possui, como aliados, a transparência pública e o controle social. Entretanto, para que sejam efetivos, faz-se necessário que a participação da sociedade e de entidades não governamentais seja mais atuante na fiscalização dos recursos públicos, levando-se em consideração que os órgãos governamentais de controle são insuficientes nesse combate.

Referências

- ASSIS, Marluce Maria Araújo; VILLA, Tereza Cristina Scatena. O controle social e a democratização da informação: um processo em construção. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 11, n. 3, p. 376-382, maio/jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/H6d6yTVBKtLtyjxYF-N6bSKk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 abr. 2023.
- BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). **A importância da participação da sociedade no combate à corrupção**. Jul. 2018. Apresentação de PowerPoint. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/29874/14/Apresentacao_controle_social_e_transparencia_publica.pdf. Acesso em: 30 abr. 2023.
- BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). **Controle social: orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social**. 3. ed. Brasília, DF: CGU, 2012. (Coleção Olho Vivo). Disponível em: http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2019/09/27/17_48_23_308_Cartilha_Olho_Vivo_Control_Social_3%C2%AA_edi%C3%A7%C3%A3o_CGU.pdf. Acesso em: 28 abr. 2023.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 22 abr. 2023.
- CEPIK, Marco A. C. **Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/marcocepek/files/cepek_-_2003_-_fgv_-_espionagem_e_democracia_21-apr-14_1.compressed.pdf. Acesso em: 02 maio 2023.
- CONTROLE social e transparência como instrumentos anticorrupção. **Conselho Federal de Contabilidade**, Brasília, 11 dez. 2020. Notícias. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/control-social-e-transparencia-como-instrumentos-anticorrupcao/>. Acesso em: 28 abr. 2023.
- COPETTI, André; BINELLO, Diulia. A ideia de controle social na sociologia compreensiva de Edward Alsworth Ross. **Revista Direito em Debate**, v. 30, n. 56, p. 297-303, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/12367/6855>. Acesso em: 29 abr. 2023.
- ENTENDA o que é controle social. **Ministério Público de Contas de Santa Catarina (MPCSC)**, Florianópolis, 28 fev. 2023. Notícias. Disponível em: <https://www.mpc.sc.gov.br/noticias/entenda-o-que-e-o-controle-social>. Acesso em 30 abr. 2023.
- GUERRA, Evandro Martins; RIBEIRO, Manuella Lemos. O orçamento participativo como instrumento de gestão democrática do município. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, v. 5, n. 58, p. 7878-7891, out. 2006. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/10759>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- JUSBRASIL. **Artigo 48 LC nº 101 de 04 de maio de 2000**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11238936/artigo-48-lc-n-101-de-04-de-maio-de-2000>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- MACEDO, Paulo Sérgio Novais de. Democracia participativa na Constituição Brasileira. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 45, n. 178, abr./jun. 2008. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/45/178/ril_v45_n178_p181.pdf. Acesso em: 26 abr. 2023.

MALAFAIA, Fernando César Benevenuto. **Controle social e controle externo podem interagir?:** avaliação as práticas do TCE-TO no estímulo à participação cidadã. Orientador: Fernando Guilherme Tenório. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10184/1422898.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2023.

MORONI, José Antônio. Os cinco eixos do controle social. In: CANELA, Guilherme; NASCIMENTO, Solano. (coord.). **Acesso à informação e controle social das políticas públicas**. Brasília, DF: ANDI; São Paulo, SP: Artigo 19, 2009. p. 40-43. Disponível em: <https://www.ufcspa.edu.br/documentos/acesso-informacao/acesso-a-informacao-e-controle-social-das-politicas-publicas.pdf>. Acesso em: 23 maio 2023.

PASSOLD, Gianne Giselle Reiter Willecke; REITER, Giovana Mara. **Aspectos do direito constitucional**. Indaial: Uniasselvi, 2019. Disponível em: <https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=38180>. Acesso em: 23 abr. 2023.

REDE DE DIREITOS HUMANOS & CULTURA (DHNET). Capacitação de Conselheiros. Módulo II – Conselhos dos Direitos no Brasil. **Participação e controle social na garantia dos direitos humanos**. Natal, RN: DHNET, 2019. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/2/participacao.htm>. Acesso em: 27 abr. 2023.

SANTOS, Karina Nunes da Silva; SILVA, Ivana Aparecida Ferrer. Transparência como limitação à corrupção e estímulo ao desenvolvimento local no estado de Mato Grosso. **Interações**, Campo Grande, v. 22, n. 3, p. 839-853, jul./set. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/vCH7FkxZN-3g6cf7Hc8rZx5v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 maio 2023.

SCHIOCHET, Gabriel Augusto. Dinheiro público: o que é responsabilidade fiscal? **Politize**, Florianópolis, 05 jan. 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/responsabilidade-fiscal/>. Acesso em: 02 maio 2023.

TRANSPARÊNCIA Internacional divulga Índice de Percepção da Corrupção de 2022. **Conselho Nacional de Controle Interno**, Belo Horizonte, 31 jan. 2023. União. Disponível em: <https://conaci.org.br/noticias/transparencia-internacional-divulga-indice-de-percepcao-da-corrupcao-de-2022/>. Acesso em: 01 maio 2023.

Patrimônio Cultural: um Estudo de Caso nos Balanços dos Governos Estaduais do Nordeste Brasileiro

Adriana Araújo Peixoto

Bacharela em Ciências Contábeis (Ufal) e Mestranda em Contabilidade Pública (Fucape)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2858418672724071> | E-mail: adriana.apeixoto@gmail.com

Márcia Adriana Magalhães Omena

Mestra em Gestão de Empresas (Universidade Autônoma de Lisboa – UAL)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3917045864411649> | E-mail: marcia@feac.ufal.br

Oleides Francisca de Oliveira

Doutora em Desenvolvimento Regional (Universidade Federal do Acre – Ufac)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9560-5069> | E-mail: oleides.oliveira@ufac.br

Giseli Alves Silvente

Doutora em Administração (Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2620-7507> | E-mail: giselias@terra.com.br

Gleice Kelly Simplicio Costa

Bacharela em Ciências Contábeis e Especialista em Gestão Pública (Universidade Federal de Rondônia – Unir)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0524527591939458> | E-mail: simpliciocontabilidade.geral@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo verificar se os estados do Nordeste brasileiro realizaram o registro e a contabilização do patrimônio cultural em seus demonstrativos contábeis. Para tanto, realizou-se uma pesquisa nos balanços patrimoniais dos nove estados do Nordeste referentes aos exercícios de 2017 e 2018. Foram identificadas evidências de que apenas dois estados nordestinos realizam o registro contábil de seus patrimônios culturais. São eles: Piauí e Sergipe. Essa deficiência na qualidade e quantidade das informações dificulta a transparência e a adequada prestação de contas à sociedade, diante do fato de que os bens culturais são de interesse da população brasileira.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Mensuração; Evidenciação Contábil.

1 Introdução

A Ciência Contábil fornece informações úteis e detalhadas, quando elaboradas conforme as normas contábeis, para que os usuários internos e externos das instituições, públicas ou privadas, tenham plena consciência das alterações financeiras, econômicas e patrimoniais.

A internacionalização da contabilidade é um processo que vem ocorrendo há décadas. Com isso, surgiu a necessidade de que as demonstrações contábeis fossem padronizadas para uma melhor compreensão dos atos e fatos administrativos. No ano de 2007, no Brasil, a Lei das Sociedades por Ações foi reformulada, dando início à introdução no país do processo de harmonização das normas contábeis. A partir de 2008, passaram a ser pensados métodos para que as entidades públicas também uniformizassem as práticas e os procedimentos contábeis, aumentando, assim, a qualidade, a eficiência e a transparência das informações oferecidas aos seus usuários.

Em 2008, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) criou o Comitê de Convergência no Brasil e editou as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Casp). A contabilidade pública deu início ao processo de convergência com as normas internacionais ditadas pela *International Federation of Accountants* (Ifac) com o objetivo de diminuir as diferenças entre os variados sistemas de contabilização nos diversos países, criando uma padronização e diminuindo os obstáculos de comunicação entre eles (Niyyama; Silva, 2008).

Até 2008, a Lei nº 4.320, de 19 de março de 1964, era a fonte regulamentadora das práticas contábeis, enfatizando os processos orçamentários da gestão pública. Com a convergência, os contabilistas públicos devem se adaptar às novas rotinas contábeis baseadas nas normas editadas pela Ifac.

Santana, Barbosa e Oliveira (2015) salientam que a adoção das normas internacionais de contabilidade tem como efeito a divulgação de informações econômico-financeiras com maior qualidade, transparência e confiabilidade. Para os usuários das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, acrescenta-se o benefício de uma nova visão da contabilidade pública direcionada para a determinação do valor do patrimônio, proporcionando melhora qualitativa na mensuração, reconhecimento e evidenciação do patrimônio sob a responsabilidade dos entes públicos.

Segundo Strassburger, Souza e Behr (2014), os ativos culturais são recursos com qualidades históricas, artísticas, científicas, tecnológicas, geofísicas ou ambientais que uma entidade controla e com os quais ela espera receber um benefício econômico futuro, principalmente sob a forma de uma prestação de serviço à comunidade que contribua ao seu conhecimento e a sua cultura. De acordo com Lima *et al.* (2011), no Brasil, a maioria dos ativos culturais se enquadram como bens de uso comum e estão sob a responsabilidade dos entes públicos.

Além dos estudos já citados, ao longo dos anos, o tema vem sendo pesquisado por autores como Stanton e Stanton (1997); Barton (2000; 2005); Hooper, Kearins e Green (2005); Buch Gómez e Cabaleiro Casal (2008); Swensen e Jerpåsen (2008); Provins *et al.* (2008); Snowball e Courtney (2010); Tavares, Gonçalves e Niyama (2010); Swensen e Sæter (2011); Yankholmes (2012); Marques e Freire (2012); Laing *et al.* (2013); Borges *et al.* (2013) e Martins *et al.* (2014). Essas pesquisas discutem aspectos teóricos, as características específicas desses ativos, bem como o impacto do patrimônio cultural no desenvolvimento econômico das cidades e a mensuração dos ativos culturais aplicados a museus. Os resultados revelam que existem diferenças entre as legislações sobre o tratamento dos *heritage assets* e as dificuldades na mensuração e evidenciação desses ativos.

Assim, procura-se responder ao seguinte problema de pesquisa: **Os governos estaduais nordestinos realizaram a contabilização de seus patrimônios culturais?**

Nessa linha, a análise que se desenvolve nesse projeto apresenta como objetivo geral verificar se os governos estaduais do Nordeste brasileiro realizam o registro e a contabilização do seu patrimônio cultural nos demonstrativos contábeis dos exercícios de 2017/2018, analisando os balanços patrimoniais disponibilizados em seus Portais da Transparência.

A realização desta pesquisa se torna relevante pela necessidade de averiguar se os estados do Nordeste brasileiro reconhecem e mensuram os ativos culturais em atendimento ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis (PIP-CP), que determina que o Distrito Federal (DF) e os estados devem registrar obrigatoriamente o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos bens do patrimônio cultural a partir de 1º de janeiro de 2022.

A pesquisa científica sobre os *heritage assets* ou o *patrimônio cultural* tem apresentado pouca evolução nos últimos anos. É possível perceber isso por meio dos trabalhos de pesquisas realizadas nos últimos anos e materializadas por intermédio da publicação em periódicos e revistas nacionais e internacionais, conforme se depreende dos estudos de Lima (2018):

Estudos sobre *heritage asset*, no âmbito nacional, são realizados com o intuito de discutir se tais ativos se enquadram em tangíveis ou intangíveis (Borges *et al.*, 2013), e, principalmente, testar modelos de mensuração em determinados casos, como em pesquisas realizadas por Marques (2012); Freire, Leite Filho e Cavalcante (2015); Santana, Barbosa e Oliveira (2015); e, Carvalho Junior, Marques e Freire (2016), porém, os resultados ainda são embrionários.

O estudo está estruturado em cinco seções. Após essa introdução, na qual são abordados o tema, os objetivos, o problema e a relevância da pesquisa, a segunda seção aborda o referencial teórico, e a terceira seção, a metodologia utilizada na pesquisa. A quarta traz a análise dos dados e a discussão dos resultados. Por último, são expostas as considerações finais.

2 Referencial Teórico

2.1 Aspectos conceituais

De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas entidades do Setor Público, “ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado” (NBC TSP – EC, 2016). A norma ainda conceitua recurso como sendo “um item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos”. Percebe-se, ainda, que a forma física não é uma condição necessária para um recurso.

Os ativos devem apresentar as seguintes características: gerar benefício econômico futuro ou potencial de serviços; ser controlado pela entidade; e ser resultante de um evento ocorrido no passado. Portanto, algo só pode ser considerado ativo quando cumprir as três condições em conjunto.

Strassburger, Souza e Behr (2014) conceitua os ativos culturais como segue:

Os Ativos Culturais são recursos com qualidades históricas, artísticas, científicas, tecnológicas, geofísicas ou ambientais que uma entidade controla e com os quais ela espera receber um benefício econômico futuro, principalmente sob a forma de uma prestação de serviço à comunidade que contribua ao seu conhecimento e cultura.

Dessa forma, o patrimônio cultural pode ser considerado “ativo” de acordo com a estrutura conceitual, já que é um “recurso”, uma “entidade o controla” e pode trazer um benefício econômico futuro, sob a forma de uma prestação de serviço, embora nem sempre possa trazer entradas de caixa.

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 8ª edição (2019) define

Os procedimentos de reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados devem ser aplicados também para bens do patrimônio cultural que possuem, além de seu valor cultural, benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. É o caso, por exemplo, de um prédio histórico usado como escritório.

Define, ainda, que os bens de uso comum do povo podem ser encontrados em duas classes de ativos: ativos de infraestrutura e bens do patrimônio cultural.

O art. 216 da Constituição Federal de 1988 define bens de patrimônio cultural como segue:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

A Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) 7 não exige que a entidade reconheça o patrimônio cultural que, de outra forma, se enquadraria na definição e nos critérios de reconhecimento de ativo imobilizado. Porém, se a entidade o reconhece, deve aplicar as exigências de divulgação da norma e pode, mas não é obrigada a fazer isto, aplicar as exigências de mensuração dessa norma. Ativos descritos como bens do patrimônio cultural são assim chamados devido a sua significância histórica, cultural ou ambiental. Como exemplos, citamos monumentos e prédios históricos; sítios arqueológicos; áreas de conservação e reservas naturais; e obras de arte. Salienta-se que esses ativos são raramente mantidos para gerar entradas de caixa e pode haver obstáculos legais ou sociais para usá-los em tais propósitos.

Diante de todas as particularidades relatadas no corpo deste estudo, o MCASP define os bens do patrimônio cultural como aqueles que chegam próximo da definição de *heritage asset*, e, portanto, seu reconhecimento deve ocorrer como ativo imobilizado, algo que restringe a parcela de valor intrínseco atribuído a esses ativos, quando levada em consideração a representação social que estes têm para a sociedade e para um povo.

2.2 Definição de *heritage asset*

Araújo *et al.* (2014) realizaram uma discussão conceitual sobre características e métodos de mensuração dos *heritage assets* (HAs), identificando propriedades e aspectos que fazem com que esses ativos demandem tratamento contábil especial. A fim de atingir esse objetivo, a pesquisa foi fundamentada na teoria da mensuração, para discutir as propriedades a serem identificadas no processo de mensuração desses ativos e os aspectos que fazem com que eles demandem tratamento contábil especial. Diante dos resultados obtidos, os autores constataram que algumas características específicas dos HAs, como a falta de um valor de mercado disponível, a inexistência de bens substitutos e o fato de não poderem ser vendidos ou negociados, fazem com que mereçam um tratamento contábil especial, o que dificulta sua inclusão nas demonstrações contábeis das entidades, pelo menos enquanto não haja uma definição conceitual para esses ativos, pois os métodos tradicionais de mensuração não são capazes de capturar seu valor intrínseco.

Pires *et al.* (2017) identificaram quais são, segundo os pesquisadores do tema em âmbito internacional, os principais desafios enfrentados pela Contabilidade no processo de mensuração dos HAs. Para atingir esse objetivo, os autores realizaram pesquisas em publicações internacionais recentes e clássicas com a finalidade de se identificar e descrever o posicionamento dos diversos estudiosos a respeito dos desafios enfrentados pela Contabilidade no processo de reconhecimento dos diferentes atributos dos HAs e a sua adequada mensuração. Ao final, constataram que a fragilidade dos métodos de mensuração apontada pelos autores pesquisados indica que as bases de mensuração disponíveis não são adequadas para satisfazer as necessidades dos usuários das informações contábeis, pois não traduzem em números os atributos desses ativos com características tão únicas.

Santana *et al.* (2015) apresentaram as principais normas internacionais sobre contabilização dos *heritage assets* e demonstraram, a partir de um caso concreto, como vem sendo realizada atualmente no Brasil a mensuração, o reconhecimento e a evidenciação de um bem com as mesmas particularidades desses ativos. A fim de atingir esse objetivo, os autores realizaram pesquisas análise do tratamento contábil dado à Ilha Fiscal, que teve sua escolha motivada pelo fato de ser um dos monumentos mais conhecidos da cidade do Rio de Janeiro por reunir as características de um *heritage asset* e estar contabilizada e depreciada em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Diante dos resultados obtidos, os autores constataram que, apesar de os órgãos internacionais de normatização contábil já terem pronunciamentos sobre o tema, não há um consenso entre as normas por eles divulgadas.

Campos *et al.* (2015) verificaram quais critérios de reconhecimento devem ser observados no tratamento contábil dos ativos culturais. Os autores realizaram um estudo de caso nas cidades históricas de Pirenópolis e Goiás, situadas no estado de Goiás, a partir da análise das contas do ativo permanente dos balanços patrimoniais relativos aos exercícios de 2013 e 2014, e entrevista com o diretor responsável pela Diretoria de Planejamento e Implementação de Sistemas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE/GO), entidade fiscalizadora desses municípios. Diante dos resultados obtidos, foi constatado que ainda não há reconhecimento dos ativos culturais das cidades históricas de Pirenópolis e Goiás, situadas no estado de Goiás.

2.3 Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP)

O Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) foi aprovado pela Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, que dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual.

O PIPCP é de observância obrigatória para todos os entes da federação. Além disso, a STN realizará a validação pelo Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), e os estágios de adequação ao PIPCP deverão ser evidenciados em notas explicativas.

Os prazos-limite para reconhecimento, mensuração e evidência dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável, quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP, foram definidos como segue na Tabela 1:

Tabela 1. Prazos para reconhecimento dos bens do patrimônio cultural (PIPCP)

9. Reconhecimento, mensuração e evidência dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	Entes da Federação	Preparação de sistemas (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
	União	31/12/2020	1º/1/2021	2022 (dados de 2021)
	DF e estados	31/12/2021	1º/1/2022	2023 (dados de 2022)
	Municípios acima de 50 mil habitantes	31/12/2022	1º/1/2023	2024 (dados de 2023)
	Municípios com até 50 mil habitantes	31/12/2023	1º/1/2024	2025 (dados de 2024)

Fonte: PIPCP

Como há pouca literatura que trata de estudar o assunto, este estudo visa fazer um levantamento dessas discussões, a fim de identificar o que vem sendo discutido nas pesquisas sobre *heritage asset* no âmbito internacional, por meio dos principais periódicos. Assim sendo, a próxima seção apresenta os aspectos metodológicos que tornaram possível a realização deste estudo.

3 Metodologia

A metodologia é o caminho que se percorre para alcançar determinado objetivo. Em se tratando de Ciência, a pesquisa em si é a busca de solução a um problema cuja resposta alguém queira saber. Pesquisa é, portanto, o caminho para se chegar à Ciência, ao conhecimento (Kauark; Manhães; Medeiros, 2010).

Esta pesquisa se enquadra como quantitativa quanto à problemática e descritiva quanto ao objetivo. O método quantitativo, para Richardson *et al.* (2015), emprega a quantificação tanto na coleta de informações quanto no tratamento dos dados, utilizando técnicas estatísticas, desde as mais simples, como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como regressão etc. Além disso, o autor destaca que é frequentemente utilizado em estudos descritivos. A pesquisa descritiva, segundo Silva (2017), tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno.

Também se fez necessário o uso da pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (1991), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Utilizou-se para realização dessa pesquisa análise documental, bibliográfica e estatística, com recursos dos softwares SPSS, PAST e EXCEL-XLSAT.

Para a realização dos estudos, será adotada como universo da pesquisa a população formada pelos dados disponíveis no Portal da Transparência do Governo dos nove estados que compõem o Nordeste brasileiro, nos exercícios de 2017 e 2018 – Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe –, analisando-se os dados do reconhecimento e da mensuração do patrimônio cultural daqueles estados.

Salienta-se que os estados do Ceará e de Sergipe não disponibilizaram os balanços do exercício de 2018. Dessa forma, utilizaram-se os balanços disponibilizados no exercício de 2017. A análise foi realizada, ainda, nas notas explicativas apresentadas em cada um dos estados.

A seleção dos estados foi de maneira intencional, visto que os estados do Nordeste brasileiro são polos turísticos que abarcam um patrimônio cultural e histórico que, mesmo com toda modernização e alteração urbana, possui um potencial turístico relevante e reconhecido no país (Iphan, 2019).

A descrição e a análise dos dados estão evidenciadas na seção seguinte.

4 Análise de Dados e Discussão

Este tópico apresenta os resultados da pesquisa quanto à evidenciação dos ativos culturais nas demonstrações contábeis e notas explicativas nos estados do Nordeste selecionados para o estudo. Para tanto, analisamos os balanços gerais dos estados nordestinos e os consolidamos, conforme Tabelas 2 e 3:

Tabela 2. Balanço patrimonial consolidado dos estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará e do Maranhão nos exercícios de 2017/2018

Balanço patrimonial do Estado	Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão
	2018	2018	2017	2018
Imobilizado	4.603.551.650,93	20.520.329.588,75	19.637.234.660,74	11.470.760.846,52
Bens Móveis	1.084.210.581,30	4.291.147.476,38	4.090.713.648,27	-
(-) Depreciação Acumulada Bens Móveis	- 114.188.769,35	-1.670.272.406,15	15.568.747.005,94	-
Bens Imóveis	3.636.859.844,83	20.535.417.594,58	-	-
(-) Depreciação Acumulada Bens Imóveis	-3.330.005,85	-2.635.963.076,06	-22.225.993,47	-
(-) Depreciação Acumulada Imobilizado	-	-	-	-
Intangível	72.121.428,74	116.740.289,63	118.867.988,79	13.941.689,20
Softwares	72.554.918,28	3.562.318,26	119.012.833,99	-
(-) Amortização Acumulada - Softwares	-	-2.342.520,21	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.110.653,50	125.355.138,26	364.794,02	-
(-) Amortização Acumulada - Intangível	-3.544.143,04	- 9.834.646,68	-509.639,22	-

Fonte: balanços gerais dos estados disponibilizados nos Portais da Transparência

Tabela 3. Balanço patrimonial consolidado dos estados da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte e de Sergipe nos exercícios de 2017/2018

Balanço patrimonial do Estado	Paraíba	Pernambuco	Piauí	Rio Grande do Norte	Sergipe
	2018	2018	2018	2018	2017
Imobilizado	5.011.805.820,61	10.668.067.592,27	4.984.618.505,17	3.867.072.708,41	2.272.695.259,41
Bens Móveis	1.069.880.294,90	2.758.329.386,15	1.357.653.015,17	1.061.772.269,61	894.750.712,11
(-) Depreciação Acumulada Bens Móveis	-	-105.632.442,94	-	-	-
Bens Imóveis	4.749.598.341,08	8.072.386.290,43	3.626.965.490,00	2.805.494.387,70	1.473.121.434,34
(-) Depreciação Acumulada Bens Imóveis	-	-57.015.641,37	-	-	-
(-) Depreciação Acumulada Imobilizado	-807.672.815,37	-	-	-193.948,90	-95.176.887,04
Intangível	-	107.284.910,11	9.478.281,31	672.311,23	7.078.211,57
Softwares	-	79.013.459,05	9.478.281,31	672.311,23	2.864.528,21
(-) Amortização Acumulada - Softwares	-	-25.165.320,25	-	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	54.690.618,96	-	-	5.404.447,36
(-) Amortização Acumulada - Intangível	-	-1.253.847,65	-	-	-1.190.764,00

Fonte: balanços gerais dos estados disponibilizados nos Portais da Transparência

Os balanços referentes aos exercícios de 2017/2018 foram levantados nos sítios dos Portais da Transparência desses estados. Na análise dos dados realizada sobre as contas do ativo imobilizado e ativo intangível, extraídos do balanço patrimonial, verifica-se que há evidências de contabilização de ativos culturais apenas nos estados do Piauí e de Sergipe:

- a. No estado do Piauí (balanço patrimonial do exercício de 2018), verifica-se que, no detalhamento das contas dos bens imóveis do ativo permanente, há evidências de contabilização de ativos culturais. No balancete analítico, identificou-se a conta **Bens do Patrimônio Cultural**, no montante de R\$ 19.168.663,25, no exercício de 2018.
- b. No estado de Sergipe (balanço patrimonial do exercício de 2017), verifica-se que, no detalhamento das contas dos bens móveis do ativo permanente, há evidências de contabilização de ativos culturais. Na nota explicativa que trata do Demonstrativo da Conta de Bens Móveis e Imóveis, identificou-se a conta **Obras de Arte e Peças para Reposição**, no montante de R\$ 1.978.148,69, naquele exercício.

4.1 Análise e interpretação dos dados

Diante das diferenças e semelhanças no reconhecimento e na mensuração dos ativos culturais percebidos nas demonstrações dos estados do Nordeste brasileiro – Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe –, elaborou-se um quadro comparativo com um resumo sobre as principais práticas adotadas pelos nove estados e as variáveis identificadas. As informações adquiridas podem ser visualizadas na Tabela 4.

Tabela 4. Quadro comparativo das principais práticas adotadas nos estados do Nordeste brasileiro

Estado	Exercício	Reconhecimento dos ativos culturais no balanço patrimonial	Mensuração dos ativos culturais no balanço patrimonial
Alagoas	2018	Não	Não
Bahia	2018	Não	Não
Ceará	2017	Não	Não
Maranhão	2018	Não	Não
Paraíba	2018	Não	Não
Pernambuco	2018	Não	Não
Piauí	2018	Sim. A conta Bens do Patrimônio Cultural é reconhecida no ativo não circulante do balanço do estado.	Sim. O saldo da conta é de R\$ 19.168.663,25.
Rio Grande do Norte	2018	Não	Não
Sergipe	2017	Sim. A conta Obras de Arte e Peças para Reposição é reconhecida no ativo não circulante no balanço do estado.	Sim. O saldo da conta é de R\$ 1.978.148,69.

Fonte: elaboração própria

5 Considerações Finais

O presente estudo objetivou realizar uma análise comparativa entre as informações acerca dos ativos culturais presentes nas demonstrações contábeis dos estados do Nordeste brasileiro nos exercícios de 2017/2018, analisando os balanços patrimoniais disponibilizados em seus Portais da Transparência.

Conforme exposto anteriormente, pode-se constatar que apenas os estados do Piauí e de Sergipe reconhecem, mensuram e evidenciam os ativos culturais. Os resultados do estudo ratificam também que os estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, do Maranhão, da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte não reconhecem seus ativos culturais em seus balanços patrimoniais.

Essa deficiência na qualidade e quantidade das informações dificulta a transparência e a adequada prestação de contas à sociedade, diante do fato de que os bens culturais são de interesse da população brasileira.

A partir deste estudo, pode-se perceber o desafio dos casos estudados, principalmente na mensuração dos ativos culturais. Porém, o patrimônio cultural dos estados nordestinos é uma das “razões de ser” dos estados, sendo a peça-chave para atrair o turismo nordestino, podendo gerar fluxos de caixa e benefícios econômicos positivos. Dessa forma, informações mais claras, confiáveis e em maior número sobre os ativos culturais poderiam ser exigidas pelos órgãos normatizadores brasileiros.

Como limitação, a pesquisa deteve-se a comparar apenas as demonstrações financeiras dos estados disponibilizadas nos Portais da Transparência dos estados, uma vez que não houve contato com os responsáveis pelos levantamentos e pela geração dos dados contábeis para eventuais esclarecimentos de informações dúbias.

Para futuros estudos, sugere-se uma ampliação da amostra dos estados brasileiros, bem como a realização de entrevistas com os resp pelas informações financeiras publicadas por esses entes.

Referências

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Fazenda. **Finanças**. Disponível em: <http://www.sefaz.al.gov.br/financas>. Acesso em 22 jun. 2019.

BAHIA. Secretaria de Estado da Fazenda. **Home**. Disponível em: <http://www.sefaz.ba.gov.br/>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**. 8. ed. Brasília: STN, 2018. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mcasep>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro nacional. **Portaria STN nº 548**, de 24 de setembro de 2015. Dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais/2015/26>. Acesso em: 21 jun. 2019.

CEARÁ. Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanço geral do estado**. Disponível em: <https://www.sefaz.ce.gov.br/download/bge/>. Acesso em: 22 jun. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TSP Estrutura Conceitual**. Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. 2016. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTSPEC&arquivo=NBCTSPEC.doc. Acesso em: 22 jun. 2019.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa**: um guia prático. Itabuna, BA: Via Litterarum, 2010.

- LIMA, Diana Vaz de; SILVA, Maurício Corrêa da; BORGES, Erivan Ferreira; MATIAS-PEREIRA, José. Pesquisa empírica: uma contribuição ao tratamento contábil dos bens de uso comum. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 3, n. 2, p. 34-44, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/1354>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- LIMA, Andreza Cristiane Silva de. HeritageAsset: Mapeamento do Perfil das Publicações Científicas sobre Bens Culturais nos Principais Periódicos Internacionais no Período de 2000 a 2017. In: CONGRESSO UFPE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 12., 2018, Recife. **Anais [...]**. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/SUCC/article/view/237188/30210>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- MARANHÃO. Secretária do Estado do Planejamento e Orçamento. **Balanço sintético**. Disponível em: <http://www.seplan.ma.gov.br/balanco-sintetico/>. Acesso em: 22 jun. 2019.
- NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.
- PARAÍBA. Controladoria Geral do Estado. **Balanço geral**. Disponível em: <http://www.siaf.cge.pb.gov.br/CGE/jspServMenuPrincipal.jsp>. Acesso em: 22 jun. 2019.
- PERNAMBUCO. Secretaria da Fazenda. **Finanças: balanços**. Disponível em: <https://www.sefaz.pe.gov.br/Transparencia/Financas/Paginas/Balancos.aspx>. Acesso em: 22 jun. 2019.
- PIAUI. Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanço geral do estado**. Disponível em: <https://portal.sefaz.pi.gov.br/balanco-geral-do-estado/>. Acesso em: 22 jun. 2019.
- RIO GRANDE DO NORTE. Controladoria Geral do Estado. **Balanços**. Disponível em: <http://www.control.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=PASTAC&TARG=896&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=Balanc%E7os>. Acesso em: 22 jun. 2019.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- SANTANA, Esdras Carlos de; BARBOSA, Alex Sandro de Oliveira; OLIVEIRA, Larissa Gomes de. Heritage Assets no Brasil: um estudo de caso sobre a Ilha Fiscal. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 64, p. 23-29, set./dez. 2015. Disponível em: https://www.crc.org.br/_Publicacoes/PensarContabil.asp. Acesso em: 22 jun. 2019.
- SERGIPE. Secretaria de Estado da Fazenda. **Transparência: relatórios financeiros**. Disponível em: https://www.sefaz.se.gov.br/transparencia/SitePages/relatorios_financeiros.aspx. Acesso em: 22 jun. 2019.
- SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. Salvador, BA: UFBA, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/24428>. Acesso em: 22 jun. 2019.
- SLUSZZ, Thaisy. Viaje pelos lindos patrimônios históricos do nordeste. **Blog Guia Viagens Brasil**, 17 ago. 2015. Disponível em: <https://www.guiaviagensbrasil.com/blog/viaje-pelos-lindos-patrimonios-historicos-do-nordeste/>. Acesso em: 22 jun. 2019.
- STRASSBURGER, Rodrigo; SOUZA, Ângela Rozane Leal de; BEHR, Ariel. Contabilidade de ativos culturais: um estudo comparativo entre museus do Brasil e de outros países. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 14, n. 28, p. 21-40, set./dez. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/44629>. Acesso em: 22 jun. 2019.

CAPÍTULO VI

Diversidade e Acessibilidade

Coordenadoras:
Elizabeth de Souza e Marlise Alves



Atuação da Mulher nas Organizações no Setor de Contabilidade

Marina Caroline Sousa Vieira Gomes

Bacharela em Ciências Contábeis e Mestranda em Gestão Pública (Universidade Federal do Piauí – UFPI)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5863-751X> | E-mail: marinacarol_21@hotmail.com

Eronildes Cavalcante Alexandre

Bacharela em Ciências Contábeis (Universidade Federal do Piauí – UFPI)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0611794982391859> | E-mail: eronildesalexandre@gmail.com

Resumo

A contabilidade é uma atividade que existe há milhares de anos e evoluiu ao longo do tempo à medida que a sociedade mudou. Os papéis das mulheres também mudaram muitas vezes ao longo da história, e atualmente elas estão representadas em todas as áreas do mercado de trabalho. Historicamente, os homens tinham maior poder em relação aos direitos políticos, mais escolhas e poder de decisão em relação à sua vida emocional e sexual, além de maior visibilidade social no âmbito profissional. Com a criação dos direitos das mulheres, essa realidade vem mudando. Inclusive, na área contábil, já existem várias mulheres assumindo cargos de liderança. Este trabalho tem como objetivo demonstrar como é a atuação das mulheres que atuam na Contabilidade, mostrando os aspectos de evolução e dificuldade nesta área, por meio de uma revisão da literatura, de cunho qualitativo. Conclui-se que a evolução da condição feminina alterou o comportamento geral de homens e mulheres, alcançando-se, assim, apesar da desigualdade, principalmente na remuneração, um maior equilíbrio na distribuição de funções no trabalho e na vida familiar.

Palavras-chave: Contabilidade; Mulheres; Evolução.

1 Introdução

Segundo Guimarães e Faria (2013), ao compreendermos as vitórias relacionadas aos direitos fundamentais de cada geração, podemos entender quais direitos estão relacionados à igualdade de gênero – desde os direitos civis e as liberdades até a ação afirmativa nacional e a proteção legal de direitos entre indivíduos. Infelizmente, isso ocorre porque o reconhecimento dos direitos fundamentais dos homens se deu em tempo diferente do das mulheres.

Em 1º de maio de 1943, sob a égide da constituição imposta de 1937, entrava em regime o Decreto-Lei nº 5.452, que aprovava a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A CLT não trouxe inovação em relação às normas de trabalho das mulheres, porém a legislação foi importante para unificar os regulamentos sobre o trabalho das mulheres, estipulando, entre outras coisas, salários iguais, proibição de trabalho noturno, tarefas que não são adequadas para sua força física e regras estabelecidas que protegem a saúde e a fertilidade das mulheres (Calil, 2007).

A contabilidade faz parte da vida do ser humano há milhares de anos, e os primeiros escritos de impostos foram achados em pedras e tábuas de argila. Pode-se definir “contabilidade” como um grupo de registros e um sumário de operações financeiras e comerciais. Os instrumentos para a manutenção de registros vêm sendo utilizados desde as civilizações que foram seduzidas pelo comércio, e muitos historiadores discutiram a hipótese de que uma das principais razões para o desenvolvimento da escrita foi a necessidade de se fazer anotações de operações comerciais (Amaral *et al.*, 2021; Braun; Schmitz, 2018).

Com os avanços tecnológicos nas operações contábeis, houve um aumento na demanda por profissionais capacitados e habilitados na utilização dessas tecnologias dentro das empresas, sendo esta uma oportunidade para as mulheres imergirem nessa área. O profissional de Contabilidade é impulsionado a desenvolver novas capacidades, além das suas habilidades habituais para desempenhar seus serviços rotineiros, sendo obrigado a agregar valores a seus clientes e garantir a sustentabilidade dos contratos e das negociações. Dessa forma, surge a Contabilidade Social, que cuida, de maneira estratégica e complexa, dos indicadores relacionados à Economia (Schiavi *et al.*, 2020).

Depois de julgados os valores do direito do trabalho da mulher, principalmente em relação às mulheres no mercado de trabalho, ainda existe, no século XXI, desigualdade. Em outras palavras, em um mundo ideal, no qual dignidade e igualdade entre as pessoas, sem qualquer diferença, sejam um ideal, torna-se fundamental estudar as melhores soluções para solucionar tais problemas, que perduram por décadas (Siqueira; Samparo, 2017).

Visto isso, justifica-se a realização deste trabalho, com o objetivo de demonstrar como é a atuação das mulheres que trabalham na Contabilidade, mostrando os aspectos de evolução e dificuldade nessa área, por meio de uma revisão da literatura, de cunho qualitativo, método que oferece, como resultado, a situação atual acerca do conhecimento sobre o tema investigado. Consiste em um método amplo de pesquisa baseada em evidências, que per-

mite a combinação de dados da literatura empírica e teórica e a inclusão de estudos experimentais e não experimentais que estão relacionados à sistematização e à publicação dos resultados de uma pesquisa bibliográfica. Tem como principal objetivo a integração entre a pesquisa científica e a prática profissional (Mendes; Silveira; Galvão, 2008).

2 Desenvolvimento

2.1 A mulher e o direito do trabalho

Segundo Filho e Alves (2009), em relação aos direitos sociais, o primeiro regulamento a tratar do trabalho feminino foi o Decreto nº 21.417-A, de 17 de maio de 1932, que vedava o trabalho noturno feminino. Dessa forma, as mulheres não precisariam mais carregar peso, bem como trabalhar em locais insalubres e perigosos. O art. 121 da Constituição de 1934 proibia diferenças salariais baseadas no gênero e garantia a assistência médica às mulheres grávidas. A Constituição também previa serviços de apoio à fertilidade.

A reação dos membros aos regulamentos relativos ao trabalho dos comitês da mulher fora barulhenta. Algumas pessoas achavam que era uma vergonha para os maridos permitir que as mulheres fossem contratadas para trabalhar sem sua permissão; outras afirmavam que o trabalho das mulheres era economicamente antissocial, dado que seu valor é muito inferior ao dos homens. Algumas ainda citavam que o apoio salarial antes e depois do período gestacional era uma forma de a mulher não trabalhar e se acomodar (Calil, 2007).

Seguindo essa evolução, a Constituição de 1967 reafirmou esses direitos, garantindo, como novidade, o direito à aposentadoria após 30 anos de trabalho. Todas essas evoluções terminaram com a versão da Constituição de 1988. Depois que o legislador declara que todos são iguais perante a lei e adiciona ao art. 5º, no capítulo acerca dos direitos e das obrigações individuais e coletivos, a igualdade entre homens e mulheres, passa a não haver diferença de qualquer natureza entre eles.

Embora os ingredientes pareçam ser repetitivos, obviamente, a constituição anterior confirmou a igualdade entre as pessoas e as mulheres, incluindo a proibição de sistemas de diferenciação salarial e critérios de admissão com base no gênero. No entanto, isso está longe de ser suficiente, já que os salários das mulheres sempre foram mais baixos do que os dos homens, mesmo quando ambos ocupam a mesma função (Filho; Alves, 2009).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi criada em 25 de janeiro de 1919, com o objetivo internacional de estabelecer normas legislativas do trabalho. Sua primeira reunião foi realizada em Washington com seus Estados-Membros. No que diz respeito às mulheres, a OIT tem desempenhado um papel importante no estabelecimento de padrões de trabalho. Entre as questões levantadas referentes à situação das mulheres, estava a redução da jornada de trabalho (Ribeiro, 2020).

Nesse sentido, Ribeiro (2020) explica que o comitê introduziu o tema com o argumento de que eles deveriam reduzir a jornada de trabalho das mulheres, para que elas pudessem se dedicar também para suas famílias e crianças. No entanto, o que os Estados-Membros decidiram naquele ano foi reduzir a jornada de trabalho de todos os trabalhadores, assim a redução dos serviços para todos os gêneros acabaria beneficiando as mulheres.

Para a OIT, legislação e normas internacionais específicas eram necessárias para as mulheres, uma vez que não havia garantias a elas e os direitos regulavam a crueldade das relações de trabalho. A entidade internacional determinou seu desempenho defendendo convenções específicas diante de mulheres que precisam reduzir sua carga de trabalho, haja vista que, além do trabalho remunerado, também exercem atividades de enfermagem e limpeza de sua casa. Ademais, existem problemas de saúde que podem ser causados devido ao peso da missão. A OIT também lembrou que a vida das mulheres é instável, devido às tarefas de maternidade e enfermagem, para justificar a demanda pela convenção das organizações internacionais, que vão mudar essa realidade (Wentzel, 2017).

Assim, a OIT se tornou uma importante fonte de pesquisa histórica sobre os direitos trabalhistas das mulheres. No entanto, essa necessidade de legislação específica não é gerada pelo objetivo principal da igualdade, mas para garantir a continuidade do desempenho das funções sociais atribuídas às mulheres (Ribeiro, 2020).

2.2 A inserção da mulher no mercado de trabalho

A entrada da mulher no mercado de trabalho também se deu pelo desenvolvimento de métodos contraceptivos, como o uso de anticoncepcionais. A mulher reduziu o número de filhos e, conseqüentemente, pôde se dividir entre casa e trabalho. Segundo D'Alonso (2008), as mulheres deixaram de ser meras donas de casa e passaram a ser não apenas mães, esposas, mas também operárias, enfermeiras, professoras e, posteriormente, arquitetas, juízas, motoristas de ônibus, bancárias, entre outras diversas ocupações, preenchendo o cenário anteriormente masculino.

Já no século XXI, com a inovação tecnológica, o capitalismo e a própria globalização, é possível observar a impulsividade e a especialização das mulheres no mercado de trabalho. Hoje, vemos cada vez mais mulheres ocupando cargos de liderança em grandes empresas e profissões técnicas. O aumento sustentado da participação feminina nas últimas cinco décadas pode ser explicado por uma combinação de fatores econômicos e culturais. O avanço da industrialização mudou a estrutura produtiva, e a continuidade do processo de urbanização e a queda da natalidade aumentaram a possibilidade de as mulheres encontrarem empregos na sociedade (Teixeira, 2005).

É necessário que a própria mulher aprecie a necessidade de separar o lar do trabalho e mesmo a vida pública da privada, valorizando, assim, sua participação constante na comple-

mentação da renda familiar. Inclusive, em muitos casos, essa renda deixa de ser complementar e passa a ser a única renda mensal da família, tudo baseado na análise dos altos índices de abandono familiar pelos maridos e da falta de escolaridade e inserção dos filhos no mercado de trabalho, cada vez mais complicada para jovens sem experiência profissional (Ferreira, 2021).

É possível então dizer que a possibilidade concreta de uma relação de complementaridade entre os sexos, aliada à formação de um núcleo familiar democrático e à formação da sociedade, garantirá o atendimento das demandas de uma sociedade justa, as quais remontam à história cultural recente da nossa sociedade. A geração de conceitos teóricos sobre a diferença entre homens e mulheres serve para melhor iluminar o processo de desigualdade entre bons trabalhadores e trabalhadores do sexo oposto, que ocorre apenas no início do novo século (Ferreira, 2021).

Embora isso ainda não seja uma verdade absoluta, é uma tendência, ano após ano, na busca pela igualdade profissional. O número de mulheres em cargos-chave na empresa tem crescido muito. É provável que, em um futuro próximo, a distribuição etária da população economicamente ativa de mulheres se torne mais uniforme, pois a taxa de atividade das mulheres em todas as faixas etárias aumentou. Segundo as estatísticas, há mais mulheres do que homens no Brasil, por isso elas têm mais empregos e são mais dedicadas no desempenho de suas funções (Probst, 2005).

Seu espaço na economia nacional vem se expandindo gradativamente, o que corresponde a uma elevada proporção da força de trabalho total. As mulheres tornaram-se donas de suas próprias vidas, não mais apenas parte da família. O processo de entrada no mercado tem sido lento, mas constante. Desde a década de 1970, a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro aumentou significativamente, mais do que em muitos outros países do mundo com o mesmo nível de desenvolvimento ou superior (Mello, 2020).

Segundo D'Alonso (2008), o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 1998 mostrou que as mulheres representavam 44% da força de trabalho no Brasil, número superior ao do Chile (36,6%), da Argentina (34,3%), da Venezuela (42,1%) e do México (38,4%), bem como de alguns países europeus, como Espanha (24,3%) e Grécia (26,5%). O aumento da participação no mercado de trabalho e o aumento das responsabilidades familiares têm elevado seu controle, seu poder de compra e seu nível de educação, assim como estreitado a diferença salarial que ainda existe em relação aos homens.

As mulheres brasileiras vêm escrevendo sua história em termos de resiliência, aumento das taxas de fecundidade e aumento da escolaridade da população feminina. Devido a essa evolução, elas estão se consolidando no mercado e atrasando a maternidade. Além disso, com menos filhos, hoje, elas podem conciliar melhor os papéis de mãe e suas profissões. O emprego feminino aumentou mais do que o masculino, enquanto o desemprego masculino diminuiu. O emprego das mulheres vem crescendo mais rapidamente do que o dos homens devido à formalização das relações de trabalho, ao alto desemprego e ao crescimento do trabalho sem carteira, o que tem sido um diferencial no emprego feminino (Ferreira, 2021).

As empregadas domésticas facilitaram a vida de muitas outras mulheres que ingressaram na atividade econômica, as quais estão mais frequentemente envolvidas em negócios familiares, tornando-se empreendedoras e assumindo a liderança de grandes empresas. As mulheres reduzem as taxas de desemprego e compartilham com os homens as oportunidades de emprego formal que estão sendo criadas, o que reduz a importância relativa do serviço doméstico remunerado no emprego das mulheres. Ainda assim, há um longo caminho a ser percorrido para que as mulheres se tornem economicamente mais ativas e sejam remuneradas da mesma forma que os homens (Mello, 2020).

2.3 Mulheres na Contabilidade

Segundo a Comissão Federal de Contabilidade (CFC) (2019), as mulheres representam atualmente 43,06% da área contábil. Esse valor aumentou mais de 10% desde 1996, com uma clara tendência ascendente. Hoje em dia, existem muitos programas de incentivo e apoio às mulheres. Basta procurá-los em qualquer motor de busca, e aparecerão várias páginas sobre o tema, tanto de entidades privadas como de entidades públicas.

Projetos sem fins lucrativos e projetos que auxiliam e incentivam mulheres a buscar espaço no mercado de trabalho, no meio político e na sociedade oferecem apoio e proteção em situações de abuso e violência contra a mulher. A ONU Mulheres foi criada em 2010 para fortalecer a defesa dos direitos humanos das mulheres em todo o mundo e buscar ajuda mais ampla, com foco em seis áreas de atuação, a saber: (1) liderança e participação política das mulheres; (2) empoderamento econômico; (3) fim do abuso de mulheres e meninas; (4) paz e segurança e emergências humanitárias; (5) governança e planejamento; e (6) padrões globais e regionais. Ela foi desenhada para desenvolver lideranças femininas em empresas, entidades e ambientes empresariais, com foco no empreendedorismo feminino e no engajamento político (CFC, 2019).

A fim de dar às mulheres a oportunidade de discutir seu papel como protagonistas na causa da mudança social em um ambiente mais humano, participativo, colaborativo e solidário em todo o país (Pasetto, 2010), reuniões foram realizadas em Salvador (BA) em 1992 e em Maceió (AL) sete anos depois, em 1999. Contudo, foi na quarta conferência, realizada em Belo Horizonte (MG) em 2003, com mulheres da política e das artes, que foi discutido o papel da mulher na sociedade, a desigualdade salarial entre homens e mulheres, as múltiplas transições e a competitividade. Decidiu-se também que os próximos encontros seriam realizados a cada dois anos.

A quinta reunião foi realizada em Aracaju (SE) em 2005 e contou com a presença do ex-presidente do CFC, José Martônio Alves Coelho, que afirmou, em seu discurso, o seguinte: “Nós, homens, caminhamos antes das mulheres. Nos tempos que virão, elas estarão ao nosso lado para que, juntos, possamos construir um país mais igualitário, mais justo e socialmente mais feliz”. Sua fala superou as expectativas, e o Auditório Centrosul, em Flórida-

nópolis, estava lotado. O VII Congresso Nacional da Mulher Contadora ocorreu em Vitória (ES) e durou três dias. Em 2011, o VIII Congresso foi realizado em Caldas Novas (GO) com o tema “Mulher: Conhecimento, Criatividade e Facilidade”.

O IX Congresso foi um pouco diferente: o evento foi realizado em Santos (SP), mas, na MSC Preciosa, foram discutidos temas relacionados à área de Contabilidade Técnica e Gestão Empresarial. A X Conferência Nacional da Mulher Contadora de 2015 foi realizada em Foz do Iguaçu (PR), com a participação de mais de duas mil profissionais contábeis, proporcionando palestras motivacionais e discussões sobre a importância da profissionalização e da renovação da carreira.

Para promover um evento de classe em paralelo a outro congresso de Contabilidade, como o XI ENMC, em Gramado (RS), em 2017, e o XVI Congresso Estadual de Contabilidade do Rio Grande do Sul, a ideia era realizar um encontro prático e econômico em um evento no qual participassem ambos os eventos. Segundo José Martônio Alves Coelho, então presidente do CFC, “a união desses dois eventos reforça o compromisso do sistema CFC/CRCs em oferecer serviços de qualidade aos profissionais brasileiros”. O último ENMC foi realizado no município de Ipojuca (PE), em 2019, com o lema “Empreendedorismo, Inovação e Sensibilidade: Liderando a Revolução”, com feiras de negócios e oportunidades apresentadas no primeiro dia com foco em produtos e serviços de tecnologia. As apresentações do evento abordaram *compliance* e governança, cultura inclusiva, desafios da Contabilidade na inovação tecnológica, entre outros. Enquanto o ENMC é dirigido às mulheres do meio contábilístico, esses eventos são para todos, homens e mulheres. O crescimento da participação feminina na Contabilidade indica que as entidades contábeis estão tomando mais providências.

Em 2019, a Comissão Federal de Contabilidade decidiu agregar o título “contadora” a uma nova carteira de identidade profissional. Até então, o cartão continha apenas o nome “contador”, independentemente do gênero. A primeira mulher a receber a nova carteira, entregue pelo presidente do CFC, Zulmir Ivânio Breda, na sede do CFC em Brasília, foi Marcia Ruiz Alcazar, presidente do CRCSP em 2019.

De acordo com Silva (2020), na Contabilidade, são as competências dos profissionais, e não o seu gênero, que se destacam. Segundo Vieira (2020), é necessário que o mercado empresarial não faça distinção de sexo, porque todos, independentemente do gênero, podem evoluir e competir por melhores chances, dependendo apenas das habilidades e da capacidade de cada indivíduo. Isso nos mostra a relação entre teoria e prática em que concordam sobre esta questão.

Conforme trecho de Mello (2020), a Islândia é o único país do mundo que conseguiu plena igualdade de oportunidades de emprego para homens e mulheres, mas ainda não conseguiu a façanha de garantir a igualdade salarial para homens e mulheres economicamente ativos. Brighenti *et al.* (2015) e Borsatto Júnior *et al.* (2020), em seus estudos, mostram a existência de discriminação de gênero e destacam a remuneração como a variável de maior destaque entre homens e mulheres na área contábil.

Schuh e Silva (2021) confirmam que essas diferenças persistem até hoje, de forma menos “suavizada”. Ressalta-se também que, à medida que o movimento feminino contemporâneo se intensifica na esfera trabalhista, o capital tem a habilidade de eventualmente utilizar essas “conquistas” em seu próprio benefício no processo de dominação feminina, avançando cautelosamente em suas ações de controle das massas.

Ferreira (2021) destaca, em sua pesquisa, que os obstáculos e as vulnerabilidades dos trabalhadores serão enfrentados no decorrer da vida, o que afirma ainda mais a capacidade da mulher de construir seu próprio espaço e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária entre homens e mulheres.

3 Considerações Finais

Ao longo da história da humanidade, a mulher vivenciou grandes mudanças em vários campos, mas não há dúvida de que as principais alterações ocorreram em sua posição na sociedade, uma vez que deixaram de obedecer apenas às tarefas de família, filhos e maridos, ocupando cargos políticos em empresas em diversos setores, a fim de buscar o direito ao trabalho e a independência financeira. Seguindo a tendência global, as mulheres serão as líderes do novo milênio, e se espera que elas superem os homens no trabalho, quebrando o molde da era industrial.

Por conta dessas transformações em todos os âmbitos da sociedade, as mulheres estão lutando, cada vez mais, por novas conquistas e garantias de poder. A evolução da condição feminina alterou o comportamento geral de homens e mulheres, alcançando-se um maior equilíbrio na distribuição de funções no trabalho e na vida familiar.

As mulheres contadoras, em especial, são fortes em sua área e querem ser reconhecidas pelo seu trabalho, por isso continuam buscando desenvolver alternativas para conquistar mais espaços na área. Visto isso, pode-se concluir que o que importa é a competência profissional da pessoa, e não seu gênero.

Referências

AMARAL, C. A. M. et al. A importância da evolução da contabilidade digital e o impacto que esse mecanismo pode gerar nas pequenas e médias empresas. **Brasiliiana Journal off Development**, Curitiba, v. 7, n. 10, p. 99465-99482, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/38164>. Acesso em: 16 maio 2022.

BORSATTO JÚNIOR, J. L.; ZABOTTI, E. D.; ARAÚJO, M. P. Gênero, etnia e raça: débito ou crédito na contabilidade? **Contabilidade Vista & Revista**, v. 31, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22561/cvr.v31i2.4954>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BREGA FILHO, Vladimir; ALVES, Fernando. O direito das mulheres: uma abordagem crítica. **Revista do Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da Fundinopi**, n. 10, 2009. Disponível em: <http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/130/130>. Acesso em: 02 maio 2023.

BRIGHENTI, J.; JACOMOSSI, F.; SILVA, M. Z. Desigualdades de gênero na atuação de contadores e auditores no mercado de trabalho catarinense. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 34, n. 2, p. 109-122, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/27807>. Acesso em: 11 mar. 2022.

CALIL, Léa Elisa Silingowschi. **Direito do Trabalho da Mulher**: a questão da igualdade jurídica ante a desigualdade fática. 1. ed. São Paulo: LTr Editora, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Mulher contabilista**. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <https://cfc.org.br>. Acesso em: 03 maio 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **XII ENMC**: viva o calor da emoção. Brasília: CFC, 2019. Disponível em: <http://enmc2019.com.br>. Acesso em: 03 maio 2023.

D' ALONSO, G.L. Trabalhadoras brasileiras e a relação com o trabalho: trajetórias e travessias. **Psicologia para América Latina**, México, n. 15, dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000400003. Acesso em: 04 maio 2023

FERREIRA, R. C. O. Eufrása Teixeira Leite: a primeira mulher investidora do Brasil. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 8, n. 24, p. 101-112, 2021. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/520>. Acesso em: 12 mar. 2023.

GUIMARAES, Ana; FARIA, Luísa. **O direito fundamental à igualdade de gênero em juízo**. Escola Superior do Ministério Público da União, 2020. Disponível em: http://escola.mpu.mp.br/publicacoes/obras-avulsas/e-books-esmpu/direitos-fundamentais-em-processo-2013-estudos-em-comemoracao-aos-20-anos-da-escola-superior-do-ministerio-publico-da-uniao/2_o-direito-fundamental-a-igualdade-1.pdf. Acesso em: 02 maio 2023.

MELLO, R. C. **A desigualdade de direitos e frágeis condições de trabalho enfrentadas pelas mulheres**. Aventuras na história, v. 18, n. 2, 2020.

MENDES, K. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Reflexão: Texto Contexto Enfermagem**, v. 17, n. 4, dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>. Acesso em: 12 abr. 2023.

PASETTO, N. A. **CFC Mulher Contabilista**: Palavra da Coordenadora. Brasília: CFC, 2010. Disponível em: <https://cfc.org.br>. Acesso em: 03 maio 2023.

PROBST, E.R. A Evolução da mulher no mercado de Trabalho. 2005. **RH Portal**, Belo Horizonte, 28 out 2021. Disponível em: <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/a-evolucao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 04 maio 2023.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. **A mulher e o voto**. 2012. Site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Biblioteca Virtual). Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/277_arquivo.pdf. Acesso em: 04 maio 2023.

SILVA, K. O. **Lugar de mulher é na contabilidade**. Portal Eletrônico do Conselho Regional de Contabilidade Paraná [9/03/2020]. Disponível em: <https://www3.crcpr.org.br/crcpr>. Acesso em: 03 maio 2023.

SIQUEIRA, Dirceu; SAMPARO, Ana. Os direitos da mulher no mercado de trabalho: a discriminação de gênero à luta pela igualdade. **Revista Direito em Debate**, v. 26, n. 47, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/7233>. Acesso em: 04 maio 2023.

SCHIAVI, G. S. et al. No caminho da inovação: análise das capacidades de inovação de empresas contábeis diante das tecnologias digitais. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 22, n. 2, p. 381-405, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgn/a/qkmSf89rrMgHDLSXHn5pHtK/?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SCHUH, T. J.; SILVA, M. G. Divisão sexual do trabalho: uma análise da exploração histórica do trabalho feminino e sua manifestação no Brasil. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 5, n. 14, fev. 2021. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/246>. Acesso em: 29 nov. 2022.

TEIXEIRA, L. P.; CARVALHO, F. M. A. O papel da tecnologia em Smith, Ricardo e Marx. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE, 2, 2007, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: ESOCITE.BR, 2007.

WENTZEL, M. Maior participação feminina traria R\$ 382 bilhões à economia brasileira até 2025. **BBC News**, 14 jun. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40281756>. Acesso em: 22 out. 2022.

CAPÍTULO VI – Diversidade e acessibilidade

Transformando Realidades: Uma Análise dos Relatórios das Comissões do CRC Mulher

Elizabeth Alline de Sousa

Mestranda em Economia (Universidade Federal do Pará – UFPA)

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0001-6515-0179> | E-mail: beth-dourado@hotmail.com

Eva Schran de Lima

Bacharela em Ciências Contábeis (Unicentro)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-9844-4947> | E-mail: evaschan@yahoo.com.br

Janaína dos Santos Canindé

Bacharela em Ciências Contábeis (Faculdade de Estudos Avançados do Pará – Feapa)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-9980-6510> | E-mail: janaina-contadora@hotmail.com

Marlise Alves Silva Teixeira

Bacharela em Ciências Contábeis (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-0438-0303> | E-mail: contato@marlisealves.com.br

Sandy Patrycia Teixeira Sena

Bacharela em Ciências Contábeis (Centro Universitário Metropolitano da Amazônia – Unifamaz)

Orcid: <https://orcid.org/0009-009-1364-8192> | E-mail: sandy_sena7@outlook.com

Resumo

O presente trabalho se propõe a realizar uma análise detalhada dos relatórios das comissões do CRC Mulher, com o objetivo de compreender e revelar a força feminina que tem impulsionado transformações no campo profissional e na equidade de gênero. Com base em referências de artigos científicos relevantes, será realizado um mergulho profundo nos relatórios das comissões, visando identificar as conquistas alcançadas pelas mulheres e as principais temáticas abordadas. Sendo assim, este trabalho assume, como objetivo geral, a análise dos relatórios das comissões do CRC Mulher, destacando questões relacionadas à promoção da equidade de gênero e ao empoderamento feminino no campo contábil. A metodologia adotada foi a análise de conteúdo. A partir dos resultados obtidos, observamos que a maioria dos relatórios apresentou dados de reconhecimento sobre a importância das comissões da mulher em seus respectivos CRCs, destacando-se a atuação dessas comissões na promoção de eventos, palestras, encontros e campanhas relacionadas a questões de gênero e empoderamento feminino no âmbito contábil. Além disso, percebemos a valorização da troca de experiências e do apoio mútuo entre as mulheres contadoras, o que fortalece a sororidade e a união entre elas.

Palavras-chave: Comissão da Mulher; Relatórios; Profissão Contábil.

1 Introdução

O presente trabalho se propõe a realizar uma análise detalhada dos relatórios das comissões do CRC Mulher, com o objetivo de compreender e revelar a força feminina que tem impulsionado transformações no campo profissional e na equidade de gênero. Com base em referências de artigos científicos relevantes, será realizado um mergulho profundo nos relatórios das comissões, visando identificar as conquistas alcançadas pelas mulheres e as principais temáticas abordadas.

Diversos estudos científicos têm destacado a importância da participação ativa das mulheres em áreas tradicionalmente dominadas por homens, como a Contabilidade. Pesquisas como o estudo de Johnson e Smith (2020) têm evidenciado que a inclusão e a promoção de mulheres em cargos de liderança podem gerar benefícios organizacionais significativos, como maior diversidade de perspectivas, aumento da criatividade e inovação, além de contribuir para a representatividade e o empoderamento feminino.

Ao analisarem-se os relatórios das comissões do CRC Mulher, busca-se compreender de que forma as mulheres têm sido protagonistas de mudanças e avanços no cenário contábil. Estudos como o de Silva e Souza (2018) têm demonstrado que as comissões do CRC Mulher têm se dedicado a temas relevantes, como a promoção da igualdade salarial, o incentivo à capacitação profissional das mulheres, a luta contra o assédio e a discriminação de gênero, entre outros.

Por meio de uma análise cuidadosa dos relatórios, pretende-se evidenciar as estratégias adotadas, os desafios enfrentados e os resultados obtidos pela participação ativa das mulheres nas comissões do CRC Mulher. Com base em estudos como o de Santos *et al.* (2022), que ressaltam a importância das ações afirmativas e das políticas de inclusão para promover a equidade de gênero, este trabalho busca contribuir para o fortalecimento e a visibilidade do trabalho realizado pelas mulheres no campo contábil.

Desse modo, espera-se que este estudo possa proporcionar uma compreensão mais aprofundada sobre os avanços alcançados pelas mulheres no âmbito do CRC Mulher, auxiliando na identificação de oportunidades de melhorias e no fortalecimento das ações que visam promover a igualdade de gênero e o empoderamento feminino no campo contábil.

Para tanto, assume-se a seguinte questão problema: **Como os relatórios das comissões do CRC Mulher têm influenciado na promoção da equidade de gênero e no empoderamento feminino no campo contábil?**

Sendo assim, este trabalho assume como objetivo geral a análise dos relatórios das comissões do CRC Mulher, destacando questões relacionadas à promoção da equidade de gênero e ao empoderamento feminino no campo contábil.

2 Referencial Teórico

2.1 Gestão feminina

A gestão feminina tem ganhado destaque nas últimas décadas, e na Contabilidade não é uma exceção. No entanto, mesmo com os avanços alcançados, as mulheres contadoras ainda enfrentam desafios significativos no ambiente profissional.

De acordo com Jamieson (1991), existem barreiras que impedem as mulheres de atingir posições de liderança e ascensão na carreira. Essas barreiras são resultado de normas e preconceitos sociais que dificultam o acesso das mulheres a cargos de poder e influência.

Johnson *et al.* (2020) ressaltam que as mulheres enfrentam estereótipos negativos relacionados às habilidades de negociação e ao desejo de obter recompensas financeiras. Esses estereótipos podem afetar a forma como as mulheres percebem a comissão e sua disposição para buscar uma remuneração mais justa e igualitária.

Brown e Green (2021) enfatizam a importância de critérios claros de avaliação e recompensa, bem como a eliminação de vies de gênero na distribuição dos benefícios. Isso contribuirá para uma percepção mais positiva e motivadora da comissão, fortalecendo a gestão feminina e promovendo a igualdade de oportunidades na área contábil.

Eagly e Carli (2007) encontraram evidências de que, quando as mulheres ocupam posições de liderança, tendem a adotar um estilo de liderança mais colaborativo e orientado para o desenvolvimento de equipes, contribuindo para um clima organizacional mais positivo e uma maior satisfação dos funcionários.

Hoobler, Wayne e Lemmon (2011) descobriram que a presença de mulheres nos Conselhos de Administração está positivamente relacionada ao desempenho financeiro das empresas, indicando que a diversidade de gênero na gestão pode trazer benefícios tangíveis para as organizações.

A seção a seguir apresenta uma construção teórica que debate sobre mulheres que inspiram outras mulheres, contextualizando-a com os objetivos traçados para este estudo.

2.2 Mulheres que inspiram outras mulheres

No contexto profissional, o poder da inspiração e do apoio entre mulheres tem sido objeto de estudos que buscam compreender seu impacto na carreira e no desenvolvimento profissional. Pesquisadores, como Ibarra *et al.* (2013), Koenig *et al.* (2011), Grant e Dumas (2018) e Stahl *et al.* (2020), têm explorado a importância das mulheres líderes que compartilham suas experiências, atuam como mentoras e servem como modelos inspiradores para outras mulheres no ambiente de trabalho.

Em uma pesquisa conduzida por Silva e Souza (2018) no ambiente corporativo brasileiro, foi observado que mulheres que tiveram modelos femininos bem-sucedidos no trabalho foram mais propensas a buscar oportunidades de crescimento e a se destacar em suas carreiras.

Ibarra *et al.* (2013) demonstram, em seu estudo, que mulheres líderes que compartilham suas experiências pessoais, os desafios superados e as estratégias de sucesso podem servir como modelos inspiradores para outras mulheres, ajudando a aumentar sua autoconfiança e sua ambição na busca de objetivos profissionais.

Com base em uma pesquisa realizada por Koenig *et al.* (2011), há evidências de que as mulheres em posições de liderança que atuam como mentoras de outras mulheres podem desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento de habilidades, na ampliação de redes de contatos e no incentivo ao crescimento profissional das mulheres mentes.

Grant e Dumas (2018) discorrem sobre o fato de as mulheres cujos modelos femininos são bem-sucedidos e inspiradores no trabalho terem maior probabilidade de buscar objetivos ambiciosos e superar as barreiras de gênero, impulsionando sua própria carreira.

Em um estudo realizado por Rocha *et al.* (2019), foi investigada a influência de mulheres líderes como modelos de inspiração para outras mulheres. Os resultados mostraram que as mulheres que tinham contato com líderes femininas relataram maior motivação, autoconfiança e projeção em suas carreiras.

Stahl *et al.* (2020) destacaram que as mulheres líderes que estabelecem relacionamentos de mentoria e oferecem suporte a outras mulheres podem ter um impacto significativo na promoção do desenvolvimento profissional e no aumento da confiança e das aspirações de carreira das mulheres que são inspiradas por elas.

Oliveira *et al.* (2020) analisaram as percepções de mulheres em cargos de liderança sobre seu papel como inspiração para outras mulheres. As participantes destacaram a importância de compartilhar experiências, orientar e apoiar outras mulheres na busca de seus objetivos profissionais.

Os estudos nos convidam a refletir sobre a importância de encorajar e valorizar a presença de mulheres inspiradoras no ambiente profissional. Ao compartilharem suas experiências, atuarem como mentoras e servirem de exemplo de sucesso, elas ajudam a construir uma cultura de apoio e crescimento para as mulheres. Essas interações são fundamentais para quebrar as barreiras de gênero, promover a igualdade de oportunidades e criar um ambiente mais inclusivo e diversificado.

Esses exemplos evidenciam como estudos têm investigado o papel das mulheres que inspiram outras mulheres no ambiente de trabalho, mostrando a influência positiva que esses modelos femininos podem ter no desenvolvimento de carreira, na superação de barreiras de gênero e na promoção de redes de apoio entre as mulheres profissionais.

2.3 Inteligência emocional

A inteligência emocional desempenha um papel significativo na atuação profissional feminina e influencia diretamente o desenvolvimento de competências, as interações interpessoais e a capacidade de liderança das mulheres no ambiente de trabalho. Diversos estudos destacam a importância dessa habilidade no contexto profissional, especialmente para as mulheres, que enfrentam desafios específicos relacionados à sua trajetória e ao equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

De acordo com Goleman (1995), a inteligência emocional é composta por determinadas habilidades, como o autoconhecimento, a autogestão, a empatia e o relacionamento interpessoal. Essas habilidades são cruciais para o sucesso profissional, uma vez que permitem às mulheres compreender e gerenciar suas emoções, lidar com situações de estresse e estabelecer relações de qualidade com colegas, subordinados e superiores.

Estudos realizados por Brackett e Mayer (2003) apontam que a inteligência emocional está diretamente relacionada ao desempenho profissional, contribuindo para a tomada de decisões eficazes, a resolução de conflitos e a habilidade de adaptação a mudanças no ambiente de trabalho. Essas competências são especialmente relevantes para as mulheres, que, muitas vezes, enfrentam desafios adicionais devido a estereótipos de gênero e expectativas sociais.

No contexto específico da atuação profissional feminina, a inteligência emocional pode desempenhar um papel importante na superação de barreiras e no avanço na carreira. Um estudo conduzido por Caruso e Salovey (2004) sugere que mulheres com altos níveis de inteligência emocional são mais propensas a ocupar posições de liderança e a se destacar em ambientes corporativos, onde a capacidade de influenciar, motivar e gerenciar pessoas é fundamental.

Além disso, a inteligência emocional pode ser um fator determinante na construção de redes de apoio e no estabelecimento de relacionamentos profissionais sólidos. De acordo com Ciarrochi *et al.* (2001), mulheres com habilidades emocionais desenvolvidas são mais propensas a construir relacionamentos de confiança, colaboração e suporte mútuo, o que pode resultar em oportunidades de crescimento e desenvolvimento profissional.

Dessa forma, a inteligência emocional pode desempenhar um papel essencial na atuação profissional feminina, permitindo que as mulheres desenvolvam competências sociais, emocionais e de liderança necessárias para enfrentar os desafios no ambiente de trabalho. Ao compreender e cultivar essa habilidade, as mulheres podem fortalecer sua capacidade de autogestão, relacionamento interpessoal e tomada de decisões, o que contribui para seu crescimento e sucesso profissional.

3 Metodologia

Para realizar o presente estudo sobre a percepção das mulheres contadoras em relação à Comissão da Mulher dentro dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), foi utilizada uma metodologia que envolveu a coleta de dados por meio de um *checklist*. O *checklist* foi construído para coletar dados referentes aos relatórios da Comissão da Mulher dos Conselhos Regionais de Contabilidade que estão disponíveis no site do Conselho Federal de Contabilidade (<https://cfc.org.br/politico-institucional/historia-da-comissao>).

Os relatórios utilizados são dos Conselhos Regionais de Contabilidade dos seguintes estados: Paraná (PR), Santa Catarina (SC), Rio Grande do Sul (RS), Distrito Federal (DF), Goiás (GO), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Amazonas (AM), Pará (PA), Rondônia (RO), Tocantins (TO), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Maranhão (MA), Sergipe (SE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP). A figura a seguir demonstra os estados destacados em tonalidade mais azulada.

Figura 1. Estados com relatórios do CRC coletado

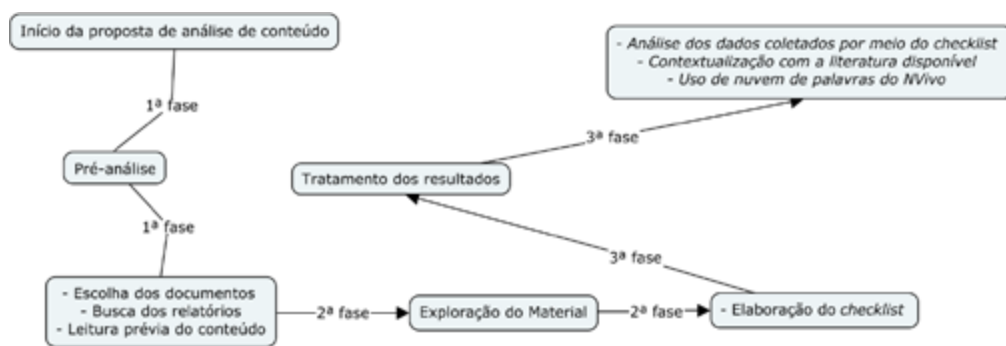


Fonte: autoras/Excel (2023)

A técnica de coleta e análise de dados utilizada foi a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Essa abordagem permitiu uma análise qualitativa dos dados e a identificação de padrões, categorias e temas recorrentes nas respostas das participantes, a fim de corresponder aos objetivos traçados para este trabalho.

Os resultados foram contrastados com a literatura, a fim de se perceberem relações com experiências semelhantes que destacassem a atuação e o empoderamento femininos. O modelo de Bardin (2016) adotado para esta pesquisa foi baseado também nos resultados de Carvalho e Brasileiro (2022). A figura a seguir descreve o fluxo utilizado.

Figura 2. Fases da análise de conteúdo



Fonte: autoras/Cmap tools (2023)

4 Resultados

Inicialmente, o quadro a seguir apresenta os dados referentes aos objetivos e às portarias relacionadas aos relatórios da Comissão da Mulher. Dentro da proposta do *checklist*, analisou-se a clareza desses dados.

Quadro 1. Objetivos e portaria

Estado	Objetivos	Portaria
Paraná	Sim	Sim
Santa Catarina	Sim	Não
Rio Grande do Sul	Não	Não
Distrito Federal	Não	Sim
Goiás	Sim	Não
Mato Grosso	Sim	Sim
Mato Grosso do Sul	Sim	Sim
Amazonas	Não	Sim

Estado	Objetivos	Portaria
Pará	Sim	Sim
Rondônia	Não	Sim
Tocantins	Sim	Não
Pernambuco	Sim	Não
Piauí	Sim	Sim
Maranhão	Não	Não
Sergipe	Sim	Sim
Rio Grande do Norte	Sim	Não
Paraíba	Sim	Não
Minas Gerais	Não	Sim
Rio de Janeiro	Sim	Sim
São Paulo	Não	Sim

Fonte: autoras (2023)

Com base nos dados fornecidos, pode-se observar que há variações na clareza da apresentação dos objetivos e das portarias nos relatórios da Comissão da Mulher, dependendo do estado em questão. Alguns estados apresentaram objetivos claros e incluíram informações sobre portarias nos relatórios, enquanto outros não atenderam a esses critérios.

Esses dados podem indicar diferenças na abordagem e na qualidade dos relatórios produzidos pelas comissões da mulher em cada estado. É importante ressaltar que essa análise é baseada apenas nos dados fornecidos, e não em uma avaliação completa dos relatórios. Essa questão se relaciona com a da assimetria informacional, portanto seria interessante que fosse proposto um modelo de relatório abrangendo as informações mínimas necessárias e suas formas de apresentação.

A questão a seguir buscava, dentro do relatório, informações sobre a quantidade de mulheres que pertencem à Comissão da Mulher. Os dados revelam a quantidade de mulheres que fazem parte da comissão em cada estado, conforme indicado nos relatórios. É possível notar que a quantidade varia significativamente entre os estados, com números que vão de 1 a 29 mulheres nas comissões. No entanto, é importante ressaltar que não foi fornecida informação sobre a quantidade de mulheres na comissão no estado de Minas Gerais.

Essa análise permite perceber diferenças na representatividade feminina nas comissões da mulher em diferentes estados e pode refletir o incentivo e o apoio para a participação das mulheres na promoção da equidade de gênero no campo contábil em cada localidade.

A questão a seguir avalia os resultados acerca de cinco ações realizadas por cada Comissão da Mulher de cada estado. A nuvem de palavras descreve quais foram as principais ações realizadas.

Quadro 2. Principais ações da Comissão da Mulher

Estado	Principais Ações da Comissão da Mulher
Paraná	Encontro Paranaense da Mulher Contabilista – versões de 2004 a 2012
Santa Catarina	Encontro Catarinense da Mulher Contabilista, palestras, lives, grupos de estudo
Rio Grande do Sul	Encontro do Estado do Rio Grande do Sul, Encontro Virtual em Homenagem ao Dia Internacional da Mulher, Conexão Mulher
Distrito Federal	Fórum da Mulher Contabilista do Distrito Federal, Programa do Outubro Rosa, palestras e Encontro Nacional da Mulher Contabilista
Goiás	Fórum da Mulher Contabilista de Goiás, reuniões, lives e ações sociais
Mato Grosso	Não evidenciado
Mato Grosso do Sul	Fórum da Mulher Contabilista do Mato Grosso do Sul, reuniões mensais, atualização das ações nas redes sociais, promoção de treinamento, live, fórum e palestra, participação em eventos realizados pelo CRCAM, entrega de alimentos a instituições de caridade e abrigos
Amazonas	Fórum da Mulher Contabilista do Amazonas
Pará	Encontro da Mulher Contabilista do Pará, Comemoração do Dia Internacional da Mulher, Campanha Outubro Rosa, Programa Web Mulher – Quarta com Elas
Rondônia	Encontro da Mulher Contabilista de Rondônia, palestras, Ações do Outubro Rosa, Chá da Tarde das Mulheres Contabilistas de Rondônia, Mulher no Agronegócio
Tocantins	Fórum Tocantinense da Mulher Contabilista, Mulheres que Inspiram, Workshop da Comissão da Mulher Contabilista de Tocantins, Painel sobre o Câncer de Mama
Pernambuco	Encontro Estadual da Mulher Contabilista de Pernambuco, Fórum da Mulher Contabilista do CRCPE, Encontro Nacional da Mulher Contabilista, palestras especiais pelo Dia da Mulher, Campanha de Conscientização do Outubro Rosa e Novembro Azul
Piauí	Encontro Nacional da Mulher Contabilista, Workshop da Mulher Contabilista, Fórum Piauiense da Mulher Contabilista, Encontro de Mulheres Empreendedoras
Maranhão	Não evidenciado no relatório
Sergipe	Fórum Sergipano de Contabilidade, Encontro Nacional da Mulher Contabilista, Campanha de Doação de Sangue, Campanha Outubro Rosa, Seminário de Empoderamento da Mulher Contabilista
Rio Grande do Norte	Encontro da Mulher Profissional e de Estudantes das Ciências Contábeis do RN, Papo de Contadora: Mulheres Profissionais da Contabilidade em Espaço de Poder, Virtual Meeting de Empreendedorismo Feminino #elasempreendem, Roadshow CRCRN do Dia do Profissional da Contabilidade
Paraíba	Comemoração do Dia Internacional da Mulher, Participação no Programa Master

Fonte: autoras (2023)

Os eventos mencionados nas ações das comissões da mulher em diferentes estados têm um papel significativo no empoderamento das mulheres. Eles proporcionam um espaço de encontro, troca de experiências e capacitação, bem como fortalecem a presença feminina em diferentes áreas, incluindo a Contabilidade.

Esses eventos e essas ações contribuem para o empoderamento das mulheres ao oferecerem um ambiente propício para o desenvolvimento pessoal e profissional, estimularem a troca de conhecimentos e experiências, promoverem a conscientização sobre questões relevantes e proporcionarem um sentimento de pertencimento a uma comunidade engajada em promover a igualdade de gênero. O empoderamento das mulheres é fundamental para que elas se sintam encorajadas a assumir posições de liderança, buscar o reconhecimento profissional e influenciar positivamente suas comunidades.

Cada comissão tem uma ação que melhor representa suas atividades, a qual pode variar de um encontro específico, um programa anual, uma participação em eventos nacionais a campanhas relevantes. Essa ação representativa destaca o foco e a contribuição específica de cada comissão para promover o empoderamento feminino em sua região.

Quanto à existência de subcomissões nos estados, apenas os relatórios do CRCRN e do CRCPA evidenciam a existência de subcomissões. Embora a maioria dos estados não evidencie a existência de subcomissões, é relevante notar que alguns estados possuem subcomissões em diferentes regiões. Essa subdivisão possibilita uma atuação mais abrangente, considerando-se as particularidades e demandas locais. As subcomissões podem ser uma estratégia eficaz para envolver um número maior de mulheres e promover ações específicas em diferentes áreas geográficas.

As questões a seguir evidenciam se os relatórios examinados apresentam benefícios ou dificuldades das mulheres que fazem parte da Comissão da Mulher. A maioria dos estados não evidencia os benefícios das ações nos relatórios. Isso pode indicar que priorizam apenas o relato das ações e das atividades realizadas, o que pode ser considerado benefício apenas pelo fator de existirem as ações e a Comissão da Mulher.

A partir dos dados fornecidos, não há relatos de dificuldades pelas Comissões da Mulher em nenhum dos estados mencionados. No entanto, é importante ressaltar que a ausência de informações sobre dificuldades relatadas não implica necessariamente que não haja desafios enfrentados pelas Comissões da Mulher. Pode ser que essas dificuldades não tenham sido registradas nos relatórios fornecidos, contudo ressalta-se que a ausência desses dados dificulta uma avaliação precisa das dificuldades para nortear as atividades futuras.

Embora os dados fornecidos não apresentem informações específicas sobre os benefícios de participar das Comissões da Mulher, é fundamental reconhecer que o envolvimento nessas iniciativas pode trazer vantagens significativas para as mulheres. A participação em comissões possibilita o *networking*, o compartilhamento de conhecimentos e o fortalecimento de laços profissionais e pessoais. Além disso, essas comissões têm o potencial de influenciar políticas e promover mudanças de cultura que beneficiem as mulheres em suas respectivas áreas de atuação e na vida em sociedade.

Em seguida, avaliou-se a frase que melhor representa o relatório de cada estado. A nuvem de palavras a seguir apresenta o condensado das respostas descritas para esse momento.

Figura 4. Nuvem de palavras



Fonte: autoras/ NVivo (2023)

Ao avaliarem-se as respostas da pergunta sobre uma frase que represente o relatório de cada estado, é possível fazer algumas considerações à luz da inteligência emocional.

Entre as respostas fornecidas, algumas refletem elementos relacionados à inteligência emocional, como “cumplicidade, entendimento, tolerância, paciência e que a sororidade seja sempre nosso objetivo, para todas as Mulheres”. Essa resposta destaca a importância de habilidades emocionais como empatia, compreensão e apoio mútuo para fortalecer as relações entre as mulheres contabilistas e promover uma cultura de sororidade.

Algumas respostas evidenciam a busca por igualdade de condições e o empoderamento das mulheres na Contabilidade, como “a elevação e equidade de condições sociais, de gênero e profissionais para as mulheres Contadoras” e “Mulher Contadora: Fortalecimento, reconhecimento e Confiança”. Essas respostas indicam um desejo de superar as barreiras de gênero e promover um ambiente inclusivo e igualitário para as mulheres na profissão contábil.

No entanto, é importante mencionar que algumas respostas não forneceram informações claras sobre o relatório, como, por exemplo, “o relatório não evidencia”. Essa falta de detalhes dificulta a compreensão do conteúdo abordado e limita a análise dessas respostas em relação à inteligência emocional e à gestão feminina.

Em geral, as respostas apresentadas destacam a importância de aspectos emocionais, como apoio mútuo e fortalecimento, e abordam a necessidade de superação das barreiras de gênero no campo da Contabilidade. Contudo, é necessária uma análise mais aprofundada do conteúdo completo do relatório para uma avaliação mais precisa e abrangente. As análises fornecem um entendimento geral sobre a percepção das autoras em relação a esses aspectos descritos nos relatórios das comissões.

Para estudos posteriores, poderiam ser exploradas mais a fundo as razões por trás das discordâncias e concordâncias parciais, bem como investigado o impacto dessas percepções na atuação profissional das mulheres contadoras. Isso poderia contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais efetivas e adequadas para promover a igualdade de gênero e o empoderamento feminino no campo contábil.

Além disso, seria interessante propor uma análise quanto à assimetria informacional, para que se construíssem não relatórios iguais, mas relatórios com base em moldes que permitam a comparabilidade, fornecendo uma informação útil para a tomada de decisão.

5 Conclusão

Ao longo desta pesquisa, buscou-se compreender o conteúdo dos relatórios da Comissão da Mulher dos Conselhos Regionais de Contabilidade e como eles podem contribuir para o desenvolvimento de ações relevantes para a atuação feminina na Contabilidade.

A partir dos resultados obtidos, observou-se que a maioria dos relatórios apresentou dados de reconhecimento sobre a importância das Comissões da Mulher em seus respectivos CRCs, destacando-se a atuação dessas comissões na promoção de eventos, palestras, encontros e campanhas relacionadas a questões de gênero e empoderamento feminino no âmbito contábil. Além disso, percebe-se a valorização da troca de experiências e do apoio mútuo entre as mulheres contadoras, o que fortalece a sororidade e a união entre elas.

No entanto, também foi identificada a necessidade de padronização dos relatórios produzidos pelas comissões, de modo a serem fornecidas informações mais claras e evidenciados os desafios enfrentados pelas mulheres no campo contábil e na realização das atividades. Essa constatação ressalta a importância de uma comunicação eficiente e transparente entre as comissões e seus membros, visando a melhoria contínua das ações realizadas e o fortalecimento da representatividade das mulheres na profissão.

Com relação à pergunta problema proposta, a pesquisa nos permitiu obter *insights* valiosos sobre a Comissão da Mulher nos CRCs e sobre suas participantes. Os resultados revelaram tanto a valorização das ações realizadas pelas comissões quanto a necessidade de continuidade das comissões, o que contribui para uma compreensão mais aprofundada do tema.

Sugere-se que trabalhos posteriores abordem a análise qualitativa de entrevistas com as coordenadoras e as participantes das Comissões da Mulher, a fim de que sejam compreen-

didados mais detalhadamente os desafios enfrentados pelas mulheres na Contabilidade e como essas comissões estão buscando superar tais obstáculos. Além disso, seria interessante investigar o impacto dessas participações nas comissões da mulher para a trajetória de líderes femininas do sistema. Essas pesquisas contribuiriam para o aprimoramento das políticas e das práticas voltadas para a equidade de gênero na Contabilidade e para o fortalecimento da representatividade das mulheres nessa área profissional.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2015.
- BROWN, E.; GREEN, K. The impact of transparency and fairness on perception of commission among female accountants. **International Journal of Gender and Entrepreneurship**, v. 13, n.1, p. 78-96, 2021.
- CARVALHO, Josué de Lima; BRASILEIRO, Tânia Suely Azevedo. Transparency as a tool in building efficient public institutions: a bibliometric study. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science**, v. 9, n. 4, p.1-7, 2022. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.22161/ijaers.94.1>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- EAGLY, A. H.; CARLI, L. L. Women and the labyrinth of leadership. **Harvard Business Review**, v. 85, n. 9, p. 62-71, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/5957753_Women_and_the_labyrinth_of_leadership . Acesso em: 22 ago. 2022.
- GRANT, A. M.; DUMAS, T. L. Optimizing the use of role models to promote women's leadership in organizations. **Frontiers in Psychology**, v. 9, n. 1983, 2018.
- HOUBLER, J. M.; WAYNE, S. J.; LEMMON, G. Bosses' perceptions of family-work conflict and women's promotability: glass ceiling effects. **Academy of Management Journal**, v. 52, n. 5, p. 939-957, 2009. Disponível em: [10.5465/AMJ.2009.44633700](https://doi.org/10.5465/AMJ.2009.44633700) . Acesso em: 08 mar. 2022.
- IBARRA, H.; ELY, R. J.; KOLB, D. M. Women rising: the unseen barriers. **Harvard Business Review**, v. 91, n. 9, p. 60-66, 2013. Disponível em: <https://hbr.org/2013/09/women-rising-the-unseen-barriers> . Acesso em: 08 nov. 2022.
- JAMIESON, K. H. The glass ceiling: a metaphor stretched beyond its limits. In: FERREE, M. M.; LORBER, J.; HESS, B. B. (eds.). **Revisioning Gender**. Sage Publications, 1991. p. 165-183.
- JOHNSON, L.; SMITH, A.; DAVIS, R. Gendered perceptions of commission among female accountants. **Gender in Management**, v. 35, n. 2, p. 155-173, 2020.
- KOENIG, A. M.; EAGLY, A. H.; MITCHELL, A. A.; RISTIKARI, T. Are leader stereotypes masculine?: a meta-analysis of three research paradigms. **Psychological Bulletin**, v. 137, n. 4, p. 616-642, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/a0023557> . Acesso em: 30 abr. 2022.
- OLIVEIRA, C., et al. Perceptions of female leaders on their role as inspirations for other women. **Journal of Gender and Leadership Studies**, v. 15, n. 3, p. 78-95, 2020.
- ROCHA, M. S. et al. The influence of women leaders as role models for other women. **Revista Brasileira de Liderança e Gestão**, v. 10, n. 2, p. 45-62, 2019.
- SOUSA, E. A.; SANTOS, T.; CARVALHO, J. L.; TEIXEIRA, M. A. S. A percepção das mulheres acerca da participação feminina na profissão contábil: um estudo na Comissão da Mulher do Sistema CFC/CRC. In: ENCONTRO POTIGUAR DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2., set. 2022, Natal. **Anais [...]**, Natal: UFRN. 2022.

SMITH, A., JOHNSON, L.; DAVIS, R. The perception of female accountants on commission. **Journal of Accounting and Finance**, v. 21, n. 5, p. 36-50, 2019.

SILVA, A.; SOUZA, B. Successful female models in the workplace: their impact on career development. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Profissional**, v. 7, n. 1, p. 28-41, 2018.

Acesse a publicação

Contabilidade em Múltiplos Olhares: Elas em Movimento

Aponte a câmera do celular para o código abaixo e desfrute de uma boa leitura!



1 QR CODE

Para ler o código, é preciso possuir um *smartphone* com um aplicativo de leitura de QR code instalado. Caso seu aparelho não tenha, baixe, gratuitamente, nas lojas de aplicativos dos sistemas Android ou iOS. Após a instalação, basta iniciar o programa no celular e apontar a câmera para o código acima.

2 LINK DIRETO

Se preferir, acesse as publicações pelo link abaixo:
<https://cfc.org.br/biblioteca/edicoes-do-cfc/>

Siga-nos nas redes: **cfcbsb**



SAUS Quadra 5, Bloco J, Lote 3, Edifício CFC
Asa Sul – Brasília/DF – CEP: 70070-920
www.cfc.org.br

Uma obra desenvolvida por contadoras de todos os estados brasileiros, "Contabilidade em Múltiplos Olhares: Elas em Movimento" é um trabalho denso e rico ao apresentar as Ciências Contábeis por meio de diversas perspectivas. A partir do olhar de mulheres de diferentes gerações, culturas e realidades regionais, este projeto tem o objetivo de discutir a presença feminina na Contabilidade.

Para isso, este livro foi construído mediante a divisão da obra em seis capítulos, intitulados e norteados por macrotemas, como liderança e contabilidade empresarial; ambiental e inovação tecnológica; empreendedorismo feminino; a mulher na ciência e educação; contabilidade pública e governança; e diversidade e acessibilidade. Dentro desses pilares, encontram-se 20 artigos científicos cuidadosamente elaborados, com a finalidade de elevar as Ciências Contábeis, prevalecendo a inclusão e a valorização da mulher.

Além do convite à reflexão e da possibilidade de ampliação dos conhecimentos técnicos e científicos, a grandiosidade e o legado deste trabalho residem na edificação de um espaço de voz para as mulheres contadoras e, principalmente, para o empoderamento feminino. Esta é uma leitura que pretende alcançar não apenas as profissionais desse campo do saber, mas todas aquelas que quiserem expressar e compartilhar os seus conhecimentos.



Realização:



Apoio:

